

Terra Livre

Paradigmas  
da Geografia  
Parte I

Associação  
dos Geógrafos  
Brasileiros



# Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional (Gestão 2000/ 2002)

## **Presidente**

Dirce Maria Antunes Suertegaray  
(Porto Alegre/ RS)

## **Vice-Presidente**

Antônio Carlos Vitte  
(Campinas/ SP)

## **Primeiro Secretário**

Ricardo Shigueru Ogusku  
(São Paulo/ SP)

## **Segundo Secretário**

João Osvaldo Rodrigues Nunes  
(Presidente Prudente/ SP)

## **Primeiro Tesoureiro**

Júlio César Suzuki  
(Curitiba/ PR)

## **Segunda Tesoureira**

Silvana de Abreu  
(Dourados/ MS)

## **Coordenador de Publicações**

Titular: Bernardo Mançano Fernandes  
(Presidente Prudente/ SP)

Suplente: Eliseu Savério Sposito  
(Presidente Prudente/ SP)

## **Representação no sistema**

### **CONFEA/ CREAs**

Titular: Renato Emerson Nascimento dos Santos  
(Rio de Janeiro/ RJ)

Suplente: Genylton Odilon R. da Rocha  
(Belém/ PA)

## **AGB Nacional**

### **Endereço para correspondência:**

Caixa Postal 64.525

05402-970 - São Paulo - SP

**Correio Eletrônico:** agbnacional@yahoo.com.br

**Na Internet:** <http://www.cibergeo.org/agbnacional>

ISSN 0102-8030

# Terra Livre

Publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros

NÚMERO 16

Terra Livre	São Paulo	n. 16	p. 1-223	1º semestre/2001
-------------	-----------	-------	----------	------------------

# TE R R A L I V R E

## **Conselho Editorial**

Aldo Paviani – Álvaro Heidrich – André Martin – Antonio Carlos Vitte  
Antonio César Leal – Antonio Nivaldo Hespanhol – Antonio Thomaz Júnior  
Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Armem Mamigonian  
Beatriz Soares Pontes – Carlos Walter Porto Gonçalves – Dirce Suertegaray  
Eliseu Savério Sposito – Everaldo Melazzo – Heinz Dieter Heidemann  
Horieste Gomes – Jayro Gonçalves – José Borzacchiello da Silva  
Lylían Coltrinari – Manuel Correia de Andrade – Marcos Alegre  
Messias Modesto Passos – Nelson Rego – Nídia Pontuschka  
Raul Borges Guimarães – Rosalina Braga – Ruy Moreira – Sandra Lencioni  
Sergio Magaldi – Sérgio Martins – Sílvio Bray – Tomoko Iyda Paganelli

## **Editor responsável**

Bernardo Maçano Fernandes

## **Editoração eletrônica**

Augusto Gomes / Fernanda Gomes

## **Revisão dos textos originais**

Bernardo Maçano Fernandes  
Mauricio Balthazar Leal

## **Tiragem**

2.000 exemplares

## **Impressão**

Provo

## **Endereço para correspondência**

Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN)  
Coordenação de Publicações – **Terra Livre**  
Av. Prof. Lineu Prestes, 338  
Edifício Geografia e História – Cidade Universitária  
CEP 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – Tel: (0.11) 3818-3758

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

Terra Livre, ano 1, n.1, São Paulo, 1986. São Paulo, 1986 - v. ilustr. Histórico	
1986 - ano 1, n. 1	1992 - n. 10
1987 - n. 2	1992/93 - n. 11/12 (editada em 1996)
1988 - n. 3; n. 4; n. 5	1994/95/96 - interrompida
1989 - n. 6	1997 - n. 13
1990 - n. 7	1998 - interrompida
1991 - n. 8; n. 9	1999 - n. 14
	2000 - n. 15
	2001 - n. 16
1. Geografia - Periódicos	
I. AGB. Diretoria Executiva Nacional	
Revista indexada em Geodados - www.geodados.uem.br	
ISSN 0102-8030	CDU - 91(05)

Solicita-se permuta/ Se solicita intercambio/ Exchange disued

# Sumário

Apresentação	7
Considerações sobre a teoria da <i>etchplanação</i> e sua aplicação nos estudos das formas de relevo nas regiões tropicais quentes e úmidas <i>Antonio Carlos Vitte</i>	11
Krugman y el regreso a los modelos espaciales: ¿La nueva geografía? <i>Blanca Rebeca Ramírez</i>	25
Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização <i>Darlene Ap. de Oliveira Ferreira</i>	39
A Geografia e o estudo dos costumes e das tradições <i>Doralice Sátyro Maia</i>	71
A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea <i>Eliseu Savério Sposito</i>	99
Geografia socioambiental <i>Francisco Mendonça</i>	113
A Geografia e a escola: muda a Geografia? Muda o ensino? <i>Helena Copetti Callai</i>	133
“Ethos” e mitos do pensamento único globaltotalitário <i>Hindenburgo Francisco Pires</i>	153
O ensino de Geografia como uma hermenêutica instauradora <i>Nelson Rego, Dirce Maria Antunes Suertegaray e Álvaro Heidrich</i>	169



# Apresentação

A Revista *Terra Livre* completou 15 anos. Nesse tempo construímos uma das mais importantes revistas de Geografia, onde foram publicados artigos e documentos que contribuíram com o desenvolvimento da ciência, bem como marcaram os trabalhos das diferentes gestões das diretorias da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB.

Este número 16 e o número 17 da *Terra Livre* são especiais. Pretendemos que estas publicações continuem fomentando o debate científico, que é um dos objetivos da AGB. Pensamos que estas Revistas possam ser referências importantes para estudos e que igualmente contribuam com as discussões na produção do conhecimento nos diversos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia de nosso País.

Essa foi a nossa proposição, ao apresentamos o tema *Paradigmas da Geografia*, para *Terra Livre*, quando assumimos a coordenação de publicações da AGB, no XII Encontro Nacional de Geógrafos – ENG, realizado no campus da Universidade Federal de Santa Catarina, em julho de 2000.

Há tempos temos observado a emergência do debate filosófico na Geografia brasileira. Durante o XII ENG, foram diversas as mesas redondas que discutiram questões referentes à produção teórica recente da Geografia. Isso nos convenceu da necessidade de publicarmos um número a respeito dos paradigmas da Geografia.

Para cumprirmos com o proposto, convidamos geógrafos e geógrafas de todo o Brasil e do exterior para escreverem a respeito do tema. Da mesma forma divulgamos em nosso sítio: [http://www.cibergeo.org/agbnacional/terra\\_livre.asp](http://www.cibergeo.org/agbnacional/terra_livre.asp).

De fato, estávamos corretos em nossas observações: no tempo solicitado, recebemos vinte e seis artigos, dos quais dezoito foram selecionados para publicação. Diante o grande número de trabalhos, decidimos publicá-los em dois números de nossa Revista. Esse retorno ao nosso convite foi gratificante. Desde já agradecemos a todos que nos atenderam.

Com este tema queremos conhecer melhor a elaboração, os pensamentos a respeito da teoria e do método, porque vivemos um tempo de intensas transformações e a Geografia também precisa acompanhar esse processo. Esse é, também, um tempo de intensa transição, ainda difícil de discernir, em que novas sementes, sujeitos, espaço, idéias e questões estão nascendo.

Sem dúvida, vivemos um momento de incertezas, entretanto de muita fertilidade e movimento. Milton Santos sempre lembrava que é nesse espaço/tempo que nascem idéias novas e originais. E a AGB, por sua história, como uma das construtoras desses espaços/tempos não poderia se esquivar desse compromisso. Nesse sentido, este número da *Terra Livre* é uma possibilidade aberta, apresentando-se como espaço de gestação de novas idéias que podem ajudar a pensar essas transformações do mundo, construindo espaços de vida e dignidade.

Evidente que os artigos aqui apresentados causarão polêmica na comunidade geográfica e fora dela. Esse também é nosso objetivo, pois dessa forma procura-se superar os impasses, mesmo que se mantenham as controvérsias. O que importa é a garantia desse debate, fundamental para repensarmos os paradigmas, superarmos nossas práticas e criarmos outros referenciais.

Esta *Terra Livre* traz uma coletânea de nove artigos de diversas áreas da Geografia. Seus autores e autoras se propuseram ao debate e ao apresentar suas elaborações, nos possibilitaram o conhecimento da Geografia que estamos produzindo. As leitoras e os leitores poderão observar que pela amplitude temática e por sua representatividade, esta Revista é de fato uma referência importante para iniciarmos a discussão aqui sugerida.

Organizar a edição deste número da *Terra Livre* foi uma oportunidade para contribuir com a AGB, compartilhando e aprendendo com as idéias aqui propostas, ao mesmo tempo em que enfrentamos os desafios da superposição de atividades junto ao trabalho acadêmico na Universidade. Ao conferir a diagramação final, acreditamos que valeu a pena todo o esforço, pois temos a certeza da importância e da qualidade da essência dos artigos. Participando dessa gestão, presidida pela geógrafa Dirce Suertegaray, foi a segunda vez que trabalhamos na edição da Revista. A primeira vez foi na gestão da geógrafa Arlete Moysés Rodrigues (1988-1990), quando fomos responsáveis pela publicação de três números desse periódico.

Por fim, agradeço aos colegas que muito contribuíram com a *Terra Livre*, prestando pronto apoio todas as vezes que precisei, durante os trabalhos de edição. Registro meus agradecimentos ao João Osvaldo Rodrigues, Ricardo Ogusku, Jorge Montenegro, Eliseu Savério Sposito, Gisele Girardi e a Bárbara Stocker.

*Bernardo Mançano Fernandes*



Artigos



# Considerações sobre a teoria da *etchplanação* e sua aplicação nos estudos das formas de relevo nas regiões tropicais quentes e úmidas

Antonio Carlos Vitte

Departamento de Geografia, Instituto de Geociências – UNICAMP  
Correio eletrônico: vitte@uol.com.br

## Resumo

O artigo apresenta a teoria da *etchplanação* como um referencial teórico e metodológico para os estudos das formas de relevo nas regiões tropicais quentes e úmidas, destacando o papel do intemperismo químico e dos sistemas de transformação da cobertura pedológica. A originalidade da teoria da *etchplanação* é que ela considera os processos geoquímicos e pedogenéticos como sendo os principais mecanismos da morfogênese e do aplainamento das formas de relevo. Neste trabalho serão discutidos a gênese da teoria da *etchplanação*; o regime cratônico e a *etchplanação* nas regiões tropicais; o intemperismo químico como mecanismo básico do aplainamento das formas de relevo; uma agenda de pesquisa na teoria da *etchplanação*.

## Palavras-chave

Teoria geomorfológica – regiões tropicais quentes e úmidas – *etchplanação* – intemperismo químico – sistemas de transformação da cobertura pedológica – bacia de drenagem.

Terra Livre	São Paulo	n. 16	p. 11-24	1º semestre/2001
-------------	-----------	-------	----------	------------------

## Introdução

Este trabalho tem o objetivo de apresentar de forma ampla a teoria da etchplanação. Tal teoria procura destacar o papel do intemperismo e sua associação com a estrutura, a litoestrutura e as variações climáticas no desenvolvimento das formas de relevo, particularmente nas regiões tropicais quentes e úmidas.

Nas últimas décadas, os estudos de geomorfologia aprofundaram os conhecimentos sobre as relações entre os processos e as formas, em pequenas escalas e em curto espaço de tempo. No entanto, foram produzidos poucos trabalhos sobre as relações entre a gênese, a escala e como se processa a funcionalidade do relevo em longos períodos de tempo (Summerfield, 1991).

Os estudiosos precursores na sistematização dos conhecimentos sobre o modelado da superfície terrestre metodologicamente procuravam isolar os fatores que determinavam a dinâmica e a evolução do relevo. Neste contexto, foram desenvolvidos os principais modelos sobre a evolução geomorfológica das paisagens, que têm em Davis (1899), Penck (1953), King (1962), Hack (1960, 1979, 1982) trabalhos de referência. Estes modelos procuraram qualificar os fatores tidos como interferentes no desenvolvimento do relevo. Foi o caso do *ciclo geográfico da erosão*, no qual Davis (1899) apoiou-se na teoria da evolução e na termodinâmica como aspectos fundamentais na definição dos estágios do relevo e na constituição da peneplanície. Penck (1953), por sua vez, chamou a atenção para o processo de soerguimento crustal e sua relação com as taxas de incisão da drenagem e conseqüente evolução do *primärrumpf*.

No modelo do *equilíbrio dinâmico* (Hack 1960, 1979, 1982), surgido como uma reação ao evolucionismo e à noção de ciclo desenvolvida por Davis, Hack recupera a contribuição de Gilbert de ajuste entre a força e a resistência, em que as paisagens passariam por longos períodos de denudação, mantida por um ajuste entre o controle litológico e os processos superficiais.

Mas experiências empíricas associadas à instrumentalização revelaram algumas dificuldades de implementação dos modelos ou mesmo alertaram sobre a não-inclusão e a não-especificação de outros fatores que também interferem no desenvolvimento do relevo. É o caso do intemperismo químico nas regiões tropicais quentes e úmidas, no qual o ciclo davisiano não foi considerado, pois o *normal* se desenvolvia em regime morfoclimático temperado úmido e sobre litologia uniforme.

No modelo desenvolvido por Penck (1953), muito embora ocorresse a explicitação da relação dialética entre as forças endogenéticas e as exogenéticas na constituição das formas de relevo, ainda havia uma forte ligação com o processo de soerguimento crustal e com o papel da dissecação fluvial, sem, entretanto, especificar o papel da litologia e do intemperismo na dinâmica dos canais fluviais e das vertentes.

No modelo do equilíbrio dinâmico, considerou-se o abaixamento uniforme da paisagem, mas desconsideraram-se as influências da estrutura, da alterabilidade das litologias e

das mudanças climáticas que ao longo do tempo interferem na denudação diferencial de uma mesma paisagem ou bacia hidrográfica.

Neste contexto de problemas não solucionados por esses modelos que podem ser considerados pioneiros, a teoria da *etchplanação* vem procurando especificar o papel do intemperismo como sendo um dos fatores que interferem na dinâmica e nas propriedades morfológicas desenvolvidas em ambiente tropical quente e úmido ou mesmo sazonal. As considerações sobre a dinâmica do sistema de intemperismo e as propriedades de seu perfil, particularmente nas margens cratônicas passivas, colocam a necessidade de se conhecer como os sistemas biogeoquímicos interferem na denudação e como afetam os processos erosivos superficiais e o conseqüente modelamento das regiões tropicais úmidas e sazonais (Thomas, 1974, 1994, 1994a).

### A teoria da *etchplanação* nas regiões tropicais quentes e úmidas

As primeiras observações sobre o intemperismo químico e a sua importância para a morfogênese nas regiões tropicais quentes e úmidas devem-se aos trabalhos de Branner em 1886, no Brasil, e Falconer em 1911, na Nigéria (Thomas, 1994). Estes autores atestaram o papel funcional do manto e do *front* de intemperismo nos processos de denudação e formação das paisagens.

O conceito *etch* foi desenvolvido por Willis (1936, apud Adams, 1975) como o resultado da interação entre a corrosão fluvial e a decomposição da rocha na produção do relevo. Este conceito foi aplicado para contrastar com a peneplanação, muito embora o autor considerasse que um peneplano poderia dar origem a uma superfície de *etching*. Willis considerou o intemperismo da rocha um agente de planação, independente da altitude (1936, apud Thomas, 1989, p. 131).

Coube à Wayland (1933) a aplicação do conceito de *etchplain* quando trabalhou em Uganda. Para o autor, as peneplanícies em Uganda seriam formadas pela alternância entre as alterações geoquímicas das rochas e a erosão superficial. O processo de *etchplain* seria marcado por uma paisagem profundamente alterada, que posteriormente sofreria a ação de um ciclo erosivo com o saprolito<sup>1</sup> sendo exposto, formando uma planície rochosa. O saprolito apresentaria topografia irregular, estando sujeito a novo ciclo de alteração e de erosão, de maneira que as suas irregularidades seriam paulatinamente expostas à superfície, criando *inselbergs* na paisagem (Ollier, 1975, p. 209).

Mas a teoria da *etchplanação* foi revolucionada a partir dos trabalhos de Büdel (1957, 1963, 1982). Com o conceito de *einebnungsflächen*, ou seja, de *dupla superfície de aplainamento*, Büdel consolidou o papel do intemperismo na análise geomorfológica (Thomas, 1989, 1994). Na sua concepção existe uma “integração dialética” entre a alteração

1. Saprolito, genericamente, pode ser definido como o produto do intemperismo. Ver Thomas (1994).

geoquímica das rochas e a erosão superficial (Büdel, 1982), sendo que os processos de lixiviação e lessivagem promovem a disjunção nas ligações ferro-argila, instabilizando os horizontes superficiais, preparando-os para o processo erosivo nas encostas.

Quanto ao desenvolvimento dos *etchplains*, Büdel (1957, 1963) considerou que eles ocorreriam apenas nos trópicos sazonais situados em áreas tectonicamente estáveis. Posteriormente, Büdel (1982) admitiu a existência dos *etchplains* nos trópicos úmidos, onde além da alteração das rochas participariam também as variações climáticas. Assim, para a ocorrência de *etchplains* nos trópicos úmidos são necessárias quatro circunstâncias: 1) a existência de latossolos; 2) o perfil do solo deve ser homogêneo, indicando que ele possui evolução dinâmica; 3) uma transição delgada entre a rocha e o material alterado, particularmente nas rochas fraturadas na qual o intemperismo é intenso; 4) a zona de decomposição rochosa deve ser profunda e generalizada, situada entre 100 e 150 m de espessura.

A formação do relevo, ocorre, então, a partir da interação entre a superfície topográfica e subsuperficial existente no contato entre a rocha e a zona de alteração, que, para Büdel (1957, p. 91), é paralela à superfície. Tal fato foi designado por Berry & Ruxton (1957) como *superfície basal de intemperismo*.

Ollier (1969) observou que o aprofundamento da alteração é mais irregular que propriamente paralela à superfície, de maneira que o saprolito pode ser profundamente alterado em zonas, sendo que em algumas delas a alteração não é substancial, fato que levou Mabbut (1966) a alterar o termo para *front* de alteração.

Esquemáticamente, segundo Büdel (1982), a formação do relevo inicia-se com o abaixamento gradual da superfície, determinado pela velocidade de aprofundamento da alteração e pelas características topográficas do *front* de alteração. Estas características são provocadas pela existência de falhas, de fraturas e de seu arranjo, sendo que o *front* de alteração pode apresentar corcovas. Quando ocorre a predominância de juntas, as corcovas são desprendidas e formam blocos rochosos que se distribuem sobre o *front* de alteração.

Os horizontes superficiais, por sua vez, ficam predispostos à erosão mecânica, em função das influências sazonais da atmosfera, da ação biológica da fauna endopedônica e dos ácidos orgânicos que promovem a aluição do fundo matricial, por meio da quebra nas ligações ferro-argila, promovendo gradativamente a liberação dos finos e solutos. Concomitantemente, o lençol freático é enriquecido com cátions e íons, que passam a circular no topo do *front de alteração*, viabilizando a destruição da rocha.

Nas zonas em que a alteração é profunda ou em que ocorra latossolo, surgem depressões cujo aprofundamento é dependente da intensidade do intemperismo e da ação do lençol freático. O lençol freático, se confinado em falhas, fraturas ou mesmo em função da diferença de alterabilidade das rochas, condiciona a velocidade de alteração, ao mesmo tempo em que isola zonas com graus diferentes de alteração (Büdel, 1982; Twidale & Laget, 1994). As depressões têm a função de receber e canalizar o escoamento superficial e subsuperficial, canalizando a água de infiltração para o *front* de alteração, mantendo a recarga na estação seca.

Para Büdel (1982), a concomitância entre o progressivo aprofundamento diferencial do *front* de alteração associado à erosão superficial promove o isolamento de alguns setores do *front* de alteração que, paulatinamente, vão sendo alçados à superfície, originando os *inselbergs*.

Mas os trabalhos de Büdel (1957, 1962) suscitaram críticas. Entre elas, ressalta-se que Büdel considerava apenas o substrato homogêneo para o desenvolvimento da *dupla superfície de aplainamento* e apresentava um caráter monogenético para explicar as variações morfológicas (Demangeot, 1978).

Avançando na construção da teoria, Bremmer (1977) introduziu o termo *intemperismo divergente*, para explicar as variações morfológicas em um *etchplain*. No intemperismo divergente as características estruturais e geoquímicas das rochas determinam o grau de intensidade do intemperismo químico, viabilizando a ação morfogenética por meio dos processos fluviais e dos movimentos de massa. Como resultado há o abaixamento do relevo em rochas pouco competentes, enquanto nas resistentes desenvolvem-se *inselbergs* (Twidale, 1981; Kroonenberg & Melitz, 1983).

Os trabalhos de Büdel (1957, 1982) tiveram a positividade de dinamizar os estudos das regiões tropicais, demonstrando a importância dos condicionantes estruturais e climáticos no processo de intemperismo, bem como deste na diferenciação morfológica das paisagens. Provavelmente, em função da escala de análise, não foi especificado o papel dos processos geoquímicos e pedogeoquímicos na dinâmica morfológica das paisagens.

Foi a partir dos trabalhos de Georges Millot (1980, 1983) e sua equipe que se passou a trabalhar com o conceito de *planação climática*, no qual o intemperismo e a pedogênese são fatores muito ativos, intermediando o embasamento e a erosão superficial. O intemperismo seria o responsável pela desagregação. Com sua ocorrência haveria transformação isovolumétrica da rocha, mas sem afetar as características e propriedades do relevo. A pedogênese, por sua vez, por meio dos mecanismos de dissolução, hidrólise e lixiviação, promoveria a transformação dos produtos da alteração, sendo o motor dos fenômenos de aplainamento em zonas de desequilíbrio pedobioclimático, com a separação entre o plasma e o esqueleto no interior da cobertura pedológica, preparando os horizontes superficiais para a ação da erosão superficial (Boulet et alii, 1977).

Assim, a *planação climática* em regime tropical sazonal ocorreria a partir da discordância entre o *front* de alteração e o sistema pedológico. O *front* de alteração marcaria a discordância entre o saprolito e a rocha, e a sua característica marcante é a transformação isovolumétrica. O sistema pedológico apresenta vários *fronts* (Chauvel & Lucas, 1992; Nahon, 1991) cuja propriedade é promover a discordância entre a matriz argilosa e o esqueleto, preparando os materiais para o aplainamento.

Ao contrário do conceito de *dupla superfície de planação* de Büdel, o conceito de *planação climática* de Georges Millot e equipe procurou especificar o papel da cobertura pedológica nos processos de aplainamento. No entanto, não integrou suficientemente as

informações pedogeoquímicas com as estruturais e paleoclimáticas, particularmente no momento de interpretar a evolução e a funcionalidade do relevo ao longo dos tempos.

### Regime cratônico e a *etchplanação* nas regiões tropicais

Uma condição fundamental para a ocorrência da *etchplanação* é a existência de regime cratônico passivo, uma vez que é necessário estabilidade para a ocorrência e o aprofundamento do *front* de intemperismo, com as conseqüentes transformações mineralógicas e estruturais no interior do perfil de intemperismo (Twidale, 1981; Battiau-Queney, 1996).

Há um regime cratônico quando uma plataforma ou crosta continental estável com um núcleo de idade arqueana é palco de flutuações climáticas, isostáticas, glacioeustáticas, glaciais e de reativação de lineamentos (Fairbridge & Finkl, 1980). São consideradas margens cratônicas passivas aquelas que se apresentam estabilizadas nos últimos 100 milhões de anos (Ollier, 1985). Já as margens cratônicas ativas são aquelas que ocorrem em bordas de placas tectônicas, o que inviabiliza a ocorrência da *etchplanação*.

Segundo Thomas (1995, p. 4), existem seis fatores tectônicos que controlam a evolução das margens passivas: 1) levantamento controlado pelos *hot spots*; 2) levantamento isostático, devido à denudação; 3) subsidência termal; 4) subsidência isostática devido ao acúmulo de sedimentos em áreas litorâneas; 5) rotação da margem continental, devido ao item 4, e 6) regressão de áreas escarpadas.

Para Fairbridge & Finkl (1980, p. 82), as margens de regime cratônico passivo caracterizam-se pela alternância de fases biostáticas, envolvendo  $10^9$  anos com fases resistáticas de  $10^{5-7}$  anos. A fase biostática é uma fase estável, em que o intemperismo químico promove o abaixamento do relevo, criando a *etchplanação*. A fase resistática é instável, geradora de estresse no sistema ecológico da paisagem, criando a *pediplanação*. Assim, as fases de *etchplanação* e *pediplanação* constituiriam o ciclo de evolução poligênica do modelado, fazendo parte da dinâmica das margens cratônicas passivas.

Em uma margem cratônica passiva, seja ela falhada (como no leste do Brasil), arqueada ou dômica, a estabilidade estrutural e a biostasia constituem-se nos principais veículos que viabilizam o aprofundamento e a diferenciação do perfil de intemperismo, conduzindo, assim, ao processo de *etchplanação*. Segundo Thomas (1994a, p. 292), as principais evidências do abaixamento das paisagens, são as seguintes: 1) acúmulo de ferro, níquel e outros minerais pesados no perfil de intemperismo; 2) acúmulo de seixos nos interflúvios e nas altas vertentes; 3) abaixamento não-abrasivo do fundo dos vales fluviais por *etching* e perda de finos e solutos pela drenagem; 4) ferrólise das argilas em ambiente hidromórfico com formação de areias brancas e 5) dissolução da rocha e formação do *karst* em terreno cristalino.



## O intemperismo químico como mecanismo da *etchplanação*

O intemperismo é uma resposta das propriedades físicas, químicas e mineralógicas da rocha às condições ambientais existentes na superfície. O intemperismo resulta da interação entre a litosfera e a atmosfera, a hidrosfera e a biosfera (Summerfield, 1991; Thomas, 1994).

O intemperismo químico constitui-se no processo pelo qual os agentes atmosféricos, hidrosféricos e biosféricos, agindo e reagindo com os minerais constituintes das rochas, produzem novas fases mineralógicas, relativamente mais estáveis. O processo se realiza por meio de trocas químicas, com a remoção dos componentes mais solúveis dos minerais e adição de hidroxilas, dióxido de carbono e oxigênio (Thomas, 1994). A alteração ocorre em função do desequilíbrio termodinâmico entre as características dos minerais primários e as condições ambientais (Melfi & Pedro, 1977).

Segundo Tardy (1969), os fatores que controlam o intemperismo são: a precipitação média, a quantidade de CO<sup>2</sup> dissolvido na água de percolação na rocha, o tempo de residência da água em contato com os minerais e a temperatura ambiente do intemperismo.

Na região tropical quente e úmida, o intemperismo atinge todos os minerais primários simultaneamente e constitui um manto de grande espessura que apresenta dois níveis correspondentes à camada superficial e ao perfil de intemperismo: o solum e o saprolito.

Outro fato marcante na região tropical é que a neoformação é o processo dominante na constituição dos minerais secundários. Nas regiões de climas frio, temperado ou árido, a indisponibilidade ou de umidade ou de temperaturas elevadas acarreta a ausência do saprolito. Nessas regiões o intemperismo é diferencial e pouco significativo, atingindo os minerais mais vulneráveis, sendo que os minerais secundários são herdados ou transformados. Esses minerais secundários são resultantes de uma discreta evolução cristalocímica em fase sólida. É basicamente por esses motivos que nesses climas ocorre apenas a formação do solum.

Na região tropical, a hidrólise é o principal mecanismo do intemperismo químico das rochas. Este mecanismo pode apresentar-se com graus diferenciados, em função das condições termodinâmicas do meio (Melfi & Pedro, 1977, p.275). Assim, a hidrólise pode ser total ou parcial. No caso da hidrólise total, os plagioclásios liberam Si, Al, Na e K que aparecem no meio de alteração na forma de hidróxidos. Na hidrólise parcial ocorre a sialitização e também a monossialitização ou a bissialitização.

Assim, o principal produto do intemperismo é o saprolito (Ollier, 1979). O saprolito pode ser dividido em duas camadas: isoalterita e aloterita (Boulangé, 1984). O principal aspecto relacionado à isoalterita é que ela apresenta as características morfológicas, químicas e mineralógicas herdadas da rocha, com transformação isovolumétrica. Nesta camada ocorrem transferências de soluções e reações geoquímicas que atuam no *front* de

alteração, gerando dois tipos específicos de argilominerais que expressam a natureza da rocha: os argiloplasmas e os cristaloplasmas (Nahon, 1991, p. 208).

Na aloterita, por sua proximidade com a superfície do terreno, as características morfológicas são determinadas por pedoturbação, com transformações estruturais e definição dos horizontes pedológicos. As feições de sustentação das estruturas primárias da rocha são destruídas e acontecem remobilizações químicas. A aloterita apresenta alta porosidade, é pouco consolidada, havendo concentrações compostas de caulinita e óxiidróxidos de ferro e alumínio (Ambrosi & Nahon, 1996). Nesta camada, o argiloplasma transforma-se em pedoplasma devido à lixiviação.

A aloterita, parte mais superficial do saprolito, por estar sujeita a variações ambientais sofre contínua transformação qualitativa e quantitativa, originando o solo (Büdel, 1982; Chauvel & Lucas, 1992; Battiau-Queney, 1996). A formação e a evolução do solo ocorrem sob o efeito de fatores bioclimáticos, que intervêm na alterita, provocando redistribuição, reestruturação e organização dos horizontes. Nas situações mais freqüentemente observadas, tais horizontes se sucedem verticalmente em diversas seqüências de organizações elementares (Boulet et al., 1984).

Com a ação do intemperismo o solo se torna mais espesso e novas condições físico-químicas são impostas ao perfil. O intemperismo e o processo de autigênese, quando interagem com o solo inicial, resultam em um outro solo, com composição e estrutura diferentes. Esta transformação produz os horizontes, que refletem o ambiente pedológico (Nahon, 1991; Chauvel & Lucas, 1992).

Com o avanço dos *fronts* pedogenéticos sobre o saprolito e a conseqüente transformação deste em solo, ocorre a perda de volume do material original, que segundo Chauvel et al. (1983) e Millot (1980, 1983) estaria ao redor de 70%. Segundo Nahon (1987), esta redução ocorre em função do colapso da estrutura ferro-argila, com a lixiviação dos oxiiidróxidos de ferro e alumínio do horizonte superficial, permanecendo apenas o esqueleto residual representado pelo quartzo, conduzindo assim a um aplainamento da paisagem.

Uma cobertura pedológica pode apresentar-se em situação de equilíbrio ou desequilíbrio. Há equilíbrio quando as condições climáticas e tectônicas não provocam instabilidades ou quando as coberturas pedológicas são suficientemente jovens. Neste caso, o desenvolvimento da pedogênese é vertical. Porém, quando ocorrem mudanças climáticas, tectônicas ou hidrodinâmicas a cobertura pedológica entra em desequilíbrio, formando um sistema de transformação. As estruturas pedológicas tornam-se instáveis e transformam-se para dar nascimento a novas estruturas, em equilíbrio com as novas condições pedobioclimáticas (Boulet et al., 1982, 1993).

Na região de Manaus (AM), por exemplo, Lucas (1989) e Chauvel & Lucas (1992) observaram que nos planaltos aplainados o latossolo apresenta uma diferenciação vertical, que favorece a precipitação de oxiiidróxidos nos horizontes subjacentes. Nas superfícies intermediárias a drenagem passa de vertical para lateral. Tal fato favorece a migração da matéria orgânica na forma de MOR, ocorrendo a destruição da caulinita e dos oxiiidró-

xidos de ferro e alumínio, que por sua vez reprecipitam-se em diferentes profundidades em um horizonte Bh ou Bfe, com acumulação relativa de quartzo e formação do podzol nos horizontes superficiais.

Na medida em que o *front* de podzolização avança em direção ao planalto, intensifica-se a erosão nas cabeceiras de drenagem. As vertentes, que eram curtas e íngremes, com o avanço do *front* de transformação passam a ser mais extensas, suaves e com diminuição da altitude relativa. Chauvel & Lucas (1992) interpretam esta situação como indicativa de um abaixamento da paisagem por redução do saprolito em profundidade e por transformação do latossolo em podzol.

Assim, o intemperismo e a pedogênese são fatores muito ativos e intermediários entre o embasamento e a erosão superficial. O papel do intemperismo é de desagregação, com transformação isovolumétrica da rocha, sem afetar as características e as propriedades do relevo. A pedogênese, por sua vez, ocorre por meio dos mecanismos de dissolução, hidrólise e lixiviação que são muito intensos próximos à superfície e promovem a transformação dos produtos do intemperismo. A pedogênese é, então, o motor dos fenômenos de aplainamento em zonas de desequilíbrio pedobioclimático, por meio da separação entre o plasma e o esqueleto no interior da cobertura pedológica, preparando os horizontes superficiais para a ação da erosão superficial e o conseqüente aplainamento do relevo (Millot, 1983).

### Uma agenda de pesquisa na teoria da *etchplanação*

Uma das propriedades da teoria da *etchplanação* é a de especificar e qualificar o papel do intemperismo na morfogênese, chamando a atenção para as interconexões entre as geoesferas que compõem o modelado nas regiões tropicais.

No entanto, nos estudos morfogenéticos a serem desenvolvidos nas regiões tropicais quentes e úmidas, alguns novos princípios devem ser incorporados na teoria da *etchplanação* (Vitte, 1998). É o caso dos *sistemas de transformação*, nos quais o processo de autotransformação da cobertura pedológica acarreta transformações na morfogênese, contribuindo assim para uma re-qualificação dos espaços naturais e da própria paisagem. A teoria da *etchplanação*, associada ao princípio dos *sistemas de transformação*, procura romper com uma explicação mecanicista do relevo, incorporando efetivamente a dialética penckiana como motriz da construção morfológica da crosta e de suas diferenciações espaciais.

De maneira geral, alguns pontos devem ser considerados no desenvolvimento de futuros trabalhos com a teoria da *etchplanação*. Caberia aprofundar o papel da tectônica, do nível de base e da dinâmica fluvial na *etchplanação* (Vitte, 1998), uma vez que nas regiões tropicais quentes e úmidas a erosão fluvial é dependente da posição geomorfológica do canal, como *kinick points*, rápidos, afunilamentos, meandramentos e variações litológicas. Caberia também associar estes elementos à tectônica e às características cli-

máticas, sob uma ótica regional e de domínio do Quaternário (Louis, 1964; Crickmay, 1975), isto porque em escala regional, sob as condições climáticas atuais, as características do sistema fluvial determinam o tempo de armazenamento dos sedimentos nas planícies e terraços. A análise desses sedimentos também deve ser incorporada à teoria etchplanação, não somente como controladores mas também como elementos de formação (Vitte, 1998).

Quanto à tectônica, deve-se destacar a recente, chamada neotectônica, como mais um mecanismo que intensifica a ação do sistema fluvial (Jain, 1980; Howard, 1967; Leopold et al., 1964). Sob condições de subsidência, o sistema fluvial tem condições de formar amplas planícies aluviais com um tempo de recorrência maior para que ocorra a regressão da cabeceira de drenagem, enquanto em condições de soerguimento a regressão das cabeceiras é mais intensa, promovendo, inclusive, maior remobilização do regolito (Veldkamp e Dyke, 1994).

Em conclusão, procurou-se, ao reconstituir a teoria da etchplanação, mostrar o papel do intemperismo químico na constituição da morfogênese e na diferenciação das paisagens, particularmente nas regiões tropicais quentes e úmidas.

## Bibliografia

- ADAMS, G. (ed.) *Planation Surface*. Benchmark Papers in Geology. Vol. 22, Pennsylvania: Dowden, Hutchinson and Ross, 1975.
- AMBROSI, J. P., NAHON, D. Petrological and Geochemical Differentiation of Lateritic Ion Crust Profiles. *Chem. Geol.*, NY, 57, p. 371-93, 1996.
- BATTIAU-QUENEY, Y. Constraints from Deep-Crustal Structure on Long-term Landform Development of the British Isles and Eastern United States. *Geomorphology*, London, 2, p. 53-70, 1996.
- BERRY, L. & Rouxton, B. The Evolution of Hong-Kong Harbeur Basin. *Zeits. Fur Geomorph.*, Berlim, 4, p. 97-115, 1957.
- BREMER, H. Flubarbut, Flachein-und stufenbildung in den Feuchen Tropen. *Zeits. Fur Geomorph.*, Berlim, NF, Supl. 14, sept., p. 21-38, 1971.
- \_\_\_\_\_. Ayres Rock ein Beispiel fur Kimagenetische Morphologie. *Zeits. Fur Geomorph.*, Berlim, NF, 9, p. 249-84, 1977.
- BOULANGE, B. Les Formations Bauxitiques Lat'ritiques de Distribution et L'Évolution du Modelé. *Trav. Et Doc. ORSTOM*, Paris, 175, 367, p. 1984.
- BOULET, R. et alii. Géochime de la Surface et Formes du Relief. I- Desequilibre Pedobioclimatique dans le Couvertures Pedologiques de L'Afrique Tropicale de L'Ouest et son Role dans L'aplamissement des Reliefs. *Sc. Gel. Bull.*, Strasbourg, 30 (4), p. 235-243, 1977.
- BOULET, R. et alii Les Systemes de Transformation en Pedologie. *Cah. ORSTOM, Sér. Pedol.*, Paris, p. 167-179, 1983/1984.

- BOULET, R. et alii Analyse Structurale de la Couverture Pedologique et Experimentation Agronomique em Guyane Française. *Cah. ORSTOM, Sér. Pedologie*, Paris, XXI (1), p. 21-31, 1984.
- BÜDEL, J. Die "Doppelten Einebnungsflächen" in den Feuchten Tropen. *Zeits. Fur Geomorph.*, Berlim, 1 (2), p. 201-228, 1957.
- \_\_\_\_\_. Klima Genetische Geomorphologie. *Geographi Rundschau*, Berlim, 15 (7), p. 269-285, 1963.
- \_\_\_\_\_. *Climatic Geomorphology*. Princeton: Princeton Univ. Press. 443, p. 1982.
- CHAUVEL, A & LUCAS, Y. Soil Formation in Tropically Weathered Terrains. In: GOVETT, C. J. S. (ed.) *Handbook of Exploration Geochemistry*. New York: Elsevier, p. 57-77, 1992.
- \_\_\_\_\_. Et alii. Aluminium and Iron Oxi-Hydroxide Segregation in Nodule of Latossols Developed on Tertiary Sediments (Barreiras Group), near Manaus (Amazon Basin) Brazil. In: MELFI, J. A., CARVALHO, A. (eds.) *Laterisation Processes*. São Paulo: IG-USP, p. 505-526, 1983.
- CRICKMAY, C.H. The Hypothesis of Unequal Activity. In: MELHORN, W. N., FLEMAL, R. C. (eds.) *Theories of Landform Evolution*. New York: John Wiley & Sons, p. 103-109, 1975.
- DAVIS, William M. The Geographical Cycle. *Geographical Journal*, 14, p. 481-504, 1899.
- DEMANGEOT, J. Recherches Geomorphologique en Inde du Sud. *Zeit. Fur Geomorph.*, NF, 19, p. 229-279, 1978.
- FAIRBRIDGE, R.W. & FINKL, C.W. Anatomic Erosional Unconformities and Peneplains. *Journal Geology*, 88, p. 69-89, 1980.
- HACK, J. T. Interpretation of Erosional Topography in Humid Temperate Regions. *American Journal Science*, 258A, p. 80-97, 1960.
- \_\_\_\_\_. Dynamic Equilibrium and Landscape Evolution. In: MELHORN, W. C., FLEMAL, R. C. (eds.) *Theories of Landform Development*, New York: George Allen and Unwin, p. 87-102, 1975.
- \_\_\_\_\_. Physiographic Divisions and Differential Uplift in the Piedmont and Blue Ridge. *US Geological Survey Professional Paper*, 1265, 49 p., 1982.
- HOWARD, A D. Drainage Analysis in Geology Interpretation: A Sumation. *Bull. Am. Ass. of Pretroleum Geologist.*, vol. 51, p. 2245-59.
- JAIN, V. E. *Geotectônica Global*. Moscou: Ed. Mir, 350 p., 1980.
- KING, L. *The Morphology of the Earth*. Edinbrough: Oliver & Boyd, 1962.
- KROONENBERG, S. B. & MELITZ, P. J. Summit Levels Bedrock Control and the Etchplain Concept n the Basement of Suriname. *Geol. Mijn.*, 62, p. 389-399, 1983.
- LEOPOLD, L. B. et alii. *Fluvial Processes in Geomorphology*. San Francisco: Freeman & Company, 203 p., 1964.
- LOUIS, H. Über Rumpffächen und Talbildung in den Wechselfeuchten Tropen, Besonders nach Studien in Tanganjika. *Zeits. Fur Geomorph.*, 8, p. 43-70, 1964.
- LUCAS, Y. *Systemes Pedologiques en Amazonie Brasilienne. Equilibres, Desequilibres et Transformations*. Univ. Poitiers, 153 p., 1989. (Tese de Doutorado).

- MABBUT, J. A. The Weathered Landsurface of Central Australia. *Zeits. Fur Geomorph.*, NF, 9, p. 82-114, 1965.
- MELFI, J. A & PEDRO, G. Estudo geoquímico dos solos e formações superficiais do Brasil. Parte 1 – Tipos de evolução pedogeoquímica. *Rev. Bras. Geociên.* (4), p. 271-286, 1977.
- MCFARLENE, M. J., TWIDALE, C. R. Karstic Features Associated Crust Tropical Weathering Profiles. *Zeits. Fur Geomorph.*, 64, p. 73-95, 1987.
- MILLOT, G. Les Grands Aplanissements des Soches Continentaux dans les Pays Subtropicaux, Tropicaux et Desertique. *Mém. ORSTOM, Soc. Geol. France*, 10, p. 295-305, 1980.
- \_\_\_\_\_. Planation of Continents by Intertropical Weathering and Pedogenetic Processes. In: MELFI, J. A., CARVALHO, A. (eds.) *Laterisation Processes*. São Paulo: IG-USP, p. 53-63, 1983.
- MORAES, A C. R. *Geografia, capitalismo e meio ambiente*. São Paulo: FFLCH-USP, 2000 (Tese de Livre-Docência).
- NAHON, D.B. *Introduction to the Petrology of Soils and Chemical Weathering*. New York: John Wiley & Sons, 313 p., 1991.
- OLLIER, C. Some Features of Granite Weathering in Australia. *Zeits. Fur Geomorph.*, vol. 3, p. 285-204, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Weathering*. New York: Longman, 304 p., 1979.
- \_\_\_\_\_. Morphotectonics of Passive Continental Margin: Introduction. *Zeits. Fur Geomorph.*, Sup., 54, p.1-9, 1985.
- PENCK, W. *The Morphological Analysis*, New York: John Wiley & Sons, 1953.
- ROSS, J. L.S. O relevo brasileiro, as superfícies de aplainamento e os níveis morfológicos. *Revista Departamento de Geografia-USP*, 6, FFLCH-USP, p. 17-31, 1991.
- SUMMERFIELD, M. A. *Global Geomorphology*, New York: John Wiley & Sons, 245 p., 1991.
- TARDY, Y. Géochimie des Altérations. Étude des Arenes et des Eaux de Quelques Massifs Cristallines d'Europe e d'Afrique. *Mém. Serv. Carte Géol. Alsace-Lorraine*, 31, 199 p., 1969.
- THOMAS, Michel F. *Tropical Geomorphology: A Study of Weathering on Landforms Development in Warm Climates*. New York: John Wiley & Sons, 313 p., 1974.
- \_\_\_\_\_, THORP, M. B. Environmental Change and Episodic Etchplanation in the Humid Tropics: The Koidu Etchplain. In: DOUGLAS, I., SPENCER, T. (eds.) *Environmental Change and Tropical Geomorphology*, London: George Allen e Unwin, p. 239-267, 1985.
- \_\_\_\_\_, SUMMERFIELD, M. A Long Term Landform Development: Key Themes na Research Problems. In: GARDNER, V. (org.) *International Geomorphology*, Part II, New York: John Wiley & Sons, p. 935-956, 1986.
- \_\_\_\_\_. The Role of Etch Processes in Landform Development. I Etching Concepts and their Applications. *Zeits. Fur Geomorph.*, NF, 33 (2), p. 129-142, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Geomorphology in Tropics: A Study of Weathering and Denudation in Low Latitudes*. New York: John Wiley & Sons, 443 p, 1994.

- \_\_\_\_\_. Ages and Geomorphic Relationships of Saprolite Mantles. IN: ROBINSON, D. A., WILLIAMS, R. B. G. (eds.) *Rock Weathering and Landform Evolution*. New York: John Wiley & Sons, p. 287-302, 1994a.
- \_\_\_\_\_. Models for Landform Development on Passive Margins. Some Implications for Relief Development in Glaciated Areas. *Gemorphology*, 12, p. 3-15, 1995.
- TWIDALE, C. R. Pediments, Peneplains and Ultiplains. *Rev. Geomorph. Dynam.*, 32, p. 1-35, 1981.
- \_\_\_\_\_. LAGEAT, Y. Climatic Geomorphology: A Critique. *Progress Physical Geography*, 18, p. 319-34, 1994.
- \_\_\_\_\_. VIDAL-ROMANI, J.R. On the Multistage Development of Etch Forms. *Geomorphology*, 11, p. 107-124, 1994.
- VELDKAMP, A., VAN DYKE, J. J. Modelling of Potential Effects of Long-Term Fluvial Dynamics on Possible Geological Storage Facilities of Nuclear Waste in the Netherlands. *Geol. Mijn.*, 72, p. 237-49, 1994.
- VEILLON, L. *Sols Ferrallitiques et Podzols en Guyane Septentrionale*. Univ. Paris VI, 180 p., 1991. (Tese de Doutorado).
- VITTE, A C. *Etchplanação em Juquiá (SP): Relações entre o intemperismo químico e as mudanças climáticas no desenvolvimento das formas de relevo em margem cratônica passiva*. São Paulo: FFLCH-USP, 1998, 276 p. (Tese, Doutorado em Geografia Física).

#### RESUMEN

El artículo presenta la teoría de la *etchplanation* como un referencial teórico- metodológico para los estudios de las formas del relieve en las regiones tropicales cálidas y húmedas, destacando el papel del intemperismo químico y de los sistemas de transformaciones del manto pedológico. La originalidad de la teoría de la *etchplanation* es la consideración de los procesos geoquímicos y pedogenéticos como los principales mecanismos de la morfogenesis y del aplanamiento de las formas del relieve. En este trabajo se discute la génesis de la teoría de la *etchplanation*; el régimen cratónico y la *etchplanação* en las regiones tropicales; el intemperismo químico como mecanismo básico del aplanamiento de las formas del relieve y ha propuesto una agenda de pesquisa en la teoría de la *etchplanation*.

#### PALABRAS-CLAVE

Teoría geomorfológica – Regiones tropicales cálidas y húmedas – Etchplanação – Intemperismo químico – Sistemas de transformación del manto pedológico – Cuenca de drenaje.

#### ABSTRACT

This paper examines the *etchplanation* theory, a recent approach in geomorphology. This theory is appropriated to study landforms in tropical warm regions and it considers the chemical weathering and the transformation's systems in the pedological processes and levelling landforms. This paper discusses the genesis of the *etchplanation* theory; the cratonic regim and the *etchplanation* in tropical warm regions; the chemical weathering as a basic mechanism of levelling of landforms and it makes a proposition of na agenda of research in *etchplation* theory.

#### KEY WORDS

Geomorphological Theory – Tropical Warm Regions – Etchplanation – Chemical Weathering – Transformation's Systems of the Pedological Covering.

Recebido para publicação em 5 de junho de 2001.





# Krugman y el regreso a los modelos espaciales: ¿La nueva geografía?

**Blanca Rebeca Ramírez**

Investigadora del Departamento de Teoría y Análisis de la División de Ciencias y Artes para el Diseño de la Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco, México. Miembro de la Red Nacional de Investigación Urbana.

Correio eletrônico: bramirez@cueyatl.uam.mx

## **Resumo**

A importância alcançada no âmbito da economia e das ciências sociais pela análise espacial e, com ela, a geografia, chama a atenção, ao aparecer como uma nova dimensão desconhecida até o momento atual. Para alguns autores, como Krugman, a economia, e com ela a geografia, perderam rigor analítico na década de 1940, na medida em que a teoria do desenvolvimento não gerou técnicas adequadas de representação em modelos. Por isso, é necessário retomar esses conhecimentos, tentando resolver o grande dilema que implica a pergunta: quais idéias são aceitáveis e quais não? Para isso, propõe uma “nova geografia” que se refere à volta ao modelo de representação espacial. O objetivo é apresentar os fundamentos, que sustentam Krugman e seus seguidores, para retomar os modelos matemáticos e a teoria neoclássica como alternativa para tratar os problemas das diferenças no desenvolvimento dos países, assim como mostrar as limitações que a teoria tem para consegui-lo. Argumenta-se que a importância que tem para os países latino-americanos a análise desses temas está em que usamos novamente esses instrumentos de análise que representam mais um retrocesso do que um avanço no âmbito da teoria na geografia contemporânea.

## **Palavras-chave**

Modelos de representação espacial – processos econômico-espaciais – teoria neoclássica – “nova geografia” – globalização.

Terra Livre	São Paulo	n. 16	p. 25-38	1º semestre/2001
-------------	-----------	-------	----------	------------------

## Introducción

Con la importancia que la globalización ha dado al análisis de lo espacial, la magnitud de los aportes económicos y sociales que lo estudian se ha incrementado, mientras que la presencia limitada de la geografía económica para explicarlos ha sido una de las constantes criticada aun por especialistas de campos diferentes al de la geografía (Krugman, 1991, p. 483; Krugman, 1998, p.vii); aparentemente, son ellos quienes reclaman más esta ausencia que los mismos geógrafos especialistas en el tema, llamando la atención el hecho de que aparece como una nueva dimensión, desconocida hasta este momento, de la globalización.

Para algunos autores, como Krugman, la economía y con ella la geografía perdieron rigor analítico en la década de los cuarenta, en la medida en que ni la teoría del desarrollo ni la geografía económica generaron técnicas adecuadas de representación en modelos que permitieran entender los cambios de la estructura económica necesaria para el desarrollo entre los países; por lo tanto, el autor piensa que es preciso retomar los conocimientos generados por las áreas mencionadas, intentando resolver el gran dilema que implica preguntarse: ¿cuáles ideas son aceptables en la actualidad y cuáles no? Para ello, Krugman propone una respuesta que resulta conocida para quienes pertenecemos al área de la geografía y de la economía espacial, ésta implica volver al modelo de representación espacial.

Krugman comparte este reclamo con autores como Gallup, Sachs y Mellinger, quienes, desde la macroeconomía, proponen un análisis de las relaciones internacionales a partir de la vuelta a concepciones neoclásicas que den soporte y auge a la teoría y metodología contemporáneas para entender los procesos de globalización (Gallup *et al.*, 1998, p.10). Las dos posiciones se sustentan en la economía neoclásica, la que es aplicada nuevamente al conocimiento de la geografía.

Por su parte, la geografía económica, encargada de estudiar la localización de las actividades económicas, es entendida por Krugman como el estudio de la localización de los factores de producción en el espacio éstos son: tierra, capital y trabajo (Krugman, 1991, p. 483), sosteniendo conjuntamente con Gallup *et al.* (1998, p.10) que es un campo abandonado desde hace varias décadas, y que debería ayudar a responder cuestiones como: ¿dónde ocurre la actividad económica y por qué? (Fujita, Krugman Venables, 1999, p.1), que a la fecha han quedado sin explicación clara. De acuerdo con los autores, estas preguntas tienen vital importancia en momentos como los actuales, cuando los planes para la unificación europea se incrementan, cuando los bloques económicos acentúan sus conflictos y la globalización aparece para algunos como la coyuntura del momento y la gran solución a la crisis y al estancamiento contemporáneos, y sobre todo, cuando el espacio aparece como un referente nuevo en la discusión de dichos fenómenos. A los procesos anteriores habría que agregar también los problemas que resultan de la reestructuración económica de América Latina a partir del Tratado de Libre Comercio entre México, Esta-

dos Unidos y Canadá y la del Mercosur que están generando reorganizaciones importantes en la relaciones entre los países del continente, así como también dentro de los mismos.

Por razones obvias para algunos, pero no así para Krugman y Gallup *et al.*, estas afirmaciones sorprenden a quienes estamos inmersos en el campo de la geografía, por dos razones: primero, parecería que los autores están descubriendo una técnica innovadora no sólo para el ámbito de la economía, sino para el de la geografía misma, y segundo, porque para algunos que hemos estado trabajando en el campo de la teoría del desarrollo y la geografía, la representación de la realidad en modelos ha limitado el conocimiento real de los procesos espaciales y por lo tanto económicos, por lo que ha sido un instrumento parcial y limitado para el impulso del desarrollo y el conocimiento de los espacios en donde los modelos son aplicados: el espacio se hace estático, unidimensional y neutro.

A pesar de las fuertes y abundantes críticas que se hicieron en su momento a las teorías neoclásicas de análisis y representación espacial, se están presentando nuevas formas de conocerlas y adaptaciones matemáticas para dar respuesta a una aparente falta de alternativas teórico-metodológicas para abordar los problemas espaciales de la globalización contemporánea. La vuelta a las teorías neoclásicas, es pues, una constante entre los autores mencionados, intentando con ello dar nuevas respuestas a viejos problemas y con viejas teorías.

El objetivo del presente trabajo es presentar los fundamentos que sustentan el aporte de Krugman (1991, 1998 y 1999) con base en la inclusión de la variable geográfica en la comprensión de la falta de desarrollo de los llamados países “pobres”, a fin de volver a los modelos matemáticos y a la teoría neoclásica como alternativa para abordar los problemas de diferencias en el desarrollo entre los países, y, segundo, hacer una sustentación crítica de sus limitaciones para lograrlo. Se argumenta que la importancia que tiene para nuestros países el análisis de estos temas radica en que, sin discutir su pertinencia y sus alcances, estamos usando nuevamente estos instrumentos de análisis que significan un retroceso, más que un avance, en el ámbito de la geografía latinoamericana.

### Las ausencias en los modelos clásicos: la crítica de Krugman

La teoría neoclásica aplicada al análisis espacial nace desde la economía ,ante la falta de un cuerpo teórico coherente en la geografía o mezclado con ella, como una necesidad de contar con herramientas que permitan entender en el nivel micro la distribución de la actividad económica en el espacio durante la década de los cuarenta del milenio anterior. Este interés fue retomado por algunos economistas, que se preocuparon más por determinar la mejor localización para un conjunto de actividades en la escala de lo internacional que por saber cuáles serían las condiciones óptimas para una localización subnacional, es decir, regional; esto se debió a que, en parte, se suponía que los recursos serían totalmente

móviles entre los países, por lo que el paradigma de la economía espacial fue entonces el de la ventaja competitiva absoluta, en lugar de la ventaja competitiva comparativa (Dunning, 1996, p.3). Por otra parte, desde la geografía se intentaba dar una explicación a la forma en que la organización del espacio respondía a una lógica de organización y distribución de las actividades económicas, sean éstas de producción o de servicios, y a una escala macro, por lo que desde entonces se hacía hincapié en la distancia a los centros de consumo y, por ende, en el problema del transporte y de sus costos.

Éstas fueron las cuestiones a las que quisieron dar respuesta las teorías de la época, las que según Krugman, no resolvieron las teorías del análisis espacial de orientación neoclásica: tanto la de los modelos adoptados por la economía espacial y la geografía de Von Thünen, Lösch y Christaller o las teorías del desarrollo que sustentaron entre otros Myrdal y Hirshman<sup>1</sup>.

Los modelos de Von Thünen (1876) y de Lösch y Christaller (1940) fueron extensiones de la teoría de la maximización de la ganancia de la firma, que surgieron como una necesidad de resolver, desde la fábrica, el problema de la obtención de mayores beneficios económicos; estos planteamientos, según el autor, mantuvieron una dicotomía que no fue resuelta entre el desarrollo interno y el de las relaciones entre las economías espaciales de los países (*ibid.*), y en donde el beneficio estaba en función de la distancia que se tenía que cubrir para abastecer a la fábrica y al mercado, y que se resolvía con una determinada forma de organización de la producción articulada a partir del transporte.

Ambos fueron modelos geométricos que concebían el espacio en cuanto forma: el caso de Von Thünen remite a círculos concéntricos organizados a partir de una diferenciación de los productos agropecuarios según su intensidad y que se vinculan con las ciudades que los comercializan y los consumen con sistemas eficientes de transporte. Por su parte, el de Lösch y Christaller se basa en una jerarquización del lugar central (la ciudad) que provee bienes y servicios con un alcance que marca el umbral entre el centro y los hexágonos que se forman alrededor del eje de servicios que por jerarquía es el que aglutina y articula al espacio en cuestión.

Por otro lado, la economía del desarrollo que prosperó en la década de 1940 intentó explicar por qué algunos países eran más pobres que otros, proponiendo formas por medio de las cuales los pobres llegaran a ser ricos (Krugman, 1998, p. 6). De diferente manera, estas ideas se anticiparon a la moderna teoría del intercambio y del crecimiento, y en ésta, según Krugman, la lectura casual de la literatura del desarrollo sugiere que en la argumentación las economías de escala eran un factor limitante en la habilidad para establecer industrias con ganancias en países menos desarrollados, y que en presencia de las economías de escala, las economías monetarias externas asumen un significado real en la generación de riqueza (Krugman, 1998, p. 15).

---

1. No es el objetivo del presente trabajo hacer una exposición amplia de cada una de las teorías consideradas por Krugman. Para una ampliación de estos temas véase Ramírez, 2001, además de la amplia bibliografía que sobre la teorías neoclásicas de la localización espacial se han generado.

Krugman, a partir de sus argumentaciones sobre Hirshman y su “estrategia para el desarrollo económico”, Myrdal (con su teoría de la “causación circular acumulativa”), Lewis y Rosenstein-Rodan, entre otros, sustenta, como elemento central de su planteamiento, que las economías de escala en la planta produjeron rendimientos crecientes en el nivel agregado vía las externalidades de las economías de aglomeración, en tanto que factores que incidieron en la distribución espacial de las empresas (Krugman, 1998, p.17).

El nuevo impulso que da a lo que propone como una ‘nueva geografía’, parte de una crítica a los cuerpos teóricos de la economía del desarrollo por no haber incluido elementos de localización de la actividad económica en el espacio y porque ambas fallaron ante la imposibilidad de sus creadores de expresar sus ideas en una representación en modelos adecuada y acorde con la tecnología del momento. El problema crítico, tanto en la economía como en la geografía, fue su incapacidad para elaborar un *modelo* explícito y claro sobre la estructura del mercado que permitiera *representar* las condiciones de competencia en las economías hipotéticas que describían (*ibid.*).

Según estos autores, las teorías espaciales y las del desarrollo se enterraron entre 1960 y 1980 debido a dos causas: sus fundadores fallaron al no proponer puntos suficientemente claros y analíticos para comunicarse con otros economistas, y por no haber respondido a preguntas fundamentales en la comprensión de los hechos de localización económica. Pero, en realidad, ¿cuáles son las críticas que se hacen a estos campos teóricos?

La crítica de Krugman a la teoría del desarrollo se sustenta en tres argumentos fundamentales: a) se usó como justificación para introducir políticas que impedían el crecimiento en lugar de propiciarlo, ya que cuando éste ocurría, no había sido debidamente anticipado por los economistas teóricos; b) se sustenta en un discurso arcaico y no matemático, y c) se basan en modelos poco claros que no reconcilian las economías de escala con la estructura de competencia del mercado (Krugman, 1998, p. 24-25). Por otro lado, existen comentarios específicos para cada autor que particularizan sus apreciaciones: falta de claridad y representación en modelos de los encadenamientos entre las empresas en Hirshman; en las economías horizontales y verticales de Rosentein-Rodan; en los factores que detonan los cambios en los círculos acumulativos de Myrdal, etcétera.

Por otro lado, la crítica de Krugman a la teoría espacial se sustenta en general en las mismas argumentaciones que hace contra la economía del desarrollo, pero subrayando el hecho de que el problema de la ausencia de un tratamiento claro sobre los rendimientos crecientes de las empresas y su vinculación con la estructura del mercado (actualmente léase) es mayor en la economía espacial que en la del desarrollo (Krugman, 1998, p. 35), aunado al hecho de que en la economía espacial no se puede empezar el análisis sin encontrar una forma de vincular las economías de escala con las empresas oligopólicas (*ibid.*).

A pesar de algunas críticas que ha recibido la teoría del lugar central, en relación con la falta de realismo en la distribución de la demanda, la relación entre los costos del transporte y la distancia, él considera que no son del todo importantes. Por el contrario, el

problema se centra en la falta de claridad de quien decide y cuáles son las resoluciones que se toman, y el casi completo silencio sobre las soluciones individuales para localizar las posibles afecciones de una fábrica sobre la otra (*ibid.*, p. 39). En relación con la argumentación a la teoría de Lösch, se dice que los hexágonos se propusieron para buscar una localización óptima, pero sin una descripción de la estructura clara del mercado (*ibid.* p.40). En ese sentido, es más un esquema de la forma en que se organiza un sistema urbano (modelo de localización) más que un modelo económico en el cual la estructura observada podría explicarse en términos de sus causales más profundas (*ibid.*). Por su parte, en el caso de Vön Thünen, su argumentación radica en que aporta pocos elementos para conocer las causas que originan el retraso en las áreas del capitalismo poco avanzado, así como las fuerzas “centrípetas” que generan dichas concentraciones en oposición a las “centrífugas” (*ibid.*, p. 53), entre otras.

Por último, en relación con Walter Isard y su teoría regional, el autor sustenta que su principal objetivo de traer las preocupaciones espaciales dentro del corazón de la teoría económica nunca fue alcanzado (*ibid.*, p. 55). En su opinión, el trabajo de Isard es una síntesis de las aportaciones de Weber y de Vön Thünen, Christaller y Lösch en un paquete manejable (*ibid.*, p. 56), en donde la localización es sólo otra opción variable en un modelo de equilibrio general de la competencia, del tipo que ha dominado el análisis económico. Desde su punto de vista esto es incorrecto, pues nunca se presentó un modelo general de equilibrio de la localización (*ibid.*). En ese sentido, la llamada “ciencia regional” es un campo ecléctico de conocimiento aplicado que no integra teoría (*ibid.*, p. 57).

Independientemente de que algunas de sus críticas puedan ser válidas, y por lo tanto aceptables a pesar de que no se compartan los postulados de su cuerpo teórico neoclásico, la propuesta de Krugman puede representar un retroceso más que un avance en el campo del conocimiento geográfico en general y de las relaciones entre países en particular, por la forma en que concibe el uso de los modelos y por la lógica utilizada para plantear la ‘nueva geografía’.

## ¿El regreso a cuál modelo?

Desde el inicio del milenio anterior, el uso de modelos para la representación de la realidad se presentaba como la vanguardia de las metodologías de la época, no sólo para economistas, sino para geógrafos y científicos sociales en general. En la economía, ha sido un soporte analítico fundamental, no sólo para los econométricos, sino para todos aquellos que quieren sustentar “científicamente” sus supuestos y argumentaciones mediante la elaboración de diferentes tipos de modelos de representación de la realidad, ya sea a priori o a posteriori. En la geografía, en tanto, el uso de modelos alimentó la revolución cuantitativa y neo positivista de la posguerra, sobre todo en Estados Unidos, y desde allí influyeron en Europa, principalmente sobre Gran Bretaña, y muy posteriormente y de diferentes maneras, en las geografías latinoamericana y asiática.

Si bien algunas de las críticas de Krugman a las teorías del desarrollo y de la teoría espacial son correctas, carecen de una sustentación rigurosa en un planteamiento alterno que permita vislumbrar un cambio importante en sus aparentemente nuevos aportes. Basándose en un modelo totalmente irreal de competencia monopólica elaborado por Dixit y Stiglitz en 1977, el autor intenta elaborar un modelo de localización múltiple que explique la ubicación deseable, la evolución de la economía y la concentración de las industrias (Krugman, 1998, p. 61). Considera, así, dos sectores de la economía para su propuesta: el agrario geográficamente inmóvil y estático, que supuestamente no cambia, y la manufactura, que se mueve sobre el tiempo, es decir, cambia de localización, con lo cual se intenta introducir un modelo dinámico en la historia (Krugman, 1998, p. 60-61). Con esta conjunción de sectores pretende juntar la teoría del lugar central, la del potencial del mercado, la de causación acumulativa y la de la localización de economías externas, resolviendo así los problemas que presenta cada una de las cuatro tradiciones que considera importantes (*ibid.*, p. 62), en un ejercicio ecléctico de teorización modelística: lo que no resolvieron por separado, lo solucionará la conjunción de todas.

El modelo escogido por Krugman es matemático y cuantitativo, más que geométrico y representativo. Con ello, se hace del instrumental matemático “la forma” para adoptar el carácter de “científico” de su propuesta. Por otro lado, el instrumental teórico en el que se fundamenta es el neoclásico, que tiene deficiencias importantes, ya consideradas en algunos textos, entre los que destaca un modelo que tiende a resolver los problemas espaciales sin que el espacio sea integrado realmente a la propuesta, ya que éste, tanto para Krugman como para la teoría neoclásica, es otra vez una externalidad, es inmóvil y dado, es un fenómeno contenedor de elementos económicos, que no explica las causas que originaron las localizaciones y que se comporta de la misma manera en todos los casos, cambiando sólo los factores que definen su contenido: el capital y el trabajo. La movilidad está dada por dos elementos: las nuevas localizaciones, y entre ellas el transporte que comunica los espacios, que son planos y homogéneos, sin tomar en cuenta condicionantes físicos o sociales que pudiesen alterar o cambiar las tendencias marcadas por el modelo en cuestión. En cierto sentido, confunde movilidad con historia, en la medida en que sólo la industria que cambia de ubicación es dinámica y por lo tanto histórica, eliminando la posibilidad del estudio espacial de las transformaciones que se realizan en localizaciones anteriores y su reestructuración económica, política y social. Lo más importante en este punto es el reduccionismo con el que se trata al sector agrario, ya que no se toman en consideración las adecuaciones a las que la agricultura se ha visto sometida en función de sus diferentes relaciones, tanto intrarregionales como internacionales, a lo largo de los años y la historia.

El espacio se hace estático, y por lo tanto carente de una posibilidad de reorganización y adecuación de acuerdo con las transformaciones sociales de los diferentes países.

Por otro lado, parecería que del espacio se apropian las empresas y las manufacturas, pero no los empresarios o por grupos financieros con intereses propios. La dinámica está dada, entonces, no por la forma en que diferentes intereses, y por lo tanto agentes sociales,

se apropian, usan o transforman el espacio en donde ubican sus actividades, sino por la actividad general en sí misma. Esto neutraliza el proceso y lo convierte sólo en hechos ejemplificados en generalidades, que pueden ser aplicadas a cualquier sociedad y a cualquier espacio, sin consideración de sus especificidades ni de su historia.

En un complicado conjunto de 29 pasos, con ecuaciones matemáticas complejas, intenta volver a explicar el comportamiento espacial de la localización de industrias con explicaciones sobre la competencia en el mercado. No negamos la importancia ni el rigor que pueda darle la matemática a la lógica del pensamiento, sino el cumplimiento del objetivo para el cual se usa el instrumento, que en este caso era el de resolver la falta de claridad en el manejo espacial de los autores criticados en un principio.

En resumen, la “nueva geografía” propuesta por Krugman y sus seguidores concibe la novedad a partir de uso de las matemáticas y de los últimos recursos tecnológicos para hacer la representación cartográfica, pero no toma en cuenta la discusión amplia y crítica que se ha hecho a las concepciones no territorializadas de los procesos económicos y geográficos, y en una concepción anacrónica del espacio geográfico, en donde la falta de movilidad (en el sentido de dinámica y transformación de un espacio) y la neutralidad han sido problemas del siglo pasado ya discutidos por la geografía latinoamericana.

### La lógica de las nuevas argumentaciones: ¿el regreso a problemas no resueltos?

El uso de modelos refiere a una de las tres formas que Harvey reconoce para implementar la explicación de fenómenos (Harvey, 1969, p. 38) basándose en los postulados de Workman (1964). Esta orientación se sustenta en la elaboración de un “cuadro” de los hechos, de tal manera que por analogía:

“... aquello que no conocíamos nos parezca más familiar. La explicación, por lo tanto, incluye la descripción obtenida, por ejemplo, por analogía de algo no observado. Esta descripción permite hacer predicciones adecuadas y resulta veraz en tanto que no contiene contradicciones” (*ibid*).

Por su parte, Chorley reconoce tres diferentes usos de la categoría modelo: como sustantivo implica representación; como adjetivo es ideal y como verbo significa demostrar (Chorley, 1995, p. 106). Desde esta perspectiva, el uso de modelos para la explicación es válida y aceptada como una opción entre las múltiples que existen para entender la realidad en que vivimos, para mostrar modelos ideales a los que tienda el futuro de la sociedad o para ejemplificar los actuales. Sin embargo, nos tendríamos que preguntar: ¿responde o no a una explicación de los aspectos no resueltos por la economía espacial en relación con la localización industrial?, es decir, ¿integra la falta de análisis del espacio en el que sustenta su crítica a los modelos clásicos? Para responder me centraría en reflexio-



nar sobre dos puntos fundamentales en relación con los aportes de Krugman: primero, si resuelven realmente los problemas metodológicos del análisis espacial; segundo, si el uso de la simbología, la representación y el lenguaje en los modelos propuestos ayuda efectivamente a aclarar los procesos.

En relación con el primer punto, el planteamiento del nuevo modelo matemático para la generación de una “nueva geografía” económica lo hacen Krugman y Gallup, Sachs y Mellinger ante una imposibilidad de acercarse metodológicamente al problema del espacio. En ese sentido, considero que habría que responder dos preguntas: ¿qué tan nuevo es en realidad el aporte?, y, ¿en qué medida resuelve los problemas del espacio que quedaban fuera y que ahora son parte del sustento de la nueva explicación?

Es difícil deslindar el campo de la geografía cuantitativa con orientación geométrica de la economía espacial de orientación neoclásica. Si bien el soporte en modelos y los supuestos son semejantes, la importancia que cada le da al problema de la organización espacial (la primera), o bien a los factores de definición económica (la segunda) define el toque característico y particular de cada una. Dentro del ámbito geográfico, esta orientación puede considerarse como una posición específica dentro de la denominada geografía cuantitativa que se desarrolló sobre todo en los países sajones desde la década de 1950 y con acento sobre todo en el entendimiento de problemas económicos.

La construcción de una ‘nueva geografía’ a partir de modelos no es, entonces, una idea nueva; por el contrario, desde mediados de la década de 1960 en Estados Unidos se gestó una geografía de carácter cuantitativo que se extendió a países como Gran Bretaña, y en donde se tendió a utilizar el lenguaje matemático como forma de explicación de sus teorías económicas y a la que se le denominó de la misma manera ‘Nueva Geografía’. Chorley sostenía que con su uso, habría un cambio en los conceptos de la geografía económica, mismos que se aplicaron y extendieron hacia la geomorfología y al análisis de la población, entre otros temas (Chorley & Haggett, 1997, p. 9). Desde esta perspectiva, la novedad que se atribuye a la aplicación matemática para la explicación de los fenómenos no es tal.

Por otro lado, con la aplicación del modelo se propone resolver la falta de comprensión de los problemas de la estructura del mercado y de la competencia que ahora tiene otras dimensiones, como la globalizada, todos ellos elementos que si bien Krugman integra en sus ecuaciones matemáticas, al manejar las implantaciones industriales en sí mismas, no aclaran las formas a través de las cuales se integran con el comercio internacional o bien desvinculan a la empresa del contexto nacional o regional y por lo tanto de las interacciones que entre ellas, y entre los espacios que ocupan, se generan. En ese sentido, si uno de los aspectos innovadores del modelo de Krugman era la vinculación con los procesos internacionales, al manejarla con un modelo como el que propone, parecería que no resuelve del todo su comprensión ya que queda el espacio otra vez como externalidad manejado con variables económicas como tasa de cambio, por ejemplo (Calderón & Mendoza, 2000). En ese sentido, ahora no sólo el espacio nacional sino el internacional se

homogeneiza como estático y externo al proceso mismo, por lo que vuelve a plantear un modelo a-espacial.

En ese sentido se replantea una concepción de espacio plano, definido por circunstancias hipotéticas y externas a los factores que se movilizan en la economía neoclásica, y no por elementos que tomen la integración al factor internacional como un elemento dinámico en la decisión de las firmas para ubicarse, y en donde, una vez más, las libres fuerzas de la oferta y la demanda deciden la posibilidad o no de ubicar la industria, ¿cuál sería entonces la novedad en el ámbito espacial de esta “nueva geografía”?

Para contestar esa pregunta tendríamos que explicarnos si la teoría neoclásica responde realmente a un análisis dinámico del espacio, sobre todo cuando en algunos trabajos que se apoyan en estos modelos se percibe una externalidad del espacio y un tiempo lineal e inmóvil, tratado como promedio de tiempos y no como momentos de la transformación o de la localización en el espacio (*ibid.*). Desde esta perspectiva, espacio y tiempo, las dos componentes fundamentales del análisis geográfico del espacio, son considerados como externalidades, incluso en la propuesta de Krugman parecería que los bienes y servicios se mueven como promedios entre lugares sin dimensión, con costos de transporte uniformes (Ranfla, 1999).

El análisis del espacio no se resuelve con la utilización de un modelo de competencia que responda a la lógica de la economía, sino descubriendo su comportamiento real y analizando las formas complejas por las cuales las relaciones e interrelaciones que caracterizan la localización que adoptan las firmas en espacios definidos; para ello, se requiere de una metodología propia más que de la cuantificación matemática y la representación geométrica o gráfica de los fenómenos aparentes, que son en mayor medida consecuencia de los procesos que en él se desarrollan que características que los componen y los contienen.

En el caso que presenta Krugman, el modelo matemático actualizado con la tecnología contemporánea sustituye al geométrico de Vön Thünen y Lösch; la teoría es la misma, mezcla varios supuestos que imposibles de resolver o transformar. En este caso, la propuesta no se aleja del concepto tradicional de la economía espacial ni por ser novedosa ni por resolver los supuestos metodológicos del análisis espacial que nos ocupan.

Pero pasando al segundo punto que cuestionamos en este apartado, hay que entender que los modelos no son más que una interpretación o una representación de las teorías (Harvey, 1983 [1969], p. 176), para validarlas o invalidarlas, con manifiestas dificultades en la medida en que hay muchas deficiencias de índole epistemológico en torno a su elaboración, que hacen cuestionable y en ocasiones hasta problemático su uso. Nos preguntamos, entonces, si el modelo es la forma de resolver el problema de la actualización de la ciencia o la única forma de hacerlo, sobre todo cuando los modelos tienen años de vigencia y han demostrado que no resuelven muchos de los problemas que se presentan en las condiciones de competencia y en las estructuras de mercado.

Lo que es cierto es que tanto los economistas como los geógrafos han abusado en la investigación de los modelos hipotéticos (a priori en la concepción de Harvey), para ex-

plicar el mercado, la concentración y la organización espacial, y en donde se han encontrado una discordancia entre el modelo, que tiene además un carácter predictivo, y el comportamiento de los fenómenos de la realidad. Es más, el gran problema que existe es que han hecho del “modelo” y de las “matemáticas” (incluyendo aquí la “estadística”) la única forma de hacer ciencia y de acercarse a los problemas, olvidándose de que hay otras formas de hacerlo más explicativas y analíticas, y, por qué no, más cualitativas.

Cada paradigma adopta un lenguaje específico referido y restringido al sector empírico al que refiere (Harvey, 1983, p. 45) y que sustenta una forma concreta en la cual expresa cómo percibió la realidad específica que posiblemente conceptualizó en su pensamiento. Las matemáticas no necesariamente tienen que ver con el problema de la cuantificación estadística o modelaje, sino que representan un lenguaje abstracto de signos relacionales que pueden ayudar a entender y abstraer algunos problemas, pero sin que signifique necesariamente que por su uso marque tendencias a partir de la cuantificación (*ibid.*, p. 197-198) o del uso del modelo. Pero, además, la elección de un paradigma, entendido como aquella forma mediante la cual intentamos explicar o resolver problemas, no es una cuestión que pueda solucionarse recurriendo exclusivamente a la lógica, o a la experimentación o, como en este caso, de la creación de un ‘modelo adecuado’. Por el contrario,

...”es una cuestión de juicio, un acto subjetivo de elección, un acto de fe que no obstante puede respaldarse con evidencia sólida de la lógica o de la experimentación” (Harvey, 1983, p. 41).

Si a lo anterior le agregamos también que la simbología del modelo matemático no es la misma que la utilizada en la representación cartográfica de la geografía, la que aparentemente resulta también obsoleta en términos krugmanianos, la indefinición de la práctica del investigador sobre el espacio se complica cuando Krugman responde a la pregunta de ¿qué hace a una idea aceptable mientras que a otras no?, en los términos siguientes:

“La respuesta – que es obvia para cualquiera que está inmerso en investigación económica pero aún misteriosa para los extraños- es que para que una idea pueda ser tomada seriamente tiene que *ser algo que puedas modelar*. Una idea modelada adecuadamente es, en economía moderna, *un equivalente moral de una región descubierta por los cartógrafos del siglo XVIII*” (Krugman, 1998, p. 5) (cursivas mías).

Esta afirmación me preocupa por dos razones: en su discurso parecería que para los geógrafos la tarea contemporánea consiste en sustituir la representación en mapas, aparentemente anticuada, por la de modelos, o bien la de sustituir la geografía por una mera representación cartográfica, que en su versión moderna estaría restringida a la utilización de los sistemas de información geográfica (SIG’s). Al respecto, es preciso dejar claro que aún en la época contemporánea el modelo económico no puede sustituir al mapa geográfico ni tampoco que el hacer geografía actualizada implica que son las matemáticas o los SIG’s los que

sustituyen el análisis o la explicación de los fenómenos propios del espacio; cualesquiera de estas apreciaciones mostraría más contundentemente que la ausencia del espacio es una de las características más evidentes de la representación de los modelos neoclásicos.

Ésta es una idea limitada de lo que es la práctica de los especialistas y de los interesados en el análisis espacial en la terminología krugmaniana, en donde incluyo no sólo a geógrafos y economistas, sino a urbanistas, planificadores, sociólogos y antropólogos entre otros, quienes tendrían una agenda mucho más amplia y compleja de actividades que las exclusivamente restringidas a la construcción de modelos matemáticos o al uso indiscriminado de los SIG's. Ellos tendrían que explicar y analizar las tendencias actuales de las transformaciones territoriales que están implementando los países, incluso los latinoamericanos, ante una reestructuración económica sustentada en políticas neoliberales que, evidentemente, están agudizando las diferencias, la pobreza y la distancia que existe entre los países pobres y los ricos, y que supuestamente eran parte de los problemas iniciales que esta "nueva geografía económica" intentaba resolver.

De cómo los modelos de la teoría neoclásica incidirían en la resolución de las diferencias entre países y entre regiones; de cómo abordar las diferencias como problemas de exclusión estructural y no como "externalidades", o de cómo internalizar en los modelos el factor espacial no se comenta nada al final de las supuestas aportaciones de la "nueva geografía" que, como ya dijimos, de nueva parece no tener ni el nombre. Me pregunto, entonces, ¿y por qué regresar a los modelos matemáticos y a la teoría neoclásica, cuando podría haber aportes mucho más ricos que pudiesen resolver los problemas no resueltos? El reto está en plantearlos de acuerdo con la realidad y en sostener una discusión franca y abierta que permita ir adelante en la generación del conocimiento geográfico, más que en regresar a postulados que si bien han servido para representar la forma en que las localizaciones industriales se han organizado, distan mucho de ser instrumentos teóricos ni metodológicos para entender dinámicas y procesos de transformación y de cambios en el espacio.

## Bibliografía

- BOSQUE SENDRA, Joaquín. "La evolución de la geografía teórica y cuantitativa", en Bal-  
lesteros García, Aurora. *Teoría y Práctica de la Geografía*, Madrid, Alhambra, 1986.  
p.44-62.
- CALDERÓN Cuauhtémoc & JORGE E. Mendoza. *Integración en el mercado de trabajo como  
factor de localización de la Industria Maquiladora en la frontera norte de México*, ponencia  
presentada en el 23 Encuentro de la Red Nacional de Investigación Urbana, Cd Juárez,  
Chihuahua, septiembre 22 y 23.2000.
- CHORLEY, R. "Changing concepts in Economic Geography", en Chorley R & P. Hagget,  
*Frontiers in Geographical Teaching*, London, Methuen. 1965. p. 101-117.
- CHORLEY, R. & Haggett, P. *Integrated Models in Geography*, London, Methuen. 1967.

- DUNNING, J. "Globalization, Technological Change and the Spatial Organization of Economic Activity", *Reading Discussion Papers in International Investment and Business Studies*, serie B, vol. VIII. 1995/96.
- FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A. *The Spatial Economy. Cities, Regions and International Trade*, <http://web.mit.edu/krugman/www/fkvintro.html>. 1999.
- GALLUP, J.; SACHS, J. & MELLINGER, A.. *Geography and Economic Development*. Cambridge, National Bureau of Economic Research, working paper 6849, NBER Working Paper Series. 1998.
- HARVEY, D. *Teorías leyes y modelos en geografía*, Madrid, Alianza Universidad. 1969.
- \_\_\_\_\_. *Teorías, leyes y modelos en geografía*, Madrid, Alianza Editorial. 1983 (1969).
- HIRSCHMAN, A. *Desarrollo y América Latina. Obstinación por la esperanza*, México, Fondo de Cultura Económica, lectura núm. 5. 1973.
- ISARD, Walter. "Some empirical regularities of the space economy", en *Location and Space Economy*. 1956.
- KRUGMAN, P. "Increasing Returns and Economic Geography", *Journal of Political Economy*, 99. 1991. p.483-499.
- \_\_\_\_\_. *Development, Geography and Economic Theory*, Cambridge, The MIT Press. 1998 (1995).
- \_\_\_\_\_. "Introduction", en *The spatial Economy: cities, regions and international trade*, 1999, <http://web.mit.edu/krugman/www/fkvintro.html>
- MYRDAL, Gunnar. *Teoría Económica y regiones subdesarrolladas*, México, Fondo de Cultura Económica, 5ª reimpresión. 1979 (1957).
- RAMÍREZ, Blanca, 2001, "Modelos espaciales neoclásicos: De Lösch y Christaller a Krugman", en *Modernidad, globalización y territorio: un recorrido por los campos de las teorías*", en proceso de edición.
- RANFLA, Arturo. "De las ventajas comparativas a la competitividad de las naciones: los viejos principios y las nuevas relaciones de la globalización y el desarrollo regional", en *PARADIGMAS*, Universidad Autónoma de Baja California, año 7, núm. 26, abril-julio. 1999.
- WORKMAN, R. W. "What makes an explanation", *Philosophy Sci*, 31. 1964. p. 241-254.

#### RESUMEN

La importancia que ha adquirido en el ámbito de la economía y las ciencias sociales el análisis espacial, y con él la geografía, llama la atención al aparecer como una nueva dimensión desconocida hasta este momento. Para algunos autores como Krugman, la economía y con ella la geografía perdieron rigor analítico en la década de los cuarenta en la medida en que la teoría del desarrollo no generó técnicas adecuadas de representación en mode-

#### ABSTRACT

Spatial issues, and therefore geography, had acquired great importance amongst the social sciences in general, and in particular within the economic discussions arguing for a new dimension apparently unknown till the present. Some authors, such as Krugman, sustain that economy and geography lost his analytic rigor during 1940 due to the absence of adequate techniques of representation by models; in that sense, it is important to

los; por lo tanto, es preciso retomar estos conocimientos intentando resolver el gran dilema que implica preguntarse: ¿cuáles ideas son aceptables y cuáles no? Para ello, propone una “nueva geografía” que implica volver al modelo de representación espacial. El objetivo es presentar los fundamentos que sustentan Krugman y sus seguidores para volver a los modelos matemáticos y a la teoría neoclásica como alternativa para abordar los problemas de diferencias en el desarrollo entre los países, y segundo, sustentar las limitaciones que tiene la teoría para lograrlo. Se argumenta que la importancia que tiene analizar estos temas para los países latinoamericanos radica en que estamos usando nuevamente estos instrumentos de análisis que significan más un retroceso que un avance en el ámbito de la teoría de la geografía contemporánea.

#### PALABRAS-CLAVE

Modelos de representación espacial – procesos económico-espaciales – teoría neoclásica – “nueva geografía”.

answer: what sort of ideas are acceptable? In order to answer that question, a ‘new geography’ is proposed referring to the return to models of spatial representation. The main target of this essay is to analyze the way in which Krugman and his followers support the return to the mathematical models of the neoclassical theory as an alternative way to understand differences in development amongst the countries, as well as present the main limitations of these argumentations in order to solve those problems. The importance for Latin American countries of the discussion lays in the fact the way in which we are using again those instruments in order to explain our problems represent a coming back to old theoretical problems within contemporary geography.

#### KEY WORDS

Models of spatial representation – economic and spatial processes – neoclassic theory – ‘new geography’.

---

Recebido para publicação em 29 de abril de 2001.

# Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização

**Darlene A. de Oliveira Ferreira**

Professora Doutora do Depto. de Antropologia, Política e Filosofia/  
Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Araraquara  
Correio eletrônico: darlene@fclar.unesp.br

## **Resumo**

O presente artigo apresenta uma exposição sobre a Geografia Agrária no Brasil, tratando de sua conceituação e de sua periodização. As diferentes concepções de Geografia Agrária, ao longo do tempo, que marcaram o período compreendido entre meados da década de 1930 e meados da década de 1990, foram buscadas em autores que discutiram a definição deste ramo e seu papel no contexto da ciência geográfica. Como tais análises e definições variaram e, principalmente, como o desenvolvimento de tal ramo da Geografia não foi uniforme, a indicação de diferentes fases nos estudos foi detectada e tratada num Quadro Síntese da Geografia Agrária Brasileira.

## **Palavras-chave**

Geografia agrária – conceitos – periodização.

Terra Livre	São Paulo	n. 16	p. 39-70	1º semestre/2001
-------------	-----------	-------	----------	------------------

## Introdução

O estudo da relação homem-natureza acompanha o desenvolvimento da Geografia desde a sua origem. A análise das regularidades na localização do homem e de suas atividades procurou desvendar sempre a lógica dessa distribuição sobre a superfície terrestre. Se essa distribuição tem implícita uma variação no espaço, objeto de estudo da Geografia, ela apresenta também uma lógica temporal, ou seja, a relação homem-natureza varia também no tempo.

As organizações espaciais, porque constituídas pela sociedade, caracterizam-se por um processo de mudanças nas formas de combinar os elementos sociais e naturais. A indissociabilidade espaço/tempo é uma característica importante da análise geográfica e passa pelo entendimento de como o homem reagiu e vem reagindo às influências da natureza ao longo do tempo. Por outro lado, a interpretação, pela ciência, destas diferentes formas de reação também varia ao longo do tempo, acompanhando as transformações das idéias e dos paradigmas científicos.

Neste sentido, a Geografia se preocupa não somente com o espaço, entendido como o local de atuação da sociedade, mas também com a conotação temporal, que imprime uma configuração diferenciada, no decorrer do tempo, a cada evento geográfico, seja ele um rio, uma fábrica, uma propriedade agrícola, uma cidade. Entender e caracterizar os eventos geográficos também variou no tempo e as mudanças nas formas de interpretar o espaço e as distribuições espaciais determinaram conjuntos de procedimentos e de temáticas distintos.

A consolidação, pois, destes campos de interesse, para cada evento geográfico, resultou em conjuntos sistematizados: o da Geografia Humana e Física em princípio, o da Geografia da População, Industrial, Agrária, Urbana, dos Transportes, o da Hidrologia, o da Geomorfologia, o da Climatologia posteriormente, que, para alguns, levaram a ciência geográfica a perder a unidade, e, para outros, possibilitaram a realização de estudos mais aprimorados e especializados, mas todos preocupados em definir seu foco considerando a relação homem/meio-homem/homem, componentes fundamentais da análise geográfica.

As transformações na sociedade levaram a mudanças e especializações da ciência. A complexidade das relações estabelecidas pelo homem em suas diferentes formas de ação sobre o espaço geraram uma busca de respostas, que não poderiam ser genéricas, mas próprias a cada campo de interesse científico.

Da análise geral para a particular, cada campo de interesse passou por transformações variadas que em nenhum momento deixaram de acompanhar as mudanças gerais por que passava a Geografia. A história do pensamento geográfico retratou o próprio surgimento dos campos de interesse, à medida que os novos paradigmas ou escolas tendiam a adequar-se às necessidades de interpretação impostas pelas transformações da sociedade.

Nessa perspectiva, o interesse geográfico pelo estudo do meio rural desenvolveu-se de forma bastante particular e alcançou um papel de destaque no contexto da ciência



geográfica, sendo contemporâneo ao desenvolvimento da Geografia Científica do século XIX e início do XX.

Considerando-se que a agricultura é a atividade econômica mais antiga da sociedade e que, quando de sua sistematização, a Geografia surge em meio a uma sociedade agrária, na qual o econômico era o rural e o tipo de organização espacial mais visível e dominante era a rural, a ênfase nos estudos rurais foi, de certa forma, natural.

## Pensar o agro do ponto de vista geográfico

A Geografia Agrária apresenta uma história muito particular no tocante ao desenvolvimento da Geografia: conhecer a superfície da terra e detectar as formas de exploração (cultivos, técnicas) aparece como a primeira forma de analisar a agricultura.

Definida como atividade econômica praticada pelo homem e que visa à produção de alimentos e matéria-prima, assim como o extrativismo vegetal e a pesca, a agricultura é tema bastante antigo da Geografia. Sem constituir propriamente uma escola, o estudo da agricultura dá-se em um contexto no qual ela é considerada um elemento da paisagem e, portanto, de interesse de cronistas e viajantes mais que (propriamente) de geógrafos.

No Brasil, Antonil (1711, 1ª. ed.) é um dos cronistas que reúne informações detalhadas sobre a cultura da cana-de-açúcar, a do tabaco, a criação de gado e a mineração em seu livro *Cultura e Opulência do Brasil*, e graças à minúcia com que o autor tratou as atividades citadas a administração portuguesa ocultou a obra durante longo tempo (Valverde, 1964).

Outro trabalho, *Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia de Gêneros Alimentícios no Império do Brasil* (1860), de Sebastião Ferreira Duarte, merece destaque por ser seu autor o primeiro a se preocupar em entender a lógica do comportamento da agricultura brasileira. Nele, Duarte procurou comprovar que a abolição do tráfico de negros não provocou a queda da produção agrícola brasileira, já que a absorção da mão-de-obra agrícola pela grande exploração ocorria em detrimento das culturas de subsistência.

Até a década de 1930, a literatura de interesse geográfico pode ser enquadrada em quatro fases (Andrade, 1994). A primeira, até a metade do século XVIII, é representada por trabalhos de cunho não-científico efetuados por cronistas, aventureiros e comerciantes que, em crônicas e relatórios, se preocupavam com a descrição dos homens e da terra. A segunda fase, que compreende a primeira metade do século XIX, foi marcada pela vinda de viajantes estrangeiros, os quais objetivavam conhecer diferentes áreas do país, observando e colhendo informações e material para estudos.

Compreendendo o período Imperial e a Primeira República, na terceira fase diferentes cientistas visitaram ou viveram no Brasil, “realizando trabalhos de campo, levantamentos em áreas em que o governo pretendia investir nos mais diversos misteres (...) Eram porém estudos esparsos, específicos sobre determinadas áreas ou sobre determinados problemas e não faziam convergir para uma reflexão científica mais ampla, mais pura (...)” (Andrade, 1994, p. 68).

Já em fins do século XIX e início do XX, na quarta fase, alguns trabalhos de cunho literário demonstraram a preocupação em estudar o processo de conquista e ocupação do território brasileiro. São autores como Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha e Joaquim Nabuco, que escreveram demonstrando compromisso com a Geografia como ciência (Andrade, 1994).

Após a Revolução de 30, ocorre a proliferação de estudos sobre a realidade brasileira, e autores como Gilberto Freire, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda procuram caracterizar a realidade nacional. A necessidade de conhecer e conquistar o território brasileiro – até então mais conhecido pelos estrangeiros que aqui buscaram conteúdo para seus estudos – em função da política de modernização a ser implantada pelo governo federal torna o conhecimento geográfico autônomo e o institucionaliza.

Neste contexto, a Geografia Agrária brasileira se desenvolveu seguindo uma trajetória de influências oferecidas pela própria realidade e pelas mudanças paradigmáticas que determinaram os temas de estudo e as formas de estudá-los. Alguns geógrafos, além de preocupar-se com o estudo da realidade propriamente dita, efetuaram a discussão e a sistematização teórica desse campo de conhecimento, dentro da Geografia.

É possível percebermos que definir Geografia Agrária não foi tarefa fácil para aqueles que a isto se propuseram. Uma das dificuldades principais esteve no fato de a Geografia Agrária ter como objeto uma atividade estudada também por outras ciências.

O estudo geográfico da agricultura foi realizado ao longo do tempo por diferentes enfoques que produziram uma diversidade de definições, as quais refletiam o modo de pensar do momento. Assim, em princípio, a Geografia Agrária era desenvolvida como “parte” da Geografia Econômica, e os estudos econômicos em Geografia tinham, na agricultura, seu foco principal.

Apesar disso, a denominação Geografia Agrária não era adequada, considerando-se que o conteúdo destes estudos voltava-se, prioritariamente, para a análise da produção agrícola, da distribuição dos cultivos e pouca importância era dedicada às questões sociais, característica dos estudos agrários. O produtor agrícola, nesse momento, era considerado um elemento da paisagem, estudado em seu hábitat e em seus gêneros de vida.

A denominação mais adequada para este ramo da Geografia, teve origem em diferentes pontos de vista. Agrária, agrícola, rural, da agricultura, nomeavam, genericamente, os estudos sobre o agro no Brasil, e o significado de tais denominações radicava no que era priorizado: o econômico, o espacial, o social.

Registrar como a Geografia Agrária foi definida ao longo dos últimos sessenta anos foi tarefa já realizada por vários autores<sup>1</sup> e ao retomar este tema tentaremos mostrar que, assim como a própria Geografia, o estudo geográfico da agricultura esteve sempre em xeque, buscando uma definição mais “adequada” ou “completa” de si próprio e de seu objeto.

---

1. Migliorini, 1950; Valverde, 1961 e 1964, Megale, 1976; Diniz, 1984; Galvão, 1987 e 1988; etc.

Para tanto, discutiremos este assunto seguindo uma lógica temporal, procurando agrupar, segundo o período em que foram escritos, os trabalhos cuja temática são a compreensão e a definição da Geografia Agrária, indicando como o assunto foi tratado e qual o contexto histórico vivido naquele momento, o que poderá nos ajudar a determinar a trajetória conceitual da Geografia Agrária no Brasil.

A Geografia, até as décadas de 1930 e 1940, apresentava uma divisão dual: Física e Humana. Nos aspectos humanos, a prioridade era dada aos estudos econômicos que tinham na agricultura o interesse principal. A hegemonia da agricultura fez com que não houvesse necessidade de definir um campo de estudo específico. O papel prioritário desempenhado pela atividade agrícola, no período, colocou-a como temática principal dos trabalhos.

A partir da década de 1950, o desenvolvimento do sistema urbano-industrial e a concretização da divisão social do trabalho colocaram a cidade e a indústria como precursores de uma nova realidade econômica. A complexidade das relações que se estabeleceram levou à necessidade de definição de novos campos, e a agricultura, de hegemônica, passou a ser coadjuvante num sistema econômico constituído por muitos elementos ou partes. A agricultura é uma delas. Então, conseqüentemente, surgiram novos ramos do conhecimento, sendo necessária a definição exata do campo de estudos de cada um.

Pelas abordagens aqui apresentadas, observamos que a Geografia Agrária não é um ramo científico estabelecido de forma única ou de maneira autônoma, pois se é representativa em número de trabalhos, estes não são representativos de um mesmo pensamento.

Andrade (1987), tratando da conscientização dos geógrafos sobre o esgotamento da Geografia Clássica, afirma que já havia, na década de 1950, uma preocupação com a grande importância que era dada à Geografia Agrária, e por conseqüência a indústria e a cidade deveriam ganhar novo significado. “Os estudos de Geografia Urbana e de Geografia Econômica intensificaram-se, ganharam importância, e a agricultura passou a ser encarada não mais como gênero de vida, mas como uma atividade profissional” (p. 96).

Assim, as primeiras contribuições relativas à definição e ao objeto da Geografia Agrária datam da década de 1950 e não são trabalhos escritos por geógrafos pátrios, mas por estrangeiros de renome. Léo Waibel (1979), Elio Migliorini (1950)<sup>2</sup>, Daniel Faucher (1953) e Pierre George (1956) são autores que discutiram o objeto, definiram e vivificaram a Geografia Agrária.

A discussão do conceito de Geografia Agrária é tema do primeiro capítulo dos livros dos autores citados. Os demais capítulos tratavam de conteúdo pertinente a seus títulos.

O trabalho de Migliorini (1950) desenvolve-se com base em um conjunto de escritos que permitiram conhecer os objetivos das pesquisas em Geografia Agrária. Para este autor, a Geografia Agrária é um dos campos da Geografia Econômica e tem, além de importância teórica, uma valorização prática, evidenciada na “avaliação da produção e suas

2. O trabalho de Elio Migliorini, cujo original data de 1949, foi publicado, com tradução, no Brasil no *Boletim Geográfico* em 1950.

eventuais modificações, a maior ou menor conveniência de certas culturas, a influência dos mercados” (p. 1.072). Segue o autor:

“(...) a indagação geográfica da atividade agrária permite a possibilidade de avaliar, não somente as influências do ambiente fisiográfico, mas também a configuração do solo, sua estrutura, situação, exposição, clima, como ainda a ação exercida pelo homem na escolha dos sistemas de utilização do solo, nas categorias de empreendimentos agrícolas, etc., de modo que se avalie bem, junto aos fatores espaciais e naturais, as influências históricas e econômicas que contribuem para tornar variada a paisagem agrária” (p. 1.072).

Podemos observar que, para Migliorini (1950), a Geografia Agrária preocupava-se com o estudo de um conjunto complexo de características que alia os aspectos fisiográficos aos econômicos. Observamos que ele não privilegia nenhum aspecto em particular, mas o ambiente fisiográfico é o primeiro item a ser citado, como é característica do período, no qual qualquer trabalho era iniciado com a descrição dos aspectos físicos da área em estudo. Podemos concluir também que a paisagem agrária é *in fine* o objeto de estudo, na medida em que todos os aspectos citados contribuem para defini-la.

Em Waibel (1979), Geografia Agrária é a denominação dada a uma disciplina preocupada com a diferenciação espacial da agricultura. Considerada a agricultura um fenômeno da paisagem, são vários os métodos e pontos de vista que advém daí. Assim, “a agricultura é um importante fenômeno da superfície da terra e é sua atribuição [da Geografia] tentar descrever a sua diferenciação espacial, procurando ao mesmo tempo esclarecer as forças atuantes” (p. 30).

A Geografia Agrária parte sua análise da fito e da zoogeografia e seria a Geografia das plantas úteis e dos animais domésticos, podendo ser considerada segundo “três disciplinas” diferenciadas. Uma, preocupada com a distribuição das espécies vegetais e animais ligadas à agricultura: a Geografia Agrária Estatística. Outra que tratando das formas da economia privilegia a relação com o meio ambiente: a Geografia Agrária Ecológica. Uma última, Geografia Agrária Fisionômica, cuja análise é orientada pelos diferentes aspectos da paisagem.

Na concretização destas propostas, Léo Waibel (1979) trata de um método ecológico-fisionômico que procuraria “descrever da maneira mais completa e pormenorizada possível o aspecto de uma paisagem” (p. 34). Dever-se-ia efetuar a observação no terreno, ver e interpretar os aspectos examinados, buscando definir a fisiologia de uma formação, o que resultaria, finalmente, na identificação de organizações espaciais e da distribuição de eventos sobre a superfície terrestre.

As propostas de Daniel Faucher (1953) não são diferentes das indicadas até agora. Para este autor, a Geografia Agrária é qualitativa e “(...) describe las formas de los medios y de la actividad agrícola (...)” (p. 12). Ela diferencia-se da Agronomia, uma vez que não objetiva o estudo das condições técnicas de produção, mas explica as paisagens e os mo-

dos de vida rurais através dos sistemas agrícolas e sua evolução. Estes sistemas caracterizam o hábitat e a forma dos campos, tendo como condicionantes os fatores físicos.

A vida agrícola não é composta apenas pelo trabalho da terra, com vistas à produção. Ela comporta ainda a exploração de vegetais espontâneos (extrativismo vegetal), o que torna seu estudo amplo e complexo.

A Geografia Econômica preocupa-se com a análise estatística e quantitativa da atividade agrícola, estudando o volume de produção, o emprego dos produtos e a circulação. A agricultura, segundo este autor, seria estudada por dois ramos distintos na Geografia, o da Geografia Agrária e o da Geografia Econômica, cada qual centrando suas preocupações em um aspecto da atividade.

Seguindo a mesma tendência em definir papel específico para a Geografia Agrária e a Geografia Econômica, Pierre George (1978)<sup>3</sup> define poeticamente o objeto da Geografia Agrícola<sup>4</sup>: o “milagre anual da colheita sempre renovada, que é, no fundo, o próprio milagre da vida, repetido ao infinito em todos os campos do mundo, entre os homens negros, debaixo do sol dos Trópicos e até além do círculo polar em certos pontos” (p. 7).

A prioridade, como observamos, é dada à descrição e à distribuição dos diferentes fatos agrícolas que ocorrem no mundo. “Compete à Geografia econômica calcular as colheitas das diversas partes do mundo, proceder às classificações de produtores e consumidores, definir as correntes de transporte dos produtos agrícolas” (p. 7).

Assim, encontramos uma diferenciação importante nas colocações de Pierre George (1978), definindo, para o estudo dos aspectos agrícolas, três campos diferentes. A Geografia Agrícola, preocupada com a descrição e a distribuição dos eventos agrícolas; a Geografia Econômica, com a produção e o transporte dos cultivos; e a Geografia Social, com o tratamento dos agrupamentos humanos e das civilizações envolvidas com o trabalho da terra.

Em outro trabalho, não muito preocupado em evidenciar especificamente Geografia Agrária, Pierre George (1956) faz uma descrição do que ele chama de “fato rural através do mundo”. Nesta referência detalha diferentes aspectos da vida rural, estudando sua extensão e sua diversidade pelo globo, as relações presentes no meio rural, partindo do meio físico, passando pela densidade da ocupação humana, concluindo com as evidências históricas.

A preocupação do autor está em descrever a diferenciação agrícola mundial, buscando o que ele chama de características geográficas do trabalho agrícola. Ele não define propriamente a Geografia Agrária, mas preocupa-se em mostrar o que o geógrafo deve estudar relacionado ao meio rural.

Pierre George (1956) destaca que com um objeto de estudo que não é exclusivo, a agricultura é para a Geografia uma fonte de fatos, distribuídos pelo mundo, e que lhe

3. Data da terceira edição utilizada. O original do livro é datado de 1955.

4. Neste trabalho o autor não faz referência à Geografia Agrária, mas sim à Geografia Agrícola.

permite uma objetivação própria, sem esbarrar em outras ciências. Caberia à Geografia Agrícola a descrição destes fatos.

Outro autor que trata da Geografia Agrária na década de 1950 é Erich Otremba (1955). Segundo este estudioso, a economia agrária e a economia industrial estão interligadas, mas devem ser consideradas de forma distinta. A economia agrária está submetida à ação dos fatores naturais e sua variedade é resultado da dependência das características geográficas, contrariamente à economia industrial. Assim, Otremba (1955) fala da existência de um método agrogeográfico e de outro industrial-geográfico.

“Todo trabajo dirigido tiene que disponer de una gran movilidad metódica. Baste decir que, en Geografía agraria, la *relación de causalidad* sobresa le con más fuerza que en la Geografía industrial, donde la *relación de efecto* ocupa el primer plano” (p. 3)<sup>5</sup>.

As colocações de Otremba (1955) revelam dois aspectos importantes: primeiro, a função determinista, que o autor estabelece para o meio físico com relação à agricultura. Em seguida, a análise comparativa que traça entre a Geografia Agrária e a Industrial, buscando definir o papel de cada uma.

Fica evidente no trabalho deste autor a diferenciação de ramos que deveria compor os estudos geográficos. Como dissemos anteriormente, nos anos 50, a referência à indústria e à cidade passa a fazer parte dos estudos de Geografia, e Otremba (1955) destaca tal fato quando diferencia economia industrial e economia agrária.

“La opinión hoy día generalizada sobre el indiscutible valor atribuible al paisaje agrícola como objeto de investigación de la ciencia económico-geográfica, exige en sí misma una comprensión sintética de las relaciones económico-espaciales, en la cual la economía agraria no puede separarse de la economía industrial” (p. 1).

Para Otremba (1955, p. 5), a “Geografia Agrícola no tiene su razón de ser por consideraciones teórico-científicas”. Sua função principal estaria no estudo da diferenciação espacial das práticas agrícolas, contribuindo na análise do problema da alimentação da humanidade e do abastecimento das matérias-primas agrícolas. Assim, a Geografia Agrária deveria existir em razão de seu papel na sociedade, como ramo que estaria diretamente ligado à questão da produção de alimentos.

A Geografia Agrária é definida pelo autor como uma típica ciência relacionada à Economia Política, à História, às Ciências Naturais.

“Toda ciencia cuya finalidad sea la exploración en un espacio, requiere la colaboración de otra ciencia auxiliar, cuya misión tiene que consistir precisamente en considerar el espacio

---

5. Grifo no original.

desde el punto de vista de la propia especialidad. Así, pues, la posición de la Geografía agraria entre la Geografía y Agricultura, es la de una ramificación científica por una parte, y la de una ciencia sintética que ordena las cosas por otra, de acuerdo con el espacio (...).  
 (...) Así, la Geografía agraria se halla objetiva y metódicamente fundamentada y, en cuando a sus resultados, agrupada en el amplio círculo de las ciencias del espacio.” (p. 7-8)

Analisando o que chama de “metodismo da Geografia agrária”, Otremba (1955, p. 17) traça algumas observações:

“(...) la condición previa para todo trabajo en el campo de la Geografía agraria es la de poseer, ante todo, un conocimiento profundo de la historia del agro, de la Agricultura, de la ecología de las plantas útiles y de los animales domésticos. Después de esta base histórica y objetiva tiene que venir el conocimiento del paisaje geográfico con todas sus relaciones ecológicas y sus diversos elementos. La razón de tales métodos agrogeográficos reside en la necesidad de enlazar el pensamiento geográfico con el económico”.

Os trabalhos geográficos sobre agricultura até a década de 1950 podem ser enquadrados em três categorias de análise: estudos econômicos, referentes à avaliação da produção e da comercialização de produtos agrícolas, examinados sob a forma de dados estatísticos; estudos ecológico-físicos nos quais há análise dos condicionantes físicos: forma do terreno, clima, tipos de solo, importantes para explicar a localização dos cultivos e o uso de recursos; estudos sobre as formas espaciais da agricultura, ou melhor, da paisagem, como resultado da ação humana.

Estas são as propostas que marcam o entendimento do que seja a Geografia Agrária na década de 1950. Considerado o período em que dominava o paradigma da “diferenciação do espaço” ou “regionalista” (Amorim Filho, 1985), as pesquisas tinham o objetivo de ser cumulativas. Eram descrições que resultavam da observação no campo e revelavam a distribuição no dos mais variados aspectos, da agricultura.

Podemos dizer que o geógrafo (agrário<sup>6</sup>) estava preocupado em estudar a atividade agrícola evidenciada na paisagem e distribuída distintamente pela superfície da terra em função dos condicionantes naturais, dos sistemas econômicos (sistemas de cultivos) e da população (hábitat, modo de vida). Esta é a Geografia Agrária da década de 1950: imprecisa quanto à sua definição, representativa como campo de interesse e numerosa quanto à produção científica.

Também é importante assinalar que, por ser ainda bastante recente o desenvolvimento da Geografia no Brasil, os estudos voltados para a definição e a caracterização de diferentes ramos da ciência geográfica e, em particular da Geografia Agrária, são realizados

6. Neste momento, talvez seja precipitado designar tão nitidamente este especialista. O geógrafo, de uma forma geral, será físico ou humano, havendo ainda um tratamento específico quanto à Geografia Econômica.

por estrangeiros que têm em seus países uma ciência mais amadurecida e uma diversificação econômica, social e espacial concreta.

Para o período seguinte, não ocorrem grandes mudanças em relação às formas de análise. No Brasil, aparecem dois trabalhos que, na tentativa de definir o campo de estudos da Geografia Agrária, reforçam as propostas anteriores. Sob influência francesa, comum ao período, os escritos de Orlando Valverde (1961 e 1964) discutem o que é a Geografia Agrária. As proposições de Waibel (1979) e Faucher (1953) são retomadas com o objetivo de fundamentar o posicionamento tomado pelo autor.

Em um texto intitulado *A Geografia Agrária como ramo da Geografia Econômica*, Valverde (1961), por intermédio de suas proposições, afirma que a Geografia Agrária deveria ser considerada no âmbito da Geografia Econômica e não isoladamente. À Geografia Agrária deveriam interessar os sistemas agrícolas e não os produtos agrícolas, as formações econômicas e não os métodos agrícolas. Então o agrogeógrafo deve definir os tipos de paisagem agrícola descrevendo os elementos que compõem essa paisagem. “Não lhe basta, porém, descrever: o geógrafo deve explicar a função que cada um desses elementos desempenha na atividade agrícola” (p. 431).

No início da década de 1960 este autor fala sobre a influência da Economia Política e, fazendo uso de termos como relações de produção, modo de produção e formas de economia, difere de outros autores na interpretação do meio agrário sob a ótica geográfica. Em sua perspectiva, o fundamental da agricultura capitalista está na comercialização. Nas economias pré-capitalistas as proposições da Etnologia (preocupada com a cultura dos povos naturais) eram suficientes para responder aos problemas econômicos simples aí existentes. A economia capitalista é mais complexa e o geógrafo agrário deve entender as leis de mercado.

A preocupação do autor não está em definir o que é Geografia Agrária, como ele mesmo diz. A definição da Geografia Agrária seria sem propósito, já que ela é um ramo da Geografia Econômica, e o que deve ser definido então é este ramo, ou melhor, o que deve ser priorizado são os aspectos econômicos advindos da atividade agrícola, determinantes dos fatos culturais.

Percebemos pela exposição de Valverde (1961) que o que a Geografia Agrária vinha realizando até então, estudos descritivos, não explicava mais a realidade. Sendo assim ele admite de maneira taxativa a influência da Economia na Geografia Econômica. Isso já mostra que, apesar da especialização incipiente, a Geografia começa a aproximar-se de outras ciências.

As proposições e justificativas de Orlando Valverde (1961) contrariam as de Daniel Faucher (1953), nas quais a Geografia Agrária, como ramo da Geografia Econômica, constituiria a chamada “Geografia econômica agrícola”, preocupada com análises quantitativas vinculadas à produção. A “Geografia Agrária”, qualitativa, seria um ramo da Geografia Humana. Como vimos, Valverde (1961) afirma ser a Geografia Agrária um ramo da Geografia Econômica.



Para alguns geógrafos brasileiros, a influência quantitativa se reflete no aspecto metodológico da questão, já que “têm-se limitado, na Geografia Agrária, à elaboração de mapas estatísticos (de pontinhos ou isoritmias) e dos respectivos textos de interpretação” (Valverde, 1961, p. 430).

Valverde (1961) concorda com Waibel dizendo que à Geografia não interessa a distribuição de uma única cultura, mas o conjunto todo de atividades agrícolas. Uma divisão da Geografia Agrária provoca apenas confusão e separação entre o humano e o econômico, e uma subordinação – como consequência da importância que toma a definição daquilo que se estuda – da Geografia Econômica à Humana. Assim, entendida em seu contexto econômico, o autor salienta que “os estudos de geografia agrária são, fundamentalmente, estudos de geografia econômica” (p. 431).

A dissociação entre estes ramos da Geografia não é aceitável, considerando-se que o homem precisa viver e está sujeito às leis econômicas e, como produto do meio social em que vive, ele

“(...) é portador de uma cultura, que se manifesta de várias maneiras na paisagem.

Os fatos puramente culturais são, porém, de superestrutura e se revelam em pormenores da paisagem, não podendo se contrapor às leis econômicas. Aspectos como o hábitat, os tipos de habitação, a alimentação e os gêneros de vida agrícola só foram estudados com devida profundidade quando relacionados com a atividade econômica: a estrutura agrária e as relações de produção” (p. 431).

Passando para o tratamento dos temas centrais da Geografia Agrária, o autor concorda que não são os produtos, mas os sistemas agrícolas a matéria de interesse agrogeográfico. Nesta linha, ele segue os pressupostos de autores como Léo Waibel, Pierre George, E. Laur. Segundo Waibel, apontado por Valverde (1961), o agrogeógrafo deve preocupar-se não com a classificação dos sistemas agrícolas, mas com o estudo das “formações econômicas”, dos “tipos de paisagem agrícola” que circunscrevem diferentes elementos, correspondendo a uma “anatomia” da paisagem, “morfologia agrária” e “*aménagement du terroir agricole*”<sup>7</sup>. Este autor ainda salienta que não basta descrever, é preciso explicar a função desses elementos na atividade agrícola.

No caso de Pierre George, Valverde (1961) salienta que, para este autor, a estrutura agrária restringe-se às relações homem e solo cultivado, sem dar conta das relações sociais estabelecidas no processo de produção.

No entendimento da paisagem, Valverde (1961) concorda que é primordial fazermos a “interpretação histórica” buscando as causas do desaparecimento/surgimento de culturas. Assim, podemos identificar a dinâmica das paisagens em áreas de economia de especulação.

7. O que aparece entre aspas são indicados desta forma no original.

A comercialização merece destaque por parte de Valverde (1961) quando, na análise da economia capitalista, é necessária a distinção do “objetivo da produção”, separando culturas de subsistência das comerciais, nas quais comercialização e rentabilidade devem ser estudadas. A análise da rentabilidade permite distinguir a participação de diferentes classes sociais na distribuição da renda, possibilitando a compreensão da estratificação social numa área determinada.

Tomando o econômico como aspecto primordial da análise geográfica da agricultura, o autor afirma que o agrogeógrafo se deve permitir buscar leis explicativas para os aspectos da atividade agrícola na Economia Política.

“O geógrafo, melhor do que ninguém, poderá verificar a aplicação de suas leis na atividade econômica das diversas regiões. Ele deve procurar caracterizar bem, para uma certa área, as ‘formas de economia’, as ‘relações de produção’ e os ‘modos de produção’. São, por exemplo, as relações de produção que nos vão dar a chave para explicar a clivagem social que se estabeleceu numa certa região” (Valverde, 1961, p. 432).

Para concluir, o autor afirma que a Geografia Agrária deve ser considerada parte da Geografia Econômica e que entre esta e a Economia a relação se sintetiza na idéia de que “a Geografia Econômica está para a Economia, assim como a Geomorfologia está para a Geologia” (p. 432).

Em seu livro *Geografia Agrária no Brasil*, o mesmo autor estuda diferentes aspectos desse ramo da Geografia. Inicia com um capítulo intitulado “Metodologia da Geografia Agrária” (1964) que, subdividido, aborda a história da Geografia Agrária no Brasil, sua denominação, sua definição e sua metodologia.

A indecisão quanto à escolha do nome que melhor designe o estudo da agricultura pela Geografia é justificada por Orlando Valverde (1964) por tratar-se de uma ciência de história recente. Geografia Agrária e Geografia Agrícola, segundo o autor, são duas expressões conhecidas:

“(…) os termos ‘agrária’ e ‘agrícola’ têm quase a mesma significação: *ager, agricultura* = campo, deu agrário; *ager, agri + colo* (de *colere* = habitar, cultivar), deu agrícola. Este termo é, portanto, mais restrito; rigorosamente, a expressão “Geografia Agrícola” deveria englobar apenas o estudo da distribuição dos produtos cultivados e de suas condições de meio, sem envolver aspectos sociais, como regimes de propriedade, relações de produção, gêneros de vida, *habitat*, tipos de habitação etc. Dado o sentido restrito que têm as palavras “agrícola” e “agricultura”, não abrangeria sequer a geografia da pecuária. O emprego da expressão “Geografia Agrária” é, por conseguinte, mais conveniente, porque exprime melhor o conteúdo desse ramo da ciência” (p. 18)<sup>8</sup>.

---

8. Grifos no original.

Segundo este autor, o sentido amplo da expressão Geografia Agrária garante que, ao utilizá-lo, o pesquisador esteja envolvido com o estudo geográfico da agricultura e da pecuária.

Quanto à definição de Geografia Agrária, Valverde (1964, p. 21) salienta que algumas das expressões encontradas para definir este ramo da Geografia esbarram no conteúdo de estudos de outras ciências e, assim, a Geografia perde sua particularidade. Para sanar tal dificuldade, o autor propõe uma definição em que a descrição “das diferenças espaciais da superfície da Terra, do ponto de vista da exploração agrícola e da interpretação de suas causas”, seja considerada a forma correta a ser adotada, já que o ponto de vista regional utilizado para tal definição atribui uma característica própria e particular à Geografia.

Essa preocupação, denotada na década de 1960, demonstra o quanto o geógrafo agrário, apesar da produção numericamente expressiva, encontrava dificuldades para se posicionar diante do meio científico e mesmo diante de sua ciência de origem, buscando definir como se daria o entendimento geográfico da agricultura ou o pensar geográfico sobre agricultura.

Para a década de 1970, grandes mudanças revelam um objeto de estudos modificado. O processo de modernização da agricultura levou ao campo novas formas de produzir, relações de trabalho mais apropriadas à lógica do sistema capitalista, numa situação na qual a indústria passa a ser produtora de insumos para a agricultura e consumidora de bens agrícolas.

Um cenário de transformações também é sentido no ambiente acadêmico pelas mudanças metodológicas que ocorrem no meio científico da Europa e da América anglosaxônica. No Brasil, os estudiosos começam a discutir o assunto e algumas tendências são projetadas. Os trabalhos ligados especificamente à definição e à explicação da Geografia Agrária demonstram preocupação com a definição de uma nova ordem teórico-metodológica que responda ao conteúdo e à natureza da atividade agrícola, praticada sob nova lógica, em consonância com as diretrizes do novo paradigma geográfico.

A preocupação dos autores neste período está em determinar qual o campo e a metodologia que melhor se adaptam aos estudos agrários. Definir objeto e método da Geografia Agrária é o objetivo do estudo de Megale (1976), que levanta a discussão com base em trabalhos realizados por autores tradicionais da área. Trata-se de uma revisão, na qual o entendimento da Geografia Agrária está atrelado ao posicionamento de alguns autores, já tratados aqui.

Em seu trabalho, Megale (1976) recupera as proposições de diferentes geógrafos, considerados clássicos, que de alguma forma contribuíram para o entendimento da Geografia Agrária. Após discutir os conceitos principais que envolvem a compreensão da agricultura, pela ótica da Geografia, o autor conclui que “a compreensão total da atividade agrícola é o objeto da geografia agrária” (p. 7).

Ao recuperar a contribuição de autores clássicos, como Faucher, Waibel, Valverde, entre outros, Megale (1976) oferece uma revisão dos posicionamentos tomados durante

as décadas de 1940 e 1950 na Geografia, no que concerne à agricultura. Não é patente no trabalho a preocupação em avançar na discussão sob os novos métodos em evidência no período, uma vez que o autor fez uso dos trabalhos de autores da chamada “Geografia Tradicional”. Nesta perspectiva, Megale (1976) procura indicar o que (objeto) e como (método) é estudada a Geografia Agrária, como parte da Geografia, uma ciência humana:

“A Geografia, como ciência humana, tem o método das ciências de observação (...) Nós, nas ciências da observação – ciências humanas –, não trabalhamos diretamente com a realidade. Colhemos dados desta, constituindo estes dados as instâncias empíricas: dados ou informações de uma situação real, viva, dinâmica. Com estes dados é que procuramos descobrir a causa do problema estudado” (Megale, 1976, p. 12-13).

O método de pesquisa aqui destacado fala da investigação geográfica fundamentada na observação como meio de coleta de informações e dados.

Contrariamente, preocupado com a renovação da Geografia Agrária, Diniz (1973) propõe que os fenômenos geográficos, em virtude de uma renovação metodológica em curso, deveriam ser analisados sob novas concepções e que o estudo geográfico da agricultura deveria se enquadrar neste processo<sup>9</sup>.

Segundo este autor, o estudo da agricultura feito pela Geografia foi o que menos evoluiu quanto à renovação, tanto por ainda existir o aprisionamento a concepções tradicionais como pelo fato de não existir um corpo teórico sólido que explicasse os fenômenos agrários.

Preocupado em explicar a origem da renovação da Geografia Agrária e como ela repercutiu no Brasil, Diniz (1973) parte da explicação da Geografia Agrária Tradicional, mostrando seus fundamentos principais confrontados com os novos conceitos.

Iniciando com a Geografia da Paisagem Agrária, na qual a observação da paisagem natural ou transformada era o ponto central, o autor examina os elementos da paisagem rural, a influência do meio físico na execução da atividade agrícola e a preocupação com a abordagem histórica como as características próprias desta corrente. Diniz (1973) preocupa-se em mostrar os componentes da análise:

“Os trabalhos de Geografia Agrária mais recentes, e mesmo a metodologia iniciada por diversos autores ligados a essa concepção, não se restringem à descrição da morfologia agrária, ou seja, das culturas e do ‘*habitat*’ rural. Outros elementos passaram a ser destaque, como os chamados sistemas agrários ou de cultivo, englobando as técnicas de rotação associadas a outros fatos agrários, numa nova tentativa de obtenção de síntese. Um outro fato da

---

9. Apesar de ser um trabalho datado do início da década de 1970, a abordagem efetuada privilegia os aspectos que marcaram os estudos de Geografia Agrária até sua publicação, não indicando propriamente uma análise sobre a referida década.

organização agrária que passou a ser intensamente estudado foi a forma de propriedade e de exploração da terra, englobadas sob o nome de ‘estrutura agrária’” (p. 35).

A Geografia Econômica da Agricultura é outra concepção tratada por Diniz (1973) e tem no estudo idiográfico seu fundamento, apresentando as seguintes características: “primeira, a ênfase na descrição da distribuição de produtos e rebanhos; segunda, a grande correlação entre essa distribuição e os fenômenos de ordem física; terceira, a definição das ‘regiões agrícolas’” (p. 36).

A influência desta corrente nos estudos da década de 1970 é visível. Para Diniz (1973), tais idéias estão inseridas nos estudos de classificações regionais agrícolas, nos quais os princípios da subordinação às divisões climáticas marcam a persistência de tais concepções.

Para precisar o início do processo de renovação, o autor salienta que ela surge com a contestação às idéias tradicionais, buscadas em novos caminhos conceituais, analíticos e teóricos.

“O início da renovação na Geografia Agrária pode ser entendido como o período em que se procurou aumentar a acuidade visual do geógrafo, não mais pela observação da paisagem, mas pelo uso de fotografias aéreas, e tentou-se obter classificações mais objetivas e significantes” (Diniz, 1973, p. 39-40).

As mudanças ocorridas na Geografia Agrária Brasileira foram conseqüência da atuação de duas comissões da União Geográfica Internacional. No trabalho de Diniz (1973), as recomendações da Comissão da UGI quanto aos estudos em Geografia da Agricultura propuseram uma análise da agricultura como um sistema no qual os elementos, características ou propriedades da atividade é que deveriam ser usados na definição tipológica. São os chamados elementos internos, divididos em sociais, funcionais e de produção. Aqui o que se tem é a valorização de elementos de características sociais e econômicas, sugerindo já uma mudança no conteúdo de estudos da Geografia Agrária.

Diniz (1973) coloca em evidência os fatos que marcaram tais mudanças. Sua preocupação é mostrar as principais características do período, admitindo a dificuldade de defini-lo exatamente. Entretanto, é possível afirmar que

“(…) os princípios da Tipologia Agrícola afastam-se, nitidamente, de uma Geografia idiográfica, esse período mais recente da renovação engloba os conceitos dominantes na Geografia Teorética atual. A Geografia é uma ciência de análise, que procura associações espaciais, podendo transformá-las em padrões, modelos e leis. Caem por terra, portanto, os conceitos de uma Geografia sintética e de descrição do único (Schafer 1953)” (p. 49).

Para caracterizar o período tratado, no texto, de renovação da Geografia Agrária, são considerados três elementos: “primeiro, a utilização de métodos quantitativos, sobretudo

de modelos taxonômicos; segundo, o de desenvolvimento ou ampliação de teorias de localização; terceiro, o enfoque sistêmico” (Diniz, 1973, p. 49). Estes elementos são estudados detalhadamente pelo autor e ao final, em sua conclusão, ele afirma que “a fraqueza da Geografia Agrária decorre mais da falta de métodos do que de desinteresse e, por esta razão, é que reforçamos a necessidade de maior base conceitual para nosso trabalho” (p. 73).

A Geografia Agrária, a esta altura, já está consolidada, mas passa por transformações. As novas perspectivas metodológicas e as mudanças na forma de produzir na agricultura deram ao agro nova configuração, que precisa ser compreendida – esta é a preocupação do geógrafo da década de 1970.

“Temos a impressão de que alguns aspectos da agricultura deverão receber maior cuidado do geógrafo: a relação entre o sistema agricultura e a política governamental; a difusão de inovações na agricultura, e o enquadramento global do sistema agrário no sistema urbano mais amplo. Na realidade, recomendamos como mais importante, no momento, temas que procurem explicar o *funcionamento* do sistema, embora não desprezemos as classificações, necessárias como primeira etapa de estudos” (Diniz, 1973, p. 72-73)<sup>10</sup>.

Sob título bastante sugestivo *Os estudos de Geografia Rural no Brasil: revisão e tendências*, Gusmão (1978) faz uma análise dos principais enfoques dos estudos em Geografia Rural no Brasil, concordando com as afirmações feitas por Diniz (1973).

Falando de três fases diferentes que compõem o percurso traçado pelos estudos rurais, o autor preocupa-se com a caracterização de cada uma destas fases, expondo, ao final, as tendências que se mostraram como definidoras dos novos caminhos a serem seguidos.

Diferentes formas de estudar o meio rural definiram as fases tratadas por Gusmão (1978). Primeiramente, a descrição/explicação das diferenciações do espaço agrário por meio da realização de trabalhos de campo, que resultou em estudos de diferenciação de áreas, paisagens rurais, distribuição espacial de produtos agrícolas e rebanhos. “Portanto, essa primeira fase dos estudos rurais valorizava, essencialmente, a pesquisa de campo e procurava, principalmente, caracterizar as diferenciações existentes no espaço agrário” (p. 58).

Em um segundo momento, a Geografia Rural, segundo o autor, passou a preocupar-se com a ordem conceitual e metodológica de realizar as pesquisas, buscando a identificação de tipos de organização agrária, num caráter classificatório, conforme modelos estatístico-matemáticos.

“Nessa fase dos estudos rurais, feitos pelos geógrafos brasileiros, a preocupação fundamental foi a da aplicação de técnicas revelada no próprio título dos trabalhos, que, em geral, indicava a técnica a ser utilizada. Esse aspecto pode ser encarado como natural num campo

---

10. Grifo no original.

de estudo antes essencialmente apoiado em descrições e explicações, sem suporte em mensuração” (Gusmão, 1978, p. 59).

Os estudos rurais buscaram, a partir da introdução do conceito de desenvolvimento rural, reunir população e atividades agrárias em uma única abordagem:

“... o problema agrário não poderia ser analisado apenas com uma abordagem restrita às características internas ao estabelecimento rural, mas deveria ser tratado dentro de um contexto mais amplo, que procurasse explicar a estrutura espacial da agricultura brasileira” (p. 60).

Novamente a questão pragmática é citada, destacando que os geógrafos deveriam estudar os problemas rurais, não só considerando a distribuição espacial da produção, mas compreendendo a estrutura espacial do desenvolvimento rural.

Em suas considerações finais o autor lembra que nas tendências por ele analisadas, é possível a identificação dos paradigmas que marcaram o desenvolvimento da Geografia brasileira. O paradigma de diferenciação de áreas marcou a fase idiográfica dos estudos rurais; o paradigma classificatório orientou as pesquisas sobre tipologias agrárias; o paradigma da ação sobre o espaço fez as pesquisas em agricultura tornarem-se pragmáticas em função do desenvolvimento do espaço rural.

O trabalho de Gusmão (1978) apresenta um fato que o distingue dos demais. O autor é um dos poucos que utiliza o termo rural, em lugar de agrário, para designar seu objeto de estudo. Não existe por parte do autor uma justificativa para tal escolha, porém podemos supor que a referência ao rural indica o local onde se efetiva a atividade agrícola, ou seja, o meio rural; interessam os estudos alusivos a este local e não somente à atividade aí realizada.

Quando Gusmão (1978) utiliza o termo rural, refere-se a estudos rurais, ou seja, a estudos realizados sobre o espaço rural, tratando das diferentes formas de abordagem do espaço rural pela Geografia.

Pretendendo discutir os vários problemas que envolvem a Geografia da Agricultura, Ceron & Gerardi (1979) tratam deste tema sob uma perspectiva diferenciada dos demais autores. Tratada em virtude de seu campo de conhecimento teórico e campo de pesquisa, os autores discutem a Geografia da Agricultura como disciplina ministrada nos cursos universitários.

Como disciplina, os autores afirmam que o conteúdo ministrado era inadequado e desatualizado quanto às novas características da Geografia Agrária e, em especial, que a tradição dos estudos vinha sendo a não-aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos, bem como a desvinculação dos problemas próprios à Geografia.

Definindo o campo de estudos da Geografia da Agricultura, Ceron & Gerardi (1979, p. 61) afirmam que é o da atividade espacial agrícola. “O ponto de vista do geógrafo

agrário é o espacial e dirigido particularmente para o arranjo e a distribuição dos padrões de atividade agro-pecuária bem como para seus processos geradores cuja dinâmica procura analisar e compreender na dimensão espaço-tempo”.

Numa perspectiva histórica, os autores falam da atividade agrícola como um sistema, analisado pelos geógrafos em função dos componentes da organização agrária, considerados únicos e inventariados numa perspectiva em que o meio natural era o fator determinante, definidos metodologicamente por “esquemas de raciocínio indutivo, nos quais as generalizações eram desenvolvidas a partir da experiência com aspectos encontrados no mundo real” (p. 62).

Em outra fase, a quantificação de aspectos ligados à atividade agrícola gerou estudos sobre “tipologia agrícola ou regionalização da agricultura realizados com a utilização de grande número de variáveis, para grandes áreas e com o auxílio de técnicas estatísticas de taxonomia aplicadas através da computação eletrônica” (Ceron & Gerardi, 1979, p. 62).

Mais contemporânea ao texto e aos autores, uma terceira fase denota

“(...) a preocupação com o homem do campo e suas condições de vida, transcendendo assim a preocupação pura e simples com fatos importantes como produção, produtividade, sistemas de cultivo, estrutura fundiária, etc., porém desvinculados de suas implicações mais profundas quer com o próprio nível de vida do trabalhador rural, quer com o contexto geral da economia e sociedade” (p. 62).

Os autores preocuparam-se ainda com o que designaram como quatro problemas metodológicos da Geografia Agrária da década de 1970: análise de processos decisórios em detrimento de padrões espaciais, nos quais “padrões e processos interagem numa relação contínua e circular de causa-e-efeito” (Ceron & Gerardi, 1979, p. 63); formulação de modelos e teorias que possibilitem a compreensão dos processos de decisões e os respectivos padrões espaciais oriundos; utilização de quantificação como “técnica auxiliar da análise com grandes vantagens, particularmente para solução de problemas de natureza complexa” (p. 66); definição e respeito ao posicionamento ideológico-filosófico do pesquisador.

Os autores sugerem que os rumos para a pesquisa em Geografia Agrária deveriam seguir duas direções: pesquisa teórico-metodológica e técnica, além de estudos de caso vinculados ao planejamento tendo em vista o desenvolvimento rural.

Nestas últimas palavras dos autores, fica evidente qual a preocupação do geógrafo agrário no final da década de 1970.

“Pretende-se aqui despertar um interesse maior às medidas governamentais que na teoria ou na prática visam o desenvolvimento rural e testar estas políticas através de uma análise crítica face à realidade econômica e social vigente. É nesse tipo de estudo, que pode ter um caráter específico ou pode estar incluído em qualquer dos itens citados anteriormente, que o



Geógrafo, como cientista social e cidadão consciente, deve se posicionar, oferecendo sugestões que possam contribuir para o desenvolvimento rural em termos de qualidade de vida, acesso à terra e aos outros meios de produção” (Ceron & Gerardi, 1979, p. 68).

Observamos que, para a década de 1970, na opinião dos autores, a Geografia Agrária deveria ter um caráter pragmático, realizando estudos que gerassem resultados a serem sentidos pelos envolvidos no processo: os agricultores. A própria definição da Geografia como ciência social reflete essa perspectiva. Segundo Ceron & Gerardi (1979), o grande mérito dessa fase da Geografia Agrária deve-se ao fato de que, na busca de uma aplicação prática, “há a volta do geógrafo para a realidade” (Ceron & Gerardi, 1979, p. 62).

Essa volta à realidade é resultado de uma maior aproximação da Geografia Agrária com as ciências afins, sob uma ótica social e econômica. Percebe-se, por essa aproximação, que a perspectiva determinista ambiental, bem nítida em outros momentos do desenvolvimento da ciência geográfica, perde espaço para uma avaliação social da agricultura. Não são mais o solo ou o clima os fatores principais da produção agrícola, mas o agricultor e seu trabalho.

A grande controvérsia, em finais da década de 1970, diz respeito à contribuição dada pela Geografia para a discussão e o equacionamento da questão agrária brasileira. Segundo Silva & Mesquita (1979), a Geografia sofreu nesse período um questionamento quanto à sua responsabilidade com relação à sociedade, passando a ser considerado o bem-estar da população e a questão agrária como temática a ser privilegiada.

“Entre os cientistas sociais, têm sido os geógrafos aqueles que menos explicitamente têm se envolvido com a temática da questão agrária. O exame da literatura geográfica brasileira, voltada para os assuntos agrários, revela que a problemática social da agricultura só tem sido tradicionalmente privilegiada, por profissionais dessa formação, nas regiões em que, no território nacional, a questão agrária assume formas muito concretas” (Silva & Mesquita, 1976, p. 46).

O tratamento da questão agrária foi efetuado sob óticas distintas e marcou o surgimento de uma preocupação social nos trabalhos geográficos. Aqueles ligados à definição e à caracterização da Geografia Agrária trouxeram consigo uma percepção ainda não avaliada, na qual a paisagem, o espacial perderam referência. Uma visão crítica é empreendida, o que fez mudar toda a análise deste ramo da Geografia.

Na década de 1980, a discussão teórica a respeito da definição de Geografia Agrária é suplantada pelo movimento de renovação paradigmática da Geografia, que estabelece uma ótica social no pensar o agro. Entretanto, alguns trabalhos são escritos resgatando e resumindo a trajetória dos estudos agrários e outros, apontando as novas direções a serem tomadas por esses estudos.

Tratando de temas e tendências da Geografia Agrária brasileira, Teixeira (1981) apresenta uma contribuição com a finalidade de revisar e indicar tendências dos estudos de

Geografia Rural (assim designada pelo autor). Sem preocupação cronológica, apresenta alguns temas que foram tratados pela *Geografia Agrária no Brasil* (Teixeira, 1981, p. 83)<sup>11</sup>, em estudos

“representando uma tendência regionalista (...); a propósito do comportamento de um produto agrícola (...); de temas interessando a colonização e seus corolários (...); do hábitat (...); de frentes pioneiras (...) Esta evolução da Geografia Agrária (e urbana) francesa em direção às noções de civilização (vizinha às dos historiadores como Fernand Braudel e outros) permitiu um avanço dos estudos agrários em direção à temática social, mas foi interrompida de fora (tendência anglo-saxônica) pela geografia quantitativa, eminentemente formalista, enquanto estudando o espaço” (Teixeira, 1981, p. 85).

Sob o título *Algumas reflexões em torno da Geografia Agrária*, Edi M. Longo (1983) caracteriza com maior ênfase a sociedade agrária e não o ramo da ciência geográfica da qual diz oferecer reflexões.

A autora, em seu texto, não define claramente o que estaria sob a responsabilidade da Geografia Agrária. Suas reflexões referem-se à sociedade ou à problemática agrária do país sob a perspectiva histórica.

Este trabalho oferece uma pista do rumo tomado pelos estudos geográficos sobre a agricultura que não necessitam mais definir-se. O objetivo, a metodologia, o conteúdo deixam de ser a preocupação; a organização da atividade agrícola é o elemento de análise. Não a paisagem, a distribuição, mas a forma de produzir, dominada pelo sistema capitalista.

“Observa-se então, que, embora as paisagens do campo e das cidades sejam diferentes, ambas acabam por formar uma só realidade, comandada é claro pelo meio urbano, que é o centro do controle econômico, social e político” (Longo, 1983, p. 46).

Talvez seja esta pista que nos leve a justificar uma mudança de abordagem do espaço agrário. Entretanto, o que é evidente é a perda de hegemonia da atividade agrícola, fundamental em outros períodos. Por outro lado, as diferenciações espaciais, as diversas formas de organização do espaço agrário persistiram e deveriam ser a prioridade dos estudos sobre a atividade agrícola.

Tratando de Geografia e Agricultura, Diniz (1984) oferece uma contribuição bastante clara quanto à definição e à conceituação dos estudos sobre agricultura.

“A Geografia Agrária ou da agricultura sempre se preocupou com a caracterização dos lugares em função de atributos agrícolas. O seu caráter espacial está assentado há muito tempo e, embora as definições variem, todas coincidem neste ponto (...)

---

11. O próprio autor intitula o texto de um estudo sobre Geografia Rural e no seu desenvolvimento utiliza a designação Geografia Agrária.

(...) a Geografia da Agricultura é uma análise espacial em que se procura descobrir por que as distribuições espaciais estão estruturadas de uma determinada forma (...)

(...) a Geografia da Agricultura é mais restrita, fundamentalmente econômica, enquanto a Geografia Rural é mais ampla, tratando também das formas de povoamento, de questões demográficas mais profundas, das formas de ocupação não agrícola da terra rural e dos seus conflitos com a agricultura, das condições de vida das populações rurais e dos seus problemas” (p. 30-1).

Observamos que, diferentemente de outros ramos da ciência geográfica, a Geografia Agrária apresenta diferentes designações em função da prioridade que se dá a cada fato que envolve a produção agrícola. Não existe, excetuando-se o trabalho de Diniz (1984), nenhum outro que trouxesse à baila tal discussão. Podemos notar que nos preocupamos, aqui, em trabalhar a definição e a caracterização da Geografia Agrária, segundo diferentes autores em momentos distintos e parece que o consenso geral é de que o termo agrária é a melhor escolha, ou, ao menos, o mais utilizado. Como assinala Diniz (1984), o caráter espacial das análises é que define os estudos geográficos sobre agricultura.

Seguindo na discussão dos trabalhos encontrados para a década de 1980, dois se destacam por ter sido apresentados no fórum de debates geográfico sobre o agro. Em trabalhos apresentados em duas edições distintas dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGAs), Maria do Carmo Corrêa Galvão (1987 e 1988) centraliza suas preocupações nas perspectivas teórico-metodológicas e nas investigações em Geografia Agrária.

Nesse sentido a autora destaca o encaminhamento dado à Geografia Agrária, buscando uma sintonia maior no que concerne ao estudo da realidade e no desenvolvimento deste ramo, acompanhando os avanços da Geografia.

Num contexto de complexidade, proporcionado pelas peculiaridades da atividade agrícola, a autora aponta que a Geografia Agrária passou, ao longo do tempo, pelas mesmas indagações impostas ao pensamento geográfico. Assim Galvão (1987) fala de dois momentos que marcaram a renovação da Geografia Brasileira: a revolução teórico-quantitativa e o materialismo histórico. “A eles se articulam a compreensão e a projeção de novas perspectivas teórico-metodológicas para a Geografia Agrária neste fim de século, representando, a meu ver, um terceiro momento ainda *emergente* daquele processo que, em si mesmo, é permanente e contínuo” (p. 4)<sup>12</sup>.

A revolução teórico-quantitativa e o materialismo histórico e dialético são apontados como os momentos marcantes no encaminhamento teórico-metodológico dado à Geografia Agrária. Segundo a autora, a revisão metodológica e a busca de novas formas para explicar a realidade em mutação é o novo ponto a que chegou a Geografia.

A Geografia Agrária precisa responder e compreender o processo de transformação por que passa o meio rural. A articulação e interação entre o rural e o urbano, resultando

---

12. Grifo no original.

numa nova concepção de espaço agrário, coloca-se, segundo a autora, como elemento de revitalização dos estudos de Geografia Agrária.

“A compreensão dos problemas agrários passa a exigir, de forma cada vez mais presente, uma análise ampla e cuidadosa das relações entre o rural e o urbano, (...) (...) Para a Geografia Agrária, entretanto, as relações campo/cidade têm muitas outras conotações, constituindo referencial básico imprescindível, seja para o estudo da agricultura enquanto atividade produtiva, seja para o estudo da população nela envolvida enquanto agente de produção, seja ainda para a compreensão do próprio espaço agrário, enquanto segmento individualizado de um contexto espacial maior no qual se insere” (Galvão, 1987, p. 9-10).

Para responder às novas perspectivas colocadas pelo espaço rural, a autora diz que a relação campo/cidade tem como alternativa de análise o ponto de vista da percepção, que oferece novas oportunidades de investigações, visto que pode propiciar “um melhor equacionamento de questões ainda não resolvidas, dentre as quais a do ‘ajustamento’ (?) entre a decisão pontual (do produtor) e a dimensão espacial (da produção), que consiste num dos seus grandes entraves metodológicos” (Galvão, 1987, p. 16).

Bray (1987), ao estudar a trajetória teórico-metodológica da Geografia Agrária no Brasil, também destaca sua característica de atrelamento à realidade e diz ser preciso “entender o papel desempenhado pelos geógrafos agrários no contexto do movimento da sociedade e na relação com os demais estudiosos da agricultura brasileira” (Bray, 1987, p. 4).

Segundo este autor, a Geografia Agrária brasileira pautou-se pelo movimento da sociedade e pela influência de outros estudiosos do agro brasileiro. É sob este enfoque que o autor aborda a trajetória da Geografia Agrária no Brasil, que pode ser resumida em seus principais momentos pelas características básicas de cada época.

O período de estruturação da Geografia Nacional tem como característica importante, segundo o autor, o fato de a Geografia estudar os fenômenos ligados à agricultura, sem participar dos movimentos agrários do país, nem mesmo contatando outros pesquisadores não-geógrafos. Aqui prevaleciam os paradigmas dos geógrafos agrários europeus.

Influenciado por Caio Prado Jr., o geógrafo Manuel Correia de Andrade é citado como aquele que rompeu com este elo e discutiu os movimentos agrários no Nordeste. Para Bray (1987), é o momento de comunhão entre o geógrafo e o movimento da sociedade, aquele em que o cientista passa a produzir também como cidadão. Apesar de tal influência, as referências teóricas e técnicas européias permaneceram e o autor considera o geógrafo agrário da época um “cientista neutro” (Bray, 1987, p. 10).

Na década de 1970, as formas de analisar o agro brasileiro mudam sob a influência do neopositivismo e da ótica da agricultura moderna, numa visão “crítica conservadora”. Ao findar desta década, e durante a seguinte, rompe-se o chamado academicismo formal e os geógrafos passam a trabalhar mais intensamente com outros estudiosos da agricultura brasileira.

“A década de 80 será marcada pela descolonização da geografia agrária nacional e uma vinculação ampla com os demais estudiosos da agricultura. Desenvolve-se um discurso mais voltado para as questões da agricultura nacional, alicerçadas na ótica marxista, através das transformações dos modos de produção capitalista no país” (Bray, 1987, p. 12).

Observamos pela exposição do autor que sua preocupação esteve voltada para a identificação dos aspectos que influenciaram a produção geográfica nacional sobre agricultura. A influência de outros cientistas nos estudos agrários em Geografia ainda não havia sido discutida até então. Mesmo por esta ótica não se nota nenhuma preocupação do autor com a definição e a caracterização da Geografia Agrária nacional. Sua prioridade volta-se para os diferentes enfoques atribuídos a tais estudos e o que influenciou em tais escolhas. Todavia, a contribuição de Bray (1987) é oportuna quando se trata de avaliar como e sob que influências os estudos agrícolas se encaminharam no Brasil.

Em seu outro trabalho, Galvão (1988), preocupada com a investigação em Geografia Agrária, faz uma rápida revisão do que foram os ENGAs e como eles refletiram as indagações e o desenvolvimento do geógrafo agrário no Brasil.

Destacando o esquema teórico que vê na luta de classes e na lógica do capital a solução para explicar a diversidade na agricultura, a autora preocupa-se em mostrar que tal estrutura analítica não responde à dinâmica do espaço agrário. Assim, afirma que a Geografia Agrária deve atender à dinâmica da sociedade, que, em transformação, ultrapassa os limites das relações econômicas.

Uma série de indagações é apresentada e talvez seja esta a contribuição maior da autora que discute a trajetória e a “escolha” teórica feita pela Geografia Agrária. Nesse sentido, a autora pergunta:

- pelos eixos de abordagem adotados, não estava a Geografia Agrária se encaminhando para a autolimitação?
- centrar na produção e no consumo a possibilidade de compreender os mecanismos de decisão não limita a análise à determinação somente dos ganhos e da acumulação?
- o prisma da estrutura de classes não limita a análise quanto à organização, administração ou gestão do território?
- a percepção do papel do espaço como agente de processos sociais não é cercada numa análise generalizante?
- a diferenciação da realidade conseguida via escala geográfica de análise não está comprometida?
- dar prioridade às características internas da agricultura leva à marginalização das externas e, assim, não haveria uma separação entre discurso e prática?

Num momento em que já é possível identificar diferentes formas de abordar a agricultura por um período de tempo que indica diferentes fases, Galvão (1987 e 1988) preocupou-se em indicar as perspectivas dos estudos futuros tendo como referência o que já havia sido produzido.

Um ponto comum nos trabalhos arrolados, diz respeito à necessária associação do desenvolvimento da Geografia Agrária ao movimento da sociedade e da própria ciência como um todo.

A preocupação com a realidade, como a temática social, é fato presente nos trabalhos analisados, referentes aos anos 80. Observamos uma inquietação dos autores quanto ao caminho a ser seguido pela Geografia Agrária brasileira, demonstrando até um descontentamento com o que foi produzido até o momento. Excetuando-se o trabalho de Diniz (1984), que demonstra uma preocupação com a definição deste ramo de estudos geográficos, os outros textos se preocuparam em interpretar o modo de pensar do geógrafo sobre a agricultura, identificando como os estudos sobre agricultura se desenvolveram. Talvez a preocupação conceitual *stricto sensu* tenha desaparecido em função das novas preocupações que marcaram a Geografia e a Geografia Agrária diante das transformações da ciência e da sociedade.

## Os períodos e fases de desenvolvimento da Geografia Agrária no Brasil

As expressões fases, períodos, escolas estão sempre presentes nos trabalhos que avaliam a trajetória de um determinado conteúdo. Sabe-se que os fatos físicos, sociais, espaciais e científicos não apresentam uma história linear, mas sim um encaminhamento com características próprias a cada momento específico. Isto evidencia a presença de períodos ou fases com conteúdos e características próprias.

Neste trabalho, tratamos do modo geográfico de ver a agricultura. Um modo de ver que não se desenvolveu de forma homogênea, mas que apresentou singularidades advindas do objeto em análise, ou seja, uma ciência e uma atividade econômica em movimento. Trata-se da própria sociedade em movimento, o que determina momentos históricos, definidos claramente ou não, mas que sintetizam mudanças ocorridas ao longo do tempo.

Partindo do princípio de que estamos tratando de fatos e aspectos reais, verdadeiros, produzidos ao longo do processo de desenvolvimento e fortalecimento de uma ciência, determinar ou indicar as diferentes fases ou períodos por que passou tal ciência pode auxiliar no entendimento integral e completo deste ramo do conhecimento científico.

Para a análise aqui proposta, uma das variáveis consideradas foi a temporal, ou seja, definimos períodos fechados que circunscrevem décadas e permitem uma sistematização quantitativa das informações. Sabe-se que esta rigidez em períodos fechados não é verdadeira, já que a ciência não se desenvolve segundo parâmetros previamente estabelecidos e de maneira tão uniforme. Uma nova forma de análise ou paradigma começa a se delinear em função da decisão tomada por um grupo científico, que então dissemina tal proposta. Assim, as novas formulações atuam concomitantemente à forma presente naquele momento. Podem-se identificar as novas formulações sem que tenha havido o abandono das idéias correntes.

Para a definição das fases de encaminhamento da Geografia Agrária no Brasil, tomamos como fundamento alguns autores que também tiveram tal preocupação e nos indicam algumas pistas para que possamos pensar com maior clareza na variável tempo, que não aparecerá sozinha, isolada, mas refletirá um movimento da realidade social e científica de nosso objeto. Alguns trabalhos ora analisados já foram referência na busca da definição da Geografia Agrária e são retomados sob outro enfoque.

A avaliação das propostas de diferentes autores sobre a fixação de fases de desenvolvimento da Geografia Agrária também é perceptível nos trabalhos de diferentes autores em períodos distintos. Assim, o trabalho que consegue traçar de forma mais completa a história da Geografia Agrária no Brasil é o de Diniz (1984), por ser o mais contemporâneo e, portanto, discutir todas as transformações por que passou a Geografia Agrária brasileira.

A primeira referência<sup>13</sup> sobre uma periodização para os estudos agrários na Geografia é proporcionada pelo trabalho de Orlando Valverde (1964) sobre a Geografia Agrária no Brasil. Este autor aponta duas fases para o desenvolvimento dos estudos agrogeográficos no país. Uma primeira, que inclui trabalhos dos séculos XVIII e XIX, nos quais a preocupação com o método científico era inexistente. São os chamados não-geógrafos, representados pelos cronistas coloniais, viajantes e estudiosos que se interessavam pelo registro de informações sobre diferentes culturas.

A segunda fase (1900-1950), definida por Valverde (1964) e que alcança o período da República, difere da anterior por ter trabalhos elaborados por geógrafos de formação universitária.

No período que vai do início até meados da década de 1930, os geógrafos franceses são os pioneiros, chegados ao país em momentos diferentes. Pierre Dênis é o primeiro a dedicar-se à Geografia Agrária e sua obra é incomparável até a chegada de Pierre Deffontaines, que permanece no Brasil por seis anos (1934-1940). Pierre Monbeig influenciou a formação do geógrafo paulista em temas ligados à agricultura. Léo Waibel é um dos últimos destaques franceses: de 1946 a 1950, elaborou estudos bastante conhecidos, atuando no Conselho Nacional de Geografia. Trata-se da fase de sistematização da ciência geográfica no país e suas formulações estão diretamente ligadas à influência da escola francesa.

É importante salientar que esse trabalho de Valverde (1964) marca o momento de estruturação da Geografia no Brasil. Sua preocupação ainda está em definir os caminhos a serem trilhados pela Geografia Agrária. É o registro do início da história.

“A Geografia Agrária é, em última análise, a interpretação dos vestígios que o homem do campo deixa na paisagem, na sua luta pela vida, quotidiana e silenciosa. Ela permanece, desse modo, no seu substrato, como um estudo essencialmente econômico.(...)”

13. Merece referência o trabalho de Elio Migliorini (1950) sobre o desenvolvimento da Geografia Agrária. Entretanto, sua análise não será aqui tratada, porque o autor não faz alusão a estudiosos e trabalhos brasileiros, mas trata do desenvolvimento da Geografia Agrária na Alemanha, na França e na Itália, portanto fugindo ao objetivo aqui proposto de avaliar a trajetória dos estudos nacionais em Geografia sobre agricultura.

Só assim, bem caracterizada no seu aspecto qualitativo e quantitativo, a Geografia Agrária adquirirá cunho científico e terá utilidade prática. Amputada de uma de suas partes, ela poderá proporcionar matéria para elegantes conferências, cheias de erudição, mas jamais contribuirá para a solução de qualquer dos problemas que afligem o homem” (p. 37).

A partir do texto de Valverde, uma série de outros trabalhos podem ser considerados. Entretanto, é importante salientar que são trabalhos de final da década de 1970 e início da de 1980, quando se registra a trajetória da Geografia Agrária no Brasil<sup>14</sup>.

Outro autor que também avalia temáticas relacionadas à maneira de focar a atividade agrícola na Geografia é Rivaldo Gusmão (1978), que trata, como vimos anteriormente, dos enfoques preferenciais dos estudos rurais no Brasil. O conjunto dos enfoques assinalados pelo autor apresenta um quadro cronológico composto por três fases.

A primeira delas, estudos rurais de diferenciação de áreas, desenvolve-se da década de 1940 até o início dos anos 70. Os estudos classificatórios do espaço rural, com base em modelos estatísticos-matemáticos, caracterizam o fim da década de 1960 e início da de 1970. A terceira fase, a partir de 1975, é marcada pelos estudos de desenvolvimento rural que procuraram analisar a agricultura no contexto da estrutura espacial brasileira.

Para Gusmão (1978), as três fases assinaladas não foram excludentes e os enfoques acumularam-se, sendo possível identificar sua coexistência ainda hoje. Outro aspecto assinalado pelo autor diz respeito à tendência seguida pelos estudos rurais brasileiros em relação ao paradigma da ciência geográfica. Há uma conjugação entre os enfoques detectados e os paradigmas geográficos.

Também determinando três fases de desenvolvimento, no trabalho de Ceron & Gerardi (1979) há referência cronológica. São definidas fases que marcaram o desenvolvimento dos estudos de Geografia Agrária no Brasil. A primeira estende-se de 1920 a 1950, na qual se multiplicaram os trabalhos ligados à “classificação da agricultura por áreas ou espaços delimitados de acordo com os mais diferentes critérios” (p. 62).

Situada genericamente na década de 1960, a segunda fase apontada pelos autores enfatiza a tipologia da agricultura, em estudos que utilizaram grande número de variáveis, trabalhadas segundo técnicas estatísticas de taxonomia.

Outra fase, referente ao final da década de 1970, contemporânea aos autores, abraçou estudos preocupados com o homem do campo e suas condições de vida, avaliando diferentes aspectos do desenvolvimento rural.

Alguns textos<sup>15</sup> citados não têm a Geografia Agrária como objeto de análise, mas por tratar da história da Geografia no Brasil trazem referências que não podem ser esquecidas, já que boa parte da Geografia nacional foi dedicada aos estudos agrários.

14. O trabalho de Diniz (1973) discute o momento específico que marcou a mudança metodológica da Geografia Clássica para a Quantitativa, sem fazer referência a uma periodização.

15. O livro de Manuel Correia de Andrade (1987), *Geografia Ciência da Sociedade*, apresenta a história da ciência Geográfica no Brasil e no mundo. Apesar disso, as referências aos estudos agrários são mais esparsas, diferentemente das dos trabalhos aqui citados.



Neste sentido, em um trabalho específico sobre *A Geografia no Brasil (1934-1977)*, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro (1980) oferece uma avaliação e revela tendências sobre o desenvolvimento da ciência geográfica no país.

A evolução desta ciência no Brasil apresenta um quadro cronológico que Monteiro (1980) define em função das temáticas de pesquisas desenvolvidas no país. São quatro intervalos de tempo definidos para o período de 1934 a 1977.

O primeiro deles, chamado de implantação da Geografia Científica (1934-1948), marca a criação dos cursos de Geografia e a fundação da AGB. No caso específico da Geografia Agrária, marca a realização de estudos desenvolvidos pelos franceses Deffontaines, Waibel e Monbeig, orientando e refletindo a escola francesa nas monografias que buscavam explicar a realidade nacional, agrária, nesta época.

O intervalo seguinte (1948-1956), na proposta de Monteiro (1980), marca a cruzada agebeana de difusão nacional. É um período marcado pela saída dos franceses do Brasil e pelo grande número de trabalhos de campo, realizados por intermédio da AGB. No caso específico da Geografia Agrária, o período marca a realização de estudos sobre distribuição espacial de produtos agrícolas, representados em cartogramas e comentários interpretativos.

O terceiro (1956-1968) é a primeira época da afirmação. Trata-se da existência de “uma comunidade ativa de geógrafos pesquisadores” (p. 18). As análises agrárias têm grande destaque nos trabalhos de Orlando Valverde. A *Revista Brasileira de Geografia* registra uma superioridade dos estudos agrários em relação aos demais, trabalhos que ainda eram realizados com base na descrição e na explicação de domínios. O início da década de 1960 marca uma mudança nesse processo e a urbanização e a industrialização trazem consigo transformações que passam a despertar mudanças metodológicas.

A segunda época da afirmação ocorreu de 1968 a 1977, último intervalo assinalado por Monteiro (1980). O ano de 1968 é o marco divisor e proclama a adoção da quantificação. O período evidencia um crescimento no número de trabalhos de Geografia Urbana. Este ramo da Geografia começa a ser consagrado como de interesse do geógrafo e ganha participação em detrimento dos estudos agrários e geomorfológicos, dominantes até então.

Para finalizar sua análise, o autor destacou para o ano de 1977 a reformulação na estrutura do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que passa a ter a Geografia Humana reorganizada pela abertura desta ao contato interdisciplinar com economistas e sociólogos. Este fato é importante porque evidencia a presença de formulações não-geográficas no discurso do geógrafo brasileiro, bastante evidente nos estudos agrários, discutidos mais adiante.

No trabalho de Monteiro (1980), os intervalos de tempo são bastante claros e definidos por fatos marcantes da história da Geografia. Sua referência é importante porque trata nitidamente da história da Geografia Agrária no Brasil quando utiliza as temáticas dos estudos como parâmetro para a definição da periodização.

Também definindo períodos de forma clara, Diniz (1984), em seu livro *Geografia da Agricultura*, apresenta cinco escolas com base nos conteúdos teóricos e metodológicos que marcaram os estudos geográficos sobre agricultura para diferentes épocas.

Iniciando com a chamada Geografia da Paisagem Agrária, o autor aponta que ela marcou o desenvolvimento da Geografia científica do século XIX ao começo do século XX. Esta escola apresentou quatro características: “a busca da síntese pela observação da paisagem, a compreensão da paisagem agrária como reação do homem ao meio, a associação com a história e a preocupação com as formas do ‘*habitat*’ rural” (Diniz, 1984, p. 36)<sup>16</sup>. Falando particularmente do desenvolvimento desta corrente no Brasil, o autor salienta que os primeiros centros geográficos brasileiros foram fundados sob a influência dessas idéias.

“O espaço brasileiro era, nas décadas de trinta e quarenta, muito pouco conhecido, e as pesquisas produzidas no âmbito universitário ou no antigo Conselho Nacional de Geografia tinham, naturalmente, uma grande preocupação com a descrição; os lugares precisavam ser conhecidos e excelentes monografias foram então produzidas. Assim, é muito natural que os estudos geográficos sobre a agricultura brasileira tenham sido, durante muito tempo, voltados à descrição da paisagem rural e de sua gênese” (p. 42).

Contemporânea à escola da paisagem agrária, a Geografia Econômica da Agricultura constitui-se, segundo Diniz (1984), numa segunda corrente dos estudos sobre a atividade agrícola. Suas características fundamentais são a descrição da distribuição de produtos e rebanhos, sua vinculação aos fenômenos do quadro rural e a definição de regiões agrícolas.

A terceira escola marca a influência do estruturalismo na Geografia e refere-se à Teoria da Combinação Agrícola. Entendida como fato dinâmico e como um fenômeno que ocupa uma superfície, a ênfase nos estudos das relações entre os elementos fez a Geografia inserir-se no pensamento científico.

A quarta escola passou a fazer parte das preocupações do geógrafo agrário brasileiro em meados dos anos 60 e foi influenciada pelas Comissões da União Geográfica Internacional. Sua fundamentação fez-se em função dos estudos de utilização da terra e de tipologia agrícola.

A quinta e última escola apontada por Diniz (1984) determina os novos rumos da Geografia da Agricultura, refletidos em dois enfoques: um teórico, econômico e quantitativo, buscando leis e aplicando modelos; outro social, preocupado “com as condições de vida da população rural, a apropriação dos meios de produção por diferentes classes sociais, e as questões de desenvolvimento rural” (p. 52).

Observamos pela proposta de Diniz (1984) que sua preocupação maior não está em definir intervalos de tempo fechados, constituindo períodos. Ele trata de correntes ou es-

---

16. Grifo no original.

colas, preocupando-se com a discussão das idéias em voga. A referência temporal é subentendida, mas é possível, em função do conteúdo, apontar três períodos principais: o primeiro dedicado à descrição e à compreensão da paisagem, numa Geografia Agrária descritiva; o segundo preocupado com a relação entre os elementos que explicavam a atividade agrícola e a forma como estavam distribuídos no espaço num contexto regional; e o terceiro voltado para o entendimento das condições sociais da atividade agrícola.

Estas definições permitem entender a trajetória da Geografia Agrária brasileira pela ótica dos paradigmas, ou seja, a Geografia Agrária como ramo de uma ciência que apresenta uma história, a qual não pode ser esquecida.

Com base nos trabalhos citados foi possível construirmos um Quadro Síntese que demonstra a trajetória da Geografia Agrária no Brasil. Para tal consideramos os diferentes aspectos tratados pelos autores por nós estudados, tais como: designação, períodos, paradigmas, características teórico-metodológicas, características socioeconômicas e temáticas. Julgamos, assim, que nossa proposta de avaliar a Geografia Agrária no Brasil segundo as variáveis tempo, escolas de pensamento ou paradigmas, realidade socioeconômica e temáticas fica aí concretizada.

A representação, a seguir, que designamos por Síntese da Geografia Agrária Brasileira, resume o que consideramos fundamental para concluir a discussão da questão da periodização na Geografia Agrária. Temos aqui então resumida a história da Geografia Agrária Nacional.

SÍNTESE DA GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA					
Designação	Período	Paradigma	Características teórico-metodológicas	Características socioeconômicas	Temáticas
Estudos não-geográficos	Séc. XVIII, XIX até 1934	-----	Inexistência de método científico	Hegemonia agrícola	Informações sobre diferentes áreas e culturas
Geografia Agrária Clássica	1934 a meados dos anos 60	Diferenciação de áreas	Introdução do método científico sob influência francesa, descrição, interpretação, síntese, valorização do trabalho de campo	Domínio da agricultura, início da industrialização/urbanização	Caracterização, classificação e distribuição de produtos agrícolas por áreas, colonização, hábitat rural, paisagem rural
Geografia Agrária Quantitativa	Meados dos anos 60 a meados dos anos 70	Classificatório	Enfoque classificatório, utilização de modelos estatísticos e matemáticos	Desenvolvimento urbano-industrial, introdução do Processo de Modernização da Agricultura	Estudos classificatórios, tipologia agrícola, caracterização social, funcional e econômica da agricultura, uso da terra, organização agrária
Geografia Agrária Social	1975 a 1995 *	Interação e ação sobre o espaço	Enfoque pragmático, análise da agricultura no contexto do desenvolvimento rural	Êxodo rural, constituição do CAI, capitalização e industrialização da agricultura	Transformação do espaço rural, modernização da agricultura, relações de trabalho, desenvolvimento rural, desequilíbrios regionais, pequena produção, produção familiar, agroindústria

(\*) Último ano de referência dos trabalhos levantados.  
Fonte: Levantamento bibliográfico

Organização: Darlene Ap. de O. Ferreira

## Bibliografia

- AMORIM FILHO, O. B. *Reflexões sobre as tendências teórico-metodológicas da Geografia*. Belo Horizonte: UFMG, 1985. 56 p. (Publicação Especial, 2).
- ANDRADE, M. C. A institucionalização da Geografia brasileira. In: \_\_\_\_\_. *Geografia Ciência da Sociedade*. Uma Introdução à Análise do Pensamento Geográfico. São Paulo: Atlas, 1987, p. 81-93.
- \_\_\_\_\_. Pierre Monbeig e o pensamento geográfico no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 72, p. 63-82, 1994.
- \_\_\_\_\_. Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. *Mesas Redondas... Águas de São Pedro*: UNESP, 1994, p. 52-7.
- ANTONIL, A. J. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. *Boletim Geográfico*, ano 20, n. 166, p. 31-49; ano 20, n. 167, p. 181-97; ano 20, n. 168, p. 268-80; ano 20, n. 169, p. 379-87; ano 20, n. 171, p. 635-41, 1962.
- BRAY, S. C. Aspectos da trajetória teórico-metodológica da Geografia Agrária no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8, 1987, Barra dos Coqueiros. *Mesas Redondas e Comunicações...* Barra dos Coqueiros: UFS, 1987, p. 4-12.
- CERON, A. O., GERARDI, L. H. O. Geografia Agrária e metodologia de pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 1, 1978, Salgado. *Textos Básicos para Discussão...* Salgado: UFS, 1978, p. 20-35.
- \_\_\_\_\_. Geografia Agrária e metodologia de pesquisa. *Boletim de Geografia Teórica*, v. 9, n. 17-18, p. 59-68, 1979.
- DINIZ, J. A. F. A renovação da Geografia Agrária no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 25, SIMPÓSIO RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA, 1973, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: SBPC, 1973, p. 29-81.
- \_\_\_\_\_. Evolução dos conceitos geográficos e o estudo da agricultura. In: \_\_\_\_\_. *Geografia da Agricultura*. São Paulo: Difel, 1984, cap. 2, p. 35-56.
- FAUCHER, D. Princípios generales de Geografia Agrária. Trad. R. Martínez. In: \_\_\_\_\_. *Geografia Agrária Tipos de Cultivos*. Barcelona: Omega, 1953, p.11-28.
- GALVÃO, M. do C. C. Contribuição ao debate sobre perspectivas teórico-metodológicas para a Geografia Agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8, 1987, Barra dos Coqueiros. *Mesas Redondas e Comunicações...* Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. (mimeo)
- \_\_\_\_\_. Questões e desafios para a investigação em Geografia Agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9, 1988, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 1988, não pag.
- GEORGE, P. Introdução. In: \_\_\_\_\_. *Geografia agrícola do mundo*. Trad. O. M. Cajado. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978, p. 7-8.
- \_\_\_\_\_. La campagne: une création humaine aux multiples aspects. In: \_\_\_\_\_. *La campagne. Le fait rurale através le monde*. Paris: Press Universitaire de France, 1956, cap. 1, p. 3-10.

- \_\_\_\_\_. Os antecedentes. In: \_\_\_\_\_. *A Geografia Ativa*. São Paulo: Difel, 1975, pt. 1, p. 8-40.
- GUSMÃO, R. P. Os estudos de Geografia Rural no Brasil: revisão e tendências. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3, 1978, Fortaleza. *Sessões Dirigidas...* Fortaleza: AGB/UFC, 1978, p. 57-62.
- \_\_\_\_\_. Os enfoques preferenciais nos estudos rurais no IBGE. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 40, n. 1, p. 142-6, 1978.
- \_\_\_\_\_. Os estudos de geografia rural no Brasil: revisão e tendências. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 3, 1978, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: AGB, 1978, p. 57-62.
- LONGO, E. M. Algumas reflexões em torno da Geografia Agrária. *Boletim Gaúcho de Geografia*, n. 13, p. 45-8, 1983.
- MEGALE, J. F. Geografia Agrária: objeto e método. *Boletim Geográfico*, ano 34, n. 247, p. 63-72, 1975.
- \_\_\_\_\_. Geografia Agrária – objeto e método. *Métodos em questão*, n. 12, p. 1-30, 1976.
- MIGLIORINI, E. A Geografia Agrária no quadro da ciência geográfica. *Boletim Geográfico*, ano 8, n. 93, p. 1.072-91, 1950.
- MONTEIRO, C. A. F. *A Geografia no Brasil (1934-1977) Avaliação e Tendências*. São Paulo: USP, Série Teses e Monografias, n. 37, 1980, 155 p.
- OTREMBIA, E. Geografia Agrária. In: LUTGENS, R. *La Terra y la Economía Mundial*. Barcelona: Omega, 1955, v. 3, pt. 1, p. 5-28.
- VALVERDE, O. A Geografia Agrária como ramo da Geografia Econômica. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 23, n. 2, p. 430-2, 1961.
- \_\_\_\_\_. Metodologia da Geografia Agrária. In: \_\_\_\_\_. *Geografia Agrária do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Pesquisas Educacionais, 1964. v. 1, p. 11-37.
- \_\_\_\_\_. Geografia Agrária. *Boletim Geográfico*, ano 28, n. 209, p. 126-30, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1985, 266 p.
- WAIBEL, L. O sistema da Geografia Agrária. In: \_\_\_\_\_. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: SUPREN, 1979, p. 29-35.

## RESUMEN

Este artículo presenta una exposición sobre la Geografía Agrária en el Brasil, tratando los conceptos en diferentes períodos del tiempo. Las diferentes concepciones de Geografía Agrária a lo largo del tiempo, que marcaron el período comprendido entre la mitad de la década de los años 30 y la mitad de la década de los años 90, fueron retiradas de diferentes autores que discutieron la definición de esta parte de la geografía y su rol en el

## ABSTRACT

The present article presents an exhibition about the Agrarian Geography in Brazil, treating of your concepts and periods. The different conceptions of Agrarian Geography, along the time, that marked the period understood between middles of the decade of 30 and middles of the decade of 90, they were looked for in authors that discussed the definition of this branch and your role in the context of the geographical science. As such analyses

DARLENE AP. DE OLIVEIRA FERREIRA

contexto de la ciencia geográfica. Como estas análisis y definiciones variaron y, principalmente, como el desenvolvimiento de esta parte de la geografía no fue uniforme, la indicación de diferentes fases en los estudios fue detectada y tratada en un cuadro Síntesis de la Geografía Agrária Brasileña.

and definitions varied and, mainly, as the development of such branch of the Geography it was not uniform, the indication of different phases in the studies was detected and treated in a syntheses of the Brazilian Agrarian Geography.

**PALABRAS-CLAVE**

Geografía agrária – conceptos – diferentes periodos del tiempo.

**KEY WORDS**

Agrarian Geography – concepts – different periods of time.

---

Recebido para publicação em 5 de maio de 2001.

# A Geografia e o estudo dos costumes e das tradições

Doralice Sátyro Maia

Professora da Universidade Federal da Paraíba e Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.  
Correio eletrônico: doramaia@funape.ufpb.br

## Resumo

Esse texto tem como principal propósito discutir as noções de *costume e tradição* e, por extensão, a de *cultura* a partir de um olhar geográfico. Procura-se construir um diálogo entre a Geografia e as outras disciplinas do campo conceitual das ciências humanas. Dessa forma, busca-se na história do pensamento geográfico algumas reflexões diretamente relacionadas com o estudo da *cultura*. Assim, foram abordadas a Geografia dos gêneros de vida, dos modos de vida e do hábitat e a Geografia Cultural. Em seguida, apresentam-se os sentidos e as diferenças entre as noções *costume e tradição* e por último algumas breves idéias a respeito da utilização dessas noções no estudo da cidade.

## Palavras-chave

Geografia – costume – tradição – cultura.

Terra Livre	São Paulo	n. 16	p. 71-98	1º semestre/2001
-------------	-----------	-------	----------	------------------

A busca pelo entendimento dos *costumes* requer o prévio esclarecimento de algumas noções teóricas. O vocábulo *costume* é repertório coloquial e diz respeito a usos costumeiros, portanto à cultura – outra noção bastante genérica, de aplicação comum. A noção de *tradição* também diz respeito à cultura e é posta ao lado ou em confronto com a idéia de *costumes*. Essas noções integram o campo conceitual das ciências humanas, mais exatamente da Antropologia, mas também se fazem presentes na Geografia. Procuramos conhecer alguns estudos que abordaram a questão cultural, bem como algumas discussões acerca dessa temática. Buscamos na história do pensamento geográfico, nos fundamentos desta disciplina e em alguns estudos socioantropológicos algumas reflexões que, no nosso entender, estão diretamente relacionadas com o estudo dos *costumes e das tradições*<sup>1</sup>.

## A Cultura no Pensamento Geográfico

A matriz das ciências sociais, e com elas a da Geografia, está reconhecidamente atrelada à origem da Etnologia, que, por sua vez, remonta aos relatos de viagens que seguem as descobertas geográficas.

Os primeiros trabalhos realizados pelos folcloristas abordavam povos longínquos, regiões isoladas, estando diretamente relacionados aos *gêneros de vida*. Como disse Roger Bastide, “o folclore acha-se menos ligado a um fato da geografia física, como seria o isolamento de uma ilha ou de um vale nas montanhas, do que a um fato da geografia humana” (Bastide, 1951, p.20). Da mesma forma que foi tratado pela denominação *folclore*, o “exótico” ou o “diferente” marcaram por muito tempo as etnografias clássicas, fundadoras da Antropologia e também da Geografia.

O início da sistematização do material de observação e de fatos novos utilizados para explicar os fenômenos do globo terrestre é geralmente demarcado no século XVIII. A Geografia então realizada era recheada de descrições, mas detinha-se principalmente nos tratados cartográficos, topográficos e naturalistas. A Geografia surge então apoiada tanto nos tratados naturalistas com abundantes descrições do meio natural como nas pesquisas etnográficas, estando atrelada às narrativas de viagens, não possuindo ainda um corpo de interpretação individualizado:

“A geografia humanista e aquela dos filósofos não sabem ainda tratar da marca do homem sobre a natureza. As narrativas de viagem contêm longos desenvolvimentos sobre os modos, os costumes, as crenças dos povos, mas o quadro no qual eles evoluem é freqüentemente passado em silêncio (...). A paisagem é uma descoberta do fim do século XVIII e do XIX”. (Claval, 1974, apud Gomes, 1996, p. 150).

---

1. A discussão que ora apresentamos é fruto de um trabalho de pesquisa no qual estudamos os *costumes e tradições rurais* na cidade de João Pessoa: MAIA, Doralice Sátyro. *Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000 (Tese, doutorado em Geografia Humana).



Humboldt, um dos precursores da ciência geográfica, é reconhecido principalmente pela sua contribuição para as ciências naturais, contudo o valor dos seus estudos não se resume a essa atuação. Egon Schaden (1960), em artigo publicado no *Boletim Paulista de Geografia*, alerta para a importância dos trabalhos de Humboldt no que diz respeito ao conhecimento antropológico e arqueológico das populações indígenas. Schaden atribui a Humboldt o início de uma nova fase nos estudos daquelas populações: “a interpretação dos fatos observados”, pois, explica Schaden, antes dele, “numerosos cronistas, viajantes e missionários haviam descrito costumes indígenas, sem no entanto, se aventurarem a tentativas sérias de interpretar os fatos observados” (Schaden, 1960, p. 14-15). Porém, é preciso ainda dizer que esses estudos etnológicos feitos por Humboldt não apresentavam nenhuma teoria etnológica capaz de explicar as observações feitas, mesmo que tenham proposto a sua interpretação e se empenhado em compreendê-las, numa visão histórico-cultural, “isto é, com referência ao passado das populações indígenas ou ao seu estado evolutivo” (Schaden, 1960, p. 15).

A metodologia até então utilizada pela Geografia era caracterizada pela descrição e pela observação. Esses procedimentos, provenientes da Etnologia, vão persistir por todo pensamento geográfico clássico, não só naquele denominado determinista, defendido principalmente pelos geógrafos alemães Ritter e Ratzel, mas também na Geografia clássica francesa inaugurada por Vidal de La Blache. Aí talvez esteja a maior aproximação da Geografia com a Etnografia e também com a Etnologia.<sup>2</sup>

Segundo Claval (1995), Ratzel marca os anos 80 do século XIX ao estudar os fundamentos culturais da diferenciação regional da Terra, publicando três volumes voltados ao *Völkerkunde* (etnografia), sendo dois referentes aos povos primitivos e o terceiro aos povos civilizados do Velho e do Novo Mundo. A geografia construída por Ratzel dá importância aos fatos culturais, uma vez que estão associados ao meio e deste dependem, podendo ou não favorecer os movimentos populacionais. A *cultura* é analisada por Ratzel sobre seus aspectos materiais, “comme ensemble des artefacts mobilisés par les hommes dans leur rapport à l’espace. Les idées qui la sous-tendent et le langage qui l’expriment ne sont guère équivoqués” (Claval, 1995, p. 13).

Comumente, atribui-se à obra de Kant o papel de primeiro sistema filosófico definidor da Geografia Moderna. O nome desse filósofo, muitas vezes, é associado à posição racionalista e objetiva da ciência geográfica. No entanto, Paulo Gomes, em *Geografia e Modernidade*, atribui a Herder “enorme importância para a História das Idéias enquanto figura central da hermenêutica moderna e da ciência romântica” (Gomes, 1996, p. 143). Gomes diz que o sistema filosófico construído por Herder procurava contrapor-se ao dos filósofos franceses do século XVIII ao propor uma filosofia da História centrada na expressão das culturas nacionais. Temos, na obra de Herder, que

2 Em trabalho anterior (Maia, 1997) discutimos a relação entre os escritos etnográficos e a Geografia, quando também realizamos algumas anotações a respeito da prática da realização de trabalho de campo nos estudos geográficos.

“(…). Os povos ou comunidades que constituem uma nação são identificados a um organismo vivo. Eles criam uma identidade pelo intercruzamento das diferentes condições do meio físico e dos diversos gêneros de cultura que aí se desenvolvem. (…). A diversidade dos meios é diretamente responsável pela variedade de gêneros de vida e de culturas. (…). Ele constata, aliás, que, nos ambientes os mais diversos, a espécie humana foi sempre capaz de desenvolver um gênero de vida harmonioso e equilibrado”. (Gomes, 1996, p. 144).

Ainda segundo Gomes, é fundamental para Herder revelar o “gênio” de cada povo e de cada cultura, que se exprime através da dinâmica e da evolução dentro de condições naturais diferentes, bem como mostrar os *gêneros de vida* desenvolvidos em condições naturais específicas e de acordo com uma *cultura* particular a cada nação. Nas palavras de Herder:

“Temos o hábito de dividir as nações da Terra em populações de caçadores, de pescadores, de pastores e de agricultores; e não somente determinamos a posição que elas ocupam na civilização, a partir destas distinções, mas consideramos a civilização ela mesma como uma consequência necessária deste ou daquele gênero de vida. Este caminho seria excelente se começássemos por determinar estes gêneros de vida; mas eles variam de país para país e comumente se misturam uns com os outros, de maneira que é quase impossível aplicar com exatidão este método de classificação (Herder, J.G. *Idées sur la philosophie de l’histoire de l’humanité*, Paris: Agora, 1991, p. 34. In: Gomes, 1996, p. 145).

A partir dessas concepções filosóficas, construiu-se o pensamento geográfico clássico. Nesse período, a *cultura* é temática de presença marcante, provocando a necessidade da criação de uma categoria geográfica que conseguisse explicar a grande diversidade cultural relacionada à variedade do meio natural. Estamos falando da categoria *gênero de vida*, e/ou *modo de vida* que serviram de sustentáculo aos constructos da chamada Geografia Humana. Muitas vezes, estes dois termos são utilizados indistintamente. Vale ressaltar que parte dessa confusão terminológica deve ser atribuída aos tradutores dos autores franceses para a língua portuguesa. Essa troca de termos, quando explicitada por alguns, deixa preciso o termo empregado na sua origem. É o que diz Fernandes Martins, em nota de rodapé, ao traduzir *Princípios de Geografia Humana* de Vidal de La Blache:

“O autor diz exatamente – ‘genre de vie’. Demageon, porém, escreve – ‘modes de vie’ (*Problèmes de Géographie Humaine*, Paris, 1942). A tradução *modos de vida* parece-me mais conforme com o gênio da língua e, por isso, optei por ela. Com efeito, ao indagarmos de alguém qual a sua atividade obreira, não lhe perguntamos: – Que *gênero de vida* é o seu? – mas sim: – Qual o seu *modo de vida*? (N.T.)”. (Vidal de La Blache, 1954, p. 38).

Fica bastante evidente, portanto, a não-distinção entre um e outro termo nessa fase do pensamento geográfico. Por conseguinte, decidimos manter, nas transcrições, o termo

utilizado pelo autor ou pelo tradutor para não correremos o risco de provocar maiores obscuridades, enquanto, nas nossas construções optamos pela noção *modo de vida*, por esta referir-se mais diretamente a uma maneira ou forma de vida.

Vimos, então, que a *cultura* fazia parte, desde os anos oitocentos, tanto das descrições etnográficas como dos trabalhos geográficos, sem que houvesse grande distinção entre uns e outros. Como afirmou Claval (1995), a maneira utilizada para abordar a *cultura* tanto pelos geógrafos como pelos etnólogos e etnógrafos não se diferenciava. “Les uns et les autres s’intéressaient prioritairement aux outillages, aux artefacts, aux champs, à l’habitat. Les ethnologues y ajoutaient, c’est vrai, un inventaire des croyances, des mythes et des rituels” (Claval, 1995, p. 30).

Passemos agora, então, a uma análise mais alongada das noções geográficas de *gênero de vida* e/ou *modo de vida* e de *hábitat*, que se fizeram tão marcantes nos trabalhos geográficos, em especial na escola francesa de Geografia ao estudar a “cultura dos povos”.

### A geografia dos gêneros de vida, dos modos de vida e do hábitat

Vidal de La Blache, em *Princípios da Geografia Humana*, preocupado em formular o significado e o objeto da Geografia Humana, em mostrar que o “elemento humano é essencial em toda a Geografia”, portanto que “o homem é um fator geográfico”, desenvolve um estudo sobre a distribuição dos homens na superfície terrestre. É no decurso dessa elaboração que o autor formula a noção de *gênero de vida* para designar o conjunto de técnicas e *costumes*, construído e passado socialmente, desenvolvido por grupos heterogêneos de associações humanas e que exprimiria a relação entre a população e o meio físico.

La Blache é um dos principais responsáveis pela fundação da escola francesa de Geografia. Ele desloca o eixo da discussão geográfica para esse país, inaugurando a denominada fase possibilista: a natureza enquanto possibilidades humanas, isto é, dependendo das necessidades, o homem cria condições para adaptar-se ao meio. Além disso, La Blache denominou “domínios da civilização o conjunto de comunidades caracterizado pelo mesmo *gênero de vida*.”

Os *gêneros de vida*, nessa concepção, não seriam perenes nem eternos. Mesmo compostos por “elementos de organização e fixação”, para usar a expressão lablachiana, *cimentados*, passados hereditariamente, estão permanentemente sujeitos a modificações ocasionadas por alterações do próprio meio ou pelo contato com outros *gêneros de vida*.

Muito embora La Blache enfatize bastante o caráter evolucionista das civilizações e continue preso ao espaço dos naturalistas, ao espaço físico concreto, é importante assinalar a importância que ele atribui ao poder do grupo humano de criar, inventar e conquistar a partir de elementos tirados do meio ambiente, construindo assim os seus *gêneros de vida*, ou seja, “a sua obra pessoal” (Vidal de La Blache, 1954, p. 172).

Nas leituras desses textos, é perfeitamente visível a relação direta que La Blache faz entre *gênero de vida e civilização*, uma vez que ele diz ser a criação dos *gêneros de vida* uma característica dos povos “pouco ou não civilizados”, como pescadores, agricultores ou caçadores. Por conseguinte, a compreensão que o autor tem desses povos é a visão do “civilizado”, ou seja, de um *outro* superior.

Ainda que a noção *gênero de vida* tenha sido veementemente utilizada por La Blache, é a partir da obra de Max Sorre, *Les fondements de la géographie humaine*, mais exatamente do seu tomo III, que essa noção é melhor analisada e elaborada. Esse autor retoma as concepções propostas por Vidal de La Blache para formular algo mais sobre o termo utilizado pela Geografia.

Para Sorre, “a noção de gênero de vida é extremamente rica, pois abrange a maior parte, se não a totalidade, das atividades do grupo humano”. Esse autor reconhece a importância do método herdado do Renascimento, assim como do material coletado nos grandes descobrimentos geográficos para a formação do pensamento geográfico, e, a partir dos fundamentos da proposta de Vidal, consegue melhor desenvolvê-la. Assim, a definição de *gênero de vida* dada por Sorre contém descrições das combinações de técnicas utilizadas pelos grupos humanos combinadas de acordo com as condições naturais do meio, como o clima, a vegetação e a topografia<sup>3</sup>, além das análises dos elementos espirituais.

Sorre retoma de La Blache a importância dada ao papel de criação, organização e conservação na observação dos *gêneros de vida*. Esses fatores são elementos-chave para a distinção e o esclarecimento do funcionamento dos *gêneros de vida* analisados. Entende que os *gêneros de vida* mais antigos são definidos a partir dos traços de criação e organização: “a escolha das plantas de *cultura*, os instrumentos, a maneira como os grãos são depositados na terra podem ser vistos como técnicas fundamentais em torno das quais se organiza todo gênero de vida” (Sorre, op. cit., p. 101).

É importante acrescentarmos que Max Sorre, ao prosseguir o estudo sobre *a noção de gênero de vida e sua evolução*, denomina-o “complexo de hábitos”. Concorda com Vidal de La Blache ao entender que, para aquela noção ter interesse geográfico, é necessário que apresente “um mínimo de duração, de estabilidade”, mas que também não seja algo perene, pois “o gênero de vida nasce, transforma-se, expande-se – e é então, quando ele chega a este grau de maturidade, que nós o caracterizamos”, evocando assim a necessidade do caráter complementar: o da evolução (Sorre, op. cit., p. 105).

Em resumo, o conceito de *gênero de vida*, em Sorre, remete à idéia evolucionista, bem como à necessidade de classificar os grupos humanos a partir das suas atividades. Acrescentamos que, nas leituras realizadas, é notória a aplicação da noção de *gênero de vida* sempre aos estudos das chamadas “comunidades primitivas”, ou grupos humanos

---

3. “(...) como a prática do nomadismo pastoril que implica o conhecimento das receitas de criação de gado, domesticação de animais, inclusive a castração e sua utilização para a nutrição – ordenha, fabricação de produtos derivados do leite – e transporte – o uso de sela, arreios, carroças, diferentes modos de atrelagem – fabricação dos vestuários e da tenda” (Sorre, 1952, in: Megale, 1984, p. 100).

habitantes de áreas pouco habitadas, que mostravam um *gênero de vida* diferente do vivido pelos próprios autores. Expressam, ainda, de forma muito evidente a inevitabilidade da formulação de termos ou noções para explicar “aqueles povos exóticos”, característica da fase do pensamento geográfico que continha inúmeras descrições etnográficas. Alguns escritos apresentam discussões teóricas em que aparece a formulação de noções como *gênero de vida*, *hábitat*, *meio geográfico* e inúmeras descrições de povos de continentes, países e regiões distantes e distintas, como os esquimós, os malaios, os polinésios, o que expressa uma forte influência do período histórico colonialista.

Todavia, temos de assinalar que na obra de Max Sorre – talvez por ter sido escrita em período posterior a de La Blache, já na década de 1940 – existe uma preocupação quanto à aplicação da noção *gênero de vida* para explicar o mundo moderno. O autor diz que, muito embora exista dificuldade, fazendo com que muitos estudiosos pensem que essa noção “tão fecunda em se tratando de sociedades primitivas perdia, nas mãos dos geógrafos, toda a eficácia quando se passava a tratar o mundo moderno”, ela não é desprovida de valor para o estudo geográfico do mundo moderno. Sorre entende que há necessidade de uma reformulação da definição da própria terminologia, uma vez que, na sua concepção, não só os *gêneros de vida* evoluem, modificam-se, como a sua própria noção transforma-se. E, por fim, argumenta:

“Podemos resumir tudo dizendo que, em lugar de se definir, como no passado, em relação aos elementos do meio físico e vivo, ela tende a se definir em relação a um complexo geográfico, econômico e social. Ela muda de plano à medida que a atividade dos homens muda de dependência” (Sorre, op. cit., p. 120).

Assim, Sorre resgata a noção criada por Vidal de La Blache para compreender a expansão da vida urbana criada pelo evento da industrialização. Daí formula a noção de *gênero de vida urbano*. Tal compreensão vem atrelada à constatação já apontada por La Blache ao abordar as conseqüências dos contatos entre *gêneros de vida* diferentes: alguns modificam-se incorporando elementos do outro, enquanto outros se dissolvem. Sorre, ao trazer este pensamento para o mundo moderno, afirma:

“Gêneros de vida dissolvem-se sob os nossos olhos. Outros se organizam, conquistam espaço e impõem-se aos homens. Às vezes, hesitamos em reconhecê-los, ou porque, situados no meio do rio, distinguimos mal as suas margens, ou porque a aceleração dos dados científicos em todos os ramos da atividade – devido à penetração dos dados científicos em todos os ramos da atividade – constrange a consolidação de complexos de hábitos, de sentimentos e de idéias, ou porque um véu de uniformidade mascara as diferenças. Estas subsistem, tanto num plano como noutro, e a tarefa do geógrafo consiste em desvendá-las”. (Sorre, 1952, in: Megale, 1984, p. 122).

A partir dessas constatações, Max Sorre passa a utilizar as terminologias *gênero de vida* e *hábitat* para referir-se ao mundo rural e ao mundo urbano, acrescentando que,

nesses contextos, há uma alteração na noção: em lugar de se definir, como no passado, em relação aos elementos do meio físico e vivo, passa a ser definida em relação ao que ele chama de complexo geográfico, econômico e social, incorporando aí um outro elemento de análise: “o nível de vida, característico das classes sociais” (Sorre, op. cit., p. 120).

Outro geógrafo, também francês, retoma a noção de *gênero de vida* com a preocupação de verificar se esse termo criado pela Geografia francesa serve ou não para a análise do mundo moderno: é Max Derruau, na sua obra *Geografia Humana*. Esse autor resgata as definições básicas dadas por Vidal de La Blache e Max Sorre sobre a referida terminologia, e parte principalmente das últimas citadas análises de Sorre para rever a noção. Detendo-se na análise do denominado “modo de vida urbano”, Derruau entende haver uma multiplicidade de “modos de vida”, citando como exemplo a referência que Sorre faz à existência de um “modo de vida próprio dos funcionários dos caminhos de ferro na medida em que o ritmo da circulação impõe aos ferroviários um peculiar ritmo de vida” (Derruau, 1973, p. 175). Acrescenta que, no estudo sobre *modos de vida* no mundo contemporâneo, é necessário que se substitua o estudo da adaptação ao meio pelo estudo das distinções profissionais e sociais e que se introduza na concepção daquela noção alguns aspectos até então não analisados, como os momentos de descanso e o nível de vida, que depende do rendimento de cada um. Derruau entende que no seio de uma sociedade a diferenciação dos “modos de vida” tem uma origem social e profissional. E complementa: “Chega-se assim à noção de classe social” (Derruau, 1973, p. 175).

Muito embora pareça-nos confuso em suas argumentações, Derruau prossegue seu raciocínio fazendo algumas anotações consideráveis. Aponta a idéia de que à medida que as técnicas vão se desenvolvendo o ritmo de vida se modifica, tornando-se cada vez mais independente das forças do meio físico. Portanto, concorda com Sorre ao dizer que a análise do *gênero de vida* no mundo moderno se modificou, a tal ponto que se tornou impossível atribuir demasiada importância ao meio físico, elemento-chave nos antigos estudos.

Outro ponto que também merece aqui ser citado é a visão de Derruau para a tendência à uniformização do modo de vida, ou seja, a idéia de que o mundo tenderia a ter um único modo de vida, o urbano, questão já aventada por Sorre como vimos. Escreve Derruau:

“(…) a extensão das mesmas organizações econômicas e sociais a espaços muito vastos uniformiza os modos de vida. Sem falar já da uniformização dos locais de recreio, do cinema e da coca-cola, as sociedades modernas, urbanas ou rurais, adquiriram modos de vida bastante semelhantes; o condutor de trator, o contabilista de uma exploração agrícola e o empregado de escritório das nossas cidades representam tipos uniformes, independentemente do país em que habitem” (Derruau, 1973, p. 177).

Entendemos que a noção de *gênero de vida* criada por Vidal de La Blache para definir formas de existência ou sobrevivência de diversos grupos humanos mantém-se de

forma bastante contundente nas idéias de Max Sorre. No entanto, toda a riqueza dessas abordagens parece ter se perdido em alguns encaminhamentos dados por Sorre e Derruau ao tentarem, a partir daquelas formulações, analisar a sociedade moderna como um todo. Talvez esse tenha sido um dos grandes equívocos dos geógrafos, que, ao perceberem o engano de interpretação, “abandonam” a discussão, descartando qualquer menção às noções *gênero de vida e modo de vida*.

É ainda no desenvolvimento daquela obra – *Les fondements de la géographie humaine* – que Sorre desenvolve o seu conceito central, o de *habitat*, em especial o *habitat rural*. Sorre resgata as contribuições de Albert Demangeon (*Géographie Humaine*) e Jean Brunhes (*La Géographie Humaine*), argumentando que, desde então, o estudo do *habitat rural* foi realizado dentro do enfoque regional, contudo sem uma preocupação metodológica definida.

A noção de *habitat* é utilizada para estudar os espaços rurais em uma perspectiva econômica e cultural e trata da casa sem, contudo, resumir-se à habitação ou à moradia. Como afirmou Sorre, “Ce qu’il y a d’essentiel dans l’habitat, c’est l’établissement, la maison avec les hommes qui y vivent. Les deux vont ensemble: nous avons dit pourquoi nous ne nous contenterions pas de considerer exclusivement la maison” (Sorre, 1952, p. 91). Por conseguinte, as formas de *habitat* representariam as características dos *gêneros de vida* e expressariam as suas variações conforme o ambiente. Assim,

“Se as formas do *habitat* representam as expressões concretas mais características dos gêneros de vida, as reflexões que precedem implicam, para o geógrafo, algumas conseqüências práticas. Os gêneros de vida baseados na exploração do solo, profundamente arraigados, comportam tipos variados de *habitat* que respondem a todas as suas exigências. Teremos pois, de definir uma primeira série de tipos: os que são habitualmente agrupados sob a rubrica de *habitat rural* e que compreendem desde a fazenda isolada até o grande burgo agrícola. Os gêneros de vida independentes do solo, os que são praticados por grupos de homens fortemente organizados e que, em certo grau, dependem da vida de relações – causa ou condição, conforme o caso – exprimem-se por tipos de estabelecimentos que estudaremos como formas do *habitat urbano*” (Sorre, op. cit, p. 122).

Com base na afirmativa acima, constatamos que Sorre traça os caminhos metodológicos para o estudo do *habitat*, partindo da observação tanto sobre a área de estudo como sobre a sua representação cartográfica. A partir desses procedimentos, o autor autoriza a análise de dados quantitativos (estatísticos) que derivariam na classificação (tipos de povoamento). Portanto, trata-se de uma recomendação metodológica bastante coerente com o pensamento que tanto caracterizou a Geografia clássica francesa: a observação, a descrição e a classificação.

Diante do exposto, está claro que o conceito de *habitat* foi desenvolvido especialmente para definir o modo de ocupação do solo rural. No entanto, Pierre Monbeig (1957)

já havia chamado a atenção para o fato de que o estudo geográfico do hábitat urbano merecia uma maior atenção. Justifica o autor:

“(…). A casa da cidade é tanto um elemento da paisagem, como o é a casa rural. Nada o demonstra melhor que o avanço dos arranha-céus e dos prédios de apartamentos: fenômeno de explicação complexa e conseqüências múltiplas. Mas há também a casa dos bairros menos prósperos e a dos arrabaldes. Descrever esta casa é um ponto de partida; mostrar suas conseqüências e seus laços com outros fatos não é menos necessário”. (Monbeig, 1957, p. 73).

Max Derruau, o já citado geógrafo francês, dedica em *Geographie Humaine* (1976), um capítulo para tratar do hábitat rural. Seguindo os principais ensinamentos de Sorre, Derruau analisa a questão da dispersão e do agrupamento que tanto marcou o estudo do hábitat rural. Todos esses estudos diziam respeito à temática do povoamento. Max Derruau inicia seu capítulo diferenciando o hábitat do geógrafo do hábitat do urbanista. Diz o autor: “Pour le géographe, le terme d’habitat n’est pas, comme il l’est pour l’urbaniste, synonyme d’habitation. (...). Il signifie *portion d’espace habité*, occupé par les maisons et leurs dépendances” (Derruau, 1976, p. 212).

Sabe-se que, desde os anos 30-40 com o aparecimento do keynesianismo, da economia positiva, da melhoria das técnicas e do planejamento urbano-regional, houve uma generalização do método quantitativo, com dando ênfase na construção de modelos. Essa tendência geral atinge as ciências sociais e também a geografia. Nos anos 50, essa corrente atinge seu ápice, dando origem à denominada *Nova Geografia*. Esta “se presentó desde el principio con una voluntad explícita de ciencia positiva que trataba de llegar a la explicación científica y a la formulación de leyes generales”. (Capel, 1981, p. 380). Há, portanto, um domínio dos enfoques funcionais ou sistêmicos sobrepondo-se às pesquisas de campo e aos seus clássicos procedimentos, a *observação* e a *descrição*, substituídos pela coleta de dados por meio das estatísticas. Sobre esse fato Monbeig (1990) mostra preocupação ao relatar o comportamento dos jovens estudantes:

“Trabalhar cientificamente, tal é o louvável ideal de nossos jovens; mas, para eles, isto significa muito freqüentemente desumanizar a pesquisa. Possuem uma sólida fé nos documentos escritos, nos mais perigosos de todos: as estatísticas. Uma pesquisa de Geografia Humana consiste, no seu entender, em debruçar-se por sobre os tesouros estatísticos de uma Municipalidade ou de um serviço administrativo qualquer; mais venham a ser acumuladas listas de algarismos e mais se pensará haver feito um bom trabalho. É isto o que chama fazer uma pesquisa sobre o terreno. Julgo, porém, que ela não satisfaria meu Mestre Demageon, nos tempos em que ele lançava em plena natureza seus estudantes, acompanhados de seu precioso questionário. Os tesouros das secretarias das Prefeituras, sem dúvida, não nos forneciam todos os seus segredos, mas nós regressávamos com uma grande provisão de calor humano. É bem verdade que se dizia que Demageon era um ‘idealista’...” (Monbeig, 1990, p. 47).



Se, durante o período quantitativista, a Geografia distancia-se do trabalho de campo, isso continuará no período posterior quando surge a Geografia Radical, que pretendia ser (e que se fazia necessário) comprometida com as lutas sociais e os movimentos políticos. A partir de então, as estatísticas são postas em xeque, mas também todos aqueles antigos procedimentos geográficos – *observação e descrição* – são descartados.

Há, conseqüentemente, um abandono das discussões dos escritos etnográficos, como também da metodologia de trabalho de campo, ou mesmo um certo descaso quanto à realização deles.

Tricart, embora defenda a necessidade do trabalho de campo especialmente para a Geografia Física – pois entende que para as ciências sociais os dados poderão ser fornecidos pelas estatísticas –, ressalta algo que merece destaque: “Na dialética geral do conhecimento, temos inicialmente um certo número de observações, de dados concretos fornecidos pela vida cotidiana. São eles o ponto de partida de raciocínios, de deduções que orientam a ação” (Tricart, 1980, p. 105). Em seguida, esse autor afirma que “(...) É falso opor uma Geografia ‘teórica’ a outra, que seria a ciência do ‘concreto’. Teoria e *observação* são indissociáveis numa abordagem dialética”. (Tricart, 1980, p. 112).

O geógrafo brasileiro Orlando Valverde (1984) também preocupa-se com o abandono dos trabalhos de campo na geografia. Em carta-texto enviada a Orlando Ribeiro, publicada pelo *Boletim Paulista de Geografia* e intitulada de Evolução da Geografia Brasileira no após-guerra (carta aberta de Orlando a Orlando), fala do período da ditadura militar e diz:

“Os geógrafos brasileiros, de modo geral, ficaram alienados de todo esse drama que se desenrolava no país. A partir de 1968, procuraram, cada vez mais, seguir o paradigma da escola de Chicago. (...) Os principais redutos em que essa denominada ‘Geografia quantitativa’ plantou raízes no Brasil foram no IBGE e na UNESP, em Rio Claro. Na primeira dessas instituições, pontificaram Berry e Cole. Este último, num curso ali ministrado, afirmava que ‘não é mais necessário ao geógrafo ir ao campo; bastava-lhe colocar os dados adequados no computador’”. (Valverde, 1984, p. 14).

As críticas elaboradas por Valverde chamam a atenção para os encaminhamentos dados à pesquisa geográfica e podem, hoje, ser utilizadas por aqueles que se deslumbram com as maravilhas das técnicas<sup>4</sup>.

Sabemos que na chamada Geografia Crítica há uma forte denúncia do papel desempenhado, até então, pela Geografia, que servia para mascarar as contradições sociais como ferramenta indispensável do Estado capitalista. Apesar do grande salto na produção geográfica neste período, percebemos que, no grande receio de cair no empi-

4. Podemos fazer uso das críticas de Valverde para o que vem acontecendo mais recentemente. Notamos que os estudantes de Geografia estão cada vez mais interessados em aprender algumas técnicas, como a do sensoriamento remoto e a utilização de GPS, e menos preocupados com os conteúdos ministrados nos seus cursos.

rismo, esse salto foi dado descartando algo precioso: o trabalho de campo e também os estudos etnográficos.

Não obstante as inúmeras críticas recebidas no momento em que publicou a supracitada Carta aberta de Orlando a Orlando, Valverde faz um alerta a respeito dessa problemática. Ele reconhece o período em que a Geografia estava vivendo como de “crescimento e frutífera crise”. Considera de grande valor a contribuição que Marx e Engels possam ter dado à Geografia, alertando que esses autores escreveram suas teses balizados “sobre fatos, apurados exaustivamente e citados com minudência” (Valverde, 1984, p. 16). Para ele, a Geografia pode seguir a linhagem filosófica desses autores, mas sem deixar de realizar a *observação* e acreditar que esse distanciamento do trabalho de campo trate-se do primeiro momento da nova orientação teórica.

Diante do exposto, temos que, a partir de meados da década de 1970 e principalmente na década 1980, o debate acerca das noções *gênero de vida* ou *modo de vida* deixa de ocupar o centro das discussões geográficas. A razão para esse “abandono” das noções tão presentes na Geografia clássica francesa está na necessidade da Geografia de “romper” com o antigo método utilizado pela chamada escola tradicional, dando um “corte” na realização das descrições. Conseqüentemente, deixa-se de realizar escritos etnográficos<sup>5</sup>, como também de falar em *gênero de vida* ou *modos de vida* de populações distantes. Essas noções acabam por “esgotar-se” quando se tenta transferi-las para as análises da sociedade moderna, já que, desde as obras de Max Sorre e mais explicitamente as de Derruau, a sociedade passa a ser analisada a partir de um único *gênero de vida*: o *gênero de vida urbano*, fruto da revolução industrial. Os outros gêneros de vida, caso ainda existissem, seriam gradativamente extintos a partir do contato com aquele dominante. Essa idéia parece ter dominado, sendo adotada, também ou principalmente, por aqueles autores que tomavam como base o pensamento marxista.

Andre Granou, em *Capitalismo e modo de vida*, fundamenta-se na obra de Karl Marx para dizer que, a partir do momento em que o capitalismo se instala, há uma contínua dissolução dos modos de vida anteriores. E, no final do século XIX, apenas nas áreas onde haviam se fixado fábricas e com elas as casas dos operários, a desagregação do modo de vida ancestral era avançada. Existiam ainda fortes sobrevivências dos antigos modos de vida em outras zonas, pois, nas palavras do autor:

---

5. Todas essas mudanças ocorridas na Geografia e que já vinham acontecendo em outras ciências estão atreladas ao processo histórico. Vimos que a Geografia, desde sua origem, ou melhor, tem o seu início nos relatos de viagens e excursões que forneciam subsídios para a confecção de mapas que serviram para a expansão do colonialismo europeu. Quaini, em *A construção da geografia humana*, mostra o quanto a herança positivista desde Ratzel fundamenta a Geografia e que esta vai exercer um papel funcional no desenvolvimento da burguesia industrial e latifundiária. Afirma o autor que a “relação entre a geografia determinista e o capitalismo é até mais orgânica dos que nos dizem os críticos da ideologia positivista. No fundo, o determinismo geográfico reflete de forma mistificada a condição de alienação do território em relação ao homem” (Quaini, 1983, p. 46). Posição esta que vai persistir na Geografia definindo seu papel enquanto orientação informativa, estatística no sentido etnológico sobre os Estados e para o Estado (Quaini, 1983, p. 139).

“O capitalismo não podia impor-se definitivamente contra os modos de produção anteriores se não levasse a revolução começada na ‘maneira de produzir’ até à maneira de produzir e até ao modo de reprodução da vida. Dissolver o antigo modo de vida e reconstituí-lo na base das revoluções capitalistas, impor aquilo a que se chamará ‘o reino da mercadoria’, tal é em definitivo a condição do alargamento a toda a sociedade das relações de produção capitalistas, a condição para um novo lançamento (provisoriamente) durável da acumulação do capital” (Granou, s/d, p. 49).

Há, portanto, para Granou, uma relação intrínseca, ou melhor, uma unidade entre o modo de produção e o modo de vida. Esse autor entende que a destruição de qualquer modo de vida pressupõe a dissolução das antigas condições de existência: das relações sociais que ligam os homens entre si, assim como das relações que os homens mantêm com os objetos e os utensílios. Continuando esse raciocínio, o capital, além de se apoderar das condições de existência dos indivíduos, toma conta do conjunto de signos que expressam “toda a alquimia da ordem social”. E ainda que “o desenvolvimento do modo de vida capitalista supõe (...) que nenhuma atividade, nenhuma relação possa existir sem ter sido previamente produzida numa base capitalista e trocada no mercado”(Granou, op. cit., p. 57-62).

Segundo Granou, apenas com a destruição do antigo modo de vida é possível emergir um novo modo de vida que coincida com as novas condições de produção. O autor pauta-se na expressão *realidade concreta* de Karel Kosik para deixar claro o que entende por *modo de vida*: “totalidade concreta produzida pelo próprio desenvolvimento do modo de produção” (Granou, op. cit., p. 50).

Entendemos que, se o desaparecimento de vários “modos de vida” e a contínua expansão da “maneira de viver urbana” são fatos incontestáveis, há de se notar que nem por isso houve uma homogeneização da vida, dentro das referidas “classes sociais”; ou seja, um modo de vida do operário, um modo de vida burguês. Além das manutenções de modos de vida consolidados, tradicionais, outros surgem dentro da grande massa que é a vida urbana. A despeito das fortes discrepâncias de renda, cada vez mais gritantes, outras diferenças precisam ser apontadas, pois a diversidade dessa sociedade não se explica unicamente pela “camada social”. Só para citar algumas: diferenças entre a vida urbana e vida rural, por mais que estejam próximas; entre metrópoles e cidades médias e pequenas; entre bairros distintos de uma mesma cidade; entre grupos de jovens; grupos étnicos; vilas etc. Por conseguinte, cabe aos cientistas sociais, portanto também aos geógrafos, discutir essas diferenças.

Concordamos com Salvador Juan quando diz que o problema, ao se evocar noções como *modo de vida*, *gênero de vida* ou *estilo de vida*, é simultaneamente conceitual e metodológico. No caso dos geógrafos ou até mesmo dos socioantropólogos do século XIX, ao falarem de *gênero de vida*, estão sempre referindo-se aos “hábitos próprios a um lugar” ou “aos costumes de uma comunidade”.

Com base na exposição acima, podemos afirmar que a noção de *modo de vida* e mesmo a francesa, *genre de vie*, permeadas pela idéia central – a de expressar *costumes* –, foram muito utilizadas pela geografia e pelas ciências sociais de um modo geral. Da mesma forma, a terminologia *hábitat* serviu para os estudos de espaços rurais, dando-se ênfase às descrições/classificações das várias formas de povoamento. Nessas abordagens, existem diferenças teórico-metodológicas, visto que, em muitos trabalhos, os *modos de vida* foram utilizados para designar “identidades de conduta em determinados grupos”; em outros, talvez em menor número, essa noção foi usada como elemento significativo, variando ainda conforme as tendências, as condições socioeconômicas e as conseqüentes diferenciações de classes sociais. Em outras abordagens, utilizava-se a noção de *hábitat* para expressar as variadas formas de exploração do solo.

## Geografia Cultural

Conforme expusemos anteriormente, a *cultura* fez-se presente desde os primeiros escritos geográficos, compondo o que comumente se denominou de “Geografia humana”. Segundo Paul Claval (1995), as orientações metodológicas diferenciavam-se de um país para outro:

“Les Allemands sont les premiers à se focaliser sur les outillages, les techniques et les paysages. Ils montrent, à travers leurs analyses de la morphologie du visible, que des structures remarquables le caractérisent. Les Américains doivent à Sauer d’avoir souligné l’impact des cultures sur la composante vivante, végétale et animale, des paysages. Les Français imaginent, avec la notion de genre de vie, un outil souple qui leur évite de mettre entre parenthèses tout ce qui se passe entre les hommes et le paysage. Ils prennent donc plus volontiers en compte les composantes sociales et idéologiques de la culture et se montrent sensibles, grâce à Jean Brunhes et à Pierre Deffontaines, aux enseignements de l’ethnographie et des études folkloriques” (Claval, 1995, p. 28).

Ao conjunto de trabalhos que priorizaram uma abordagem cultural na Geografia denominou-se Geografia Cultural, corrente que teve focos principalmente na Alemanha, na França e nos Estados Unidos.

A *cultura*, transcrita através dos meios e das técnicas utilizadas pelos diferentes grupos humanos estudados, era somada aos diferentes elementos físicos que, reunidos, compunham a *paisagem*, categoria geográfica fundamental na Geografia alemã.

Na Alemanha, o conceito de *Kulturlandschaft* (paisagem cultural) bem como o termo *Landschaftskunde* (ciência da paisagem) foram introduzidos por Otto Schlüter (1872-1952), sendo *Landschaftskunde* pronunciado em 1906 em uma aula inaugural em Munique (Cf. Silva, 1996). Schlüter insistiu na noção de paisagem como objeto da Geografia, opondo-se tanto aos geógrafos que consideravam essa ciência o estudo das relações homem-meio

como aos que a entendiam como análise das associações espaciais dos fenômenos terrestres, contrapondo-se às idéias de Hettner.

Schlüter preocupou-se com os problemas de povoamento e a evolução da paisagem, particularmente a evolução na Europa central, na passagem da Idade Antiga até a Idade Média. Esse autor insistia na necessidade da delimitação de um objeto como também de uma objetividade na observação, propondo que a Geografia humana deveria se interessar pelo reconhecimento da forma e da disposição dos fenômenos da superfície terrestre, perceptíveis pelos sentidos. Para isso, o método proposto deveria ser semelhante ao da Geomorfologia, enquanto estudo das formas superficiais, enfim, da morfologia.

Atribui-se a Schlüter a primeira distinção entre *Kulturlandschaft* (paisagem cultural) e *Naturlandschaft* (paisagem natural), como também a utilização da terminologia *Urlandschaft* (paisagem originária, primária) para se referir às paisagens florestais existentes na Europa que sofriam grandes transformações (Capel, 1981, p. 374). O método proposto por Schlüter consistia em descrever de forma precisa a paisagem para posteriormente classificá-la, bem como analisar a sua gênese e evolução, a partir da paisagem primitiva natural, e ainda a sua organização funcional.

Outro autor alemão que merece destaque é Siegfried Passarge (1866-1958), considerado um dos principais responsáveis pela difusão e sistematização de uma concepção geográfica pautada na noção de *Landschaft*, visto que defende uma Geografia como estudo da paisagem. Nas suas obras, percebe-se a influência dos métodos geomorfológicos na descrição das paisagens culturais, bem como uma preocupação pelos elementos individuais que compõem as paisagens: clima, água, terra, plantas e fenômenos culturais.

Na França, Vidal de La Blache e Jean Brunhes, graças à análise de *genre de vie*, podem ser considerados os precursores da Geografia Cultural francesa. No início deste século, Jean Brunhes, inspirado nos folcloristas, como muitos alemães da época, interessa-se pela análise dos fatos culturais, sendo a paisagem o elemento fundamental do seu trabalho. Em relação ao quadro do que se poderia chamar precursores da Geografia Cultural francesa, Maria Geralda Almeida (1992) cita os trabalhos de Hardy (1939), *La Géographie psychologique*, em que o autor discute os gestos habituais nos lugares, nas paisagens e nos espaços, e Dardel (1952), que, apesar de não ser geógrafo, publica *L'Homme et la terre, nature de la réalité géographique*, enfocando as intenções e os sentimentos humanos para com os lugares e espaços e, por conseguinte, lançando as bases de um pensamento humanista na França.

A Geografia Cultural Francesa forma-se, de fato, nos anos 60 do século XX com os estudos tropicais baseados nos contrastes e diversidades culturais. Entre os contribuidores, destacam-se Pierre Gourou, que estuda as diferentes utilizações da terra relacionando-as com as técnicas e os utensílios utilizados por cada grupo; Gilles Sautter, Jean Gallais e Joel Bonnemaïson são outros nomes que compõem o quadro dos chamados tropicalistas. O método utilizado por essa corrente consistia na análise do mapa de densidades, dos

gêneros de vida e paisagens humanizadas, colocando em evidência a organização tradicional dos grupos.

No final dos anos 60, surge uma corrente que vai dar destaque ao espaço vivido. Gallais e Fremont são os primeiros a valorizar a “experiência humana dos lugares, das paisagens e dos espaços, procurando redescobrir uma *“géographie à visage humain”*” (Almeida, 1992, p. 4).

Na década de 1970, os trabalhos de Armand Fremont e Paul Claval questionam o método utilizado nas abordagens do espaço vivido e do espaço percebido, contribuindo, assim, com a formação da Geografia Cultural francesa, que desde 1981 conta com o laboratório Espace et Culture – Villes et Civilisations, na U. E. R. De Géographie de l’Université de Paris-Sorbonne, onde são desenvolvidas pesquisas nesta área.

A respeito da origem da Geografia Cultural americana, Robert Platt (1996), em artigo traduzido e publicado pela revista *Espaço e Cultura*, afirma que antes de 1915 os americanos estavam familiarizados com a palavra *cultura* e que esta significava “trabalhos do homem nos mapas topográficos do *United States Geological Survey*, em contraste com as formas da natureza, a terra e a água” (Platt, 1996, p. 1).

O movimento antideterminismo, iniciado antes da Primeira Guerra, ganhou força no término desta, surgindo os estudos de áreas. Neles, os itens inventariados eram divididos em “obras do homem” e “características naturais”. Segundo Platt, nessas abordagens, a *cultura* era vista em relação à natureza “e ainda não havia sido introduzido o fator tempo, no qual a cultura fosse traçada numa seqüência histórica” (Platt, 1996, p. 2).

Platt aponta duas linhas de estudo que se destacaram após 1925. A primeira partia de

“(…) estudos de unidades de área quase-homogêneas, claramente definidas num mosaico estático de espaços, para o estudo de áreas de organização, unidades nodais, expressando a ocupação humana em seus sítios, um padrão funcional de pontos focais, linhas e limites de movimento, mostrando fenômenos ainda mais localizados que no mosaico de pequenas unidades de área, mas não isolados de relações espaciais mais extensas” (Platt, 1996, p. 4).

A segunda conduzia a um estudo de antropologia, realizado por Alfred L. Kroeber, da Universidade da Califórnia, em que o “fator geográfico” não era entendido como natural. Nesse estudo, o conceito de *cultura* significava “fenômeno originado, difundido e desenvolvido no tempo e no espaço, compreensível no tempo mas traçável no espaço, e compreensivelmente localizado no espaço” (Platt, *ibidem*). Carl Sauer importa esse conceito para a Geografia, cuja perspectiva dava-se a partir da origem e da difusão da *cultura* ligada à história cultural. As questões “qual é o padrão funcional da ação humana conduzida nesse ambiente?” e “qual é a origem cultural dessa forma de vida?” embasavam as investigações geográficas na tendência descrita acima.

Atribui-se a Carl Sauer a construção da corrente geográfica denominada “Geografia Cultural americana”. Apesar do ambiente de sua formação (Geografia fundada no

determinismo), Sauer era sensível às críticas que se fazia contra o positivismo determinista. No período de 1915 a 1920, essa crítica ampliava-se nos Estados Unidos.

Da obra *The Morphology of Landscape* de Sauer, publicada em 1925, derivam estudos corológicos e a Geografia Cultural. Passando por Varenius e geógrafos como Hettner e Vidal de La Blache, Sauer considera a Geografia um estudo da diferenciação de áreas ou Corologia. Para esse autor, área, região e paisagem são palavras equivalentes, optando por esta última por entender que esse termo não é ambíguo como área, nem possui fortes conotações com o determinismo ambiental como região, muito associada à idéia de região natural. Assim, para Sauer, o trabalho do geógrafo é concebido como “establishment of a critical system which embraces the phenomenology of landscape, in order to grasp in all of its meaning and color the varied terrestrial scene” (Sauer, 1974, p. 321).

Carl Sauer diferencia *paisagem natural* e *paisagem cultural*. A primeira corresponde à *paisagem originária*, antes da introdução das atividades do homem, sendo representada por fatos morfológicos. Já a *paisagem cultural* deriva da *paisagem natural*, é expressa pelos trabalhos do homem. Por conseguinte, da mesma forma que há uma sucessão de *culturas*, há uma sucessão de paisagens culturais. Assim, “The cultural landscape then is subject to change either by the development of a culture or by a replacement of cultures” (Sauer, 1974, p. 333).

Segundo Sauer, historicamente a Geografia começou descrevendo, registrando, com estudo sistemático. É pelo do resgate desta “tradição geográfica” que o autor propõe o método morfológico. Além dos escritos antigos da geografia, Sauer busca inspiração na obra de Goethe, que deu origem ao termo “morfologia”.

Tomando como fundamento o estudo de Passarge, Sauer propõe iniciar o estudo geográfico pela descrição da *paisagem natural* por meio de análise da formação geológica (“application of geognostic data in geographic studies”) e, como segundo passo, a conexão das formas da *paisagem natural* no sistema climático. Porém, é, no quadro da *paisagem cultural* que Sauer expõe suas idéias com mais ênfase, portanto onde aparece sua grande contribuição. Para ele, a *paisagem cultural* é a *área geográfica* em último sentido. Suas formas são, sem exceção, os trabalhos do homem, conseqüentemente o que caracteriza a *paisagem*. Partindo do princípio de que o homem transforma ou destrói a paisagem natural, o conceito de *paisagem cultural* é adaptado da noção de *paisagem natural*, moldada por um grupo cultural. Assim, a *cultura* é o agente, a área natural é o meio e a *paisagem cultural* o resultado (Sauer, 1974, p. 343).

Sauer conclui o texto *The morphology of landscape* expressando uma grande preocupação com as mudanças que as *paisagens* vêm sofrendo, com a importância do lugar do homem, bem como com a transformação do lugar. E observai “This contact of man with his changeful home, as expressed through the cultural landscape, is our field of work” (Sauer, 1974, p. 349).

Resumindo o pensamento de Sauer, a *paisagem* constituía um conjunto de formas físicas e culturais associadas em uma área. O referido autor mantém, portanto, a idéia de

unidade orgânica, não conseguindo escapar da influência do determinismo ambiental. E o método proposto para estudar a *paisagem* é o “método morfológico”, considerando os fenômenos como formas que estão integradas entre si, em que, “the natural landscape is being subjected to transformation at the hands of man, the last and for us the most important morphologic factor” (Sauer, 1974, p. 341). Percebemos aí a influência das obras da Geografia alemã, principalmente de Schlüter e Passarge.

Havia, portanto, em Sauer, a preocupação com o conhecimento sobre a diversidade da ação humana, fundamentado na noção de *cultura* de Kroeber, que a considera um fenômeno que se origina, difunde-se e evolui no tempo e no espaço, sendo compreensível no tempo porém traçada no espaço onde se localiza. Nesse aspecto, verificamos a forte influência dos geógrafos franceses (Vidal de La Blache e Sorre) nas idéias de Sauer.

Acrescente-se que o que se passou a denominar de Geografia Cultural se desenvolveu, inicialmente, em Berkeley principalmente com os trabalhos de Carl Sauer, a partir do conhecimento dos estudos dos geógrafos alemães, franceses e ingleses e de contatos com antropólogos como Alfred Kroeber e Robert Lowie e com o historiador Herbert E. Bolton. Sauer critica a então emergente escola “new geography”, bem como a Geografia hartshorniana, e preocupa-se com a formação do geógrafo:

“La geografía cultural implica, por tanto, un programa que está unificado con el objetivo general de la geografía: esto es, un entendimiento de la diferenciación en áreas de la tierra. Sigue siendo en gran parte observación directa de campo basada en la técnica del análisis morfológico desarrollada en primer lugar en la geografía física. Su método es evolutivo, específicamente histórico hasta donde lo permite la documentación, y, por consiguiente, trata de determinar las sucesiones de cultura que han tenido lugar en un área. (...). Los problemas principales de la geografía cultural consistirán en el descubrimiento de la composición y significado de los agregados geográficos que reconocemos de forma algo vaga como áreas culturales, en poner más de manifiesto cuáles son los estadios normales de su desarrollo, en interesarse por las fases de auge y de decadencia, y de esta forma, en alcanzar un conocimiento más preciso de la relación de la cultura y de los recursos que son puestos a disposición de la cultura” (Sauer, 1982, p. 354).

Após a grande contribuição de Carl Sauer, por um longo período não houve registros de muitos trabalhos realizados pelos geógrafos que dessem destaque à *cultura*. Nos anos pós-guerra, há um impulso, quando alguns estudos são realizados, no entanto somente a partir dos anos 80 surge um “novo” interesse pela corrente denominada Geografia Cultural. Roberto Lobato Corrêa (1995) afirma que a Geografia Cultural reaparece entre os geógrafos diante da acentuação das diferenças culturais no mundo. A base dessa “nova” Geografia Cultural está tanto na Geografia alemã, com Passarge e Schlüter, como na França, com Vidal de La Blache, Brunhes e Max Sorre, mas, principalmente, na conhecida Escola de Berkeley, com Sauer. Diz o autor:



“A geografia cultural produziu um enorme volume de livros, artigos e teses sobre uma ampla temática reunida em quatro temas maiores: a análise da paisagem cultural, a história da cultura no espaço, as áreas culturais e a ecologia cultural ou o estudo da ação do homem alterando a natureza, levando, por exemplo, à degradação do solo. Outros temas foram também considerados, sobretudo a partir dos anos 60 e mais recentemente ainda, quando se inclui uma abordagem crítica à dimensão espacial da cultura” (Corrêa, 1995, p. 2).

Denis Cosgrove escreveu que a Geografia cultural desenvolvida a partir da obra de Carl Sauer “concentrou-se nas formas visíveis da paisagem – casas de fazenda, celeiros, padrões de campos e praças nas cidades – apesar de, na Inglaterra, uma tradição similar ter analisado fenômenos não visíveis, como o nome dos lugares, visando evidenciar influências culturais passadas” (Cosgrove, in: Corrêa & Rosendhal, 1998, p. 100-101). Cosgrove aceita as críticas feitas a essa geografia cultural e propõe a sua renovação. Para tanto, defende a idéia de que a geografia cultural deve considerar “a paisagem como um texto cultural”, reconhecendo que “os textos têm muitas dimensões, oferecendo a possibilidade de leituras diferentes simultâneas e igualmente válidas” (idem, *ibidem*). Nessa perspectiva, o mesmo autor propõe três maneiras pelas quais a Geografia cultural moderna movimentou-se teoricamente: cultura e consciência; cultura e natureza e cultura e poder. Para a realização dessa proposta, o referido autor sugere a “leitura detalhada do texto” que, para os geógrafos, quer dizer “a própria paisagem em todas as suas expressões” (Cosgrove, 1998, p. 109).

Se nos ativermos aos procedimentos teórico-metodológicos sugeridos por Cosgrove, correremos o risco de retornar à Geografia descritiva, pois, se a análise geográfica limitar-se à “leitura detalhada da paisagem”, por mais detalhes que possam aparecer, continuará sendo uma leitura daquilo que está visível aos olhos, enfim, ao que é textual. Não há, portanto, grandes avanços para a compreensão da realidade. Pensamos que a leitura da paisagem pode ser um recurso metodológico importante para a Geografia, uma vez que, a partir dela, se poderá realizar profundas análises do espaço geográfico representado, mesmo que momentaneamente, por aquela paisagem.

Acreditamos ser de grande importância para a Geografia os trabalhos desenvolvidos por aqueles grupos de pesquisa supracitados, principalmente a recuperação dos trabalhos de Carl Sauer, uma vez que, no percurso do conhecimento geográfico, estes foram, de alguma forma, esquecidos desde o advento da *New Geography*, com exceção de alguns artigos publicados pelos *Annals of the Association of American Geographers* nos anos 70. Podemos afirmar que a grande contribuição de Carl Sauer está no resgate da *cultura* para a pesquisa geográfica e, principalmente, na análise da paisagem, noção tão cara ao pensamento geográfico.

No Brasil, a Geografia Cultural vai destacar-se com os estudos realizados pelo grupo do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esse grupo vem dedicando-se ao resgate dos ensinamentos de Sauer e mantém

relações com o laboratório Espace et Culture – Villes et Civilisations, na U.E. R. de Géographie de l’Université de Paris-Sorbonne – coordenado pelo professor Paul Claval – , onde são desenvolvidas pesquisas Geografia Cultural.

A respeito dessa “nova Geografia Cultural”, que se destaca a partir dos anos 80, vale apresentar a leitura realizada por Linda McDowell (1996). Esta autora traz, nesse artigo, uma interessante análise do percurso da linha de pensamento geográfico que se denominou de Geografia Cultural.

Essa corrente geográfica, como afirmamos anteriormente, ganha maior destaque nos anos 80, muito embora a origem dos seus primeiros trabalhos date das décadas de 1920 e 1930 com os estudos de Carl Sauer. Referente aos anos 80, McDowell (1996) aponta a existência de duas principais linhas teóricas: uma desenvolvida no Reino Unido e outra nos Estados Unidos: “A primeira tomou como foco principal as relações sociais e o significado simbólico, reveladas em ações sociais em um determinado lugar ou localidade, enquanto a segunda enfocava mais especificamente sobre paisagens em si” (McDowell, 1996, p. 169).

Segundo a autora, a primeira linha teórica tem como referência as teorias de Raymond Williams e Stuart Hall. Nessa perspectiva, a sua principal preocupação é “a análise das maneiras como os artefatos materiais são apropriados, e os seus significados transformados através dos hábitos sociais oposicionistas” (McDowell, 1996, p. 172). A segunda corrente teórica, também conhecida como “escola do paisagismo”, tem como conceito central a paisagem, mantendo uma ligação com os ensinamentos de Carl Sauer. Mas, segundo McDowell, esses novos geógrafos culturais diferenciam-se dos seus antecessores, isto é, de Sauer e de seus discípulos diretos, por reconhecerem “que as paisagens materiais não são neutras mas refletem as relações de poder e as dominantes ‘maneiras de ver’ o mundo”. Portanto, para os “novos geógrafos culturais”, “as paisagens não são apenas construídas, são também percebidas através da representação de versões ideais, na pintura e na poesia, como também no discurso científico e nos escritos acadêmicos” (McDowell, 1996, p. 176).

Por fim, Linda McDowell acrescenta que a principal característica da “nova Geografia Cultural” é o reconhecimento de “significados contestáveis e divergentes”, bem como do caráter temporal e contestável do conhecimento. Essa característica é também o que a diferencia da Geografia Cultural de Sauer (McDowell, 1996, p. 164).

Todo esse elenco de discussões apresentado leva-nos a afirmar que a *cultura*, ou mesmo os *costumes*, de alguma maneira, estiveram presentes nos estudos da Geografia, porém a sua abordagem, no período inicial, era puramente empirista, fundada no positivismo ou firmada na fenomenologia. Já, no período mais recente, entendemos que a “nova geografia cultural” é responsável pela reaproximação da Geografia com a cultura, com os valores simbólicos da sociedade e, principalmente, pelo resgate da categoria “paisagem”. Tais perspectivas são importantes e enriquecem a produção do conhecimento geográfico.

## Tradição e costume: sentidos e diferenças dessas noções

De uso freqüente, as noções de *tradição* e *costume* permearam as discussões literárias e culturais, sendo profundamente analisadas pela Ciências Sociais. O vocábulo *tradição*, de origem latina, *traditione*, pode ser entendido, em princípio, como o ato de transmitir ou entregar; com um significado um pouco mais elaborado, a transmissão oral de fatos, lendas etc., de idade em idade, de geração em geração ou ainda enquanto conhecimento ou prática resultante de transmissão oral ou de hábitos inveterados.

A Sociologia, em especial a denominada Sociologia do Desenvolvimento, abordou a questão das sociedades tradicionais contrapostas às sociedades históricas ou sociedades modernas ou ainda industriais. Maria Sylvia Franco, ao analisar o conceito de *tradição*, diz que, apesar de essa noção ter sido muito trabalhada pelos sociólogos clássicos, existe um hiato entre a maneira como ela foi por eles abordada, na construção dos tipos ideais, e o seu aproveitamento na definição de tipos do presente. Para essa autora, até mesmo em Max Weber, em que a *tradição* é considerada “princípio teórico constitutivo de uma das formas de dominação”, ela surge apenas como um fator e não como princípio constitutivo de sistema; enfim, permanece com a “conotação empírica de transmissão de elementos da vida social, aliada à idéia de estabilidade” (Franco, 1972, p. 39). De uma maneira geral, temos como característica da denominada sociedade tradicional a estabilidade, em que a *tradição* agiria como “uma grande força retardadora” que impediria a atuação das mudanças.

Seguindo esse raciocínio, Georges Balandier, no livro *Antropo-lógicas*, diz que, de acordo com a definição mais comum de *tradição*, ela implica o “conformismo com as regras de conduta socialmente aprovadas, (...) adesão à ordem específica da sociedade e das culturas vigentes, (...) repulsa em ou (...) incapacidade de conceber uma alternativa ou de romper com os “mandamentos” validados pelo passado” e que assim, nas sociedades tradicionais “a história é abolida”, já que a tradição impõe o respeito ao projeto inicial, gerando o conformismo, em que o que garante a inserção social do indivíduo é a submissão aos antepassados (Balandier, 1976, p. 189-190). Portanto, naquelas sociedades classificadas como tradicionais entendia-se que havia uma resistência aos elementos culturais recentes.

Roberto Cardoso de Oliveira dá uma excelente contribuição à análise do conceito de *tradição* ao estudar a identidade catalã a partir das idéias de Torras i Bages, autor oitocentista, cuja inspiração está na idéia de *Volkgeist* (princípio ativo espiritual) e que, portanto, apresenta visivelmente o componente religioso na sua obra<sup>6</sup>. Oliveira encontra nos escritos de Torras i Bages a afirmativa contrária àquela tão propagada a respeito da *tradição*, ou seja, para esse autor de modo algum a *tradição* afeta a crença na renovação.

6. Roberto Oliveira, ao analisar a obra do autor mencionado, ressalta a objetividade de Torras i Bages em mostrar que a Igreja respeita as tradições dos povos, mas que não os imobiliza.

Na compreensão de Torras i Bages, *tradição* e renovação não se contrapõem e o que caracteriza a *tradição* não é a estagnação. Segundo Torras i Bages, *tradição* e estancamento “são dois termos antitéticos até em sua significação gramatical: porque a palavra *tradição* e, por conseguinte, o conceito que expressa, inclui a idéia de movimento, de curso, de transmissão, oposta, como se vê, à significação de quietude do segundo termo”. Por consequência, o autor entende que *tradição* não é sinônimo de “coisa arcaica” ou “reliquia do tempo da velhice” (Torras i Bages, 1988m, p. 119-120, apud Oliveira, 1995, p. 21).

Tal qual a noção de *tradição*, a idéia de *costume* também é colocada em confronto com a emergência de um mundo moderno. Porém, vários foram os estudiosos que, ao analisar a sociedade contemporânea, resgataram esses conceitos, muitas vezes, fundamentais para a compreensão das questões histórico-sociais. Antigo conceito antropológico, a *tradição* é examinada por Anthony Giddens (1996) para estudar a sociedade contemporânea. Esse autor diz que os conceitos de autoridade, lealdade e *tradição*, apesar de não se situarem no mesmo nível, são vitais para o conservadorismo. Contudo, é a *tradição* a idéia mais básica, ocupando provavelmente “uma posição mais central na maior parte do pensamento conservador do que virtualmente se supõe” (Giddens, 1996, p. 56). Giddens procura analisar melhor o conceito de *tradição* e escreve:

“A qualidade característica da tradição, que a separa do costume ou do hábito e também do conhecimento técnico ou especializado, é o fato de ela pressupor uma idéia de *verdade ritual* ou *revelada* – e esse traço definidor também é a origem de sua autoridade. Aquilo que é ‘consagrado’ nas tradições não é o passado, mas a sabedoria que incorporam. Essa sabedoria pode ou não ser funcionalmente eficiente ou ‘tecnicamente precisa’; essas características não a particularizam como tradicional. A verdade ritual é mostrada em seu estatuto, na repetição da fórmula prática” (Giddens, 1996, p. 58).

A distinção entre *tradição* e *costume* apontada por Giddens é também ressaltada por Hobsbawm (1997), em especial no que diz respeito ao passado. Ambos os autores são categóricos ao afirmar que a *tradição* – em Hobsbawm *tradição inventada* – não necessariamente apresenta uma continuidade com o passado.

Hobsbawm (1997) nos fala da invenção das *tradições*. Esse autor utiliza a terminologia *tradição inventada* para designar tanto as *tradições* criadas, institucionalizadas formalmente, como as que surgem em períodos rápidos, difíceis de ser identificados, e explica:

“Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (...) Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições ‘inventadas’ caracteri-

zam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória” (Hobsbawm, 1997, p. 9-10).

Eric Hobsbawm, nesse mesmo texto, alerta os leitores para a distinção entre os termos *tradição* e *costume*. Segundo seu pensamento, o *costume* não é invariável, porém há uma combinação implícita entre a flexibilidade e o comprometimento formal com o passado. Nas sociedades tradicionais, o costume tem a função de “motor e volante”, não impedindo as inovações, contanto que sejam compatíveis ou idênticas à precedente. “Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história” (Hobsbawm, 1997, p. 19). Ainda de acordo com o referido autor, existe uma inércia adquirida com o tempo e uma resistência a receber inovações por parte das pessoas que adotaram referido *costume*. No entanto, afirma Hobsbawm, “o *costume* não pode se dar ao luxo de ser invariável, porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais” (idem, ibidem). Dessa forma é que Hobsbawm conclui que ambas as terminologias, *tradição* e *costume*, estão imbricadas. Se um *costume* entra em decadência há, conseqüentemente, modificação na *tradição* à qual ele está ligado. O referido autor ainda alerta para a distinção entre as *tradições genuínas* e as *tradições inventadas*. As primeiras foram desenvolvidas no decorrer da história e estão mais próximas dos *costumes*.

Seguindo essa linha de raciocínio, merece ainda anotação a análise do antropólogo Ruben Oliven (1992). Segundo ele, as *tradições* são evocadas, freqüentemente, nos períodos de mudança social, de crises, de perda de poder econômico e/ou político. Por isso, a sociedade brasileira que se quer “moderna” põe relevo em *tradições* para justificar-se. Assim, o “culto à tradição, longe de ser anacrônico, está perfeitamente articulado com a modernidade e o progresso” (Oliven, 1992, p. 21).

E. P. Thompson, na sua obra *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, ao estudar os *costumes* no século XVIII e início do XIX, diz que encontramos o *costume* na “interface da lei com a prática agrária”; e que o “próprio costume é a interface, pois podemos considerá-lo como práxis e igualmente como lei. A sua fonte é a práxis” (Thompson, 1998, p. 86). Além disso, este historiador, fundamentado em registros do século XVII, diz que o *costume* está vinculado à terra:

“A terra a que o costume estava vinculado poderia ser uma herdade, uma paróquia, o trecho de um rio, bancos de ostra num estuário, um parque, pastos nas encostas de montanhas, ou uma unidade administrativa maior como uma floresta. Em casos extremos, o costume era nitidamente definido, tinha força de lei e (como nos cercamentos) era uma propriedade: é o tema do registro dos tribunais, dos tribunais senhoriais, das compilações dos costumes, dos levantamentos e dos regulamentos da vila. Em condições comuns, o costume era menos

exato: dependia da renovação contínua das tradições orais, como na inspeção anual ou regular para determinar os limites da paróquia” (Thompson, 1998, p. 86-87).

E. P. Thompson, ao fazer a distinção entre as noções *tradição* e de *costume*, argumenta dizendo que este último apresentava fluxo contínuo, ao contrário da *tradição*, que exibe a permanência: “o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes” (Thompson, 1998, p. 16-17).

Diante do exposto, podemos dizer que, para a análise da *tradição* e também dos *costumes*, há, como disse Thomas Eliot, “um sentido histórico”, não apenas no que se refere ao passado, mas em especial, à sua presença<sup>7</sup>. Por isso, entendemos que o significado dessas noções está estritamente ligado ao que diz respeito à transmissão de valores e práticas culturais que não provêm necessariamente de registros escritos. Confrontando as idéias de Thompson com as de Hobsbawm, verificamos que não há divergências entre elas, mas sim uma complementaridade, pois se Thompson dedica-se mais ao estudo dos *costumes* Hobsbawm dá sua maior contribuição à análise da *tradição*, em especial ao que vai diferenciar a *tradição inventada*.

### O costume e a tradição no estudo da cidade: outras anotações

A cidade e a vida urbana têm merecido cada vez mais a atenção dos estudiosos das ciências sociais e, nestas, incluímos a Geografia. Alguns autores, desde a denominada “Geografia tradicional”, trataram da cultura ao analisar a vida urbana. Porém, essa temática foi um tanto dragada pelo impacto que a industrialização causou no espaço urbano, fazendo urgir, por sua vez, a realização de estudos que explicassem o novo contexto socioespacial. A partir da década de 1980, na chamada retomada da geografia cultural, trabalhos referentes ao caráter simbólico de áreas específicas em relação a grupos sociais, à religião ou às etnias têm sido realizados. Linda McDowell (1996) explica que questões “acerca da significação, representação, a política de localização e a elaboração de um sentido próprio baseado em lugar nas sociedades multiculturais” têm servido para unificar a “nova geografia cultural” (McDowell, 1996, p. 179). Além disso, McDowell afirma que, muito embora continuem debruçados sobre a análise da paisagem, os geógrafos culturais têm se voltado, cada vez mais, para questões sobre a cidade, bem como para temáticas acerca da identidade, do significado e da imaginação no contexto urbano. É preciso aqui também destacar os trabalhos geográficos que surgiram influenciados pelos teóricos franceses Michel de Certeau, Guy Debord e Henri Lefebvre. Segundo McDowell, tais estudos estabelecem um elo com os argumentos pós-modernistas, que por sua vez serviram de base para as obras de David Harvey, Edward Soja e Rob Shields (McDowell, 1996, p. 166).

---

7. Barbosa Filho, Hildeberto. Eliot repensando o conceito de tradição. *O Norte*, João Pessoa, 27 jul. 1997. *Convivência Crítica*, p. 6.

A despeito dessas considerações, identificamos um certo silêncio por parte dos geógrafos no que diz respeito à discussão sobre a temática “cidade e cultura”, principalmente no que se refere às *culturas populares*<sup>8</sup>. Além das questões apontadas quando tratamos da “Geografia cultural”, também pelo fato de a *cultura* constituir campo “próprio” de análise da Antropologia, não há um grande interesse por parte daqueles geógrafos que se dedicam à temática urbana ao abordar questões culturais.

Geralmente as noções de *tradição* e *costume* são colocadas em confronto com a emergência de um mundo moderno. Neste contexto, elas são, muitas vezes, utilizadas para tratar o “diferente” ou o “exótico”. Mas o urbano também é o local onde as diferenças se confirmam ou se invalidam. Ademais, neste mundo, onde cada vez mais imperam as imagens, é a cidade seu supremo *espetáculo* e onde se estimula, cada vez mais, o ver em detrimento do viver. Assim, até mesmo aquilo que seria consagrado pelo passado – a *tradição* – ou o que estaria cravado em um modo de ser – o *costume* – é transformado em *espetáculo*. Nesse ínterim, a atualização tecnológica tende a anular o “diferente”, estabelecendo um tempo único: o tempo da mercadoria. Em contraponto, os *costumes* guardariam o *uso* do espaço e do tempo, logo, realizando-se no plano do *vivido*. Por isso, acreditamos que, para o estudo dos *costumes* e das *tradições*, a contribuição das ciências sociais de um modo geral é imprescindível para um estudo geográfico. Como bem nos ensina Milton Santos (2000), “Cada disciplina possui um módulo que a identifica e a distingue das demais. O que faz com que uma disciplina se relacione com as demais é o mundo, o mesmo mundo que, no seu movimento, faz com que a minha disciplina se transforme”. No caso de um estudo da cidade ou a respeito da realidade urbana, entendemos que só ultrapassando os muros delimitadores dos saberes conseguiremos chegar mais próximos da realidade.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Maria Geralda. Geografia cultural e geógrafos culturalistas: uma leitura francesa. In: *Anais do XX Encontro Nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Presidente Prudente: AGB, 1992.
- BALANDIER, Georges. *Antropológicas*. São Paulo: Cultrix/ Universidade de São Paulo, 1976.
- BASTIDE, Roger. O folclore brasileiro e a geografia. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 8, jul., 1951.
- BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo. *Cultura brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987.

---

8. As distinções entre *cultura* oficial e *cultura* popular foram e continuam a ser muito utilizadas pelas ciências sociais. De acordo com Peter Burke, no final do século XVIII e início do século XIX, deu-se um amplo interesse pelas religiões, festas, canções e histórias do povo, que marcaram o período em que se instituiu a expressão *cultura popular* – expressão utilizada por Herder (*Kultur des Volkes*) –, que se contrapunha à “*cultura erudita*” (Burke, 1989, p. 31-36). Sobre o debate a respeito da divisão *cultura popular* x *cultura erudita* vale consultar a obra de Ecléa Bosi (1987).

- BURKE, Peter. *Cultura popular na idade média*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CAPEL, Horacio. *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea: una introducción a la Geografía*. Barcelona (ES): Barcanova, 1981.
- CLAVAL, Paul. *La Géographie culturelle*. Paris: Nathan, 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. *Espaço e cultura*, Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura, n.1, out., 1995.
- COSGROVE, Denis. A geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- DERRUAU, Max. *Geografia Humana*. v. 2. Lisboa: Presença, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Géographie Humaine*. 5ª ed. Paris: Armand Colin, 1976.
- DOLFUSS, Olivier. *A análise geográfica*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Sobre o conceito de tradição, *Cadernos de Estudos Rurais e Urbanos (CERU)*, São Paulo, n. 5, jun., 1972.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GRANOU, Andre. *Capitalismo e modo de vida*. s.l: Apontamento, s.d.
- GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996.
- HOBBSAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: \_\_\_\_\_, RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- JUAN, Salvador. Os níveis de análise sociológica dos sistemas de representações e práticas. *Revista Sociedade e Território (Revista de Estudos Urbanos e Regionais)*, Porto, n. 21, (Sub) urbanismo e modo de vida, mar.,1995.
- MAIA, Doralice Sátyro. Os escritos etnográficos e a Geografia: encontros e desencontros. *Geosp – Revista da pós-graduação em Geografia*, São Paulo, Departamento de Geografia -FFLCH – Universidade de São Paulo, n.2, set., 1997.
- McDOWELL, Linda. A transformação da geografia cultural. In: GREGORY, Derek, MARTIN, Ron, SMITH, Graham. *Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- MEGALE, Januário Francisco (Org.). *Max Sorre*. São Paulo: Ática, 1984 (Grandes Cientistas Sociais, n. 46).
- MONBEIG, Pierre. Notas sobre a Geografia Humana do Nordeste do Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Novos estudos de geografia humana brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.
- \_\_\_\_\_. Os modos de pensar na Geografia Humana. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 68, 1990.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade catalã e ideologia étnica. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, out., 1995.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.



- PLATT, Robert. A ascensão da geografia cultural na América. *Espaço e Cultura*. Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura, n. 2, jun., 1996.
- POIRIER, Jean. *História da etnologia*. São Paulo: Cultrix/ Universidade de São Paulo, 1981.
- QUAINI, Massimo. *A construção da geografia humana*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- SANTOS, Milton. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SAUER, Carl O. "The morphology of landscape". In: LEIGHLY, John. *Land and life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1974.
- \_\_\_\_\_. La geografia cultural. In: MENDOZA, Josefina Gómez et al. *El pensamiento geográfico*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.
- SCHADEN, Egon. Humboldt e a Etnologia americana. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 34, mar., 1960.
- SILVA, Altiva Barbosa da. *Do povo sem espaço ao espaço sem povo: uma análise da Zeitschrift für Geopolitik*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia).
- SORRE, Max. *Les fondements de la géographie humaine. Tome III, L'Habitat*. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TRICART, Jean. O campo na dialética da geografia. In: PINTO, J. M. de Gusmão (coord.) *Reflexões sobre a geografia*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980.
- VALVERDE, Orlando. Carta aberta de Orlando a Orlando. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 60, jan./jul., 1984.
- VIDAL DE LA BLACHE, P. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Cosmos, 1954.

#### RESUMEN

Ese texto tiene como principal propósito discutir las nociones *costumbre y tradición* y por extensión, cultura a partir de una perspectiva geográfica. Se procura construir un diálogo entre la Geografía e las otras asignaturas del campo conceptual de las ciencias humanas. De esa forma, se busca en la historia del pensamiento geográfico, algunas reflexiones directamente relacionadas con el estudio de la *cultura*. Así, foran abordadas la Geografía de los *géneros de vida (genres de vie)*, del hábitat y la

#### ABSTRACT

The main purpose of this work is to discuss the notions of *customs and traditions*, and also culture, from a geographic point of view. It is aimed to establish a dialog between Geography and other disciplines belonging to the conceptual field of human sciences. So, we search in the history of geographic thinking some statements directly related with the study of culture. Hence, we touch the geography of the *ways of life (genres de vie)* an *habitat* and Cultural Geography. Then we will present the

DORALICE SÁTYRO MAIA

Geografía Cultural. En seguida, presentase los sentidos y las diferencias entre las nociones *costrumbre* y *tradicción* y por último algunas breves ideas respecto de la utilización de esas nociones en el estudio de la ciudad.

PALABRAS-CLAVE

Geografía – costumbre – tradición – cultura.

senses and differences between *customs* and *traditions*, and last some brief ideas related to the utilization of these notions in the study of the city.

KEY WORDS

Geography – custom – tradition – culture.

---

Recebido para publicação em 5 de junho de 2001.

# A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea

**Eliseu Savério Sposito**

Prof. Dr. do Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)  
Correio Eletrônico: sposito@prudenet.com.br

## **Resumo**

Este texto tem como objetivo esboçar uma proposta de leitura metodológica dos principais paradigmas que orientaram a produção do pensamento geográfico no século XX. A análise da temática parte dos diferentes níveis de conhecimento (teórico e epistemológico) e de seus pressupostos mais complexos (gnosiológicos e ontológicos), considerando algumas dimensões da complexidade científica atual (humanismo, racionalismo, progressismo, urbanicismo e individualismo), para chegar a alguns desdobramentos paradigmáticos na Geografia como, por exemplo, a ênfase no método que ocorre nos anos 80 ultrapassando a preocupação com o objeto, e a consolidação de temas (globalização, modernidade, turismo) ou de tendências teóricas (Geografia Humanista) que se tornam verdadeiros paradigmas.

## **Palavras-chave**

Pensamento geográfico – paradigmas da Geografia – teoria do conhecimento – método – teoria.

Terra Livre	São Paulo	n. 16	p. 99-112	1º semestre/2001
-------------	-----------	-------	-----------	------------------

## Introdução

Os geógrafos têm se pautado, para realizar suas investigações, sejam elas de busca empírica da informação geográfica, sejam de reflexão epistemológica do conhecimento elaborado, em vários paradigmas para elaborar suas idéias. Considerando-se que um paradigma se define, em termos gerais, pelo conjunto de idéias, teorias e doutrinas construídos com a intermediação do método e que caracterizam uma tendência científica, pode-se afirmar que, historicamente, nos últimos cinquenta anos, houve dois grandes grupos de paradigmas (que discutiremos mais adiante) que foram fundamentais na orientação metodológica da produção do conhecimento geográfico.

É esta temática que nos propomos a abordar, organizando algumas características para o debate que se apresenta. Não é propósito, neste texto, esgotar as possibilidades de confronto das idéias, mas apenas levantar informações para contribuir com a discussão na necessidade de se colocar frente aos principais elementos que norteiam a construção do pensamento geográfico.

Partimos, inicialmente, do pressuposto de que uma teoria (o mesmo pode ocorrer com um conceito, por exemplo) pode ter três encaminhamentos, desde que esteja claramente expressa para que se possa realizar a leitura da realidade. O primeiro deles, aquele que é mais fácil de ser identificado, é a teoria se consolidar e perdurar norteando o pensamento científico por longo tempo. Como exemplo para esse encaminhamento podemos citar, em Geografia, a importância que ganhou a teoria dos geossistemas, a consistência das redes para a interpretação dos fluxos de informação e de mercadoria, a teoria da renda fundiária urbana, entre muitas outras teorias que poderiam ser citadas.

Outro encaminhamento que uma teoria pode ter é a sua superação por outras teorias e/ou paradigmas, mesmo antes que ela se consolide completamente. Embora seja difícil de exemplificar este encaminhamento, podemos lembrar das inúmeras possibilidades abertas por teses acadêmicas que nem se tornam conhecidas porque não abrem possibilidades concretas de interpretação da realidade.

Finalmente, a terceira opção é a de que a teoria pode ser negligenciada ou esquecida, não se tornando referência universal para estudos científicos, apesar de sua importância na configuração do pensamento. Como exemplo importante desse encaminhamento, podemos lembrar o que ocorreu com a teoria dos dois circuitos da economia urbana, elaborada na década de 1970 por Milton Santos, cujo papel na interpretação das cidades dos países subdesenvolvidos não foi devidamente testado.

Esses exemplos levam a afirmar que a relação entre as teorias e os paradigmas é fundamental para a compreensão da maneira como estamos propondo a interpretação das diferentes leituras que se pode ter da realidade, porque sem esses dois elementos (teoria e paradigma) a ciência não se desenvolve.

## Os níveis do conhecimento para se abordar os paradigmas

Depois dessa pequena advertência, vamos trabalhar, com mais detalhes, os dois grandes grupos paradigmáticos que já mencionamos acima. Um desses grupos, baseado nos fundamentos do neopositivismo, teve a linguagem matemática, a neutralidade da ciência e as temáticas espaciais como suas principais características para a produção do conhecimento científico. Um outro baseou-se no materialismo histórico como doutrina e na dialética como método e se pautou, ora mais, ora menos explicitamente, pelo engajamento ideológico do pesquisador.

Esses dois paradigmas mostram mudanças de fundamentos, muito importantes na história do pensamento geográfico, porque demonstram que houve uma inversão, passando-se da busca do objeto da Geografia para a adoção do método como elemento de convergência da reflexão científica. Essa inversão, pouco enfatizada na epistemologia do pensamento geográfico que se faz, pelo menos, no Brasil, revolucionou o papel da investigação geográfica tanto no que concerne às novas idéias que foram aparecendo na última metade do século XX como em relação à aproximação da Geografia com outras ciências e, principalmente, com a Filosofia.

Vamos analisar, a partir deste ponto, mais detalhadamente, cada um desses dois paradigmas. Eles serão analisados considerando-se diferentes níveis do pensamento

- teórico (elaboração de teorias que permitem leituras da realidade);
- epistemológico (baseado na concepção de causalidade, na ciência, para a elaboração das teorias).

Neste último nível, há alguns pressupostos que podem ser identificados em dois grupos, também de diferentes níveis, que são:

- gnosiológico (definido pela concepção que se pretende de objeto e de sujeito e, por conseguinte, de sua relação com o processo de conhecimento);
- ontológico (identificado pela noção de homem, de natureza e de ciência)<sup>1</sup>.

### Dois grandes grupos paradigmáticos

Vamos iniciar com os fundamentos do neopositivismo, que, de acordo com o seu grau de complexidade, podem ser apreendidos de acordo com seu nível de abstração na apreensão da realidade.

No nível teórico, o tratamento dos temas depende da definição das variáveis, que podem ser manipuladas em situações experimentais, partindo-se da neutralidade axiológica

---

1. Essa estruturação hierarquizada na complexidade das possibilidades de se elaborar, utilizar e criticar o pensamento geográfico foi elaborada tendo-se como base inicial o que Gamboa (1989) organizou em seu texto intitulado “A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto”, cuja identificação está expressa na bibliografia, no final deste texto.

do método científico e da imparcialidade do pesquisador, com conseqüente harmonia e equilíbrio para os resultados, diferenciando-se a ciência da crítica, ao se controlar a situação, o fenômeno ou a temática/grupo/lugar estudados. Para se obter a informação empírica, recorre-se a técnicas de coleta descritivas ou de análise de conteúdo e se utilizam dados secundários obtidos por questionários e entrevistas, como técnicas de investigação.

No nível epistemológico, o conceito de causa é o eixo da explicação científica porque a relação causal se explicita no experimento, na sistematização e no controle dos dados através das análises estatísticas posteriores, cuja validação da prova científica é fundamentada nos testes dos instrumentos de coleta e tratamento dos dados, e ainda através dos modelos de sistematização das variáveis e na definição operacional dos termos (racionalidade técnico-instrumental).

Nesse paradigma, a concepção de ciência é baseada na causalidade e na percepção empírica e se utiliza, como meio de exposição, a linguagem matemática<sup>2</sup>. A essas características, soma-se a acriticidade do investigador ou dos resultados das pesquisas.

Quando chegamos no nível gnosiológico, as características são a objetividade como processo cognitivo centralizado no objeto (dedução), a existência do dado imediato despidido de conotações subjetivas, analisado segundo as leis do raciocínio lógico-dedutivo e o auxílio da História como categoria de preocupação sincrônica e linear.

Ontologicamente, a concepção de realidade (homem, sujeito, objeto, ciência, construção lógica) parte de uma visão fixista, funcional e prédefinida da realidade, como recurso ou *input* e produto ou *output*. Finalmente, a concepção de Natureza emerge como algo separado do Homem e com estatuto próprio, dando a ele, o *status quo* de entidade autônoma.

Para se contrapor a essa tendência paradigmática, aquela que se baseia no materialismo histórico tem características bastante diferentes.

A abordagem empírica, nessa tendência, para se elaborar a informação geográfica, é realizada pela utilização de técnicas não-quantitativas (embora as quantitativas sejam também utilizadas, como as equações matemáticas, que definem índices e dados absolutos). Por outro lado, a análise de discursos e a incorporação dos dados contraditórios exprimem-se em diferentes técnicas de investigação como, por exemplo, a pesquisa-ação, a pesquisa participante, as entrevistas e, como atitudes básicas da pesquisa científica, a observação, a análise e a interpretação.

Em termos teóricos, essa tendência caracteriza-se pela tentativa de desvendar conflitos de interesses, pela fundamentação teórica por meio da eleição das categorias de análise e na sua articulação com a realidade estudada, pelo questionamento da visão estática da realidade, por se utilizar apontamentos para o caráter transformador dos fenômenos, rela-

---

2. Aqui cabe um parêntese. A linguagem matemática, muitas vezes, não está explícita em algarismos, números e símbolos. Ela comparece pela estrutura cartesiana na exposição dos resultados da investigação e na racionalidade da utilização dos instrumentos de análise que, muitas vezes, falam mais alto que o próprio pesquisador, aquele que tem o papel de elaborar o conhecimento científico.

cionado à preocupação com a transformação da realidade estudada e da proposta teórica, procurando sempre o resgate da dimensão histórica dessa realidade, propondo-se as possibilidades de mudanças com base em uma postura marcadamente crítica.

Epistemologicamente, a concepção de causalidade é concebida como inter-relação entre os fenômenos, ou seja, inter-relação do todo com as partes e vice-versa, da tese com a antítese, dos elementos da estrutura econômica com os da superestrutura social, política, jurídica, intelectual etc. Ao mesmo tempo, a validação da verdade científica é fundamentada na lógica do movimento em espiral e da transformação da matéria, e no método que explicita a dinâmica das contradições internas dos fenômenos – relação sociedade-natureza, reflexo-ação, teoria-prática, público-privado (razão transformadora). Neste caso, a ciência é concebida como categoria histórica e como mediação homem-natureza por causa da aceitação da origem empírica objetiva do conhecimento. A ação, a crítica e a autocrítica são aspectos fundamentais da prática intelectual.

No nível gnosiológico, são características a concreticidade – processo cognitivo centrado na relação dialética e dinâmica entre sujeito e objeto, a construção da síntese sujeito-objeto que acontece no ato de conhecer, considerando-se o concreto como ponto de chegada de um processo que tem origem empírico-objetiva, passando pelo abstrato, de características subjetivas e formando-se, concretamente, em instâncias de outro momento do movimento, que é a síntese. A História é categoria com preocupação diacrônica e não sincrônica.

Ontologicamente, concebe-se a realidade (homem, sujeito, objeto, ciência, construção lógica) numa visão dinâmica e conflitiva, por causa das categorias materialistas de conflito e de movimento do ser social. A Natureza e a Sociedade são concebidas como partes de um mesmo movimento, sendo o Homem compreendido enquanto elemento da sociedade e não apenas enquanto indivíduo.

As características dos dois paradigmas, detalhadas acima, demonstram que o conhecimento produzido pelas duas tendências aponta para resultados e para o papel do geógrafo como completamente diferentes, uns em relação aos outros.

## A práxis dos geógrafos segundo cada um dos paradigmas

É preciso ter claro que esses dois paradigmas, cuja consubstanciação principal é definida pelo método, permeiam os outros que veremos mais adiante.

As diferentes concepções paradigmáticas adotadas pelos geógrafos têm provocado, ao longo do tempo, tanto na universidade como na vida civil, diferenças de posturas e de ações na sua prática política, profissional e cotidiana. Essas diferenças são as demonstrações empírico-teóricas das influências que os paradigmas provocam no movimento da sociedade.

Outro aspecto importante foi a relação com os estudos empíricos. Se o neopositivismo se respaldou nos modelos matemáticos para a reflexão teórica e abandonou a ciência

empírica, o materialismo histórico continuou com forte base empírica, mesmo que tenha negligenciado a cartografia como possibilidade da representação dos fenômenos geográficos.

A Geografia neopositivista, que se pautou pelo recurso aos modelos e à linguagem matemática como elementos universais da produção científica, elaborou, principalmente na década de 1970, um conhecimento padronizado e repetitivo, sem qualquer compromisso social. O diálogo com outros grupos da sociedade civil só se fez pelo caminho burocrático ou estatal, sem se praticar, na relação sujeito-objeto, o exercício (dedutivo ou indutivo) das relações empírico-teóricas.

Por outro lado, os geógrafos que adotaram a dialética como método, tiveram seu conhecimento produzido, excessivamente carregado pelo discurso, com forte e explícita tendência ideológica, cujas manifestações ocorreram, principalmente, no campo da política. Mesmo tendo preocupações de caráter empírico, muitos geógrafos resvalaram na vertente do discurso repetitivo, procurando nas obras de Marx o único fundamento possível para se explicar a realidade, esquecendo-se que o próprio Marx elaborou suas teorias na perspectiva histórica, de transformação da realidade.

Na realidade da América Latina, esse paradigma, identificado ideologicamente com as esquerdas encontrou, como panorama político de fundo, a exacerbação política das direitas, ora mais ora menos violentas, que serviram também como contraponto contraditório para as suas reações.

Com essa afirmação, enfatizamos a necessidade de, ao se focar os paradigmas que substantivaram a produção do conhecimento geográfico, não se esquecer dos vários aspectos concernentes à realidade objetiva das pessoas, exerçam elas, quaisquer que sejam, suas atividades.

Completa este quadro resumido, o papel múltiplo dos geógrafos, como pesquisadores, professores universitários, cidadãos, membros de partidos e até mesmo de governos. No Brasil, esse papel múltiplo dos geógrafos permeou toda a produção do conhecimento geográfico nas últimas décadas, ora afirmando as práticas de campo e o engajamento político na produção da informação geográfica, ora privilegiando o planejamento estatal ou a construção de modelos abstratos para se explicar a realidade. Enfim, ora privilegiando o espaço como ente abstrato, ora privilegiando as relações sociais ou a relação sociedade-natureza como objeto.

### Os desdobramentos dos paradigmas – uma interpretação que exige cuidado

Sem qualquer preocupação cronológica precisa, pode-se afirmar que, nas últimas décadas do século XX, surgiram algumas novas orientações na produção do conhecimento geográfico. Muitas vezes, as orientações temáticas foram se transformando em paradigmas.



Uma das orientações que podemos apontar foi a ênfase na discussão da escala por causa da adoção de temas transversais como a globalização e a modernidade. Tendo como base a complexidade social e a afirmação da cidade como ambiente básico nas relações de produção, esses temas foram discutidos principalmente com os sociólogos, mas tiveram várias contribuições de filósofos, antropólogos, arquitetos e historiadores.

Vamos confrontar algumas idéias para ilustrar o tema da modernidade, buscando demonstrar que os desdobramentos paradigmáticos recentes também tiveram algumas componentes políticas que, se não permitiram a formação clara de teorias, pelo menos provocaram reflexões sobre o conhecimento científico.

Para o filósofo Paul Feyerabend, “as grandes inovações teóricas são muito mais fruto do acaso do que da ordem” e “todos os métodos convencionais são falaciosos e o poder universal da razão um logro”. Além do mais, “existe um irracionalismo na base do saber que precisa ser considerado e a dicotomia tradicional, ciência/razão versus mito/magia/religião, não passa de uma ideologia autoritária que confere à ciência (...) a exclusividade do conhecimento”. Finalmente, ele diz que o “mito e a razão devem, pois, manter relações de reciprocidade no seio de uma epistemologia anarquista” (p. 23).

Por outro lado, a introdução da hermenêutica nas ciências sociais, nos anos 90, tenderia a “substituir os idiomas do marxismo e do estruturalismo, globalizantes, doutrinários e autoritários, que foram predominantes nos anos precedentes” (Vattimo, apud Gomes, 1996, p. 24).

Na nossa opinião, o niilismo de Feyerabend, que se volta contra o método, não auxilia na sua compreensão mas, pelo contrário, coloca mais confusão na discussão porque, ao não procurar distinguir as características que diferenciam os métodos, simplifica o papel da ciência. Por outro lado, Vattimo faz a apologia das tendências idealistas, que também ganharam certo fôlego, pela adoção do método fenomenológico-hermenêutico.

Podemos resumir as características desse método como segue. No nível teórico, as histórias de vida e o discurso próprio, com a incorporação da informação a partir da postura do investigador, é a base para se utilizar as técnicas qualitativas, que se realizam por meio da pesquisa participante, de entrevistas, de relatos de vivências, da observação e de práticas alternativas e inovadoras. Em termos epistemológicos, essa tendência, que pode ser também considerada um terceiro grande paradigma da ciência ocidental, pauta-se pela postura crítica de autores da fenomenologia, com interesse em desvendar as características do objeto.

A fundamentação teórica é baseada na postura do pesquisador e na eleição, que ele realiza, das especificidades do objeto, com base no processo cognitivo idealista centrado na racionalidade do sujeito, que pode recorrer a raciocínios dialéticos ou à indução.

No nível gnosiológico, a construção da idéia se faz na síntese sujeito-objeto, que acontece no ato de reflexão racional como ponto de partida e de chegada de um processo que tem origem lógico-subjetiva de enfoque totalizante (holístico). A historicidade é ausente nessa tendência, pois há, por parte do pesquisador, uma preocupação que podemos denominar exacrônica.

Em termos ontológicos, concebe-se a realidade (homem, sujeito, objeto, ciência, construção lógica) a partir de uma visão dinâmica, racional e de interação de todos os elementos da realidade (categorias racionais de conflito e complementaridade), tendo-se como doutrina, por exemplo, o existencialismo. A Natureza comparece como concepção e idéia, apreendidas no processo de conhecer, e o Homem se define enquanto Natureza pensante.

Essa tendência, que podemos chamar de fenomenológica, tem sido utilizada, com reconhecida consistência, na Geografia Humanística para a interpretação das manifestações culturais de grupos específicos e do cotidiano urbano. No entanto, quando ela está na base teórica de instrumentos fundamentais para orientar o ensino de Geografia no Brasil, como os Parâmetros Curriculares Nacionais<sup>3</sup>, cujo papel político na formação de professores dos ensinos fundamental e médio e dos futuros cidadãos, demonstra sua fragilidade na sua relação com a complexidade da realidade, principalmente por suas dificuldades em tratar a escala, na perspectiva epistemológica.

Voltando à nossa exposição do tema modernidade, como iniciado anteriormente, vamos confrontar mais algumas idéias. Echeverría (1997) afirma que a vida moderna teria os seguintes traços característicos:

- *humanismo*, baseado no triunfo da técnica racionalizada;
- *racionalismo* moderno, como resultado da prática puramente técnica ou instrumentalizadora do mundo;
- *progrssismo*, que se baseia na historicidade como processo de in-novação, ou seja, da substituição do velho pelo novo e como processo de re-novação, isto é, de restauração do velho como novo;
- *urbanicismo*, que se caracteriza pela grande cidade – e por tudo que nela e dela decorre – como espaço exclusivo do humano;
- *individualismo*, através da constituição da “identidade individual” baseada na apropriação privada de mercadorias;
- *economicismo*, ou o predomínio determinante da dimensão civil da vida social, com suas características de mercantilização, sobre a dimensão política da mesma” (p. 149-56).

As três citações acima (de Feyerabend, dos Parâmetros Curriculares Nacionais e de Echeverría), sobre o método, o ensino de Geografia e a formação do cidadão, e a modernidade, podem ser analisadas pelo ângulo da necessidade que, em alguns momentos, a própria consistência dos paradigmas exige dos intelectuais na busca de novas idéias, proposições e fundamentações para tentar ler e explicar a realidade.

Há um outro tema, já citado anteriormente, que se consolida como desdobramento paradigmático por sua importância transversal na produção do conhecimento geográfico: é a globalização, outra temática que ganhou força nos últimos anos do século XX. A sua abordagem só pode ser apreendida quando se identificam os inúmeros intelectuais que

---

3. Para uma interpretação mais detalhada dos parâmetros, remetemos o leitor à leitura de: CARLOS, Ana Fani Alessandri, OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). *Reformas no mundo da educação. Parâmetros curriculares e Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.

com ela se preocuparam. As análises tiveram, mesmo que consideremos que tenha havido algumas interseções interdisciplinares, forte influência do economicismo (Petrella, 1996; Chesnais, 1995; Mamigonian, 2000), ênfase no papel da técnica (Santos, 1996), análise das transformações nas noções de espaço e tempo, que estão na base, também, da modernidade (Harvey, 1993), estruturação dos sistemas da economia-mundo como paradigma (Ianni, 1995, baseando-se em Braudel e Wallerstein), ou mesmo a logística como catalisador das transformações (Anderson, 1993; Sposito, 1999).

Assim, podemos afirmar, como pequena conclusão da exposição sobre os dois temas citados (modernidade e globalização), que eles foram estudados por geógrafos na perspectiva da interdisciplinaridade, pois vários autores citados são sociólogos e economistas. O diálogo entre diferentes profissionais pode servir para o exercício da superação da divisão da ciência, apontando para a ciência da História. Essa herança marxista, ainda utópica, dadas as condições atuais da produção do conhecimento, não pode ser esquecida.

Outra idéia que emerge da análise desses dois temas é a sua relação com o espaço geográfico e suas múltiplas determinações. Quer o espaço seja definido como sistema de objetos e sistemas de ações, quer seja definido como reprodução das relações de produção ou considerando outras referências ontológicas, ele terá sua leitura condicionada pela modernidade ou pela globalização.

Ainda como orientação paradigmática, podemos citar a emergência de outras temáticas, como o turismo, que foi rapidamente incorporado pelos geógrafos, dentro de um pragmatismo que ultrapassou as fronteiras científicas, chegando-se às propostas de intervenção por parte de diferentes atores sociais. Abordado, em grande parte, como solução puramente econômica para áreas economicamente depressivas ou com paisagens atraentes, o turismo deverá ser focado, doravante, como uma atividade econômica que propicia a produção e a comercialização de uma mercadoria com diferentes preços e valores culturais: a paisagem.

Por outro lado, a questão ambiental (que desde a década de 1970 vai ganhando, cada vez mais, força como objeto de estudos universitários e de outros grupos da sociedade civil), foi encarada, muitas vezes (principalmente como aspecto do ensino do conhecimento geográfico), como a solução para a superação da dicotomia entre Geografia Humana e Geografia Física. No entanto, mais importante, do ponto de vista socioeconômico, esse paradigma deverá merecer atenção dos cientistas por causa das novas concepções sobre os recursos (naturais e humanos) e suas características de esgotabilidade. As dificuldades no abastecimento de água potável nas grandes metrópoles e a crise da energia elétrica que provocou inúmeras discussões no Brasil no outono de 2001 são demonstrações dessa problemática.

As duas últimas tendências descritas sempre se pautaram na transdisciplinaridade entre as ciências.

Como uma tendência que foi, aos poucos, conquistando adeptos em todo o Brasil, tivemos a consolidação da Geografia Cultural, também como uma afirmação da impor-

tância mais recente do método fenomenológico, embora não único, mas como um dos principais paradigmas.

Esse cenário torna-se, aos poucos, o cenário que está exigindo alguns estudos mais aprofundados sobre outros paradigmas que se tornam, aos poucos, cada vez mais nítidos na produção do conhecimento geográfico.

Um deles é a mudança, que se apresenta ainda com poucas evidências, do paradigma de áreas (que já foi considerado objeto da Geografia, no início do século XX) para o paradigma das linhas e das redes como forma de ler e interpretar o território. Isso já se evidencia nos fatores de localização industrial que se caracterizam, ultimamente, pela separação entre os lugares de gestão e de produção.

Esta mudança paradigmática pode gerar dúvidas porque, anteriormente, na Geografia, já se falou, por exemplo, em região nodal, definida por um centro predominante, que articulava as relações com outros centros menores, baseando-se em ligações lineares definidas por fluxos de pessoas e mercadorias. Essa noção de região apontava para a sua configuração em áreas definidas pelas ligações lineares, mas também pela constituição de um conjunto de cidades que se dispunham linearmente no território.

A diferença com as possíveis mudanças do paradigma de áreas (a ele pode se juntar, também, o conceito básico-não básico, de Anderson, proposta elaborada na década de 1970) para o paradigma das linhas terá que considerar o momento histórico e as novas formas de territorialização das forças produtivas, condicionadas principalmente pelas redes de comunicação e pelo rápido desenvolvimento da informática.

Essa mudança vai exigir, necessariamente, novos instrumentos básicos para a elaboração da informação geográfica como, por exemplo, o domínio técnico e a utilização, cada vez mais intensa, dos recursos de informática. O domínio da instrumentalização apontada, que exigirá algumas práticas dos intelectuais, deverá mudar o seu cotidiano, principalmente no que se refere ao seu local de produção (gabinete de trabalho, pesquisas empíricas), ao local de discussão ou disseminação (salas de aula, encontros científicos) e às formas de disseminação das idéias (dos livros em papel para a internet ou o livro virtual).

Outro campo de interesse que poderá exigir muitos estudos é a abordagem do circuito produtivo pelo encadeamento dos momentos de produção, circulação, troca e consumo, superando, definitivamente, os denominados setores primário, secundário e terciário da classificação de Colin Clark, elaborada na década de 1930. Essa tendência já se manifesta em estudos que abordam as cadeias produtivas de certos setores da economia e as relações entre empresas industriais e empresas que se encarregam da distribuição das mercadorias. Para superação desse paradigma, que, sutilmente, se tornou dogmático na orientação das pesquisas empíricas de elaboração de dados sobre as atividades econômicas, basta rever, com maior aprofundamento, o circuito produtivo proposto por Karl Marx.

Outra tendência que vai exigindo cada vez mais a atenção dos geógrafos é o fenômeno da migração que ganha importância internacional. Depois da Segunda Guerra Mundi-

al, quando já se tornara conhecida e praticamente ocupada toda a superfície da Terra, os movimentos migratórios, aparentemente, demonstraram que iriam diminuir de intensidade. No entanto, por causa da necessidade de qualificação crescente dos migrantes para o exercício de atividades que vão, aos poucos, selecionando as pessoas qualitativa e quantitativamente, foram se configurando não só novas dimensões de ganhos e rendimentos, mas também se estabelecendo elementos distintos na localização das residências e dos locais de trabalho como, por exemplo, o trabalho à distância, a constituição de áreas diferenciadas pelos grupos que as ocupam etc.

O fenômeno das migrações internacionais lembra, indiretamente, a configuração do território em blocos de poder, pela ótica da geopolítica, cujas bases estão nas teorias da integração regional, em suas diferentes versões (funcionalista, realista, liberal ou marxista). Para Vigevani (1998), a teoria<sup>4</sup> realista baseia-se em aspectos da segurança, tanto militar como estratégica, quanto aos equilíbrios nos fluxos dos ganhos. A perspectiva liberal focaliza “os interesses e valores particulares em jogo e a eventual articulação constituída no interior do Estado”. A teoria funcionalista, que se torna importante para explicar a União Européia, baseia-se na “integração a partir da constituição de órgãos e burocracias supranacionais ou intergovernamentais” (p. 74-76).

Embora o autor cite mas não defina a perspectiva marxista, podemos contribuir afirmando que ela se preocupa com a divisão internacional do trabalho e os fluxos de riqueza entre países, grupos de países, empresas e grupos de empresas, que têm como motivação básica a expropriação da mais-valia dos assalariados em diferentes áreas do mundo.

Pela ótica da esquerda francesa, analisando a integração da Europa, Fischer (2000) afirma que a

“integração espacial é a resultante de um sistema complexo que associa interdependência entre os agentes, as estratégias dos agentes, a coordenação de suas ações, com uma certa dose de regulação econômica e social pelas instâncias capazes de assegurar a associação orgânica e o funcionamento do espaço em diferentes níveis de escala, desde a internacional até a local” (p. 193).

O paradigma dos blocos de poder entra em contradição com o paradigma das linhas porque o território é diferentemente tratado em cada um deles. Se no primeiro o território é seletivo, mas tem características estratégico-militares, no caso do segundo o território é seletivo como base da localização da infra-estrutura (logística) e, por conseguinte, das atividades produtivas que, por sua vez, estão interligadas pela logística da informática.

---

4. A palavra *teoria* está descrita como compreendida pelo autor citado. Pela nossa exposição, essa palavra não tem a abrangência proposta por ele.

## Abrindo outras possibilidades para o debate

Acreditamos que com as discussões propostas acima está demonstrada a complexidade do conhecimento científico e as dificuldades em interpretá-lo. Essas dificuldades decorrem de outros elementos que precisam ser considerados, e um deles é a própria visão de mundo que cada pesquisador elabora ao investigar a realidade.

Enfim, a análise acima elaborada, baseada em características dos diferentes paradigmas que estruturam a produção do conhecimento geográfico, poderia ser realizada com outras referências, como, por exemplo, teorias e conceitos. Isso demonstra que o caminho epistemológico é bastante variado porque devem ser consideradas as diferentes formas de interpretar a realidade.

Assim, vamos encerrar a presente discussão, que não se esgota neste momento, afirmando que procuramos, apenas, esboçar algumas diretrizes para a caracterização dos paradigmas mais influentes na produção do conhecimento geográfico. Longe de ser uma proposta acabada, este texto tem, como já foi afirmado no início, o propósito de alimentar os debates para que possamos vislumbrar as possibilidades de superação da crise paradigmática, sobre a qual tanto já se escreveu e, para que se busque sua superação, ainda há muito a discutir.

Para completar este quadro de mudanças paradigmáticas, pode-se afirmar que, doravante, a Geografia poderá ver sua característica disciplinar tocada, na interface com a História e a Filosofia, pela necessidade de se superar, buscando a produção do conhecimento científico não apenas com temário próprio, mas com base na ciência em sua totalidade, como afirmara Marx: como a Ciência da História.

## Bibliografia

- ANDERSON, Ake. *Les quatre révolutions logistiques*. Paris: Ministère de L'Équipement, du Logement et de la Mer, n. 15, 1993, p. 1-14.
- BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- CAPEL, Horácio. *Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri, OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). *Reformas no mundo da educação. Parâmetros curriculares e Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.
- CASTRO, Iná E. de, MIRANDA, Mariana, EGLER, Claudio A. G. *Redescobrimdo o Brasil 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 347-59.
- CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

- CHESNAIS, François. *La mondialisation du capital*. Paris: Syros, 1994.
- ECHEVERRÍA, Bolívar. *Las ilusiones de la modernidad*. México: UNAM, 1995.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- FISCHER, André. Problemas da integração espacial na Europa. *Caderno Prudentino de Geografia*. Presidente Prudente: AGB, n. 22, 2000, p. 193-199.
- GAMBOA, Silvio A. S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani (org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1989, p. 69-90.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: EDUNESP, 1991.
- GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- \_\_\_\_\_. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1986.
- LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social*. São Paulo: Cortez, 1991.
- MAMIGONIAN, Armen, REGO, José Márcio (orgs.). *O pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: 34, 1998.
- MENDOZA, Josefina G., JIMÉNEZ, Julio M., CANTERO, Nicolás O. *El pensamiento geográfico: Estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias radicales)*. Madrid: Alianza, 1982.
- OLIVEIRA, Admardo S. de et al. *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo: Loyola, 1990.
- PETRELLA, Riccardo. *Los límites a la competitividad*. Buenos Aires: UNQ, 1996.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SPOSITO, Eliseu S. (org.). *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente: GASPERR/FCT/UNESP, 1999.
- SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.
- VERGEZ, André, HUISMAN, Denis. *História dos filósofos ilustrada pelos textos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984.
- VIGEVANNI, Tullo. *Mercosul. Impactos para trabalhadores e sindicatos*. São Paulo: LTR, 1998.

#### RESUMEN

El objetivo principal de este texto es esbozar una propuesta de lectura metodológica de los principales paradigmas que han orientado la producción del pensamiento geográfico en el siglo XX. El análisis de la temática parte de los diferentes niveles de conocimiento (teórico y epistemológico) y de sus presupuestos más complejos (gnosiológicos y ontológicos), considerando algunas dimensiones de la complejidad científica actual (humanismo, racionalismo, progresismo, urbanicismo e individualismo), para llegar a algunas consecuencias paradigmáticas en la Geografía como, por ejemplo, el énfasis en el método, que ocurre en los años 1980, superando la preocupación con el objeto, y la consolidación de temas (globalización, modernidad, turismo) o de tendencias teóricas (Geografía Humanista), como verdaderos paradigmas.

#### PALABRAS-CLAVE

Pensamiento geográfico – paradigmas de la Geografía – teoría del conocimiento – método – teoría.

#### ABSTRACT

This text aims, as its object, to perform a proposition of methodological reading of the most important paradigms that have oriented the production of geographic thought in the XXth century. This analysis begins on different levels of knowledge (theoretical and epistemological) and their more complex basis (gnosiological and ontological), considering some dimensions of the actual scientific complexity (humanism, rationalism, progressism, urbanicism and individualism), to get to some paradigmatic consequences in Geography as, for example, the emphasis on method that happens in 80's, going besides the preoccupation on the object, and the consolidation of themes (globalization, modernity, tourism) or of theoretical tendencies (Humanistic Geography), that become real paradigms.

#### KEY WORDS

Geographic thought – paradigms of Geography – theory of knowledge – method – theory.

---

Recebido para publicação em 7 de junho de 2001.



# Geografia socioambiental

## Francisco Mendonça

Professor Titular do Departamento de Geografia e do Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná.  
Correio eletrônico: shico10@zaz.com.br

### Resumo

A geografia, desde o estabelecimento de sua condição de ciência moderna, tem no ambientalismo uma de suas principais características. Ele reflete a riqueza da dualidade do conhecimento geográfico. A concepção de ambiente, todavia, mudou bastante ao longo do último século, pois inseriu marcos importantíssimos dos distintos momentos históricos da modernidade. Até meados do século XX a geografia, e também as outras ciências e a sociedade em geral, concebiam o ambiente exclusivamente do ponto de vista naturalista. Nos últimos quarenta anos a noção de ambiente tem inserido, paulatinamente, a dimensão social, pois a crise ambiental contemporânea não pode mais ser compreendida e nem resolvida segundo perspectivas que dissociam sociedade e natureza. Neste contexto, a problemática ambiental que caracteriza o momento presente levou a geografia a rever suas concepções, o que resultou na busca e na formulação de novas bases teórico-metodológicas para a abordagem do meio ambiente. O envolvimento da sociedade e da natureza nos estudos emanados de problemáticas ambientais, nos quais o natural e o social são concebidos como elementos de um mesmo processo, resultou na construção de uma nova corrente do pensamento geográfico aqui denominada geografia socioambiental.

### Palavras-chave

Geografia – ambiente – Geografia ecológica – Geografia socioambiental.

Terra Livre	São Paulo	n. 16	p. 139-158	1º semestre/2001
-------------	-----------	-------	------------	------------------

“A crise ambiental não é crise ecológica, mas crise da razão. Os problemas ambientais são, fundamentalmente, problemas do conhecimento. Daí podem ser derivadas fortes implicações para toda e qualquer política ambiental – que deve passar por uma política do conhecimento –, e também para a educação. Aprender a complexidade ambiental não constitui um problema de aprendizagens do meio, e sim de compreensão do conhecimento sobre o meio.”  
(Leff, 2001, p. 217)

## Introdução

Cenário de intensa crise e de profundas mudanças, a mais profunda crise da humanidade (Monteiro, 1988) e de civilização (Hobsbawn, 1995), o final do século XX e início do XXI desafia a sociedade em geral a encontrar novos rumos para a construção do presente e do futuro. Aos intelectuais e cientistas demanda, de maneira geral, um repensar a ontologia e a epistemologia da ciência a partir do questionamento dos paradigmas que sustentam a produção do conhecimento na modernidade. Aos geógrafos, de maneira particular, impõe um profundo questionamento relativo ao estatuto da geografia contemporânea diante das novas dimensões do espaço e dos graves problemas sociais que se materializam na superfície terrestre.

O presente texto foi elaborado buscando delinear especificidades da ciência geográfica dentro do cenário de crises e mudanças contemporâneo, “(...) – um mundo confuso, de geografias confusas – (...)”, conforme Monteiro (1988, p. 128), e ao mesmo tempo contribuir para o aprofundamento da discussão acerca da epistemologia da geografia e apontar caminhos para o seu desenvolvimento.

A opção pelo tema central da análise aqui transcrita – geografia e meio ambiente – resulta tanto de uma reflexão construída ao longo dos últimos vinte anos a partir de leituras, debates e experiência profissional como de inquietações decorrentes da crescente imersão de numerosos geógrafos em atividades técnicas e de ensino relacionadas aos problemas ambientais do momento. Diferentes reflexões e práticas observadas evidenciaram a necessidade do exercício teórico na perspectiva de identificar e ressaltar a história e as características principais de um segmento que, no âmbito da geografia, parece indicar, no presente, a constituição de uma abordagem diferenciada (uma corrente? uma linha de pensamento?) dentro dessa ciência.

O tema é muito importante no momento histórico contemporâneo, mesmo estando certos de que a origem da crise ecológica remonta em muito à modernidade, como bem demonstrou White Jr. (1968), e toma relevância à medida que se concebe que

“Um dos aspectos mais destacáveis na presente crise histórica é aquele advindo do estado de carência em que o desenvolvimento industrial tecnológico, guiado pelo direito de veto que o

homem se arrogou sobre a natureza, produziu na qualidade ambiental e nos recursos naturais. (...)” (Monteiro, 1988, p. 134).

Tratar da problemática ambiental e de sua abordagem na geografia significa tocar em uma das principais discussões que marcaram o último quarto de século (ou mesmo antes?!) dos debates de geógrafos, ou seja, a dicotomia ou dualidade entre geografia física e geografia humana (Mendonça, 1989, 1993 e 1998). É então necessário adiantar, todavia, que no âmbito do presente texto tal abordagem encontra-se atrelada à perspectiva da dualidade do conhecimento geográfico, pois acredita-se que sua maior riqueza está nessa característica (Mendonça, 1998), o que ressalta tanto a natureza “(...) essencialmente transdisciplinar (...)”, e interdisciplinar da geografia como o fato de ser ela “(...) um dos últimos locus do naturalismo nas ciências humanas” (Moraes, 1994, p. 88) e também do humanismo nas ciências naturais.

A concepção aqui adotada toma em consideração a convicção de que a abordagem geográfica do ambiente transcende à desgastada discussão da dicotomia geografia física *versus* geografia humana, pois concebe a unidade do conhecimento geográfico como resultante da interação entre os diferentes elementos e fatores que compõem seu objeto de estudo.

## Geografia, ambiente e ambientalismo<sup>1</sup>

“A geografia é um saber, um saber difícil porque integrador do vertical e do horizontal, do natural e do social, do aleatório e do voluntário, do atual e do histórico e sobre a única interface da qual dispõe a humanidade”<sup>2</sup>  
(P. et G. Pinchemel, in Trystram, 1994, p. 473).

A história da sociedade humana do último quarto do século XX encontra-se fortemente marcada pelo debate acerca da questão ambiental, fato que repercute de maneira integral no escopo do conhecimento geográfico.

O século XX assistiu à lenta transformação da conotação dos termos ambiente e ambientalismo; visto que, até meados do mesmo, as discussões relativas a esta temática ainda tinham uma concepção majoritariamente naturalista e científica. A evolução da alteração do conceito de meio ambiente pode ser assim observada nas seguintes palavras de Bailly et Ferras (1997, p. 115-166):

1. Parte do conteúdo deste item foi recentemente encaminhado para publicação sob o título “Crise ambiental e movimento ecológico: Alguns desafios contemporâneos – Breves notas” no *Boletim Goiano de Geografia* da Universidade Federal de Goiás, 2001 (no prelo).

2. “La géographie est un savoir, un savoir difficile parce qu’intégrateur du vertical et de l’horizontal, du naturel et du social, de l’aléatoire et du volontaire, de l’actuel et de l’historique et sur la seule interface dont dispose l’humanité” (trad.: Mendonça, F.).

“Em 1917, o meio ambiente, é para uma planta ‘o resultante de todos os fatores externos que agem sobre ela’. Em 1944, para um organismo ‘a soma total efetiva de fatores aos quais um organismo responde’. Em 1964, Harant e Jarry propõem ‘O conjunto de fatores bióticos (vivos) ou abióticos (físico-químico) do hábitat’. Em 1971, segundo Ternisien, ‘Conjunto, num momento dado, dos agentes físicos, químicos e biológicos e dos fatores sociais suscetíveis de ter um efeito direto ou indireto, imediato ou a termo, sobre os seres vivos e as atividades humanas’. E aí está a palavra na moda, vítima da inflação jornalística (...)”<sup>3</sup>.

Na evolução do conceito de meio ambiente (*environment, environnement*) observa-se o envolvimento crescente das atividades humanas, sobretudo nas quatro últimas décadas, mas ele continua fortemente ligado a uma concepção naturalista, sendo que o homem socialmente organizado parece se constituir mais num fator que num elemento do ambiente. De maneira geral, e observando-se tanto o senso comum como o debate intra e extra-academia, a impressão geral que se tem é de que a abordagem do meio ambiente está diretamente relacionada à natureza, como se existisse um *a priori* determinante traduzido numa hierarquização dos elementos componentes do real, onde aqueles atinentes ao quadro natural estão hierarquicamente em posição mais importante e sem os quais não haveria a possibilidade da compreensão ambiental da realidade.

Entretanto, é notório o fato de que o emprego do termo *meio ambiente* parece ter se tornado incômodo a um segmento dos ambientalistas mais contemporâneo, pois, como evidenciou Porto Gonçalves (1989), o fato de a palavra meio também significar metade, parte, porção etc. denotaria a idéia do tratamento parcial dos problemas ambientais. Mesmo se esta leitura crítica apresente considerável coerência etimológica, não deixa de ser lastimável o fato de os geógrafos pouco terem lutado para explicitar a especificidade e a importância do termo *meio* no que concerne à sua significação científica, afinal seu emprego em contexto ambiental constitui-se atualmente numa derivação, ou mesmo numa apropriação geral, do conceito de *meio geográfico*. Há que se atentar também para o fato de que muitos geógrafos consideram o termo ambiente, ou meio ambiente, um “quase sinônimo” do termo geografia, vendo no emprego de expressões tais como “geografia ambiental” um reducionismo.

Este último conceito – meio geográfico, empregado por Albert Demangeon e por Elisée Reclus no início do século passado – inaugurou uma aberta e avançada compreensão dos diferentes espaços geográficos do planeta numa perspectiva ambientalista globalizante. Todavia, o conceito de meio geográfico não deve ser concebido como sinônimo de ambiente, ou de meio ambiente, conforme o emprego e significado atual deste

3. “En 1917, l’environnement, c’est pour une plante ‘the resultant of all the external factors acting upon it’. En 1944, pour un organisme ‘the sum total effective factors to which an organism responds’. En 1964, Harant et Jarry proposent ‘Ensemble des facteurs biotiques (vivants) ou abiotiques (physico-chimique) de l’habitat’. En 1971 selon Ternisien: ‘Ensemble, à un moment donné. Des agents physiques, chimiques et biologiques et des facteurs sociaux susceptibles d’avoir un effet direct ou indirect, immédiat ou à terme, sur les êtres vivants et les activités humaines’. Et voilà le mot à la mode, em proie à l’inflation journalistique (...)”. Trad.: Mendonça, F.

último, pois não se trata mais somente de uma determinada concepção científica do objeto de estudo da geografia, afinal o momento histórico contemporâneo impregnou o conceito atual de ambiente de considerável complexidade. Assim, a presente concepção geográfica de meio ambiente, portadora de uma herança de tamanha importância, (re)assegura e ao mesmo tempo reflete-se numa outra perspectiva da abordagem ambiental, como afirmou Veyret (1999, p. 6), pois,

“De fato para um geógrafo, a noção de meio ambiente não recobre somente a natureza, ainda menos a fauna e a flora somente. Este termo designa as relações de interdependência que existem entre o homem, as sociedades e os componentes físicos, químicos, bióticos do meio e integra também seus aspectos econômicos, sociais e culturais”.

Ainda que tendo sido ampliado e se tornado mais abrangente, o termo meio ambiente, ou ambiente (estes sim podendo ser tomados como sinônimos), parece não conseguir desprender-se de uma gênese e uma história fortemente marcadas por princípios naturalistas, o que leva a crer que tenha sido gerada uma concepção cultural do meio ambiente que exclui a sociedade da condição de componente/sujeito, mas a inclui como agente/fator. Inserir na abordagem ambiental a perspectiva humana – portanto social, econômica, política e cultural – parece ser um desafio para toda uma geração de intelectuais, cientistas e ambientalistas que se encontram vinculados a tais discussões no presente, e certamente também no futuro próximo.

Observa-se assim, na atualidade, diante de tão importante desafio, uma forte tendência à utilização, de forma ampla, do termo *socioambiental*, pois tornou-se muito difícil e insuficiente falar de meio ambiente somente do ponto de vista da natureza quando se pensa na problemática interação sociedade-natureza do presente, sobretudo no que concerne a países em estágio de desenvolvimento complexo (Mendonça, 1993). O termo “sócio” aparece, então, atrelado ao termo “ambiental” para enfatizar o necessário envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento, parte fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea.

Esta evolução conceitual teve na realização da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, também denominada Rio-ECO/92, um de seus principais marcos. Os debates travados naquele evento, ou por ocasião dele, resultaram, entre outras coisas, em mudanças de concepções relativas ao meio ambiente, pois engendraram novos elementos que resultaram em novas maneiras de se conceber os problemas ambientais (Mendonça, 1993). A importância atribuída à dimensão social desses problemas possibilitou o emprego da terminologia *socioambiental*, e este termo não explicita somente a perspectiva de enfatizar o envolvimento da sociedade como elemento processual, mas é também decorrente da busca de cientistas naturais por preceitos filosóficos e da ciência social para compreender a realidade numa abordagem inovadora. A abertura observada no âmbito da ciência social para o envolvimento da dinâmica da natureza como

integrante da complexidade da sociedade, ainda que bem menos expressiva que no caso anterior, também impulsiona a constituição da compreensão socioambiental da realidade.

Todavia, o debate acerca da etimologia relativa à problemática ambiental não se esgota com a adoção de uma ou outra terminologia, como bem alertou Moraes (1994) ao tratar dos fundamentos epistemológicos para o estudo do meio ambiente, quando ressaltou que um dos principais problemas atinentes a este campo de estudos diz respeito à diversidade conceitual e de linguagem que o envolve. Segundo este autor,

“(…) O termo ecologia, por exemplo – e ninguém vai negar a sua centralidade para a discussão em foco –, aparece em alguns contextos discursivos como um objeto; porém, em outros contextos aparece como método; em outros ainda como ciência, e mesmo em alguns como questão política. Temos então um termo que varia bastante, dependendo do contexto discursivo de quem o emprega” (Moraes, 1994, p. 47).

O mesmo ocorre com o termo ambiente, eivado que é de uma pluralidade de concepções e conceitos, e presente em acepções tanto científicas, políticas e culturais como em político-governamentais, de movimentos sociais gerais etc. Mas num aspecto parece haver concordância: os termos ambiente e ambientalismo empregados na atualidade ligam-se a concepções completamente diferentes daquelas de final do século XIX e início do XX. Se naquele momento estavam atrelados diretamente ao estudo da natureza do planeta, hoje ligam-se mais aos graves problemas derivados da interação entre a sociedade e a natureza, às relações homem–meio, homem–natureza, físico–humano, homem–homem etc.

Assim sendo, o contexto recente no qual emergem as grandes discussões e desafios ambientais parece não mais permitir ao homem a vivência de situações nas quais ser cientista, intelectual, técnico, profissional e cidadão sejam experiências desconectadas. Para aqueles que vivem no mundo da academia e das instituições de pesquisa um cotidiano de permanente envolvimento com problemas ambientais é, inúmeras vezes, difícil separar o ecológico do ecologismo, o ambiente do ambientalismo. Por seu lado, aqueles imersos nos movimentos ambientalistas estão sempre a demandar suporte científico para a defesa de suas causas.

No caso particular da geografia como ciência, o que se observa é uma muito estreita vinculação entre ela e o trato do ambiente – e por conseguinte da problemática ambiental, sendo esta uma das mais explícitas características da geografia desde sua condição de nascente ciência moderna oitocentista (Moraes, 1990; Mendonça, 1989 e 1993).

## **Geografia ecológica, geografia ambiental, geografia socioambiental: construção histórica e particularidades**

Analisada no campo do pensamento geográfico moderno, a abordagem ambiental pode ser concebida a partir de dois grandes momentos, conforme Mendonça (1993). O

primeiro, no qual o ambiente configurava-se num sinônimo de natureza (ambientalismo = naturalismo), prevaleceu desde a estruturação científica da geografia até meados do século XX, sendo porém possível ainda observá-lo como uma postura filosófica perante o mundo por parte de muitos cientistas e intelectuais, inclusive de geógrafos. A este primeiro período também poderia ser associado o tecnicismo, a segunda postura que Moraes (1994) identifica nos cientistas da atualidade perante a problemática ambiental.

A terceira postura identificada por Moraes (1994), o romantismo, é fortemente marcada por perspectivas políticas extremistas na condução de problemas ambientais, mas não se assemelha ao segundo momento do ambientalismo geográfico da concepção de Mendonça (1993). Neste segundo momento é que se observa o salto dado por alguns geógrafos ao romperem com a característica majoritariamente descritiva-analítica do ambiente natural – ainda muito presente –, passando a abordá-lo na perspectiva da interação sociedade-natureza e propondo, de forma detalhada e consciente, intervenções no sentido da recuperação da degradação e da melhoria da qualidade de vida do homem.

Neste segundo momento do ambientalismo geográfico nota-se uma expressiva diferença da corrente ambientalista em relação a outras correntes do pensamento geográfico a ela coetâneas, e de maneira muito particular à corrente da geografia crítica. Se para esta última a derrocada do socialismo real e o questionamento da perspectiva marxista como prisma necessário para a leitura do real se enfraqueceram, para a corrente ambientalista o impacto não foi tão profundo, afinal tornou-se mais explícito que a busca para a solução dos problemas socioambientais do planeta deve estar acima de quaisquer ideologias, mesmo que possa ser por todas apropriada.

Todavia, e de maneira geral, tanto na França como no Brasil, não se pode afirmar que tenha havido uma total semelhança entre geografia crítica e geografia ambiental, ou mesmo que no âmbito da geografia crítica brasileira a abordagem da questão ambiental tenha se dado de maneira ampla e satisfatória. Para muitos geógrafos, tanto num país como no outro, a perspectiva ambiental parece não ter configurado expressão marcante para caracterizar um novo segmento ou uma nova corrente do pensamento geográfico, como se pode detectar nas seguintes palavras de Bailly e Ferras (1994, p. 47): “Depois de 1975 a nova geografia se aprofunda em muitas correntes que se reforçam: geografia crítica, geografia das representações, geografia política, geografia teórica, geografia cultural, geografia humanista. (...)”<sup>4</sup>. Note-se que a geografia ambiental aí não aparece, sendo o mesmo também observado na concepção de uma boa parte daqueles mais vinculados aos aspectos humanos da geografia no Brasil.

Tal descaso por parte de alguns geógrafos, atitude que se assemelha a uma tomada de posição tecnocentrista (Foladori, 1999) diante da problemática ambiental atual, pode ser atribuído a vários fatores, entre os quais cabe destacar:

4. “Depuis 1975 la nouvelle géographie s’approfondit em de multiples courants Qui se renforcent : géographie critique, géographie des représentations, géographie politique, géographie théorique, géographie culturelle, géographie humaniste. (...)”. (trad.: Mendonça, F.).

- 1) a opção pela concepção de que a geografia é uma ciência eminentemente social – para a qual o suporte físico-natural (mesmo alterado) parece ser secundário ou sem importância, tanto na estruturação espacial da sociedade como na influência da natureza sobre ela ou vice-versa;
- 2) o distanciamento voluntário da problemática ambiental do planeta – o que pode revelar a crença de que a tecnologia que gerou os problemas ambientais também encontrará as soluções para eles e que, portanto, não constituem objetos de primeira ordem para o interesse geográfico; e
- 3) o desconhecimento e a recusa da compreensão da dinâmica da natureza e de sua importância na constituição do espaço, do território e da sociedade.

Neste aspecto, e sem querer polemizar quanto a diferenças de capacidades entre geógrafos físicos e geógrafos humanos, mesmo concordando com os argumentos de Massey (1999), há que se reconhecer o considerável esforço de numerosos geógrafos físicos na compreensão e inserção dos processos sociais em sua interação com a natureza das paisagens e nos problemas ambientais, o que ainda é bastante ínfimo em relação à aproximação de geógrafos humanos no que concerne à apreensão da natureza no estudo da sociedade.

A explícita posição ideológica da corrente crítica no Brasil e o seu vínculo ao método marxista (materialismo histórico e materialismo dialético) como base para a elaboração do estudo do espaço e do ambiente permitiram somente abordagens parciais deles, ainda que uma infinidade de trabalhos de excelente qualidade tenham sido elaborados sob esse enfoque. O fato ocorrido no Brasil nos anos 70 e 80, quando entre os militantes da corrente da geografia crítica se encontravam alguns geógrafos físicos, parece lembrar um pouco o que ocorreu nos anos 50 e 60 na França. Naquele país um grupo de geógrafos físicos (Jean Dresch, Jean Tricart etc.) militava no partido comunista e/ou em partidos de esquerda e, ao mesmo tempo, estudava fenômenos ligados ao quadro natural do planeta; no Brasil pode-se citar, numa sequência cronológica que vai dos anos 60 aos anos 90, geógrafos como Aziz Ab'Saber, Claudio de Mauro, Dirce Suertegaray, Wanda Sales, Francisco Mendonça, Walter Casseti, entre outros.

O aprendizado com a militância política de esquerda em muito ensinou a estes geógrafos quanto a novas perspectivas de análise do espaço e do ambiente, sendo que os consideráveis avanços por eles introduzidos no estudo da paisagem são certamente decorrentes da vivência política. Quanto à geografia por eles produzida, todavia, pode-se afirmar que foi arrojada e inovadora ao superar as características da geografia clássica ou tradicional, e ao inserir a perspectiva analítica e crítica geral aos modelos vigentes na sociedade e na ciência natural, mas que foram incapazes de inserir o marxismo, enquanto método, na dinâmica processual dos elementos da natureza na evolução das paisagens.

Não se pode, então, admitir tal produção geográfica como pertencendo integralmente à corrente da geografia crítica, ou que tenha sido produzida em completa conformidade com os princípios da corrente crítica brasileira, pois a ciência produzida por aqueles geógrafos é revestida de uma importantíssima postura crítica diante da produção do conheci-



mento, mas não de uma aplicação da perspectiva marxista na análise detalhada da evolução da paisagem e dos problemas ambientais. O método de investigação científica utilizado por tais geógrafos explicita diferenças fundamentais entre postura crítica geral e postura crítica marxista. Soares Pontes (1999, p. 38), ao discutir a natureza/sociedade na visão marxista, oferece argumentos importantíssimos para a compreensão desta distinção ao considerar que

“A história da natureza precederia a história da humanidade, mas uma vez que esta última houvesse atingido um elevado grau de desenvolvimento tecnológico e agisse cada vez mais eficazmente no sentido de modificar a natureza, a história natural ficaria subordinada à história social e seria parte integrante desta.

*A grande preocupação dessa linha interpretativa não é evidentemente o estudo da natureza em si*<sup>5</sup>, mas a fundamentação do socialismo como continuação lógica do capitalismo, como ‘etapa’ histórica posterior e mais avançada, numa interpretação evolucionista”.

A natureza não deve mesmo ser enfocada a partir de métodos específicos aos estudos da sociedade, assim como a sociedade não o deve ser a partir de métodos das ciências naturais, ainda que a abordagem da problemática ambiental parta de uma ótica social. Neste aspecto, e para enriquecer essa discussão, é interessante e elucidativo observar a interpretação de Leff (2001, p. 49), para quem

“(…) a partir do momento em que a natureza se transforma, num processo geral, em objeto de uma ciência – a evolução biológica, a dinâmica dos ecossistemas –, esses objetos biológicos devem incluir os efeitos das relações sociais de produção que os afetam. E esses efeitos devem ser considerados em suas determinações sócio-históricas específicas, não na redução do social e da história em processos naturais ou ecológicos. Desde que a natureza se transforme em objeto de processos de trabalho, o natural absorve-se no materialismo histórico. *Isto não nega que operem as leis biológicas dos organismos que participam no processo*<sup>6</sup>, inclusive o homem e sua força de trabalho; mas o natural se transforma no biológico superdeterminado pela história. Nem o recurso natural nem a força de trabalho se referem ao metabolismo biológico ou ao desgaste energético dos organismos vivos. O recurso natural e a força de trabalho não são entes naturais existentes independentemente do social, mas são já o biológico determinado pelas condições de produção e reprodução de uma dada estrutura social”.

Essa última interpretação, mesmo que explicitamente atrelada a uma visão de mundo e do ambiente a partir de uma perspectiva marxista, não deixa de chamar a atenção para a

---

5. Grifo do autor.

6. Grifo do autor.

necessária distinção entre “leis naturais” (dinâmica da natureza) e processos sociais (dinâmica da sociedade) envolvidos na gênese da problemática ambiental contemporânea. A *geografia socioambiental* não deve prescindir desta perspectiva.

Ao tratar da corrente ecológica e sua derivação no âmbito da geografia, o que teria originado uma “geografia ecológica”, Andrade (1987, p. 119) afirma que ela tem como um de seus marcos importantes a publicação da proposta da ecogeografia de Jean Tricart et Jean Kilian (1979). Na sua concepção esta corrente se construiu a partir do momento em que

“Os geógrafos passaram também a preocupar-se seriamente com o problema do meio ambiente, observando-se que na área de Geografia Física muitos evoluíram de trabalhos específicos sobre morfologia, clima, hidrologia etc. para realizar pesquisas mais amplas a respeito do meio ambiente, ou, continuando os trabalhos em suas áreas específicas, passaram aplicar os conhecimentos especializados, levando em conta o impacto dos elementos naturais quando influenciados pela sociedade sobre o meio ambiente. (...)”.

No Brasil, o desenvolvimento de uma abordagem consoante com a perspectiva de uma geografia ecológica teria, segundo a compreensão de Andrade (1987), sido iniciado por Hilgard O’Raily Sternberg, Aziz Nacib Ab’Saber e Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, em finais da década de 1960 e início da de 70. Considerando os avanços que esta corrente significa para a evolução do pensamento geográfico, o referido autor parece explicitar alterações de sua concepção ao evidenciar, em obras mais recentes (Andrade, 1994 e 1999), o envolvimento de geógrafos mais afetos às humanidades, no tratamento do meio ambiente. Segundo ele

“Hoje, com a aceitação dos problemas do meio ambiente, quer face à exploração desordenada dos recursos, nem sempre renováveis, quer em consequência da poluição da água e da atmosfera, os estudos ambientais vêm tendo uma grande aceitação e vêm se difundindo tanto em trabalhos propriamente geográficos como em trabalhos interdisciplinares” (Andrade, 1999, p. 31).

Observam-se assim avanços consideráveis no tratamento da questão ambiental nos anos 80 e 90 até o presente, ou seja, de uma fase predominantemente caracterizada pelo enfoque ecológico, em que ressaltava a vertente naturalista, para uma outra centrada no ambiente, na qual sociedade e natureza compõem as duas partes de uma interação dialética. Esta perspectiva geográfica do enfoque ambiental não é, todavia, nova, podendo ser identificada nas idéias de Elisée Reclus produzidas há cerca de cem anos e que, mesmo tendo sofrido um hiato de mais de meio século na sua difusão e aplicação, foram retomadas e aprimoradas no momento contemporâneo. Nesta corrente a problemática ambiental na geografia deixa de ser identificada apenas como ligada à geografia física e passa a ser geográfica. Esta fase atual do desenvolvimento do pensamento geográfico parece atender

ao seguinte clamor de Monteiro (1984, p. 24-25), um dos principais precursores da corrente socioambiental da geografia, lançado há cerca de vinte anos:

“Que os geógrafos dedicados aos aspectos naturais não deixem de considerar o homem no centro deste jogo de relações, e que aqueles dedicados às desigualdades sociais não as vissem fora dos lugares seriam meros pontos superficiais de uma convergência que pode ser, como tem sido, desatada a qualquer momento. O verdadeiro fio condutor de uma estratégia capaz de promover a unicidade do conhecimento geográfico advirá de um pacto mais profundo que só pode emanar de uma concepção filosófica propícia”.

Uma concepção filosófica propícia à abordagem científica da problemática ambiental atual pode tanto ser encontrada em várias proposições filosóficas produzidas desde a Grécia clássica como, na insuficiência delas, demandar novas formulações, como bem postularam Capra (1987), Morin e Kern (1995), e Leff (2001), entre outros. No âmbito da geografia os estudos relacionados a esta problemática tanto tem sido desenvolvidos segundo os mais diferentes matizes filosóficos usualmente empregados por esta ciência –, e aí os extremismos que exacerbam o enfoque para o natural ou para o social são bastante peculiares – como demandado rupturas da configuração atual da produção geográfica. Tais rupturas tem sido marcadas em relação a concepções tanto teóricas como metodológicas e técnicas de investigação da dimensão espacial da referida problemática, já que, como reconheceu Moraes (1994, p. 46), ao introduzir uma discussão relativa à epistemologia para o estudo do meio ambiente, trata-se de “(...) *uma questão nova, (...) arredia aos padrões tradicionais.* (...)”<sup>7</sup>.

Se na sociedade em geral o termo meio ambiente, ou ambiente (*environment, environnement*), vitimado que foi pela inflação jornalística, banalizou-se, como bem apontaram Bailly et Ferras (1997), no âmbito acadêmico-científico ele não passou impune a esse processo. Tais termos têm sido utilizados das mais diversas maneiras mas, em boa parte das vezes, têm sido empregados como num processo industrial em que se colocam rótulos novos em produtos ultrapassados ou que não correspondem ao texto ali expresso. Assim, é preciso ter muito cuidado, pois os rótulos podem embelezar os produtos e expressar a sua vanguarda, mas podem também ser fortemente enganosos.

É então necessário ter muita cautela e discernimento, pois nem tudo que é geográfico é ambiental. Neste mesmo sentido é também preciso assinalar que nem tudo que é produzido na perspectiva da geografia física deve receber o rótulo de ambiental, pois muitas contribuições não se configuram como tais, ainda que importantes. A característica de ambiental de um estudo não o faz melhor ou pior que nenhum outro elaborado em conformidade com outras correntes, quer sejam da geografia ou de outra ciência – o faz apenas distinto dos demais.

---

7. Grifos do autor.

Na concepção aqui defendida, um estudo elaborado em conformidade com a *geografia socioambiental* deve emanar de problemáticas em que situações conflituosas, decorrentes da interação entre a sociedade e a natureza, explicitem degradação de uma ou de ambas. A diversidade das problemáticas é que vai demandar um enfoque mais centrado na dimensão natural ou mais na dimensão social, atentando sempre para o fato de que a meta principal de tais estudos e ações vai na direção da busca de soluções do problema, e que este deverá ser abordado a partir da interação entre estas duas componentes da realidade.

Por outro lado, é preciso também insistir, toda a produção emanada da geografia pode ser muito útil para a abordagem de estudos ambientais, afinal uma das mais importantes dimensões da problemática ambiental é sua manifestação espacial. Geografia ecológica e geografia ambiental constituem, assim, especificidades de uma mesma corrente, aqui concebida como *geografia socioambiental*; a primeira reveste-se de uma característica mais marcadamente naturalista, enquanto na segunda se destaca a abordagem que toma a natureza e a sociedade em mesma perspectiva, sendo o socioambiental empregado para evidenciar esta visão, como colocado anteriormente.

### A geografia socioambiental e o problema metodológico: rompendo com paradigmas da ciência moderna

“A crise ambiental é a crise de nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo. Esta crise apresenta-se a nós como um limite no real, que ressignifica e reorienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdade social. Mas também crise do pensamento ocidental (...)”  
(Leff, 2001, p. 191).

Uma das características principais da ciência moderna – a partir da fase mais evoluída da modernidade (conforme Berman, 1986) –, é o emprego de métodos de investigação na produção do conhecimento científico. Os postulados positivistas que condicionam a estrutura da ciência ainda aprisionam – mesmo no presente –, a leitura da realidade a fileiras disciplinares, reduzindo portanto sua apreensão a perspectivas separativas, estanques e empobrecedoras. A abordagem da problemática ambiental num tal contexto deixa sempre a desejar.

A evolução da geografia, vista de maneira genérica nestes cerca de 150 anos na condição de ciência, é um espelho que reflete diretamente os postulados positivistas que impõem a adoção de métodos específicos a correntes distintas do pensamento. Assim, à geografia clássica (ou tradicional) associou-se o positivismo, à *new geography* o neoposi-

tivismo, à geografia da cultura e da percepção o humanismo, à geografia crítica o marxismo etc., entre várias correntes, momentos e derivações de análises científicas.

E à *geografia socioambiental*, qual método se associa?

Essa questão aponta, primeiramente, para a constatação de que “(...) Não há apenas um método na ciência e urge entender as possibilidades de cada um no equacionamento da temática ambiental. (...)” (Moraes, 1994, p. 47), sobretudo diante das características desta corrente, revestida que é de uma característica multi e interdisciplinar.

A abordagem da problemática ambiental, para ser levada a cabo com profundidade e na dimensão da interação sociedade-natureza, rompe assim com um dos clássicos postulados da ciência moderna, qual seja, aquele que estabelece a escolha de apenas um método para a elaboração do conhecimento científico. Tal abordagem demanda tanto a aplicação de métodos já experimentados no campo de várias ciências particulares como a formulação de novos. Mas esta característica não é uma peculiaridade somente da abordagem ambiental, ela reflete a identidade própria da geografia em muitas de suas experiências, pois, conforme Trystram (1994, p.475),

“(...) Interface, a palavra escolhida por Phillippe Pinchemel, é reveladora. A geografia tem a ver com tudo, mas nem por isso deixa de dar conta do recado. Ela está na encruzilhada de numerosos caminhos que vão da antropologia à sociologia, da natureza à ecologia, das ciências da terra às estatísticas. (...)”<sup>8</sup>.

A superação do positivismo na geografia não é, entretanto, um desiderato muito recente. Várias foram as propostas que buscaram interagir métodos de ramos da própria geografia ou de disciplinas diferentes em um mesmo estudo. No que concerne ao estudo do ambiente destacam-se as perspectivas da produção de uma geografia física global a partir da interação de métodos que tomam a perspectiva vertical (ecossistema) e horizontal (geossistema) das paisagens, abarcando também as atividades humanas enquanto fator da dinâmica da paisagem. Ressaltam-se na história recente da geografia as contribuições de Sothava (geossistema) – bastante melhorada por Georges Bertrand –, e de Jean Tricart (ecodinâmica e ecogeografia), entre outras (Mendonça, 1989, 1993 e 1998; Christofolletti, 1999).

As aludidas propostas metodológicas baseiam-se na TGS (Teoria Geral dos Sistemas), largamente empregada nas ciências naturais, fato que tem vinculado o tratamento do ambiente no âmbito da geografia – através das referidas metodologias – a uma perspectiva muito mais naturalista que social. Isto é decorrente, como bem apontou Gregory (1992, p. 238), do fato de que

8. “(...) Interface, le mot choisi par Philippe Pinchemel est révélateur. La géographie n'est ni une touche à tout ni une bonne à rien. Elle est à la croisée des nombreux chemins qui mènent de l'anthropologie à la sociologie, de la nature à l'écologie, des sciences de la Terre aux statistiques. (...)”. (trad.: Mendonça, F.).

“O perigo de se adotar a abordagem sistêmica acriticamente é que se presume que seja suficiente apenas identificar as estruturas do sistema e delinear as inúmeras variáveis envolvidas em um sistema particular, que então reforça a primeira lei da Ecologia, conforme foi graficamente enunciada por Commoner (1972), segundo a qual tudo está relacionado a tudo. (...)”.

Mas, ainda que parciais e limitadas – e duramente criticadas por Soares Pontes (1999) –, há que se atribuir grande mérito às supramencionadas metodologias de perspectiva globalizante na geografia física, pois buscaram interagir sociedade e natureza numa mesma abordagem, e de alguma maneira o fizeram – sendo alguns exemplos dignos de nota, como o trabalho exemplar de Monteiro (1987) relativo ao Recôncavo Baiano. Elas contribuíram também tanto para o aprimoramento da geografia física como para a construção da *geografia socioambiental* aqui discutida.

Mesmo que se observe o registro da preocupação com o enfoque de caráter global na vertente físico-geográfica desde os anos 50, o que lhe atribui a condição de ambiental – ainda que o enfoque seja parcial, a seguinte argumentação de Richard H. Briant (citado por Derruau, 1996, p. 12) complementa as afirmações aqui desenvolvidas de que “(...) Não é suficiente, para ser claro, de definir a geografia física como sendo ‘o estudo integrado do meio (ambiente) natural à superfície à proximidade imediata da superfície da terra’”, pois por mais abrangente que ela possa ser ainda toma o homem e a sociedade como fator e não como elemento da paisagem.

Situando a origem e o desenvolvimento da geografia ecológica como ligados à geografia física, Andrade (1987, p. 121) reconhece a abertura vivenciada por tais geógrafos ao se lançarem a uma nova concepção e produção do estudo do ambiente do ponto de vista geográfico pois, segundo ele, “em muitos pontos, eles (especialistas em geografia física)<sup>9</sup> se aproximam do grupo dos chamados geógrafos críticos ou radicais, enquanto em outros se contactam com o grupo que faz a geografia da percepção e do comportamento”. Esta constatação reflete, entre outras coisas, a insuficiência dos métodos disciplinares individualizadamente inerentes à ciência moderna para o tratamento da realidade e dos problemas ambientais. Revela, ao mesmo tempo, a necessária aplicação de uma perspectiva multi e interdisciplinar intrageografia, e desta com outras ciências, pois “(...) a discussão sobre a questão ambiental deverá trafegar nos limites de marcos disciplinares. (...)” (Moraes, 1994, p. 50).

Mesmo se aproximando dos geógrafos críticos, como afirmou Andrade (1987), os geógrafos físicos não puderam inserir o marxismo como metodologia central de sua análise nem nos estudos físico-geográficos nem naqueles socioambientais que elaboraram, pois

“(...) uma abordagem marxista da questão ambiental vai encará-la como uma manifestação de processos sociais, pelos quais uma dada sociedade organiza o acesso e uso dos recursos

---

9. Expressão do próprio autor em outra parte do mesmo parágrafo.

naturais disponíveis, organização que se articula na própria estruturação social constituindo parte do processo global de sua reprodução (...)” (Moraes;1994, p. 78).

Ainda que a perspectiva marxista seja um instrumento de inestimável valor na análise da dinâmica social – particularmente a partir do materialismo histórico e dialético –, ou mesmo que outros métodos como o estruturalismo, o funcionalismo etc., contribuam em muito para a compreensão da sociedade, a abordagem ambiental será ainda elaborada de forma parcial e estanque se enfocada a partir de somente um deles, pois que o social compõe apenas uma parcela do ambiente. Os elementos da natureza não devem ser reduzidos somente a recursos, pois antes de assim transformados constituem-se em bens e elementos naturais que possuem dinâmica própria e que independe de sua apropriação social; como tal desempenham papel fundamental na estruturação do espaço geográfico. Mesmo integrantes de espaços apropriados pelo homem e sua sociedade, não escapam ao controle do fluxo de matéria e energia que rege a existência do sistema solar, do planeta Terra e de seus componentes. É bem verdade que em muitos lugares – como as grandes cidades e seu cotidiano, por exemplo –, tem-se a falsa impressão de que o homem é o grande regente, de que a “natureza” e suas forças ou não existem ou foram subjugadas aos desígnios humanos. É mesmo incrível que, numa abordagem geográfica, sejam esquecidos o relevo que forma o suporte à existência da cidade, da água e do ar que sustentam a vida de seus habitantes, do alimento que produzido no solo os nutre etc.

Enfocando a vertente ambiental da geografia e a necessária abertura metodológica que ela encerra, Monteiro (1980) já esclarecia, em final da década de 1970 e justamente no momento em que a geografia brasileira passava a ser fortemente marcada pela corrente da geografia crítica, ser ela constituída

“(...) por geógrafos que, mesmo considerando o prisma antropocêntrico da geografia, vêm nela principalmente a ciência dos lugares. Embora considerando que aumenta cada vez mais o poder de decisão e a capacidade de alteração antrópica, os ‘Sistemas’ organizados na superfície da Terra comportar-se-ão sempre como sistemas naturais e como tais, devem ser pesquisados. Isto sob o impacto ideológico universal da ‘cruzada pró meio ambiente’, sob o lema de ‘só temos uma terra’. (...)” (Monteiro (1980, p. 48).

Mas, sabiamente, apontava ele também para o fato de que a vertente ambiental não deveria ser pensada como predominante na geografia, mas ser apenas uma possibilidade a mais para reflexão dos geógrafos sobre o mundo, já que “Os vetores conduzindo a noção de Geografia como ciência social serão predominantes (2 vértices do triângulo). (...)”. Para ele, o “ambientalismo” na geografia não apagaría

“(...) o desenvolvimento ou continuação de linhas centrais de pensamento (em relação à figura abstrata do triângulo mobilizado para esse raciocínio), como, muito provavelmente

não impedirá (impediria)<sup>10</sup> os avanços setoriais mais extremos até que cheguem a ultrapassar os limites de demarcação da investigação ‘geográfica’ para desenvolver-se autonomamente. (...)” (Monteiro, 1980, p. 48-49).

O objeto de estudo da *geografia socioambiental*, constructo contemporâneo da interação entre a natureza e a sociedade, não pode ser concebido como derivador de uma realidade na qual seus dois componentes sejam enfocados de maneira estanque e como independentes, pois a relação dialética entre eles é que dá sustentação ao objeto.

A corrente da *geografia socioambiental* está ancorada na concepção de que talvez “o maior ponto de relevância epistemológica para a Geografia esteja na atitude fenomenológica de não considerar nem a Natureza (matéria da experiência) nem o Homem (corpo que percebe) como ‘fundantes’” (Monteiro, 1984, p. 26). É, indubitavelmente, uma identificação inovadora da e na geografia – ambiental –, que possui sua originalidade mas que não se coloca como excludente a nenhuma das outras possibilidades de realização do conhecimento geográfico. Nas seguintes palavras deste último autor, emprestadas de Merleau-ponty, é possível identificar os traços mais gerais, mas não exclusivos, da perspectiva metodológica dessa corrente da geografia, em sua fase contemporânea aqui nominada corrente *socioambiental da geografia*,

“O homem e a sociedade não estão exatamente fora da natureza e do biológico – distinguem-se deles por reunirem as ‘apostas’ da natureza, arriscando-as todas juntas. É nesse particular que o ‘ambiental’ não deve ser visto apenas no nível do biológico ou ecológico, mas sobretudo pelo que contém de construção holística”.

Ela se configura, pela característica de multi e interdisciplinaridade e da perspectiva holística na concepção da interação estabelecida entre a sociedade e a natureza, como um campo profícuo ao exercício do ecletismo metodológico, pois “enquanto abstrações humanas da realidade os métodos e técnicas devem ser considerados como não sendo de domínio de nenhum conhecimento particular, mas que são momentaneamente requisitados por uma ciência ou outra” (Fernand Joly, citado por Mendonça, 1998, p. 65). Ecletismo não é, há que se assinalar, sinônimo de *pot-pourri* ou, numa linguagem coloquial, não significa fazer “o samba do crioulo doido”; a lógica, a seriedade, e a coerência na escolha de metodologias e técnicas condizentes com o objeto de estudo são atributos necessários para a obtenção de resultados concisos em estudos de caráter socioambiental.

## Sintetizando a abordagem

Ao identificar a corrente do pensamento geográfico *geografia socioambiental* a partir do delineamento de sua construção histórica, mesmo que aqui genericamente pontuada

---

10. Alteração feita pelo autor.



numa condição introdutória e de contribuição à discussão da epistemologia da geografia contemporânea, levantam-se mais argumentos para a constatação de que a geografia é mesmo um “*savoir difficile*”, como o apontou P. et G. Pinchemel (epígrafe deste texto). Ao se identificar esta corrente como um campo particular de análise do geógrafo, entre vários outros, não se está propugnando pela sua excelência em relação aos demais, dado que a riqueza do pensamento geográfico reside na sua própria pluralidade de enfoques.

Essa nova corrente aqui delineada não se encontra, todavia, com as características totalmente definidas, mas um conjunto destas permite distingui-la no conjunto da ciência geográfica contemporânea, como se viu. A natureza cambiante do mundo contemporâneo, e da intensidade da velocidade que o qualifica, impõe a necessária simultaneidade de novos olhares, novas técnicas e novas perspectivas sobre o objeto de estudo da geografia. Impõe sobretudo a abertura das mentes para se criar o novo, o diferente, o que superará o estágio de dificuldades e limitações de apreensão do real que tão marcadamente ainda caracteriza o presente. Um novo pensamento, desencadeador de mudanças, não se consolida se não exercitar um diálogo de saberes distintos e sem demover resistências, mas estes acabam por lapidá-lo, pois lhe proporcionam a experimentação de ousadias e profundo repensar de formulações. Se ele não se mostrar capaz de inserir os ganhos do processo e tornar-se velho mais rápido que as projeções de longevidade lançadas, é mesmo melhor que tenha uma vida curta ou que nem a experimente.

Contudo, a crise ambiental contemporânea – crise de civilização, crise da razão e crise histórica –, como se apontou ao longo deste texto, está a demandar de toda a sociedade, e da ciência em particular, uma reflexão profunda acerca de sua trajetória. Num tal contexto é preciso ser aberto, criativo e ousado o suficiente para propor alterações e criar as possibilidades para o nascimento de novas propostas, como a geografia socioambiental aqui delineada.

Não é preciso ser partidário de radicalismos ambientalistas ou ecologistas para se compreender a importância dos elementos da natureza na constituição da sociedade humana, sobretudo ante os extremismos de degradação desta mediante sua apropriação pela sociedade segundo o projeto da modernidade, como bem assinalou Serres (1988, 1994) – ainda que seja ele um partidário da ecologia radical. À geografia se impõe, então, um papel fundamental nesta construção de um mundo novo, de uma vida nova. Tomada do ponto de vista da problemática ambiental contemporânea sua contribuição será muito mais eficaz e aprofundada se elaborada em conformidade com a corrente da geografia socioambiental, neste texto esboçada.<sup>11</sup>

---

11. Agradecimentos ao colega Bernardo Mançano Fernandes pelo convite para a produção deste texto, e ao colega Nilson César Fraga pela leitura crítica dele.

## Bibliografia

- AMARAL PEREIRA, R. M. P. *Da geografia que se ensina à geografia moderna*. Florianópolis: UFSC, 1989.
- ANDRADE, M. C. *Geografia – Ciência da sociedade: Uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Atlas, 1987.
- \_\_\_\_\_. *O desafio ambiental*. São Paulo: Hucitec, 1994
- \_\_\_\_\_. A construção da geografia brasileira. *RA'E GA – O espaço geográfico em análise*, n. 3, ano III, 1999, p. 19-34.
- BAILLY, A., FERRAS, R. *Éléments d'épistemologie de la géographie*. Paris: Armand Colin, 1997.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- CAPRA, F. *O ponto de mutação – A ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1987.
- CHRISTOFOLETTI, A. et al. *Modelagem de sistemas ambientais*. São Paulo: Edgard Blucher, 1999.
- DERRUAU, M. *Composantes et concepts de la géographie physique*. Paris: Armand Colin, 1994.
- FOLLADORI, G. *Los límites del desarrollo sustentable*. Montevideu: Banda Oriental, 1999.
- GREGORY, K. J. *A natureza da geografia física*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- HOBBSAWM, E. *A era dos extremos*. São Paulo: Ática, 1995.
- LEFF, H. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MASSEY, D. Space-time, 'science' and the relationship between physical geography and human geography. *Royal Geographical Society* (with The Institute of British Geographers), n. 24, 1999, p. 261-276.
- MENDONÇA, F. A. *Geografia física: Ciência humana?* São Paulo: Contexto, 1ª ed., 1989.
- \_\_\_\_\_. *Geografia e meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1ª ed., 1993.
- \_\_\_\_\_. Dualidade e dicotomia da geografia moderna: A especificidade científica e o debate recente no âmbito da geografia brasileira. *RA'E GA – O espaço geográfico em análise*, n. 2, ano II, 1998, p. 153-166.
- \_\_\_\_\_. Geografia e metodologia científica – Da problemática geral às especificidades da geografia física. *Geosul*, v. 14, n. 27, nov. 1998, p. 63-70.
- MONTEIRO, C. A. F. *A geografia no Brasil (1934-1977) – Avaliação e tendências*. São Paulo: IGEO/USP, 1980.
- \_\_\_\_\_. *A questão ambiental no Brasil: 1960-1980*. São Paulo: IGEO/USP, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Qualidade ambiental na Bahia – Recôncavo e regiões limítrofes*. Salvador: Governo da Bahia – SEPLANTEC – Centro de Estatística e Informações, 1987.
- \_\_\_\_\_. Geografia & ambiente. *Orientação*, n. 5, USP, 1984, p. 19-28.
- \_\_\_\_\_. Travessia da crise (tendências atuais na geografia). *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 50, n. especial, t. 2, 1988, p. 127-150.

- \_\_\_\_\_. A abordagem ambiental na geografia – possibilidades na pesquisa e limitações do geógrafo ao monitoramento. *RA'E GA – O espaço geográfico em análise*, n. 3, ano III, 1999, p. 9-18
- MORAES, A. C. R. *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MORIN, E., KERN, A. B. *Terra Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- PORTO GONÇALVES, C. W. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.
- SERRES, M. *Le contrat naturel*. Paris: Harmattan, 1988.
- \_\_\_\_\_. *La philosophie et le climat*. Palestra proferida no Colóquio de Lassay/França, 1994.
- SOARES PONTES, B. M. A ciência geográfica e o desafio da questão natureza/sociedade. *Sociedade & Natureza*, ano 11, n. 21 e 22, jan./dez., 1999, p. 29-44.
- TRICART, J., KILLIAN, J. L'eco-geographie et l'aménagement du milieu naturel. *Herodote*, n. especial, Paris, 1979.
- TRYSTRAM, F. *Terre! Terre! De l'Olympe à la Nasa, une histoire des géographes et de la géographie*. Paris: JCLattès, 1994.
- VEYRET, Y. *Géo-environnement*. Paris: Sedes, 1999.
- WHITE JR., L. *Machina ex Deo: Essays in the dynamism of western culture*. Cambridge, Mass.: The MIT press, 1968.

## RESUMEN

La geografía, desde el establecimiento de su condición de ciencia moderna, tiene en el ambientalismo una de sus principales características. El refleja la riqueza de la dualidad del conocimiento geográfico. La concepción de medio ambiente, con todo, cambió bastante a lo largo del último siglo, porque insertó marcos importantísimos de los distintos momentos históricos de la modernidad. Hasta la mitad del siglo XX, la geografía y también las demás ciencias y la sociedad en general, concebían el medio ambiente exclusivamente del punto de vista naturalista. En los últimos cuarenta años, la noción de medio ambiente inserió, progresivamente, la dimensión social, porque la crisis ambiental contemporánea no puede más ser entendida, ni resuelta en conformidad con las perspectivas que separan sociedad y naturaleza. En este contexto, la problemática ambiental presente llevó a la geografía a rever sus concepciones, lo que resultó en la búsqueda y en la formulación de nuevas bases teórico-metodológicas para el enfoque del medio ambiente. El involucramiento de la sociedad y de la naturaleza en los estudios originados de problemáticas ambientales, en las

## ABSTRACT

The geography, since it's established as a modern science, has in the environmentalism one of its principal characteristics. It reflects the richness of duality of the geographical knowledge. The conception of environment, however, changed a lot during the last century, because its inserted very important frames from different historical moments of modernity. Since the twenties middle the geography, and also the other sciences and society in general, conceived the environment exclusively on the natural perspective. On the last forty years the notion of environment has incorporated, progressively, the social dimension, because the contemporary environmental crisis can't be understood and neither resolved by the perspectives that separates society and nature. In this context, the environmental problematic which characterizes the present moment leads the geography to revise its conceptions, and it resulted on the search and on the formulation of new theory-methodology bases do the environment approach. The involvement of society and nature in the studies emanated from environmental problematic, in which the natural and social are conceived as ele-

FRANCISCO MENDONÇA

cuales lo natural y lo social son concebidos como elementos de un mismo proceso, resultió em la construcción de una nueva corriente del pensamiento geográfico, en el presente texto llamada geografía socio-ambiental.

**PALABRAS-CLAVE**

Geografía – medio ambiente – Geografía ecológica – Geografía socio-ambiental.

ments belonged to a same process, resulted in a new current of geographical knowledge here called socio-environmental geography.

**KEY WORDS**

Geography – environment – ecological Geography – socio-environmental Geography.

---

Recebido para publicação em 8 de junho de 2001.

# A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino?

**Dr<sup>a</sup> Helena Copetti Callai**

Professora de Geografia da UNIJUI – Ijuí-RS

Correio eletrônico: jcallai@unijui.tche.br

## **Resumo**

O artigo propõe a discussão da Geografia como componente curricular para a escola básica e a possibilidade de construção da cidadania. Considera-se a questão epistemológica da Geografia e o seu papel na escola neste início de século. Da mesma forma discute-se a questão pedagógica contraposta a um conteúdo específico, dado pelo objeto da ciência e a formação do educador.

## **Palavras-chave**

Geografia – cidadania – educação.

Terra Livre	São Paulo	n. 16	p. 133-152	1º semestre/2001
-------------	-----------	-------	------------	------------------

## Introdução

O mundo (que também a Geografia estuda) apresenta um quadro, ou mapa se quisermos, que expressa o resultado da luta pela sobrevivência enfrentada pelos diversos povos para a constituição e a manutenção dos seus territórios. E hoje, mais do que o território que já está construído, delimitado e estabelecido, muito embora alguns povos estejam envolvidos em luta pelo seu domínio, busca-se a cidadania, quer dizer, a garantia dos direitos individuais e sociais. É a concretização das leis, isto é, a acessibilidade concreta ao direito de habitação, alimentação, saúde, educação, trabalho, segurança, bem-estar. E, mais do que isso, o direito de buscar a efetivação concreta destas leis no sentido de viver bem, construindo a sua história, e o seu espaço, com dignidade e com consciência clara de ser um sujeito social atuante, com lugar para as suas idéias e para satisfação de suas necessidades.

O mundo tem mudado rapidamente e com ele devem mudar também a escola e o ensino que nela se faz. Interessa discutir aqui o ensino de Geografia, que afora a sua especificidade como ciência é uma matéria presente em todo o currículo escolar da escola básica.

Nesse sentido a geografia, entendida como uma ciência social, que estuda o espaço construído pelo homem, a partir das relações que estes mantêm entre si e com a natureza, quer dizer, as questões da sociedade, com uma “visão espacial”, é por excelência uma disciplina formativa, capaz de instrumentalizar o aluno para que exerça de fato a sua cidadania.

A partir desta problemática é que nesse ensaio se discute a Geografia como componente curricular da educação básica, com o objetivo de contribuir para a formação do cidadão. Um cidadão que reconheça o mundo em que vive, que se compreenda como indivíduo social capaz de construir a sua história, a sua sociedade, o seu espaço, e que consiga ter os mecanismos e os instrumentos para tanto.

Uma educação para a cidadania tentando romper com a mesmice da escola. Desenvolvendo uma prática que seja aberta à possibilidade de questionar o que se faz, de incorporar de fato os interesses dos alunos, e de ser capaz de produzir a capacidade de pensar, agindo com criatividade e com autoria de seu pensamento. Ao discutir esta postura, questionam-se as propostas prontas, implantadas nas escolas, até porque elas não têm conseguido entrar em definitivo na vida das escolas.

## O atual ensino de geografia

O ensino de Geografia, bem como dos demais componentes curriculares, tem que considerar necessariamente a análise e a crítica que se faz atualmente à instituição escola, situando-a no contexto político social e econômico do mundo e em especial do Brasil. Tanto a escola como a disciplina de geografia devem ser consideradas no âmbito da sociedade da qual fazem parte.

Nesta contextualização se integra a questão do objeto da ciência, da dinâmica apresentada pela disciplina na escola, e da questão pedagógica que envolve necessariamente a problemática do objeto, da ciência e do método.

Não é possível aceitar que se devam estabelecer planos oficiais com a definição dos conteúdos de cima para baixo a fim de obter através de uma homogeneidade a garantia da qualidade, mas nem por isso deve-se desprezar proposições alternativas de modelos como sugestões em nome de que cada professor deve ter sua autonomia. O que não pode acontecer é se impedir o professor de pensar alternativas, de escolher ou de criar. Vai depender das suas condições, que aliás são um tanto precárias pela própria formação acadêmica que tiveram num momento da história brasileira em que se recebia tudo pronto para não se correr o risco de tentar alternativas que não interessassem.

Um programa oficial pronto e organizado para se adequar/aplicar em todas as escolas passa por cima das contradições existentes na sociedade de um modo mais amplo, e da diversidade que existe nos níveis regionais. Supõe uma sociedade harmônica e homogênea e desconhece/despreza as contradições regionalizadas e localizadas. É, sem dúvida, um instrumento de poder e como tal funciona ideologicamente no sentido de se perceber/reconhecer apenas os problemas mais gerais, sem considerar a realidade concreta em que vivem os alunos e mesmo os professores.

A questão da definição de uma proposta curricular não é técnica, mas fundamentalmente política e pedagógica. E o que se quer hoje, e a sociedade exige da escola, é uma educação que desenvolva o raciocínio lógico, a criticidade, a instrumentalização para usar coerentemente o conhecimento, a capacidade de pensar e especialmente de poder construir o pensamento com autoria própria. As informações e o conhecimento adquirido são instrumentos para o processo de formação dos estudantes e não o objetivo final, embora, na prática, exatamente o que se critica é o que vem acontecendo.

Portanto, acredito necessário haver alguns referenciais no sentido do que deva ser o currículo, do que devam ser os programas das várias disciplinas. O ideal seria que a escola tivesse claro qual a sua filosofia – e sua proposta –, o que quer formar, e daí referi-los a este plano pedagógico geral; cada disciplina ter a definição do que se quer no interior da escola, com ela. Definidos estes critérios pode-se partir então para a explicitação do que estudar, do que desenvolver em cada uma das séries do conteúdo de Geografia.

Para tanto são interessantes propostas alternativas que estejam já em aplicação ou não para que se possa ter opções. Embora nenhuma proposta ou modelo deva ser transferível e aplicável diretamente noutra situação que não a que lhe deu origem, estas devem ser socializadas numa busca de melhorar a qualidade do ensino. Sabe-se, e inúmeras pesquisas têm sido feitas a respeito, que o professor não tem tido condições objetivas de definir o que vai trabalhar e manter o controle da situação. Muito menores são as condições de envolver os alunos neste processo. As desculpas vão desde as condições de trabalho e de salários, que têm sido colocadas prioritariamente hoje, até a falta de embasamento teórico tanto da Geografia como do educação em geral, evidente pelas questões pedagógi-

cas e de aprendizagem. Fica-se então, entre seguir um livro, de preferência com caderno do professor e sugestões de atividades, ou fazer uma lista de conteúdos a partir dos programas e provas do vestibular.

Considerando estas pressuposições há que se considerar os seguintes aspectos: pedagógicos, a questão do método, a metodologia e o conteúdo. A questão da avaliação, embora cada vez mais problemática, não precisa ser tratada separadamente. Ao se ter clara a dimensão pedagógica do ensino e coerência no desenvolvimento do processo, está contemplada também a avaliação.

A primeira questão a ser considerada diz respeito ao que se pretende com a escola e, no caso, com o ensino da Geografia. Reconhecendo o objeto da Geografia, o seu instrumental e os mecanismos metodológicos que poderá usar, o professor deverá propor o estudo que seja conseqüente para os alunos. E as experiências concretas deverão ter interligamento e coerência dentro do que é ensinado, pois o vivido pelo aluno é expresso no espaço cotidiano, e a interligação deste com as demais instâncias é fundamental para a aprendizagem. “Se o espaço não é encarado como algo em que o homem (o aluno) está inserido, natureza que ele próprio ajuda a moldar, a verdade geográfica do indivíduo se perde e a Geografia torna-se alheia para ele” (Resende, 1986, p. 20).

Muito se fala que partir da realidade mais próxima é mais conveniente para a aprendizagem, porém muitas vezes força-se uma relação de fora, o que torna tudo muito superficial e até cheio de equívocos. O aluno é um ser histórico que traz consigo e em si uma história, e um conhecimento adquirido na sua própria vivência. O desafio é fazer a partir daí a ampliação e o aprofundamento do conhecimento do seu espaço, do lugar em que vive, relacionando-o com outros espaços mais distantes e até diferentes. Como fazer isto é a grande questão. Há sem dúvida uma extrema necessidade de redefinir em novas bases (do mundo atual) o conteúdo do ensino que fazemos (e também de Geografia) e de criar e recriar formas pedagógicas capazes de dar um sentido ao nosso trabalho de professores, e à aprendizagem que entendemos necessária para os alunos, socializando o conhecimento. “Trata-se, antes, de mais nada, de assegurar à Geografia a sua condição de ciência, a sua capacidade de analisar o real sem desagregá-lo e por um caminho que conduza ao seu sentido” (Resende, 1986, p. 32).

## A geografia e a educação para a cidadania

A educação para a cidadania é um desafio para o ensino e a Geografia é uma das disciplinas fundamentais para tanto. O conteúdo das aulas de Geografia deve ser trabalhado de forma que o aluno construa a sua cidadania. E muito se tem falado em educação para a cidadania, mas de maneira, muitas vezes, irreal e inalcançável, burocrática, ligada ao positivismo e com soluções técnicas, definida num ou em vários objetivos, que no mais das vezes consideram o sujeito- estudante deslocado do mundo em que vive, como se fosse um ser neutro e abstrato.



Acreditando e partindo do pressuposto de que a educação para a cidadania perpassa várias disciplinas, a questão que me coloco é como a Geografia pode contribuir neste processo. Se a formação do educando para ser um cidadão passa pela idéia de prepará-lo para “aprender a aprender”, para “saber fazer”, o papel das disciplinas escolares, e o da Geografia particularmente, tem a ver com o método, quer dizer, de que forma se irá abordar a realidade. E daí, insisto, a clareza do objeto da Geografia é fundamental, pois nos dá os instrumentos (o conteúdo, as informações geográficas) para chegar onde pretendem.

Porém, o encaminhamento é mais complexo e vai desde o conteúdo em si até a relação pedagógica que se estabelece entre este conteúdo, o professor e o aluno.

Para refletir sobre esta questão vou me apoiar em Henry Giroux, que em seu livro *Teoria e resistência em educação* (1986) aborda, no capítulo “Teoria crítica e racionalidade na educação para a cidadania”, as formas como são tratadas em diversas perspectivas a educação para a formação do cidadão.

Segundo o autor, uma teoria da cidadania teria que redefinir a natureza das discussões e da teorização que se faz atualmente, da educação. E no seu lugar deveria ser construída uma visão de teoria que integrasse e superasse a divisão artificial entre as disciplinas, inspirada numa estrutura mais dialética do conhecimento. A nova teoria deveria ser política e social. E o questionamento a ser feito é: deve a sociedade ser mudada ou deixada como está? O que a escola quer, o que almejam com o seu trabalho os professores de Geografia? Mudar a sociedade é a perspectiva que se vislumbra, mesmo que num horizonte que pareça distante? Há que se ter claro os limites postos pela sociedade tal como está e os limites que se interporão numa nova sociedade. De qualquer modo parece estar claro para a maioria dos professores e demais técnicos envolvidos com educação que não se tem como objetivo ajustar o indivíduo ao meio em que vive. Mas é preciso conhecer este meio, exercitar a crítica sobre o que acontece e reconhecer possibilidades alternativas para os objetivos que se quer alcançar.

São todas questões que não se põe na abstração, mas na situação histórico-concreta em que vivemos. “Os teóricos educacionais e, mais precisamente, uma teoria da educação para a cidadania terão que combinar crítica histórica, reflexão crítica e ação social” (Giroux, 1986, p. 252). Os próprios conteúdos trabalhados deverão ter uma tríplice função, qual seja, resgatar o conhecimento produzido cientificamente, reconhecer e valorizar o conhecimento que cada um traz junto consigo, como resultado de sua própria vida, e dando um sentido social para este saber que resulta. Os conteúdos de Geografia, que são estudar o mundo, as configurações territoriais, a organização do espaço e a sua apropriação pelos diversos povos, as lutas para tal, os interesses políticos e as formas de tratar a natureza, se põem como conteúdos que permitem e podem envolver os três itens acima colocados com base para uma educação para a cidadania. Esta é, em última análise, o comprometimento com a construção de uma sociedade melhor, conhecendo a realidade, compreendendo os mecanismos que a sociedade utiliza, reconhecendo no território a sua história e as possibilidades de mudança.

Nesta perspectiva, a educação e o ensino que se faz devem estar referenciados ao contexto em que se vive e jamais podem ser considerados isoladamente.

A Geografia que estuda este mundo, expresso pela produção de um espaço resultante da história das sociedades que vivem nos diversos lugares, constituindo os diversos territórios, tem considerado a necessidade de formar o cidadão? A questão é situá-lo neste mundo e através da análise do que acontece dar-lhe condições de construir os instrumentos necessários para efetivar a compreensão da realidade.

A teoria da totalidade proposta pelo autor nos faz considerar a globalidade que deve estar presente nas análises que fazemos. Este enfoque de totalidade

“não apenas ajuda a ver as práticas educacionais como produtos históricos e sociais, mas também suscita questões a respeito de como esses determinantes se revelam nas percepções de senso comum dos professores, nas relações de sala de aula e na forma e conteúdo dos materiais curriculares” (Giroux, 1986, p. 254).

As coisas todas adquirem um outro sentido contextualizadas entre si e num contexto mais amplo, “as escolas podem ser vistas como parte do universo de significados e práticas culturais mais amplas” (Giroux, 1986, p. 255). E ligada a estas questões se impõe a idéia de transformação, e a perspectiva da educação deve ser de que não se busca algo pronto e definitivo, acabado. Mas o que se busca, ao nos aproximarmos, se modifica, os interesses se ampliam, se alteram, pois a vida e os interesses e necessidades do ser humano e dos grupos sociais são dinâmicos. Este conceito de transformação, que, muitas vezes, tem que ser posto em contraposição com o de ajustamento, deve estar muito claro para o professor ao desenvolver o seu trabalho pedagógico. Especialmente ao trabalhar com os conteúdos de uma disciplina, que se expressam muitas vezes pelas práticas que acontecem no nosso cotidiano, e que lidam com o relacionamento do homem em nível individual e social entre si e com a natureza. Sem um controle constante, pode-se cair em explicações deterministas/mecanicistas de ajustamento ao meio, de adequação ao que está posto, como se os homens devessem se adequar pura e simplesmente ao mundo pronto. O encaminhamento deve se dar não no sentido mágico, mas no de compreender as práticas sociais como resultantes de uma relação de poder entre os homens e de uso e domínio do meio e da natureza. E, ainda mais, no de compreender o território como o resultado das ações humanas, mas que não tem função estática, pelo contrário, interfere nas próprias relações e práticas sociais.

## O papel do professor

No entanto, para que se efetive realmente a proposta de educação para a cidadania, é necessário que se politize a noção de cultura. E aí entra o papel do professor e a questão do poder que lhe é atribuído a partir de sua função de educador, considerando-se a sua hegemonia cultural e ideológica.

O conceito de hegemonia ideológica, de acordo com Gramsci, pode muito bem ser referido ao professor como educador, pois é a partir deste que se difundem na sociedade, para toda uma parcela da população, idéias, valores, crenças. Vai daí que o poder que o professor possui é exercido por ele como uma forma de dominação cultural. Na concepção gramsciana de hegemonia, ela se manifesta de dois modos: “um pelo domínio; outro pela direção intelectual e moral” (Gramsci, apud Mochcovitch, 1990, p. 21). Consciente ou inconscientemente, o professor realiza esta tarefa de direção para a qual possui inúmeras estratégias.

O conceito de hegemonia elaborado por Mochcovitch diz que “é o conjunto das funções de domínio e direção exercido por uma classe social dominante, no decurso de um período histórico, sobre outra classe social e até sobre o conjunto das classes da sociedade” (Mochcovitch, 1990, p. 20). Para Gramsci o que interessa é como mudar a hegemonia, pois pensa sempre na “perspectiva da transformação da sociedade não da reprodução” (Mochcovitch, 1990, p. 24).

Nas práticas escolares, a noção de cultura como hegemonia ideológica se explicita através de várias situações consideradas corriqueiras e até naturais. Se expressa no currículo formal da escola, como tal conhecimento é estruturado, nas rotinas e práticas entranhadas em diferentes relações sociais e “aponta para a noção de estruturas sociais como configurações naturais que encarnam e ao mesmo tempo sustentam formas de hegemonia ideológicas” (Giroux, 1986, p. 256-257).

## A aula e o conteúdo de geografia

E as aulas de Geografia, o que são diante disso? As aulas de Geografia, através de conteúdos que nada têm a ver com a vida dos alunos, que não trazem em si nenhum interesse, e muitas vezes pouco significado educativo, são vistas como “naturais”. Alguém definiu que sejam assim e como tais fossem tratadas. E, mesmo que não o sejam, o professor remete para fora de si a organização dos conteúdos nas diversas séries e nos diversos graus de nosso ensino. Se em determinado momento a Geografia serviu para enaltecer o nacionalismo patriótico brasileiro (e hoje nós podemos examiná-lo assim), atualmente a maioria dos professores não consegue perceber a qual interesse está ligada a forma de estruturação do conhecimento veiculado nas aulas, nos livros, nos textos utilizados. E tem sido um conhecimento estruturado de tal forma que não permite que se conheça realmente a realidade que é estudada. Sem falar na fragmentação produzida pela divisão em disciplinas e no interior delas; no caso da Geografia, a fragmentação acontece de tal forma que impede o raciocínio lógico capaz de dar conta do objeto que deve tratar. São questões (físicas) naturais e humanas, são termos de relevo, vegetação clima, população, êxodo rural e migrações, estrutura urbana e vida nas cidades, industrialização e agricultura... estudados como conceitos a-históricos, abstratos, neutros, sem ligação com a realidade concreta. Embora se queira avançar e no nível da discussão acadêmica muitas coisas

estejam resolvidas, a prática da sala de aula é ainda hoje assim, extremamente fragmentada em itens sem sentido, isoladamente, e no conjunto sem o encadeamento que lhe permitisse ter sentido.

Mais que isto ainda, as análises são feitas dividindo o mundo não pelas formas e interesses que se expressam no momento, mas por critérios “naturais”, físico-geológico-geomorfológicos, como se os fenômenos acontecidos no mundo atual fossem decorrentes de configurações naturais ou forças físicas, exclusivamente.

A Geografia, vista de dentro, por quem trabalha com pesquisa e ensino, pode se apresentar como uma disciplina extrema e perigosamente ideológica. Esta questão é percebida no acompanhamento de professores que atuam no magistério e estão cursando a graduação (por serem portadores de diplomas do magistério de segundo grau, ou de licenciatura curta). Mas é possível reconhecer esta situação também nos eventos que reúnem os professores de geografia e de que temos participado através de trabalhos de extensão universitária ou promoções da Secretaria de Educação de estado ou municipais, e mesmo pela AGB. Não é exclusividade de um ou outro lugar (estado ou município brasileiro), ou das escolas pública ou particular.

Além disso, toda a discussão em que estamos envolvidos como docentes de curso de formação de professores, estudando os vários documentos propostos pelo MEC, as variadas interpretações que estão sendo dadas e a prática na reformulação curricular, ouvindo também os alunos de graduação e os professores da escola fundamental e média, nos permitem fazer uma caracterização desta realidade. Particularmente em resultados de uma pesquisa com professores do ensino médio, no final da década de 1990, e com professores das séries iniciais em 1998-2000, esta última realizada com apoio da FAPERGS, encontro eco nesta caracterização possível. O professor de Geografia “transmite” através dos temas com que trabalha a hegemonia de uma cultura, de uma sociedade com sua economia, que não raro critica e quer condenar. Mas, na prática, exerce fundamentalmente o exercício de “ajustar” o indivíduo ao meio, muito embora não concorde e não queira isto. Ao trabalhar com informações desconectadas de explicações mais amplas, colabora com a transmissão de idéias que professam a manutenção dentro de regras estabelecidas, ao invés de valorizar o conhecimento de cada um, resgatando o conhecimento cientificamente produzido e dando-lhe um sentido social.

Isto acontece pelas informações veiculadas, quase sempre parciais e, muitas vezes, preconceituosas e/ou ideológicas. Mas acontece também pelas práticas pedagógicas com que são trabalhados os conteúdos.

O exercício da cidadania deve-se dar inclusive no interior da sala de aula. É necessário situar o conhecimento escolar como integrante de um universo maior do conhecimento e conseguir perceber em que medida ele expressa e veicula interesses de classe. A forma com que ele se apresenta já é seletiva e, acrescido dos conteúdos tratados, a delimitação e seleção que é dada a eles, está embutida de princípios ideológicos que na maioria das vezes passam despercebidos. Não se trata apenas de criticar, de desmontar este conheci-

mento escolar por ser também ideológico. Trata-se sim de dar conseqüência a uma crítica histórica que se deve fazer, decorrendo dela uma ação social e política. E acima de tudo reconhecer que neste processo não há neutralidade possível.

É interessante lembrar a análise que faz Lacoste ao referir que existe uma Geografia dos Estados que tem função estratégica de conhecer o espaço para organizá-lo a partir e a serviço dos interesses geopolíticos (nacionais ou de grupos). E que existe também uma Geografia escolar que é basicamente um saber inútil, que descreve lugares, enumera informações, sem dar-lhes o significado que realmente possuem. O estudo da Geografia na escola, nesta perspectiva, atua mais para obscurecer o sentido do território nas nossas vidas, no que diz respeito às formas que assumem as relações que ocorrem na sociedade e aos resultados dos avanços tecnológicos, do que para instrumentalizar o aluno para exercer e exercitar a sua cidadania.

E aí entra outro papel ideológico do conteúdo da Geografia e a discussão que existe a respeito do currículo oculto. Com referência a currículo oculto e educação para a cidadania, Giroux (1986, p. 258-259) propõe que deve ser considerado que a cultura dominante não está apenas entranhada na forma e no conteúdo do conhecimento expressos claramente, mas é constantemente reproduzida naquilo que denomina currículo oculto. Isto se refere às normas, aos valores, às atitudes que estão inculcados sem que se perceba nas relações que se estabelecem na vida cotidiana, dentro da escola, na sala de aula, e são transmitidos “naturalmente”, na exigência do cumprimento das regras, nos limites impostos.

Nos conteúdos de Geografia quando se “naturalizam” questões sociais e políticas reduzindo-as à determinações da natureza, e mais, quando se estudam espaços distantes e estranhos se faz com que a Geografia pareça coisa apenas de livros. Ao estudar os lugares como se o que existe neles fosse resultado natural e não construído historicamente, e até ao não se conseguir ligar os avanços tecnológicos, as guerras, as constantes divisões das nações e as regionalizações que formam novos blocos à construção do espaço. Ou seja, a organização territorial destes fenômenos, como a materialização/concretização num dado lugar, das idéias, interesses políticos e econômicos. Ao trabalhar tudo isto sem dar-lhe um sentido, sem estabelecer as origens e raízes e analisando os resultados que aparecem no espaço, se está contribuindo para dificultar a compreensão da realidade. São todos mecanismos que ficam parecendo naturais.

A relação do indivíduo com o seu meio, a compreensão do espaço construído no cotidiano, os microespaços que são os territórios do indivíduo, da família, da escola, dos amigos, devem ser incorporados aos conteúdos formais que as listas de Geografia contêm. Estes aspectos poderão permitir que se faça a ligação da vida real concreta com as demais informações e análises.

Na verdade, pode-se constatar que estas questões não são consideradas porque falta clareza suficiente para incorporá-las sem que se fique com a sensação de que se está tratando de coisas supérfluas. Elas nem seriam o chamado currículo oculto, mas têm funcionado como tal quando são desconsideradas não para serem tratadas, mas exatamente

para funcionarem como armadilhas que impedem a compreensão do que está sendo ensinado, por ficar distante e irreal para a vida do aluno.

“Para os professores implementarem uma noção mais abrangente de educação e cidadania, eles terão que entender não apenas as ligações que existem entre o currículo oculto e o formal, mas também as conexões que existem entre o currículo e os princípios que estruturam modos semelhantes de conhecimento, e as relações sociais na sociedade maior” (Giroux, 1986, p. 258).

Giroux (1986, p. 259-262) acrescenta também que se deve considerar em uma educação para a cidadania a análise do poder e da transformação, ao se procurar entender o significativo das contradições, disfunções e tensões existentes na escola, mas também no cotidiano mais amplo. Deve-se portanto localizar os conflitos subjacentes na escola e na sociedade e investigar como podem contribuir para a educação para a cidadania.

Estas contradições, disfunções e tensões existem na sociedade mais próxima, na família, na escola, no município e devem ser tratadas, isto é, conhecidas e analisadas para que o aluno se perceba como um indivíduo que faz parte daqueles grupos e que poderia ter voz ativa, ser participante nas decisões. E acima de tudo para perceber que o seu território e o de seu município são construídos pelo movimento dos homens e que envolvem interesses que podem ser localizados, reconhecidos e entendidos no processo dinâmico da vida cotidiana.

Na concepção gramsciana, em contraposição à dominação cultural ocorrem sempre formas de resistência, pois que ele propõe sempre a transformação e não a manutenção da sociedade e o ajustamento à ela. “O poder a serviço da dominação nunca é total” (Giroux, 1986, p. 260). Esta resistência aparece em sala de aula, na escola e na vida social mais ampla, de diversas formas, que se não forem entendidas, e mesmo noutra perspectiva de educação, passam a ser consideradas mau comportamento. Em geral se expressam na linguagem, no vestuário, na resistência a fazer em sala de aula o que o professor propõe. Ao contrário de subestimá-la ou desconsiderá-la, cabe à escola preocupada em educar para a cidadania conseguir transformar esta ação muitas vezes isolada dos procedimentos habituais em uma força e ação ampliada para uma forma de resistência mais politizada. Esta consciência social representa o primeiro passo para que os estudantes atuem como cidadãos “engajados”, dispostos a questionar e confrontar a base estrutural e a natureza da “ordem social” (Giroux, 1986, p. 261).

## Como pode ser a aula de geografia

As aulas de Geografia têm tudo a ver dentro deste quadro, mas por serem tratadas como simples descrições de espaços parados, mortos, sem vida, não se consegue nada. A partir da discussão das contradições e dos conflitos trazidos para a sala de aula pelos

alunos pode-se estabelecer uma matriz de análise para a realidade em que vivemos, subordinada a uma ordem social complexa e globalizante. Entender vários fenômenos que acontecem no mundo e particularmente no Brasil e que se materializam em paisagens diversas é buscar as explicações para as relações sociais que acontecem, é entendê-las situadas num âmbito maior e explicativo da realidade atual.

O conteúdo trabalhado nas aulas de Geografia é aquele ligado à forma como o professor reconhece esta ciência, portanto não é algo inventado aleatoriamente, mas sim um conhecimento do mundo a partir dos processos de construção e apropriação dos territórios diversos.

Em geral se descrevem paisagens distantes e, com as próximas, fazem-se descrições tão impessoais que não parecem ser o mundo em que se vive. O grande desafio é tornar as coisas mais concretas e mais reais. Um ensino conseqüente deve estar ligado com a vida, ter presente a historicidade das vidas individuais e dos grupos sociais, com um sentido para buscar o conhecimento existente e conseguir produzir conhecimento próprio. Isto é educar para a cidadania, e “para que a educação para a cidadania se torne emancipatória deve começar com o pressuposto de que seu principal objetivo não é ‘ajustar’ os alunos à sociedade existente” (Giroux, 1986, p. 262). Nem ajustar e nem transformá-los em meros espectadores do que acontece, mas fazê-los participantes, se não dos problemas e questões estudadas, em si, ao menos tornando estas questões ligadas com a vida das pessoas envolvidas, mostrando-lhes que são iguais a nós, homens e mulheres concretos que vivem em um determinado lugar, e não seres abstratos e neutros. Eles existem e vivem a luta pela sobrevivência concreta; não estão aí apenas para ser estudados.

No fundo o que se quer é uma educação mais vinculada com a vida, um sentido para o que é estudado; e, num tipo de educação assim, “sua finalidade primária deve ser estimular suas paixões, imaginação e intelecto, de forma que eles sejam compelidos a desafiar as forças sociais, políticas e econômicas que oprimem tão pesadamente suas vidas” (Giroux, 1986, p. 262). É um tipo de educação que deve mostrar que é possível desafiar o que está estabelecido, exercitar a crítica, discutir os encaminhamentos, em vez de simplesmente aceitar. Porém para isso é preciso conhecer, ter informações, saber organizá-las; mas informações que façam sentido no interior de um quadro de explicações que dê conta das realidades concretas do mundo.

É um tipo de escola e educação difícil de implementar, pois as dificuldades são muitas e com peso maior que o resto. E muito freqüentemente se coloca nos alunos a desculpa da impossibilidade de tal tipo de ensino, justificando que lhes falta interesse, curiosidade, atenção. No entanto, pode-se argumentar que a escola está muito atrasada em relação ao mundo e não está em condições de dar conta dos interesses dos jovens. Na verdade, os educadores devem se perguntar a quem se destina a educação e se existe algo que seja proposto pela escola como exigência e expectativa da sociedade; deve-se procurar reconhecer quem são e como são realmente estes jovens “que devem ser educados” para que se consiga chegar neles, para encontrar as melhores formas de ação.

Ao contrário, a escola em geral tem sido tão ineficiente, que diante dos problemas que enfrenta cai na negligência. Como se diz popularmente, o professor faz de conta que ensina, o aluno faz de conta que aprende, e os pais fazem de conta que aceitam. E na maioria das vezes não se ensina mais nada porque o aluno não se interessa e a cada vez é exigido menos dele, a ponto de não se ter uma postura de educação, quer dizer, o aluno reconhecer que estudar e aprender exige esforço e dedicação.

O conteúdo de Geografia, por ser essencialmente social e ter a ver com as coisas concretas da vida, que estão acontecendo e tem a sua efetivação num espaço concreto aparente e visível, permite e encaminha o aluno a um aprendizado que faz parte da própria vida e como tal pode ser considerado em seu significado restrito e extrapolado para a condição social da humanidade.

“Em termos mais concretos, os estudantes deveriam aprender não apenas a avaliar a sociedade de acordo com suas próprias pretensões, mas devem também ser ensinados a pensar e agir de formas que tenham a ver com diferentes possibilidades da sociedade e diferentes modos de vida” (Giroux, 1986, p. 263).

Embora não se vislumbre condições concretas de mudanças próximas, cabe à escola desenvolver a capacidade de perceber que as coisas, que as formas de desenvolvimento e organização da sociedade são construções históricas dos homens e, portanto, passíveis de questionamentos. E que é possível a existência de modos de vida diferentes. Aliás, que são possíveis formas diferentes de agir da escola, inclusive. E a análise crítica da realidade tal como se põe atualmente permite que se vislumbrem estas novas formas e que se acredite possível pensar e agir diferente.

As aulas de Geografia têm tudo a ver com isto, pois ao estudar situações concretas, problemas que os vários povos enfrentam e a estruturação dos seus territórios que apresentam paisagens que expressam a realidade vivida, o aluno adquire os instrumentos para pensar o mundo de sua vida, da vida de todos os homens. Ao confrontar várias situações entre si e com as condições concretas do seu próprio mundo próximo, ele vai construindo um conhecimento próprio e, mais do que isto, a compreensão de regras e leis que regem este mundo atual; pode inclusive buscar o que as funda e compreendê-las como historicamente construídas.

A educação para a mudança assume contornos dinâmicos, pois o mundo não pára, e os fenômenos que a Geografia estuda têm que ser considerados como resultados de um processo histórico situado num determinado local, mas também na perspectiva internacional/global. Afora ter sido sempre uma característica da Geografia estudar as questões numa perspectiva de escala de análise que dê conta dos diversos níveis territoriais, hoje colocamos fundamentalmente como categorias de análise o local e o global, acrescido do regional e do nacional. Quer dizer, os níveis local e regional, que são o mundo fisicamente mais próximo do aluno (expressos no cotidiano), acrescido do nacional, se põem sempre



na perspectiva da mundialização, dos aspectos internacionais, para que seja possível compreendê-los. Num mundo em que a globalização se faz sentir em todos os aspectos, afetando as vidas de todos os homens em todos os lugares, não faz sentido estudar fenômenos ou lugares isolados, mas na complexidade global. E torna-se hoje fundamental considerar o regional para além dos limites das nações, que estão se constituindo em novas realidades mundiais (por exemplo o Mercosul).

Assim contextualizados e considerados em suas características internas, os fenômenos tem uma dinamicidade também em sua estrutura, na medida em que eles não finalizam os processos, mas têm continuidade e podem mudar também. Este é sem dúvida um exercício para o aluno pensar e agir encarando diferentes possibilidades para a sociedade no seu conjunto e as diversas pessoas no seu interior. E acima de tudo conseguir dar conta de compreender o mundo em que vive nas suas expressões concretas do cotidiano.

Segundo Giroux (1986) os alunos devem adotar uma postura de “coragem cívica”, isto é, encarar, analisar, pensar e agir como se vivessem de fato em uma sociedade democrática que lhes desse oportunidade do exercício político de sua condição de cidadão. Mas para assim poderem agir a escola e o professor devem criar as condições de, além de trazê-los para dentro da sala de aula, propor-lhes uma educação que leve em conta os seus interesses e capacidades, descentrando-se dos aspectos burocráticos em que tem se apoiado constantemente. A aula de geografia deve ir além de passar informações, de apresentar dados e mapas, de descrever lugares estranhos. Deve deslocar sua preocupação maior em “dar o conteúdo”, para como organizá-lo de modo mais consistente para ser capaz de ter um significado para além do saber. Para chegar a aprender, a buscar aprender, através destes conteúdos. Mas, com certeza, ir além deles. Para que isto aconteça, a educação para a cidadania deveria se apoiar em várias pressuposições e práticas pedagógicas (Giroux, 1986, p. 263-265), que descreveremos a seguir:

### **A possibilidades de tornar a geografia em um ensino que leve à cidadania**

1) As aulas devem ser de forma que os alunos possam desafiar, engajar-se e questionar o que lhes é proposto, a partir da forma e da substância do processo de aprendizagem. A questão não é, portanto, apenas de conteúdo mas metodológica, ou se se quiser das práticas pedagógicas adotadas. Muda, portanto, a perspectiva do conteúdo trabalhado, pois “o saber deve ser visto como mais do que uma questão de aprender determinado corpo de conhecimentos; deve ser visto como um engajamento crítico que visa distinguir entre essência e aparência, entre verdade e falsidade” (Giroux, 1986, p. 263). As paisagens que a Geografia estuda, as características naturais dos territórios e sua população não podem ser apenas citadas e descritas, devem ser buscadas as explicações para o que as paisagens mostram. E estas vão ser dadas pelos movimentos que o capital realiza no mundo, pelas formas que ele assume nos diversos pontos dos territórios. E este movimento, que não é

causal e pontual, deve ser referenciado nas questões gerais da vida no mundo atual. A relação da sala de aula deve ser deslocada do professor que sabe, que ensina aos alunos que não sabem e devem aprender o que o professor propõe. Não que o professor abdique de sua função de condução, de sua necessidade de saber o que vai ensinar e saber mais que isto. Só que a relação no processo de aprendizagem é que deve ser deslocada do “discurso” do professor, para o “aprender” do aluno. Aos alunos devem ser dadas condições e chances de “produzir, bem como de criticar os significados da sala de aula” (Giroux, 1986, p. 263). O conhecimento não é o fim, a finalidade do processo de ensino-aprendizagem, mas o intermediador do diálogo entre os que aprendem. Este conhecimento deve ser problemático e problematizador, não pronto e acabado, e deve ser reconhecido como histórico e social tal como despojado das suas pretensões objetivas. O papel do professor é redimensionado. Ele não abdica do que sabe e nem some a hierarquização dos papéis sociais que temos a cumprir. Só que em vez de ficar ouvindo a sua própria voz, o seu discurso que agrada a si próprio, deve intermediar a relação de aprendizagem, facilitando o acesso de informações ao aluno e os materiais necessários à realização da aprendizagem, encaminhar leituras e observações e assessorá-los.

2) Os alunos devem aprender a pensar criticamente, a ir além das interpretações literais e dos modos fragmentados de raciocínio. Em geral os livros de Geografia trazem “verdades” que são interpretadas como objetivas e neutras, fragmentando as explicações com limites de países, com justificativas naturais, quando as questões são sociais e são problemas da humanidade que devido às condições específicas de certos povos de certos países são localmente situados.

Os temas estudados devem estar inseridos num quadro de referências e explicações que dêem significado para eles, que demonstrem a importância de compreender estas realidades que podem ser locais, mas que expressam/demonstram questões que são da humanidade. E, mais que isto, não devem ser simplesmente aceitas as explicações que são postas, por uma forma única de interpretação, por uma única fonte.

Os alunos devem conseguir operar com um quadro de referências, conseguindo dar conta de como ele se constitui e “como ele fornece um ‘mapa’ para se organizar o mundo” (Giroux, 1986, p. 264) Mas para isso é necessário ver o mundo de forma globalizada no interior do qual acontecem, regionalizados, fenômenos que têm necessariamente as explicações ao nível do global e do local. “Fatos, conceitos, problemas e idéias devem ser vistos dentro da rede de conexões que lhes dá significado” (Giroux, 1986, p. 264). As aulas de Geografia que apresentam um conteúdo, em geral, fragmentado encaram aqui um desafio: clarear e/ ou definir/construir este quadro de referências – quais são os elementos fundamentais para tanto? Como transitar do local para o internacional, fazendo as interconexões possíveis dos diversos locais entre si, no todo que é? Como superar a divisão do mundo entre continentes (critério geológico-geomorfológico de terras emersas) e entendê-lo no conjunto dos fenômenos atuais que abalam o mundo hoje?

O significado do estudo não pode estar nas informações, nas verdades descritas, mas estas devem remeter à formulação de conceitos que o aluno deve construir.

3) “O desenvolvimento de um modo crítico de raciocínio deve ser usado, a fim de capacitar os alunos a se apropriarem das suas próprias histórias, isto é, mergulhar em suas próprias biografias e sistemas de significado” (Giroux, 1986, p. 264). Uma postura pedagógica que permite ao aluno se dar conta da dignidade e do valor de suas próprias percepções e histórias é uma postura que permite estudar a própria realidade concreta em que se vive, superando o senso comum e reconhecendo a história do meio em que vive como a sua própria história. A partir daí põe-se a necessidade de abstrair da situação concreta em que se vive, a fim de buscar as explicações gerais que dão conta das realidades locais.

No sentido de valorizar a dinâmica da própria vida, das histórias pessoais e dos grupos sociais mais restritos dos quais os estudantes fazem parte, o estudo do local onde vivem se torna fundamental, ao mesmo tempo em que é um importante exercício para entender o mundo da vida.

O município, pode ser

“... uma escala de análise que permite que tenhamos próximos de nós todos aqueles elementos que expressam as condições sociais, econômicas, políticas de nosso mundo. É uma totalidade considerada no seu conjunto, de todos os elementos ali existentes, mas que, como tal, não pode perder de vista a dimensão de outras escalas de análise” (Callai & Zarth, 1988, p. 11).

Este estudo pode dar a oportunidade de um reconhecimento e de uma apropriação do que acontece no local e permitir, como objetivo, entender os fenômenos que acontecem, com condições de considerá-los na concretude de seu acontecer, em contraposição com o idealizado e abstrato. E, acima de tudo, permite resgatar a história da própria vida em um processo que conduz a um tipo de construção do espaço que lhe é imediato, próximo e possível de observar concretamente. E, para além deste reconhecimento, é necessário encontrar as explicações universais para estas questões locais, isto é, reconhecer como é que o universal e o global estão presentes no local e que o que está expresso aí tem um significado para a vida de cada um, mas também uma explicação e um significado no nível do movimento geral do mundo e da humanidade. Nesta contraposição o aluno poderá iniciar um processo de abstração e teorização e examinar as verdades que estão postas e os seus significados, seja em nível concreto, seja nas explicações mais gerais e abrangentes.

Ao propor o estudo do município como a possibilidade de os alunos se apropriarem das histórias da sua própria vida, parte-se da constatação (novamente trazida pelos professores dos diversos lugares com que temos trabalhado em cursos de extensão) de que a realidade brasileira é muito condicionada pelo nível da divisão administrativa que é o município. A maioria das cidades pequenas, e muitas são “muito pequenas”, tem neste nível de administração/organização territorial a configuração dos limites de suas possibi-

lidades. Suas particulares mas também, como grupos sociais que aí vivem. No meu entendimento, nada mais adequado do que assentar o estudo neste nível, fazendo-os olhar para além dos limites administrativos, reconhecendo que o que acontece ali naquele espaço e naquele tempo é resultado de uma dinâmica muito mais ampla da sociedade, de movimentos do capital, de interesses financeiros e políticos mais gerais e que afetam de uma ou de outra forma todos os lugares. Entendendo que a possibilidade de compreensão desta realidade, reconhecendo as próprias condições e as suas forças também, pode permitir um exercício de cidadania. Este nível de divisão espacial, como salientado acima, é uma escala muito significativa para grande parcela da população brasileira. Nas cidades de maior porte fica evidente que a unidade territorial para análise não necessariamente é a que se fecha nos limites administrativos municipais. Poderá ser um bairro, uma comunidade, assim como poderá ser uma pequena (em extensão) região que agrupe alguns municípios. O grande desafio é perceber que a maioria dos professores está trabalhando com a geografia do lugar e que este tem sido o município. Resta-nos conseguir fazer avançar do senso comum teorizando as questões, compreendendo a organização espacial como o resultado da vida dos homens. E estudar/trabalhar o local para compreender o mundo exige que se soltem as amarras das explicações simplistas e reducionistas, que se olhe para além daquilo que se vê empiricamente.

No fundo exige-se uma nova postura do professor no trato com seus alunos, com o saber que eles trazem consigo, pois embora sempre tenhamos, de uma forma ou de outra, um tratamento com o que eles trazem, “na verdade somos *juízes* desse saber e quase sempre o rejeitamos como *não-saber ou pré-saber*” (Resende, 1986, p. 12). E exige-se também uma postura do aluno de valorizar o que ele vive, de procurar dar e encontrar significado mais geral para as situações cotidianas.

A educação atual está a exigir de nós uma nova postura pedagógica, em que (como já foi salientado) o conhecimento seja mediador do diálogo entre o que aprende e o que ensina. O conteúdo não é um fim em si. E nesta perspectiva considero muito importante e significativo o estudo do município – como se constroem o espaço, a história e a sociedade do lugar em que o aluno vive.

4) Os alunos devem aprender que existem valores que devem ser resgatados e considerados pois “são indispensáveis à reprodução da vida humana” (Giroux, 1986, p.264). Estes valores não vão ser tratados e considerados como um conteúdo em si, mas extraídos dos próprios conteúdos trabalhados cotidianamente. Em Geografia, a partir dos conteúdos trabalhados pode-se considerar inúmeros valores decorrentes da forma de organização dos povos, da apropriação dos territórios, das lutas travadas para tanto, das questões étnicas, dos valores culturais e religiosos, do acesso ao espaço na construção dos territórios (seja microespaço particular/individual, sejam macroespaços nacionais). Valores imbutidos nas questões específicas das populações e sua relação com o espaço ocupado por elas, tais como controle da natalidade, migrações, acesso à moradia, a lugar para trabalhar (reforma

agrária), a direito de organização social. Estes valores devem ser considerados, “imbricados na própria textura da vida humana, como eles são transmitidos, e que interesses eles apóiam, com relação à qualidade da existência humana” (Giroux, 1986: 264). Na medida em que os alunos conseguem entender a origem das próprias crenças e de sua ação, eles conseguem ter a explicação para os problemas que ocorrem no mundo e no seu dia-a-dia, superando talvez o senso comum enraizado nas mentes e na vida de cada um.

5) Os alunos devem aprender a respeito das forças ideológicas que influenciam e restringem suas vidas. Para exemplificar a partir dos Estudos Sociais, numa concepção radical, Giroux se vale da análise de Glesson e Whitty, (1976), que dizem que se deva começar com um reconhecimento de que os processos sociais na escola e na vida influenciam, direcionam, restringem as oportunidades de vida dos alunos. As aulas de Estudos Sociais, segundo os autores, e considerando a realidade em que vivem, podem contribuir para que os alunos consigam ser mais “conscientes de suas proposições e mais articulados politicamente na expressão do que é que eles querem da vida”, e a partir daí chegar a compreender por que muitos dos seus desejos e anseios são frustrados, impedidos de se realizar e como se pode fazer frente a isto no intuito de uma ação social para tentar conduzir os interesses que se têm, no nível individual e dos grupos a que pertencem. “Os alunos devem aprender a agir coletivamente para construir estruturas políticas que possam desafiar o ‘status quo’” (Giroux, 1986, p. 265). Os autores citados por Giroux abordam a questão partindo dos Estudos Sociais, o que não é exatamente o nosso caso. Considerando a nossa organização curricular, não há dúvida de que a História, a Sociologia, a Antropologia têm como a Geografia, o seu lugar nestas questões, e cada qual com seus recursos metodológicos contribui para estudar o mundo da vida. Na aula de geografia pode-se analisar o quanto se restringem as possibilidades de acesso à terra para morar e para trabalhar. No estudo das relações do homem com a natureza pode-se perceber que as possibilidades postas pela natureza para seu uso são condicionadas por questões sociais, políticas e econômicas. Ao fazer o estudo do local pode-se observar e questionar as habitações, as ruas, as oportunidades de emprego etc.

Estas proposições trazem embutidas uma postura pedagógica diferenciada, em que o aluno deve ser considerado o sujeito da aprendizagem e o conteúdo, o instrumento.

O conteúdo de Geografia continua a ser o mundo, isto é, o espaço produzido pelos homens na sua luta contínua para sobrevivência – o território. O caminho é que tem que ser reconstruído, e existem caminhos diversos e alternativas possíveis. A escolha destes deve se dar de acordo com as circunstâncias do mundo atual.. Não se pode querer ter uma estrutura de trabalho assentada nos moldes tradicionais se temos como alunos jovens que vivem num mundo dinâmico e diferente, por ser atual, e que como adultos vivem e viverão num mundo que apresentará novos desafios. É preciso habilitá-los a pensar e agir.

As formas de organização dos povos, o espaço apropriado como resultados dos fenômenos localizados espacialmente num ou noutro lugar devem ser considerados não numa

perspectiva absolutizada, mas contextualizados a em nível geopolítico, cultural e social. Fenômenos mundiais e nacionais devem ser considerados na localização espacial em que acontecem, mas sempre referidos aos problemas cotidianos e locais dos alunos.

Embora ao longo do tempo permaneça sempre a idéia de espaço como objeto da Geografia, é o espaço no sentido mais amplo, e a sua apropriação pelos povos, quer dizer, o território no sentido mais restrito, o tema a ser trabalhados. A delimitação dos conteúdos não pode ser feita isolada do contexto das problemáticas atuais do mundo.

Entendo que não é uma lista de conteúdos que se deve ter, mas idéias e objetivos que se constituam em elementos básicos que englobem aonde se pretende chegar, de que forma e com que caminhos, e daí definir quais os conteúdos que servem para instrumentalizar os interesses definidos.

Situados neste quadro mais amplo de definições, pode-se estabelecer uma série de conceitos que são fundamentais para compreender a realidade do território e da sociedade. Não é o caso de se reinventar o que já existe, nem de jogar tudo fora e fazer tudo diferente, mas de, encarar a realidade e exercitar a crítica constantemente e trabalhar com criatividade. A prática da Geografia como componente curricular muito nos tem ensinado, no que se refere tanto à Geografia especificamente como às posturas pedagógicas. A coragem de avançar, de mudar, permite-nos vislumbrar alternativas para uma geografia e um ensino mais conseqüente e libertador.

## Bibliografia

- CALLAI, Helena Copetti, Espaço de poder ou o poder do espaço? *Contexto e Educação*, Ijuí: Ed. UNIJUÍ, v. 3, p. 25-32, jul./set. 1986.
- CALLAI, Helena Copetti; ZARTH, Paulo A. *O estudo do município e o ensino de História e Geografia*. Ijuí: Livraria Unijuí Editora, 1988.
- GIROUX, Henry. *Teoria e resistência em educação*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GIROUX, Henry. MCLAREN, Peter. Linguagem, escola e objetividade: elementos para um discurso pedagógico crítico. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, jul./dez. 1993.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Concepção dialética da história*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*. s.n.t.
- MOCHCOVITCH, Luna Galano. *Gramsci e a escola*. São Paulo: Ática, 1990.
- RESENDE, Márcia Spyer. *A Geografia do aluno trabalhador*. Caminhos para uma Prática de Ensino. São Paulo: Loyola, 1986.

RESUMEN

El artículo propone la discusión de la Geografía como el componente del plan de estudios para la escuela básica y la posibilidad de construcción de la ciudadanía. Es considerado que la cuestión epistemológica de la Geografía y su papel en la escuela en este comienzo de siglo. De la misma manera el asunto pedagógico se discute opuesto a un contenido específico, dado por el objeto de la ciencia y la formación del educador.

PALABRAS-CLAVE

Geografía – ciudadanía – educación.

ABSTRACT

The paper proposes the discussion of the Geography as curriculum component for the basic school and the possibility of construction of the citizenship. It is considered the epistemologic question of the Geography and your role in the school in the early century XXI. In the same way the pedagogic subject is discussed opposed to a specific content, given by the object of the science and the educator's formation.

KEY WORDS

Geography – citizenship – education.

---

Recebido para publicação em 9 de junho de 2001.





# “*Ethos*” e mitos do pensamento único globaltotalitário

Hindenburgo Francisco Pires

Professor Adjunto do Departamento de Geografia  
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Correio eletrônico: hfpires@uol.com.br

## Resumo

Este artigo pretende analisar e desmitificar alguns argumentos utilizados pelo pensamento único sobre o processo de globalização contemporâneo a partir de uma perspectiva geoeconômica. Foi produzido no âmbito da pesquisa Tecnologia da Informação Aplicada ao Ensino de Geografia, desenvolvida para a consecução do curso de extensão a distância: “Globalização: Mitos e Realidades no Debate da Geografia”. O curso destina-se a professores e profissionais da área de Geografia, e é financiado pela Sub-Reitoria de Extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – SR3/UERJ, e atualmente pelo Centro de Educação Superior do Estado do Rio de Janeiro – CEDERJ: [http://www.educacaopublica.rj.gov.br/menucentral/mc\\_curs\\_oficinas.htm](http://www.educacaopublica.rj.gov.br/menucentral/mc_curs_oficinas.htm).

## Palavras-chave

Geografia – ethos – pensamento único – globalização – ideologia – mito.

Terra Livre	São Paulo	n. 16	p. 153-168	1º semestre/2001
-------------	-----------	-------	------------	------------------

## Introdução

Um dos riscos presentes nos principais estudos que criticam a ideologia da globalização é a ausência de propostas alternativas. A falta de perspectivas, o ceticismo e o exagero de alguns desses críticos tornam quase inócuas, ou até mesmo nocivas, as tentativas de refutação do ideário neoliberal “globaltotalitário” do pensamento único (Estefanía, 2000) ou do “*ethos*”<sup>1</sup> da globalização.

Cumpramos esclarecer ao leitor que o conceito de “*ethos*” utilizado neste artigo pode ser entendido, em acepção baseada em Küng, como a universalização de um “consenso básico referente aos valores vinculantes, às normas inalteráveis e às atitudes pessoais básicas, consenso sem o qual toda sociedade, mais cedo ou mais tarde, passa a estar ameaçada...” (Küng, 2001, p. 188-189). Como este “consenso universal” não se realizou por meio do ideário neoliberal de globalização nem do pensamento único globaltotalitário, utiliza-se neste artigo a palavra *ethos* entre aspas. Entende-se que um *ethos* enquanto consciência ética universal (*Weltethos*)<sup>2</sup> ainda não se constituiu, ou está por se constituir por intermédio da luta pela preservação da Declaração dos Direitos Humanos da ONU e por uma globalização solidária em escala planetária.

Para se contrapor ao viés ideológico neoliberal, que defende a inevitabilidade da globalização, faz-se necessário conhecer as “teses” ou postulados teóricos do discurso que alimenta o ideário deste pseudo “*ethos*” globalista.

Este trabalho tem por objetivo desmitificar, a partir de uma perspectiva geoeconômica, alguns dos argumentos utilizados pelo pensamento único contemporâneo sobre o atual processo de globalização. Para alcançar tal intuito, divide-se em cinco partes de investigação:

1. interpretações ou correntes teóricas da globalização: analisa três importantes trajetórias interpretativas do processo de globalização atual;

---

1. A palavra *ethos* é definida por alguns dicionários como: a. “característica comum de um grupo de indivíduos pertencentes a uma mesma sociedade” (Koogan/Houaiss, 1998); b. características de espírito, moral, valores, idéias, crenças e cultura de um grupo ou de uma comunidade. *Ethos* revolucionário; o livro captura exatamente o *ethos* inglês elizabetano”. (*Oxford Advanced Learner’s Dictionary*, 1989).

2. Segundo KÜNG: “‘Consciência ética universal’ (em alemão: *Weltethos*, literalmente ‘*ethos* mundial’) não significa, portanto, ‘ética do mundo’, no sentido de uma bem determinada doutrina filosófica ou teológica sobre as atitudes, valores e normas morais, mas quer dizer a atitude moral básica do homem, considerado individual ou coletivamente. A palavra grega ‘*ethos*’ é na verdade pouco usada, com exceção da língua alemã, como também a palavra ‘mundo’ (*Welt*) não se deixa associar a ‘*ethos*’ numa palavra composta com a mesma facilidade com que isso ocorre no alemão, onde com toda naturalidade se fala de ‘*Weltgeschichte*’ (história universal), ‘*Weltpolitik*’ (política mundial), ‘*Weltwirtschaft*’ (economia mundial) e ‘*Weltgesellschaft*’ (sociedade mundial). Para ‘*Weltethos*’ se usa de preferência:

- no francês: ‘*éthique planétaire*’,
- no espanhol (e no português): ‘ética mundial’,
- no italiano: ‘*etica mondiale*’,
- no tcheco: ‘*svetvý étos*’ ...

Mas seja ‘*world ethic*’ ou ‘*global ethic*’, seja ‘*éthique planétaire*’ ou ‘ética mundial’ – o que decide não é a palavra escolhida, em última análise o que interessa é a coisa em si. No alemão, assim como se fala de ‘*Weltethos*’ ou do ‘*gemeinsames Menschheitsethos*’ (‘*ethos* comum da humanidade’), também se pode falar do ‘*globales*’, ‘*universales*’ ou ‘*planetarisches Ethos*’ (ethos ‘global’, ‘universal’ ou ‘planetário’)” (2001, p. 187-188).

2. espaço local e economia global: examina o papel desempenhado pelo espaço local no processo atual de globalização da economia capitalista;
3. mentiras e mitos da globalização: critica e questiona as argumentações ideológicas que colocam o processo atual de globalização da economia capitalista como um imperativo inevitável, para o qual não há alternativa ou saída;
4. reformas duradouras e “realistas”: oferece algumas sugestões que podem contribuir para a promoção de reformas de longo prazo, visando restabelecer o respeito e a primazia dos valores sociais;
5. caminhos e alternativas à destruição não criadora e desregulamentativa: analisa a “*débaçle*” ou esgotamento mundial das principais formas de regulação e regulamentação social, e a incapacidade do processo de globalização de promover alternativas para a construção de um período de prosperidade e bem-estar social entre os países centrais e periféricos.

## Interpretações ou correntes teóricas da globalização

A ausência de um consenso sobre a origem da globalização e as dificuldades de formulação de um conceito científico, produto de investigação e do conhecimento sistemático do fenômeno, conduzem a um embate entre interpretações e discursos identificados com concepções sociais de mundo. A grande maioria dessas interpretações visa, ideológica ou filosoficamente, oferecer um conjunto de alternativas para enfrentar ou se adaptar à globalização e aos desígnios da competitividade.

Após um longo e exaustivo levantamento bibliográfico, com o objetivo de identificar as principais vertentes teóricas que estudam o processo de globalização, foi constatada a existência de três importantes correntes que, entre várias outras, cumpre destacar:

### 1ª – *A globalização como estratégia das empresas globais*

Sedimentada pelo professor Michael E. Porter (1993), da Harvard Business School.

Segundo Porter, não são as nações, e sim as empresas globais que definem as estratégias de localização das atividades econômicas nos países. Pode-se afirmar, com base em tal assertiva, que as empresas globais são os novos sujeitos do processo de localização das atividades econômicas das nações. Para esse autor, as empresas globais buscam componentes e materiais por todo o mundo e localizam suas atividades aproveitando-se dos fatores de baixo custo, formando alianças com empresas em outros países para ter acesso a essas vantagens. O investimento direto estrangeiro e o capital fluem internacionalmente para as nações que dispõem de bom crédito e vantagens específicas de fatores.

A globalização das indústrias e a internacionalização de empresas proporcionam, para Porter, um paradoxo. As nações estão perdendo importância na definição do desempenho estratégico de suas empresas. Para conseguir obter condições vantajosas de fatores,

devem realizar mudanças nos regulamentos governamentais, evitando criar restrições à entrada de capitais através de barreiras comerciais ou aumentar a regulamentação dos seus mercados financeiros; devem desvalorizar a moeda e conter gastos excessivos; devem ampliar a competitividade das empresas nacionais retirando subsídios e incentivos às empresas não-competitivas. Assim, o papel dos governos neste novo cenário da globalização seria o de se ajustarem ao novo paradigma organizacional das empresas globais, promovendo a constituição de uma escala de fatores favoráveis ao desenvolvimento das vantagens competitivas nacionais.

Nesta perspectiva, a globalização coloca-se como um imperativo para o desenvolvimento econômico das nações.

### *2ª – A globalização como mundialização do capital*

Orientada pelo professor francês François Chesnais, economista especialista em economia mundial e inovação tecnológica, que leciona na Universidade de Paris 13, Villetaneuse.

Segundo esta corrente, a origem ideológica do termo globalização, popularizado pela mídia internacional, está vinculada às Business Schools dos Estados Unidos, que o empregavam para designar o processo de liberação dos mercados mundiais que permitia a expansão da influência dos grupos financeiros da economia internacional, considerados os atores principais deste processo de desregulação.

Para Chesnais (1996) o termo latino *mundialização*, livre do viés ideológico contido no termo globalização, melhor se aplica para explicar os mecanismos de estruturação e valorização do capital produtivo e financeiro no âmbito internacional. Na fase atual de acumulação capitalista, uma parte do capital produtivo separa-se do conjunto do capital e valoriza-se como capital financeiro. Este processo, hoje generalizado, vem se configurando como um impasse estrutural ao conjunto da reprodução lógica do sistema capitalista. O capital financeiro, constituído autonomamente e desvinculado do lastro real da produção, emerge como uma nova forma de capital, fictícia e simulada.

### *3ª – A globalização como processo histórico antigo*

Legada pelos influentes estudiosos ingleses Paul Hirst e Grahame Thompson. O primeiro é professor de Teoria Social no Birkbeck College, Londres; o segundo é professor de Economia da Open University, Londres.

Para Hirst, não há nenhuma novidade em utilizar o termo globalização para designar o atual processo unificador de crescimento do comércio e do investimento internacionais. Este processo, segundo ele, remonta a 1870 e não à atualidade.

Entretanto, o atual processo de globalização, iniciado nos anos 80, possui características diferenciadas das três fases de globalização anteriores. A primeira, denominada *belle époque*, estendeu-se de 1870 a 1914, com crescimento médio do comércio e da produção

ao redor de 3,5%; a segunda, de 1950 a 1973, considerada o grande *boom*, teve crescimento médio do comércio e da produção ao redor de 9,4%; e a terceira, de 1973 a 1979, caracterizou-se pela liberalização generalizada dos movimentos de capitais, pela desregulação dos mercados financeiros nacionais e pela adoção de taxas de câmbio flutuantes, com crescimento médio do comércio e da produção ao redor de 9% . A característica principal da fase atual da globalização é sua forte capacidade destrutiva e desestabilizadora da economia mundial.

O discurso da globalização tal como vem se consolidando ideologicamente tende, segundo Hirst, “a destruir a vontade política de buscar os meios para manterem-se a produção, o emprego e a equidade social nos países de industrialização avançada, prejudicando seu desempenho econômico de longo prazo”.

A partir dos anos 80 ingressamos em uma fase de rápida ampliação do mercado mundial e dos investimentos diretos estrangeiros. Todavia, o atual sistema econômico internacional está mais vulnerável e instável, e pode conter os elementos cada vez mais imprevisíveis da crise, dado o extraordinário crescimento do capital volátil sem lastro com a produção real.

Entretanto, para Hirst:

“O perigo atual é que a crença de que a economia global é ingovernável poderá levar ao fatalismo e à rendição, isto é, a render-se às panacéias preconizadas pelos mercados financeiros internacionais e pelas ricas elites nacionais. O perigo das políticas atuais é que elas favorecem a riqueza nos países desenvolvidos, em detrimento da ampla classe média, e favorecem a Comunidade Européia e um pequeno número de países em desenvolvimento bem-sucedidos, em detrimento dos pobres da África, América do Sul e Ásia” (1998, p. 120-21).

## O espaço local e a economia global

Sobre este tema, cumpre destacar algumas questões importantes: a) o que pensam alguns pesquisadores sobre a atual relação entre o espaço local e a economia global?; b) será que o espaço local perdeu sua importância em relação à globalização?; c) qual o papel que o espaço local cumpre no âmbito da nova economia da globalização?

Estudiosos tendem a admitir que a economia global subtrai as relações econômicas no espaço local, ou seja, o espaço local quase já não consegue mais exercer qualquer controle político sobre as atividades e a “hipermobilidade” (Sassen, 1999, p. 43) dos fluxos criados pela economia global, ou mesmo sobre setores-chave da economia.

Para Manuel Castells a economia global é uma nova realidade histórica, diferenciada da economia mundial que se consolidou a partir do processo de acumulação de capital em todo o mundo ocidental, desde o século XVI. A diferença básica reside na enorme capacidade que possui a economia global de funcionar de forma unitária em tempo real, em escala planetária (Castells, 1999, p. 111). A força integradora da economia global é susten-

tada pelos avanços propiciados pelas tecnologias de informação e de comunicação, no final do século XX.

Numa perspectiva analítica um pouco diferente, Saskia Sassen afirma que a globalização pode ser decomposta em termos de locais estratégicos onde os processos globais se materializam e das ligações que os unem. Para a autora, esta constatação evidencia uma geografia peculiar da globalização e revela o fato de que a globalização não é um evento planetário que engloba todo o mundo (Sassen, 1999, p. 45).

Mas as diferentes formas de representação da identidade social presentes no espaço local, como a língua, a cultura, a alimentação, a música, a religião, os padrões de consumo, tendem a sucumbir à lógica hegemônica da globalização. Mesmo as formas de resistência e de reafirmação da identidade local são absorvidas ou adaptadas pelos atores da economia global. As relações sociais locais não são inteiramente homogeneizadas pela economia global, entretanto as diferenças de constituição do ser identitário das relações sociais presentes nos espaços locais, “exóticas ou não”, são adaptadas como produtos na realização econômica dos atores globais.

Em algumas cidades, a economia da globalização consolida processos de estruturação de mercados financeiros globais e investimentos estrangeiros diretos, criando assim espaços de interseção do global com o local (Sassen, 1998). Esses “espaços”, que denominou transnacionais, estão localizados em territórios nacionais, controlados por Estados nacionais. Exemplos típicos são as zonas de processamento das exportações, os centros bancários *off-shore*, os novos mercados financeiros globais e as cidades globais. A localização dos espaços transnacionais em territórios nacionais define a atual fase da economia mundial, também denominada economia global.

Os processos globais afetam a estrutura social local das cidades, alterando a organização do trabalho, a distribuição dos ganhos, a estrutura de consumo e criando novos padrões de desigualdade social urbana.

Ao contrário do que fora previsto por alguns pesquisadores e analistas, o espaço local não perdeu sua importância com o desenvolvimento das telecomunicações e das indústrias de informação. *Pari passu* a dispersão das atividades econômicas da globalização, as cidades adquiriram novas formas de composição do capital e de centralização territorial, associadas aos novos arranjos de gerenciamento e comando operacional dessas atividades em escala planetária. Segundo Saskia Sassen:

“Os mercados nacionais e globais, bem como as operações integradas, requerem lugares centrais, onde se exerça o trabalho de globalização. Além disso, as indústrias da informação necessitam de uma vasta infra-estrutura física que contenha nós estratégicos, com uma hiperconcentração de determinados meios. Finalmente, até as mais avançadas indústrias de informação possuem um processo produtivo. (...) Assim, quando as telecomunicações foram introduzidas em larga escala em todas as indústrias adiantadas, na década de 1980, vimos as regiões centrais, onde se concentram os negócios nas grandes metrópoles e centros empresa-

riais internacionais do mundo – Nova York, Los Angeles, Londres, Tóquio, Frankfurt, São Paulo, Hong Kong e Sydney, entre outros —, atingirem uma densidade como jamais existiu” (1998, p. 13)

Ao enfatizar em demasia o papel que as telecomunicações e a tecnologia de informação desempenham na localização das atividades econômicas dos altos circuitos do capital, alguns analistas quase negligenciaram ou fizeram “vista grossa” à dimensão espacial da globalização econômica, distorcendo a compreensão do papel exercido pelas grandes cidades na fase atual da globalização.

O lugar representado pelas cidades tem importância fundamental na prestação de serviços para certos tipos de atividades e funções da economia mundial transnacional. Tanto a dispersão das atividades como a integração global estão baseadas na concentração da gestão econômica e no controle da propriedade, contribuindo para o fortalecimento do papel estratégico das cidades globais. Estas, que durante séculos foram centros do comércio mundial e da atividade bancária, na atualidade também são:

“(1) pontos de comando na organização da economia mundial; (2) lugares e mercados fundamentais para as indústrias de destaque do período atual, isto é, as finanças e os serviços especializados destinados às empresas; (3) lugares de produção fundamentais para essas indústrias, incluindo a produção de inovações. Várias cidades também preenchem funções equivalentes em escalas geográficas menores, no que se refere a regiões transnacionais e subnacionais” (Sassen, 1998, p. 16-7).

Portanto, o espaço local, representado pela cidade global, possui uma importância estratégica na economia e na cultura das corporações transnacionais. Preenche os requisitos basilares do processo de desenvolvimento da economia globalizada, com serviços especializados e atividades industriais fundamentais para a integração do capital global, na era da informação. É no interior das grandes cidades que os processos de globalização adquirem concretude (materialidade) e se localizam.

### **Mentiras e mitos da globalização: mitos ou fábulas?**

Alguns autores preferem destacar as falácias e os vieses do discurso sobre o processo de globalização. Milton Santos afirma que essas formulações são fábulas (Santos, 2000); Gerald Boxberger e Harald Klimenta (Boxberger e Klimenta, 1999), de forma mais enfática, preferem chamá-las de mentiras. Outros autores, como Robert Went (1997), Paul Hirst (1999) e Samir Amin (1999), chamam de mitos ou ideologias as projeções que foram efetuadas a respeito da globalização. O consenso que prevalece entre os críticos da globalização competitiva é que o discurso de “alvorecer de uma nova era” transmitido pelos ideólogos do neoliberalismo não corresponde à realidade.

Existem vários mitos sobre a globalização. O primeiro é o da anterioridade do processo como evento histórico, que se sobrepõe e governa a economia mundial. Com base neste argumento muitos autores afirmaram que nenhuma economia nacional conseguiria escapar ou fugir do imperativo da globalização.

O paraíso da globalização, que estenderia os frutos dos avanços da tecnologia e dos investimentos externos diretos dos países ricos às economias em desenvolvimento, não se efetou, ao contrário do que foi previsto. Todas as receitas prescritas para efetivar o processo de adaptação ou “ajuste” destas economias à era da globalização não surtiram o efeito esperado e, pior, agravaram as contradições já existentes na “saúde” econômica e social desses países. As causas de tal agravamento fazem parte da receita globalizante: privatizações de atividades produtivas e de serviços de utilidade pública; desregulamentações nas relações de trabalho; políticas de “austeridade” e contenção de despesas públicas; instituição do Estado mínimo; programas de isenção fiscal em benefício de segmentos representativos do capital especulativo transnacional e financeiro.

Contestando a idéia de que a globalização exige uma presença reduzida ou mínima do Estado, Bob Jessop, fundamentado em Poulantzas, argumenta:

“Reconstruindo o esquema de Poulantzas, sugeri que a relação entre a internacionalização e o Estado nacional mudou em vários aspectos decisivos desde que ele fez as suas análises. Em primeiro lugar, algumas das funções particulares tecnoeconômicas, estritamente políticas e ideológicas do Estado nacional estão sendo realocadas noutros níveis da organização estatal. Referi-me a este processo como a desnacionalização da condição estatal. Em segundo lugar, algumas das funções particulares tecnoeconômicas, políticas e ideológicas anteriormente ou atualmente desempenhadas pelo Estado nacional têm sido crescentemente partilhadas com, ou totalmente deslocadas para, outros atores políticos, arranjos institucionais ou regimes (paraestatais ou privados). Referi-me a esse processo como deslocamento do governo à governança. Em terceiro lugar, em consonância com os argumentos do próprio Poulantzas, o contexto internacional da ação estatal doméstica adquiriu um significado maior para os aparelhos nacional, regional, local; e os seus campos de ação para propósitos domésticos se expandiram até o ponto de incluir uma extensa lista de fatores e processos extraterritoriais ou transnacionais. Todas essas três tendências estão associadas a uma redefinição parcial das funções particulares do Estado” (1998, p. 41).

Imposta pela ditadura dos credores e constituída pelas instituições financeiras multilaterais (FMI, Banco Mundial, BID), a subordinação econômica e política das esferas públicas de desenvolvimento social dos países em desenvolvimento está praticamente inviabilizando a construção de alternativas mais solidárias de promoção do desenvolvimento social. No caso do Brasil, as políticas de ajuste econômico definidas pelas instituições multilaterais levou ao colapso da matriz energética. Os impactos desses receituários se traduzem numa realidade fria, crua e perversa de agravamento dos problemas sociais e



de transferência do excedente social criado pela sociedade para a esfera do interesse empresarial transnacional.

A face cruel do processo de globalização está em sua concretização e materialização social. Para além da forma abstrata do discurso, ela é o espelho dos resultados das ações que o discurso pregava. A materialidade, e não apenas as representações do discurso, deve ser revelada, destacada e enfatizada: desemprego e desregulamentação das relações de trabalho; desacionamento do Estado do bem-estar social e agravamento das questões sociais; má distribuição de renda e concentração da riqueza material da sociedade em poucas mãos; globalização da pobreza e da violência social; exclusão social. No Brasil, o governo Fernando Henrique Cardoso fez uso de 5.076 medidas provisórias para levar a termo um conjunto de políticas liberalizantes e desregulamentadoras de ajuste econômico. O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), que ajudou a privatizar mais de 104 instituições financeiras brasileiras (Pires, 2000, p. 50), e o Plano Nacional de Desestatização (PND) são exemplos de políticas públicas implementadas pelo Estado Nacional para a consecução do processo de desregulamentação.

### Reformas duradouras e “realistas”

A inserção das economias nacionais dos países emergentes na globalização liderada pelos países centrais revelou-se prejudicial e arriscada, por ter agravado sua já precária situação econômico-social.

Entre as alternativas apresentadas, do ponto de vista de reformas, foram identificadas duas vertentes. A primeira trata da movimentação e da falta de regulamentação dos fluxos financeiros; a segunda propõe mudanças no âmbito das relações de trabalho, visando à melhoria das condições sociais e à alteração do quadro de desemprego estrutural promovido pela precarização dessas relações.

A primeira vertente, influenciada pelas idéias do economista francês François Chesnais, sugere que as reformas que tratam da movimentação e da falta de regulamentação dos fluxos financeiros devem promover a implementação de um sistema de tributação sobre fluxo de capital, pois perto de 1,5 trilhão de dólares circulam sem regulamentação todos os dias nos mercados financeiros. Deste montante, apenas 5% são relativos a serviços e trocas de bens e 95% à pura especulação financeira.

O descontrole sobre a movimentação desses capitais, o descaso sobre sua natureza e procedência, além das práticas pouco confiáveis articuladas nos mercados financeiros, movidas por uma racionalidade voltada para a obtenção incessante e cega de lucro, põem em xeque a estabilidade e a capacidade soberana das nações emergentes de decidir sobre suas políticas econômicas e sociais.

François Chesnais sustenta que a taxa concebida pelo economista estadunidense James Tobin, no início da década de 1980, pode minimizar os impactos produzidos pelos fluxos

especulativos sobre os países com mercados e estruturas financeiras frágeis e suscetíveis a ataques e variações nos fluxos de capitais. A função da Taxa Tobin seria tributar os fluxos de moedas estrangeiras em 0,5%, possibilitando sua maior regulação.

O caráter de volatilidade desses capitais seria reduzido e os investimentos de curto prazo seriam desestimulados, porque a captação de lucros advinda desses investimentos seria limitada pela tributação. Esse processo de regulamentação tributária só teria êxito se fosse aplicado no âmbito dos grandes mercados de capitais dos blocos econômicos regionais (Nafta, Mercosul, Euro, Asean). O sistema de taxação reduziria o poder dos mercados de capitais em relação aos Estados Nacionais.

A tributação de 0,5% sobre 75 trilhões de dólares anuais criaria uma receita adicional de 150 bilhões de dólares por ano para as instituições multilaterais (Banco Mundial, FMI e Nações Unidas) encarregadas de efetuar o socorro aos países emergentes. Estas instituições teriam mais força para promover políticas preventivas sustentáveis de controle e de estabelecimento da governança global, voltadas para fins preferencialmente sociais.

A movimentação especulativa geraria, no sistema de tributação concebido por Tobin, recursos para os países que sofreram ataques especulativos. Mesmo assim, corre-se o risco de ampliar a função dos paraísos fiscais como refúgios para o capital especulativo global e de atribuir poder em demasia às instituições financeiras multilaterais. Apesar dos pontos positivos da proposta apresentada por James Tobin, é preciso empreender reformas que atuem não apenas sobre a esfera do fluxo de moedas estrangeiras nos mercados financeiros, mas que ofereçam alternativas favoráveis ao desenvolvimento social.

Neste sentido, a segunda vertente tem como preocupação a promoção de reformas na estrutura social dos países emergentes, considerando as diferenças e peculiaridades desses países.

As reformas propostas a seguir referem-se à implementação de políticas alternativas que possibilitem a formação de uma sociedade com menos desigualdade na distribuição de renda e que também promovam a elevação no padrão de vida dos grupos sociais prejudicados com as atuais políticas de flexibilização das relações de trabalho e perda dos benefícios assegurados pela legislação.

### **Caminhos e alternativas à destruição não criadora e desregulamentativa**

Maria da Conceição Tavares, em seu livro *Destruição não criadora*, parafraseou metaforicamente a expressão designada por Joseph Alois Schumpeter – “destruição criativa” – para revelar a face negativa e contraditória do processo de inserção da economia brasileira na globalização. Segundo esta ótica, o processo de desregulamentação das relações de trabalho, das relações econômicas e comerciais entre as nações reforça a subordinação do contrato de trabalho à lógica do mercado, cujos valores limitam-se à busca incessante por lucros.

A premissa principal da globalização neoliberal é a obtenção de rendimentos de curto prazo. Para cumpri-la, faz-se necessário reduzir ao mínimo as barreiras aos investimentos dos megaspeculadores. O “excesso” de instituições estatais e de legislação trabalhista, constituída em contratos coletivos de trabalho com as organizações sindicais, desfavorece a rentabilidade das empresas e deve ser eliminado. Segundo Víctor Flores Olea e Abelardo Mariña Flores, no livro *Crítica de la globalidad*, o objetivo é estimular o desmonte da rigidez da regulamentação das relações de trabalho e do compromisso entre capital e trabalho, para aumentar a margem de lucro dos grandes investidores. Para Olea e Flores,

“A desregulamentação da atividade econômica tem servido, a si mesma, como fundamento para os amplos processos de privatização que, sob o pretenso objetivo de acabar com a ineficiência estatal, resultaram na abertura de novas opções de acumulação, ainda que à custa do bem-estar da maioria da população” (1999, p. 232).

Um forte discurso em favor da desregulamentação das relações econômicas entre as nações tem sido apregoado pelas principais instituições multilaterais globais, que recomendam em seus planos de ajuste econômico: a) menos intromissão do Estado e mais privatização; b) menos barreiras, menos cargas tributárias; c) mais abertura econômica e comercial.

Uma análoga reverência à pseudo-racionalidade e às virtudes do mercado foi evocada no final do século XIX, no período de expansão do imperialismo europeu, a *Belle Époque* (1870-1914). Por trás do discurso de que o mercado é capaz de se auto-regular existem estratégias e atores internacionais, vinculados aos interesses das grandes empresas transnacionais, que buscam assegurar a posição de hegemonia econômica das nações líderes na atual conjuntura de crescimento mundial do capitalismo.

No início do século XX, os acontecimentos mundiais evidenciaram uma tendência oposta aos princípios de exaltação da capacidade auto-reguladora do mercado. Foi o momento da eclosão das revoluções “socialistas” – soviética e chinesa –, que propunham a substituição do modelo capitalista de cunho liberal por um modelo econômico planificado, no qual os planos de produção seriam geridos diretamente pelo Estado-empresa. Iniciava-se assim a forma de regulação socialista, através do socialismo soviético, cujo líder difusor foi a antiga União Soviética. Nesta forma de regulação, o Estado seria o principal ator político a definir os investimentos e caminhos a serem trilhados principalmente no campo da economia. Os planos quinquenais, que estipulavam a produtividade máxima permitida em um período determinado, foram exemplos típicos deste modelo.

O Estado soviético tinha como meta promover uma socialização dos bens produzidos internamente, ou seja, o socialismo soviético não pretendia construir bases que visassem o lucro imediato, tão almejado pelos empresários e investidores capitalistas. O objetivo era redistribuir da forma mais igualitária possível a produção interna. Por oferecer uma alternativa contrária ao capitalismo, a difusão da proposta socialista tornou-se bem-aceita pelas nações periféricas.

As bolsas de valores, no início do século XX, eram o símbolo do investimento e da lucratividade imediata, elementos necessários para legitimar a lógica do mercado perante a sociedade e os demais Estados nacionais. Entretanto, em 1929 os Estados Unidos sofreram a crise especulativa da Bolsa de Nova Iorque. O fato prejudicou ainda mais a imagem de prosperidade econômica a que o capitalismo liberal se associava. Comprovava-se que a falta de regulação ou regulamentação não fora capaz de garantir as bases sólidas para um desenvolvimento sustentável.

Como alternativa ao período desfavorável do sistema capitalista, foi criada por Franklin Roosevelt uma outra forma de regulação que se contrapunha ao modelo soviético: o *Welfare State*. Por este novo modelo, o papel do Estado voltou a ser fortalecido, agora como regulador de diversos empreendimentos e responsável por um programa de governo que priorizasse e assegurasse benefícios sociais. A justificativa para essa emergente preocupação social era a tentativa de amenizar os prejuízos ocasionados pela crise de 1929, e também evitar a ameaça de uma expansão do socialismo. Assim, o *Welfare State*, nos Estados Unidos, começou a ser estruturado privilegiando o compromisso social que fora negligenciado pela forma de regulação liberal do final do século XIX.

Nos países periféricos, a forma de regulação vigente variou. Alguns, como Cuba, adotaram o regime socialista. A maior parte manteve a estrutura capitalista, porém com características diferentes daquelas criadas nos Estados Unidos. Em países como o Brasil e a Argentina, deu-se início ao nacionalismo populista, sendo mantida uma postura política de valorização do Estado nacional, mas acima de tudo transformando-se o líder político (Vargas, Perón) em símbolo do progresso daquele Estado-nação, em responsável pelos benefícios implementados. Pode-se afirmar que garantias trabalhistas foram concedidas, como a legalização dos sindicatos. Porém estes atores sociais não desfrutavam de autonomia política e acabavam sempre subjugados aos interesses dos governantes.

Apesar de promoverem benefícios sociais, essas três formas de regulação ou regulamentação – socialismo, *Welfare State* e populismo – não se sustentaram indefinidamente. Com a progressiva e constante revolução da microinformática, denominada Terceira Revolução Industrial, novas tecnologias passaram a ser utilizadas, transformando as formas de gestão de empresas e países. Segundo Anthony Giddens, em *Mundo em descontrolado*,

“o comunismo soviético, com sua ênfase na empresa dirigida pelo Estado e na indústria pesada, não podia competir na economia eletrônica global. De maneira semelhante, o controle ideológico e cultural em que a autoridade política comunista se baseava não podia sobreviver numa era de mídia global” (1999, p. 24).

Dessa maneira, o que se observa é que as mudanças decorrentes da Terceira Revolução Industrial e a organização dos países em blocos econômicos, visando à cooperação entre nações para garantir a concorrência internacional, possibilitam a retomada de antigos valores. A difusão de tecnologias e práticas em um novo ciclo de ascensão do capita-

lismo provoca a volta da ameaça de liberalização da economia, diminuição da atuação política e econômica do Estado e a busca ilimitada por lucros de curto prazo.

De acordo com o “novo” cenário do capitalismo mundial, o comércio inteiramente livre de regras é apresentado como uma condição irrestritamente necessária ao desenvolvimento global. Segundo o discurso neoliberalizante, que busca legitimar e justificar as práticas atuais de desregulamentação da economia e dos próprios Estados Nacionais, a racionalidade do mercado, por si só, promoveria, a longo prazo, melhorias na vida de todos os grupos e países participantes, ricos ou pobres.

Entretanto, é preciso que se perceba que há uma contradição intrínseca no discurso e na lógica do mercado. Em primeiro lugar, esta lógica, adotada como critério para as decisões empresariais, visa apenas a obtenção de capital a curto prazo. Fica assim impossibilitado o comprometimento destes empresários para com seus funcionários, visto que os benefícios concedidos a eles são caracterizados como enclaves a uma maior captação de rendimentos. Em segundo lugar, o mercado não é capaz de promover a distribuição de recursos para os membros da prática globalizante porque o capital se mantém restrito nas mãos de uma pequena elite financeira e política, repleta de valores capitalistas e individualistas. Porém, a contradição mais absurda é cometida por essa mesma elite, como já ressaltou Hans Küng em *Uma ética global para a política e a economia mundiais*:

“Não é o consumo de luxo que decide a longo prazo sobre a qualidade de uma situação econômica, mas sim uma melhor infra-estrutura, uma maior segurança, um mundo ambiente intacto, e (...) os trabalhadores com melhor formação, nos quais é preciso investir” (1999, p. 312).

Da mesma forma que o discurso liberal da *Belle Époque* e suas consequências não promoveram a longo prazo a estabilização da economia e seu crescimento amplo, as práticas do mercado não regulamentado de hoje, ditadas pelos organismos multilaterais e cumpridas pelos governos nacionais, não resultarão no desenvolvimento sustentável e também não amenizarão a situação de precarização estrutural da sociedade.

As iniciativas de realização de fóruns sociais mundiais voltados para a constituição de uma perspectiva societária de globalização solidária, assim como a disseminação de *softwares* livres de código aberto (LINUX/GNU) representam a implementação de novos rumos e formas alternativas de desenvolvimento cooperativo e soberano. Restabelecem estratégias sociais, empreendidas pela sociedade mundial organizada, contra a globalização da nova economia, desenvolvida em plataformas tecnológicas de *softwares* proprietários, cujo monopólio pertence à empresa Microsoft. O desenvolvimento cooperativo de *softwares* livres pela sociedade mundial organizada poderá quebrar a espinha dorsal em que se assenta a nova economia globalizada, a plataforma Windows.

## Bibliografia

- AMIN, Samir. *El capitalismo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidós Estado y Sociedad, 1999.
- BOXBERGER, Gerald, KLIMENTA, Harald. *Dez mentiras da globalização*. São Paulo: Aquariana, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *Fim de milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- \_\_\_\_\_. Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeiro e programa mínimo. *RSBEP*(1), p. 7-34, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Tobin or not Tobin*. São Paulo: UNESP, 1999.
- CIBERGEOGRAFIA: ensino, pesquisa e tecnologia. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.cibergeo.org>. Arquivo capturado em maio de 2001.
- ESTEFANÍA, Joaquín. *Contra el pensamiento único*. Madrid: Suma de letras, 2000.
- GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrol: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- HIRST, Paul. Globalização: mito ou realidade. In: FIORI, José Luiz. *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
- JESSOP, Bob. A Globalização e o Estado Nacional. *Crítica marxista*, n. 7, p. 9-45. São Paulo, Xamã, 1998.
- KÜNG, Hans. *Uma ética global para a política e a economia mundiais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- OLEA, Victor Flores, FLORES, Abelardo Mariña. *Crítica de la globalidad: Dominación y liberación en nuestro tiempo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- PIRES, Hindenburgo Francisco. Reestruturação inovativa e desregulamentativa do bancos no Brasil. In: *6º Encuentro de Geógrafos de América Latina*, artigo gravado no CD-Rom do Encontro. Buenos Aires, 1997.
- \_\_\_\_\_. Reestruturação inovativa e reorganização das instituições financeiras do setor privado do Brasil. *Revista Geouery* 2, p. 65-79. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.
- \_\_\_\_\_. Globalização, privatizações e fluxos financeiros na Era do Real. *Revista Ciência Geográfica*, VI vol. (15), p. 47-54. Bauru: Janeiro/Abril, 2000.
- \_\_\_\_\_. Globalização financeira no Brasil, “ethos” e “mitos” do pensamento único na América Latina. In: Simpósio do Congresso da FIEALC: *Latino américa ante los desafíos de la globalización*. Item 3.2. Desarrollo en espacios periféricos emergentes de América Latina. Moscou: junho de 2001.
- PORTER, Michael E. *A Vantagem Competitiva, das Nações*, Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- \_\_\_\_\_. SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

- SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- \_\_\_\_\_. Os espaços da economia global. In: OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de (org.) *Globalização, regionalização e nacionalismo*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 43-67.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Destruição não criadora*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- WENT, Robert. *Globalization: Myths, Reality and Ideology*, [online] Disponível na Internet via WWW. URL: [http://aidc.org.za/archives/gl\\_myth\\_reality.html](http://aidc.org.za/archives/gl_myth_reality.html). Arquivo capturado em maio de 2001.

#### RESUMEN

Este artículo es parte del proyecto de investigación “Tecnología de la Información aplicada a la enseñanza en Geografía”, desarrollada para la continuación de los cursos de extensión a distancia: “Globalización: Mitos y Realidades en Debate en la Geografía”, financiado por la Vicerrectoría de Extensión de la Universidad del Estado Río de Janeiro – SR3/UERJ e por el Centro de Educação Superior do Estado do Rio de Janeiro – CEDERJ: [http://www.educacaopublica.rj.gov.br/menucentral/mc\\_curs\\_oficinas.htm](http://www.educacaopublica.rj.gov.br/menucentral/mc_curs_oficinas.htm). Esta parte del curso tuvo el intuito de analizar e desmitificar algunos argumentos utilizados por el pensamiento único actual sobre el proceso de globalización contemporáneo, a partir de una perspectiva geoeconómica.

#### PALABRAS-CLAVE

Geografía – Ethos – pensamiento único – globalización – ideología – mito.

#### ABSTRACT

This article is part of project: “Information Technology Applied to Geography”, this project is being applied to professors and professionals in Geography area, to develop extension courses for distance learning : “Globalization, Myths and Realities on to Geographic Debate”. This project are support for Extension Vice Chancellor of Rio de Janeiro State University – SR3/UERJ and support for Rio de Janeiro State Superior Education Centre – CEDERJ: [http://www.educacaopublica.rj.gov.br/menucentral/mc\\_curs\\_oficinas.htm](http://www.educacaopublica.rj.gov.br/menucentral/mc_curs_oficinas.htm). The objective is to analyse and to demyth some arguments utilized by “unique thought” in nowadays about contemporary globalization process, through a geoeconomic perspective.

#### KEY WORDS

Geography – Ethos – unique thought – globalization – ideology – myth.

---

Recebido para publicação em 9 de junho de 2001.





# O ensino de Geografia como uma hermenêutica instauradora

Nelson Rego  
Dirce Maria Antunes Suertegaray  
Álvaro Heidrich

Professores nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia,  
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Correio eletrônico: Dirce Suertegaray – suerte.ez@terra.com.br

Correio eletrônico: Nelson Rego – pggea@if.ufrgs.br

Correio eletrônico: Álvaro Heidrich – lica@adurgs.ufrgs.br

## Resumo

O artigo apresenta-se estruturado através de um diálogo para melhor comunicar a dimensão dialógica sobre a qual ele reflete, que é a rede de práticas desenvolvidas nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no que se refere à relação geografia/educação em práticas extensionistas. A geografia e o ensino de geografia são propostos como uma hermenêutica, no sentido de que uma hermenêutica pode ser entendida como um sistema de conceitos que se definem na relação entre si e que, em seu conjunto, aplicados à análise de um texto, são capazes de enunciar aspectos desse texto inacessíveis a uma leitura restrita ao nível do apenas imediatamente manifesto, sendo que o sistema interpretativo acaba por definir o próprio entendimento do que seja texto, para além do que usualmente entendemos como sendo textos propriamente ditos. Exemplos: os sonhos, as linguagens corporais, a arquitetura. O texto interpretado pela geografia é o espaço geográfico. A geografia e o ensino de geografia são também propostos, mais especificamente, como uma hermenêutica instauradora, no sentido de que a interpretação não encontra apenas um ponto final na interpretação do objeto, mas também um ponto inicial – propositivo, desejante – para a intervenção transformadora na relação com o objeto. Três exemplos diferenciados de práticas são expostos e debatidos.

## Palavras-chave

Geografia – educação – rede dialógica – hermenêutica.

Terra Livre	São Paulo	n. 16	p. 169-194	1º semestre/2001
-------------	-----------	-------	------------	------------------

## Introdução

Este artigo foi estruturado através de um diálogo. Optou-se por essa forma para melhor comunicar a essência do trabalho coletivo sobre o qual este texto reflete: exatamente essa dimensão dialógica, de contínua interseção e retroalimentação transformadora entre diversos fazeres. O diálogo que estrutura este texto toma por experiência recente as reflexões prático/teóricas reunidas no livro *Geografia e Educação: Geração de Ambiências*, produzido no âmbito dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O diálogo toma por experiência corrente as reflexões prático/teóricas em atual desenvolvimento no mesmo âmbito, agora em cooperação direta com a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, buscando promover a interseção *geografia/educação/mundo vivido/pesquisa e ação local*. As três pessoas participantes do diálogo são os organizadores do livro anterior – eu próprio e meus colegas, Profa. Dirce Suertegaray e Prof. Álvaro Heidrich. Somos também organizadores do trabalho em continuação, agora incluídos numa rede maior de organizadores e também de autores/experimentadores de novas práticas.

Estruturado dessa forma, este texto não se apresenta como um artigo convencional. Entre as suas características próprias está o fato de que as referências teóricas são relativas a autores e suas idéias, mas não necessariamente relativas a livros, capítulos ou artigos específicos. Contudo, ao final do diálogo, apresentamos uma lista bibliográfica básica, adstrita unicamente a títulos referenciais dos autores citados, relativamente ao conteúdo do que foi debatido.

## Diálogo

### *Nelson Rego*

Inicialmente, gostaria de expor o que penso a respeito do ensino de geografia como uma hermenêutica instauradora. Os passos que vou seguir são: primeiro, refletir sobre o conceito de hermenêutica; depois, o que seria uma hermenêutica instauradora; então, a caracterização do ensino de geografia como uma hermenêutica instauradora, com algumas exemplificações relacionadas a esse ensino, ou de algumas atividades em educação, em sentido mais amplo, que tenham relação com a geografia.

Cada hermenêutica pode ser entendida como um sistema de conceitos que se definem na relação entre si e que, em seu conjunto, aplicados à análise de um texto, são capazes de enunciar aspectos desse texto inacessíveis a uma leitura restrita ao nível do apenas imediatamente manifesto. O sistema interpretativo acaba por definir o próprio entendimento do que seja texto, para além do que usualmente entendemos como sendo os textos propriamente ditos. Exemplos desses outros textos: os sonhos, as linguagens corporais, o vestuário, os costumes sociais, a arquitetura, as paisagens – cada um desses exem-

plos pode ser transformado em texto interpretado (objeto de leitura) para os sistemas interpretativos que os constituam como objetos da interpretação.

Portanto, o próprio entendimento do que seja texto ou objeto possível de leitura se amplia em função do tipo de hermenêutica com que se trabalha.

Porém, independente disso, se é texto escrito, ou texto no sentido mais amplo, hermenêutica sempre supõe a interpretação de um significado que estaria por trás de um manifesto primeiro. Manifesto primeiro é esse texto tal como ele se apresenta para um primeiro olhar. A hermenêutica sempre supõe uma leitura transversal, através da qual ela encontra outras camadas, para além da primeira camada. Um exemplo clássico disso são as interpretações psicanalíticas dos contos de fadas. Os textos primeiros são aquelas histórias que os contos narram, as aventuras, os enredos, os dramas. A interpretação hermenêutica seria aquela que encontraria símbolos do inconsciente, de dinâmicas do psiquismo por trás dessas imagens, como as de fadas, bruxas, anões, gigantes, e dos enredos que as envolvem.

Temos em comum, então, a existência de um texto primeiro, ou de um texto manifesto, e a interpretação que encontra significados outros, por trás ou imanentes a esse primeiro texto. Hermenêutica seria esse processo de abertura do que está fechado. E, dependendo do sistema da inter-relação dos conceitos que se faz, varia também aquilo que conseguimos perceber como o texto ou o objeto a ser interpretado. Essas são idéias correntes acerca do que seja hermenêutica.

Agora, gostaria de enfatizar uma postura especial, que é aquela que fala em hermenêuticas instauradoras, com essa postura propondo, inclusive, que as hermenêuticas se agrupariam em dois grandes blocos: as chamadas hermenêuticas arqueológicas e as hermenêuticas instauradoras. Quem propõe esse tipo de classificação não é apenas um autor, mas um que ficou, sem dúvida, fortemente assinalado como propositor deste tipo de classificação foi Gilbert Durand. Em seu hoje já clássico livro *A Imaginação Simbólica*, ou no conjunto de sua obra, Durand propõe essa classificação. Hermenêuticas arqueológicas são as que enfatizam o que é anterior, o que é passado a um determinado símbolo, a um texto, ou a um conjunto de símbolos que vão ser interpretados. Um exemplo bastante típico de hermenêutica arqueológica seria a psicanálise, pois ela vê num sonho, num escrito, na linguagem, na narração de um paciente, símbolos que são resultados – sintomas – de uma história anterior. A hermenêutica, nesse caso, é arqueológica porque descobre o que estava soterrado, estava no passado e havia gerado aquele símbolo. As hermenêuticas instauradoras seriam as que têm uma ênfase, ou direção, inversa: elas pegam esse determinado texto, isto é, um conjunto de símbolos, e vêem isso não como um ponto final, um ponto de chegada, mas como um ponto de partida.

Ou seja, a hermenêutica propõe-se ela própria como um agenciamento de futuro, em vez de como uma fixação no passado. Durand propõe como exemplo máximo de hermenêutica instauradora a hermenêutica de Bachelard, com suas poéticas do devaneio, do espaço, dos símbolos cósmicos. Durand fala nessas duas ênfases diferentes que apontam

para caminhos opostos. Numa interessa esse desvendamento analítico de um passado que gerou uma determinada produção, na outra interessa o que essa produção agencia em termos de prosseguimento, em termos de futuro, como uma espécie de programa inconsciente, esboçado naqueles símbolos. Sendo que pode ser o mesmo conjunto de símbolos, ou o mesmo texto que podem ser vistos com ênfases diferentes: pela arqueológica ou pela instauradora. Como exemplo, refiro-me novamente a Durand, quando ele contrasta Bachelard e Freud. Durand refere-se à linguagem literária. Enquanto para Freud a literatura pode ser analisada em termos de um sintoma resultante da vida do escritor e, nesse sentido, Freud vai encontrar os problemas do psiquismo, das neuroses, agindo sobre a feitura da obra literária, produzindo essa obra literária; Bachelard, ao contrário, vai enxergar na obra literária não o passado, não a história do homem que a escreveu, mas um ponto de partida para a instauração de um outro mundo, de um outro tipo de vida, e sua hermenêutica, então, não é tanto uma hermenêutica que procura analisar essa literatura como se fosse uma espécie de fato último, mas sim como um ponto de partida a partir do qual ele próprio, o intérprete, pode continuar a criar outra vida, outro mundo.

Essas duas ênfases, embora opostas, não são necessariamente excludentes. Aliás, na verdade elas devem ser entendidas como complementares, e eu citaria, principalmente, as interpretações de Paul Ricoeur e Gadamer, dois autores que definitivamente não aceitam mais essas dicotomias. Eles entendem sempre que qualquer texto e qualquer conjunto de símbolos é sempre simultaneamente o ponto de chegada de uma história anterior e o ponto de partida de uma história a ser reinventada. E essas duas direções acontecem na medida em que uma reforça a outra, a invenção de uma nova história, de um novo caminho, ajuda na reinterpretação da história anterior, e a contínua reinterpretação da história impulsiona a reinvenção da nova/mesma história. Essas duas ênfases, então, continuamente se interpenetram e se reconstroem dialeticamente.

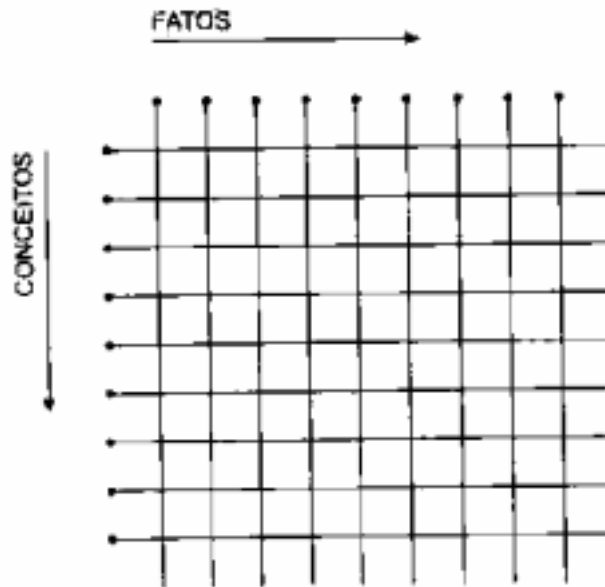
Gostaria agora de tentar situar o ensino de geografia como uma hermenêutica, tanto uma hermenêutica no sentido mais tradicional como uma hermenêutica no sentido mais instaurador. De que modo vejo a geografia e o ensino de geografia como hermenêuticas? A geografia e o seu ensino, parece-me, também exercem uma interpretação de um texto: ela se depara com um texto primeiro e enxerga, através desse texto primeiro, camadas de significados que não estavam enunciados num primeiro momento. E qual é o texto da geografia? O texto da geografia é o espaço geográfico. Nesse sentido, o texto da geografia é nada mais, nada menos que o mundo, visto sob a perspectiva da contínua construção do espaço geográfico. O espaço geográfico se oferece como um texto primeiro para as pessoas que nele existem, e se oferece como um texto através dos fatos desse espaço geográfico. Por exemplo, as condições de moradia, a estrutura fundiária, as relações de trabalho no campo e na cidade, as relações com o ambiente. São fatos que condicionam a vida de todas as pessoas e as pessoas, então, têm as suas vidas mergulhadas dentro dessa geograficidade – dentro desta geograficidade que existe de fato. E elas vivem esses fatos e têm a sua vida no dia-a-dia influenciadas por eles, por exemplo: o preço que se paga de aluguel

por um imóvel, ou pela prestação da casa própria, o preço que se paga pelo transporte, ou o tempo de deslocamento diário que é necessário fazer até o trabalho. São fatos geográficos que contextualizam a vida de uma pessoa e que influenciam fortemente a sua vida. Assim como os alimentos, o ar que se respira, o silêncio, o barulho etc., e tantas outras condições de vida. Só que estes fatos vividos pelas pessoas, e que eu chamaria de texto primeiro da geografia, podem permanecer sempre no nível desse primeiro texto, ou de texto imediatamente manifesto – esses fatos não são inter-relacionados conscientemente pela maioria das pessoas, no seu dia-a-dia.

O que seria então a interpretação geográfica? Seria exatamente essa hermenêutica, no sentido de que ela tem esse texto primeiro, que é o espaço geográfico, e que por meio de seus conceitos vai relacionando estes fatos. Isto é representado pela figura 1, na qual temos uma coordenada que corresponde aos fatos e que representa uma superfície acessível à percepção de todos, na própria medida em todas as pessoas têm as existências transcorridas dentro de geografias. A segunda coordenada (a perpendicular da figura 1) é a dos conceitos e corresponde a essa interpretação hermenêutica da geografia no sentido de que, por meio elaboração teórica e conceitual, se torna possível estabelecer inter-relações e nexos explicativos entre os fatos e, portanto, níveis de entendimento cada vez mais complexos, com capacidade de articulação entre o particular e o global. A geografia tem feito isso e eu citaria, neste momento, o que me parece uma grande hermenêutica feita pela geografia, o conjunto da obra de Milton Santos, assim como a renovação crítica como um todo, através de todo o seu histórico, seus conceitos e teorias e a evolução de suas explicações, constituindo a interpretação das outras camadas, subjacentes na primeira e aparente camada desse texto que é o espaço geográfico.

Muito bem, quando essa interpretação vai atravessando os fatos geográficos vai também estabelecendo articulações em nível crescente, estabelecendo uma rede de muitos nexos, que procuro representar na figura 2. Essa rede manifesta, então, uma complexidade de inter-relações de toda ordem e que é a complexidade com a qual lida a geografia. Porém, temos aí uma dificuldade: qual o ponto de partida (de entrada) nessa rede para iniciarmos a sua compreensão? Podem ser vários pontos de entrada, mas diante da complexidade nós talvez nos deparemos com aquele paroxismo de entender a ciência como algo impositivo, algo imensamente e objetivamente já dado, alheio a um sujeito, alheio a uma atitude, algo imensamente já dado como um panorama muito difícil de ser compreendido. Essa é uma dificuldade que também está posta para o ensino de geografia. Como é que esse ensino muitas vezes ainda se apresenta? Como algo muito extenso, muito cheio de subdivisões, tendendo, apesar da renovação crítica, àquela famosa figura das gavetas, subdividido em vários compartimentos estanques, e tentando passar por esses compartimentos de uma maneira mais ou menos homogênea, isto é, reduzindo tudo ao descritivo, e aí retrocedendo para a velha aparência da primeira camada, não estabelecendo nexos entre os fatos, não estabelecendo um fio condutor de abordagem.

Figura 1  
Os conceitos atravessam a percepção dos fatos,  
articulando-os compreensivamente



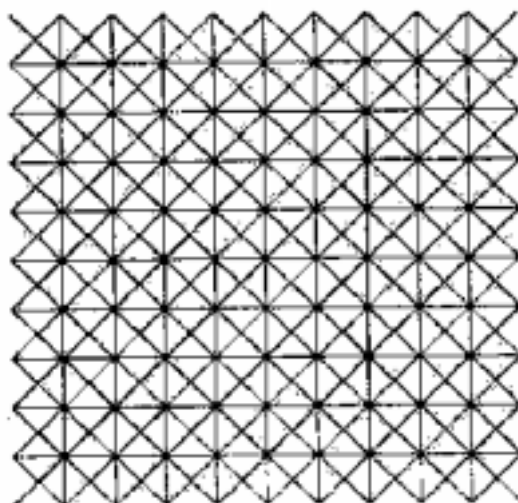
Diante dessa dificuldade sobre os modos de abordar a complexidade é que enxergo uma atitude que me parece emergente no ensino de geografia, que é a entrada nessa rede da complexidade a partir da perspectiva local, ou seja, a partir do mundo mais proximamente vivido, valorizando a pesquisa e a ação locais. Ou seja, a pesquisa local de como o espaço se apresenta muito concretamente em torno de um determinado coletivo de sujeitos. Por exemplo, algumas escolas de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra ou escolas de orientação comunitária em periferias urbanas. Enfim, diversos tipos de situações semelhantes, nas quais se torna especialmente relevante que a geografia pode ser compreendida e trabalhada a partir dessa perspectiva local. É o que represento na figura 3, na qual temos ainda a primeira grade, mas temos também a espiral ou o vórtice representando a entrada do olhar a partir da visão local, gerando, então, a figura 4, em que tento representar a transformação da grade retangular em grade circular, na qual, no centro, se situam determinados sujeitos sociais, tanto individuais como coletivos, que podem ser exemplificados por aquelas situações que citei anteriormente.

Esse sujeito colocado num centro relativo cria uma espécie de perspectiva hierarquizada dessa rede complexa da geografia. Aquela primeira rede apresentada como um retângulo não apresenta uma porta de entrada evidente, ou seja, uma abordagem evidente. Quando ela é transformada por esse vórtice da perspectiva local, estabelece uma espécie

de hierarquia, ou seja, há um sujeito social que se colocou no centro de sua geografia e, a partir dessa posição, desse centro relativo ocupado por ele, ele enxerga, então, as relações do espaço geográfico articuladas em torno da sua existência concreta. Mas isso ainda não seria o suficiente para resolver o problema da abordagem, de como entrar nessa rede. Porém, já estamos aí a um passo de uma solução. É que este sujeito social que se colocou como centro relativo de uma geografia é sempre um sujeito também inserido em uma história em andamento, portanto há um encadeamento de acontecimentos, e esse encadeamento de acontecimentos, que pode ser chamado de uma perspectiva acontecimental, dará a esse sujeito social a necessidade de certas ações, necessidade que pode se tornar o fio condutor da sua entrada nessa rede complexa da geografia, permitindo, a partir dessa entrada, fazer um percurso no qual ele vai passando pela complexidade, a partir das necessidades postas pela vida cotidiana em que ele está inserido (figura 5).

Um exemplo que acho extremamente elucidativo é o da geografia e da educação em algumas escolas do MST. Como acontece em muitos assentamentos essa perspectiva acontecimental? Eles passam a trabalhar história, geografia, matemática, biologia, ou qualquer outra disciplina que se pense, a partir de suas necessidades naquele momento de sua história. Então, a geografia que é trabalhada pode ser a geografia do próprio assentamento: que área eles ocupam, quais são as características dessa área, quais são os elementos que ali se apresentam, qual a relação entre rios, relevo, suas plantações etc. Essa geografia pode puxar uma outra geografia, que é a da divisão da terra. Como é que esse assentamento se apresenta? Totalmente coletivizado ou com parcelas individuais? Ou como um híbrido semicoletivizado, com algumas parcelas individuais? Existe alguma cooperativa que

Figura 2  
As interpretações estabelecem uma rede cada vez mais complexa (por onde entrar nessa rede?)



trabalha ali? Como é que essa cooperativa trabalha em relação ao uso da terra? Então, nós abordamos aí a geografia da divisão de terra, da grafia da terra, como Carlos Walter Porto Gonçalves tanto enfatiza: geografar – grafar a terra. Isso nos conduz a um outro momento: a compreensão dessa grafia da terra, ou da estrutura fundiária, em termos mais amplos, já inserindo a história do MST na história da agricultura no Brasil, a história da perda da terra, a história do latifúndio associado ao minifúndio, a modernização monopolista da agricultura, as culturas de exportação, os sistemas de financiamento bancário, enfim, os vários elementos que, articulados, geraram no Brasil o processo de perda da terra pelo pequeno agricultor e, portanto, a evasão do campo e a geração de uma grande massa de trabalhadores rurais despossuídos de seu meio de trabalho, a terra. Começou-se pelo próprio assentamento e se conseguiu ir para outras escalas e entender a história da perda da terra no Brasil; isso abre outras perspectivas para o entendimento da dinâmica social brasileira. Mas aí também já fundimos a nossa geografia com a história, a história daquele assentamento: eles já começaram a estudar quando se formou aquele assentamento e, antes do assentamento, de que acampamento ou de que segmento específico do MST eles vieram, que outros lugares seus pais, seus parentes ou seus amigos ocuparam, onde fizeram invasões de terra, quais manifestações políticas realizaram. Passam a compreender a história do movimento como um todo, e essa história do movimento vai se inserindo também na história contemporânea e na história geral do Brasil, sempre sob essa perspectiva da exclusão social, da diferente apropriação do espaço por diferentes classes sociais.

Figura 3

O olhar pela perspectiva local gera uma nova transversalidade e um vórtice que reconfigurarão o desenho perceptivo da rede (figuras seguintes)

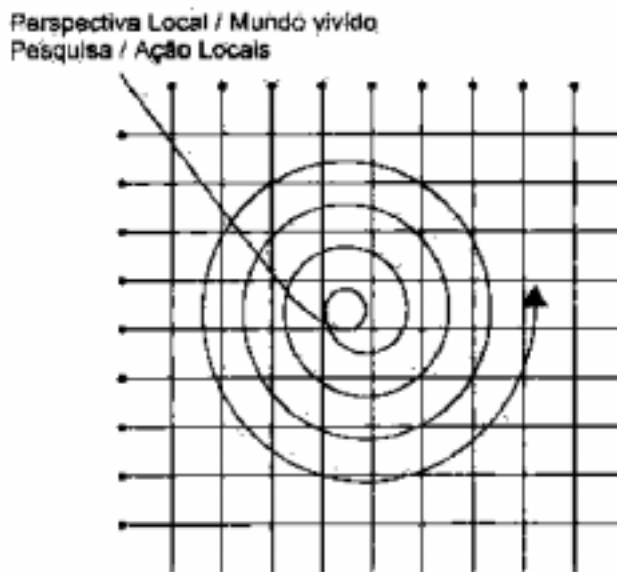




Figura 4

Um sujeito social (coletivo/individual) coloca-se como um centro relativo da rede do mundo, explicitando um olhar.

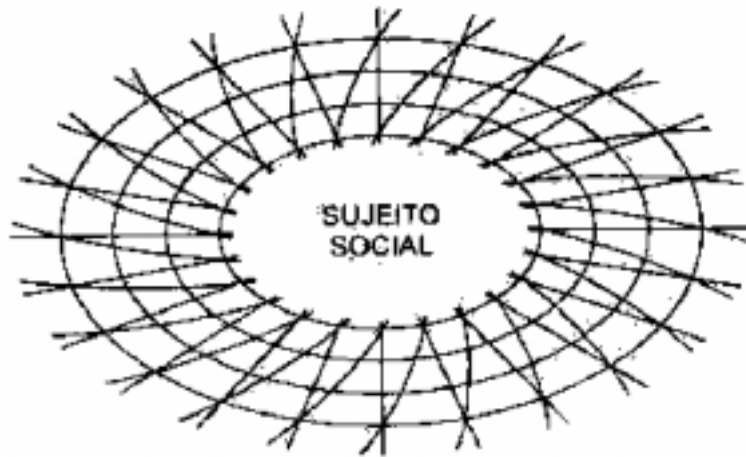
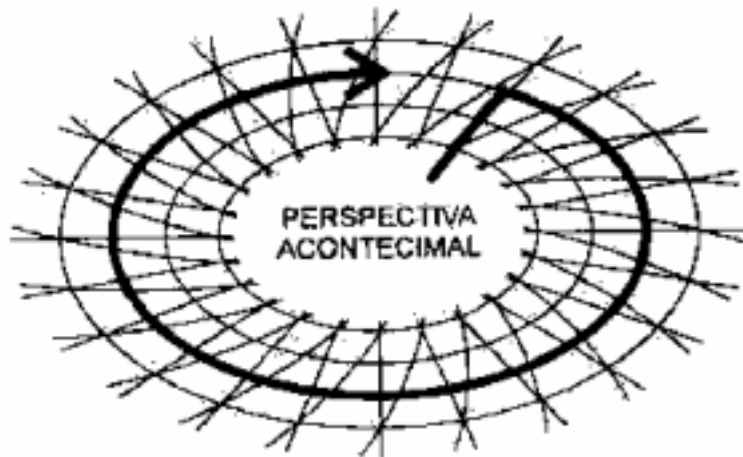


Figura 5

O sujeito social estabelecerá percursos cognitivos e de ação a partir das necessidades de vida postas pelo encadeamento dos acontecimentos, que contextualizam a sua existência naquele momento.



Então, volto a enfatizar, é sempre um conhecimento que vai se ampliando, mas que o faz de maneira articulada a partir daquela perspectiva acontecimental decorrente da perspectiva local, relativa tanto ao espaço como ao encadeamento de acontecimentos que, naquele momento, se apresentavam como portadores de necessidades de compreensão e de ação por parte dos educadores e educandos envolvidos naquele lugar e naquele momento. A mesma coisa pode acontecer em relação à biologia. Por exemplo, como entender as espé-

cies vegetais e animais que ali se apresentam? Com quais eles lidam? Como são suas práticas agrícolas? Isto se abre para conhecimentos que extrapolam o próprio local. Ou a matemática aprendida a partir da atividade agrícola: o cálculo da colheita e, depois, o cálculo dos juros bancários ou do balancete de compra e venda de insumos e produtos. Uma matemática concreta também relacionada a essas questões de vida das pessoas envolvidas e também sempre tendo por ponto de partida esta perspectiva acontecimental, e que sempre pode abrir níveis crescentes de entendimento. Penso que é muito importante enfatizar que escolas que têm esse tipo de postura também têm um índice muito maior de sucesso quanto à efetividade da escolaridade dos seus alunos, relativamente a eles acompanharem as séries, conseguirem chegar a se formar no ensino fundamental, ou até irem adiante, ao contrário das escolas que, com uma postura mais tradicional, que não pensa a partir da perspectiva das necessidades dos educandos, apresentam via de regra índices grandes de exclusão escolar.

Outro exemplo que gostaria de expor de perspectiva acontecimental é muito próximo nosso aqui na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trata-se da experiência que acompanhamos de educação especial para deficientes visuais, muitas vezes completamente cegos, ou com visão bastante deficitária. Essa perspectiva também parte das necessidades deles, portanto dos acontecimentos da vida cotidiana desses alunos que, muitas vezes sem recursos socioeconômicos, seriam levados à exclusão escolar. Aqui temos exemplos, através de duas pesquisadoras nossas no Mestrado, a Dariane Rossi e a Catarina Deggeroni, sobre como conseguir reverter esse quadro de exclusão, trabalhando a partir dessas necessidades especiais. A Dariane e a Catarina começam a trabalhar as necessidades desses alunos em sala de aula por meio da criação de recursos especiais para a inclusão escolar deles, assim como pela escolha de temas em geografia que são os mais pertinentes para a realização dessa proposta. Por exemplo, já que existe a necessidade de trabalhar sempre muito com a adaptação do visual para o tátil, elas vão escolher, num primeiro momento, aqueles temas da geografia geralmente ligados ao que chamamos de geografia física e que são mais facilmente trabalhados nessa transposição do visual para o tátil, permitindo a inclusão desses alunos e criando uma série de novos recursos. Uma vez garantido este primeiro momento, ele se desdobra numa série de conseqüências práticas, como por exemplo aumentar a coordenação motora desses alunos, desenvolver sua capacidade de se deslocar no espaço, tanto o espaço dentro da escola como o espaço externo à escola e, nesse sentido, já abrindo outras perspectivas de vida para eles, outras expectativas, dando-lhes uma maior segurança e já colocando para eles a expectativa de se inserirem no mercado de trabalho. A partir dessas conquistas, a Dariane e a Catarina podem ir gradativamente avançando nos temas da geografia, e começam a trabalhar com temas mais abstratos, que já não necessariamente se restringem a essa transposição do visual para o tátil. Elas podem, então, começar a trabalhar temas mais reflexivos, discussão de questões sociais, políticas – questões que sempre têm uma conotação essencial com a discussão do espaço geográfico. Nesse sentido, vão avançando na construção da cidadania de seus educandos.

É importante enfatizar que, nesse momento, em que elas conseguem incluir esses alunos dentro da sala de aula regular, eles também são valorizados pelos seus colegas que têm uma visão normal, porque é o próprio ensino de geografia que se tornou mais prazeroso e mais compreensível, e de maior conteúdo prático. Os alunos de visão normal passam a apreciar mais esse ensino e, por extensão, a valorizar de um modo diferente os seus próprios colegas que antes, às vezes até por um aspecto externo diferente e pelas suas dificuldades, eram vistos com certo preconceito. Também é um exemplo que me parece que se insere nessa perspectiva acontecimental, que é capaz de transitar pelo conjunto dos conceitos geográficos, mas tendo por ponto de partida as necessidades do cotidiano daquele grupo específico e que fornecerão um fio condutor para esse percurso em direção a uma escala mais ampla de conhecimento.

Como terceiro exemplo, gostaria de expor o ensino de geografia numa sala de aula regular, sem essas situações bastante especiais de aprendizagem. Gostaria de me referir às escolas que trabalham muito com essa perspectiva do local. Mais especificamente, a experiência que já há alguns anos em andamento em Porto Alegre, que é a das escolas cicladas e que procuram ter uma pedagogia freireana que explicita a valorização da realidade local e do mundo vivido mais proximamente. As escolas cicladas procuram, no início de cada ano, levantar temas geradores com a comunidade. E quando eu digo a comunidade quero dizer bem mais do que os alunos da escola: todo o bairro ou vila onde essa escola se insere. Fazendo questionários, entrevistas, dialogando com a população, com os pais, com os moradores, com as associações de bairro, vendo quais são os temas que essa comunidade gostaria que a escola trabalhasse com seus filhos. Construindo, assim, essa perspectiva local e, a partir dos acontecimentos que se apresentam naquele momento, a partir, então, da fala da comunidade, essas escolas procuram trabalhar esses temas propostos pela comunidade. Muitas vezes adotando como recurso destacar determinadas falas literais, a respeito de como a comunidade falou de seus problemas, e devolvendo essas falas para a comunidade, ou colocando aquelas frases como sendo a sinalização que norteará a ação da escola naquele ano. Valorizando portanto exatamente isso: a fala da comunidade – tal como ela foi dita, quer dizer, colocando a citação textual da comunidade, selecionando alguma determinada frase.

Cito como exemplo a experiência que me é relatada por outra de nossas alunas aqui no Mestrado, que é a Gisele Laitano que na sua escola, no bairro Restinga aqui em Porto Alegre, junto com outros professores levantou os temas da comunidade, e a comunidade, entre vários temas, destacou sobretudo o problema da violência e das drogas, dizendo que aquela é uma vila muito violenta pela presença dos traficantes e por toda a violência que decorre do tráfico de drogas e do uso de drogas, inclusive o controle da vila por traficantes. A comunidade manifestou que a escola de alguma maneira deveria abordar esse assunto. Foi selecionada uma frase que dizia “a vila é um centro de drogas”. Essa frase foi transformada na frase/título daquele ano na escola: “a vila é um centro de drogas”. Esse era o ponto de partida, era a perspectiva acontecimental, era o problema local que expunha o

encadeamento de acontecimentos que naquele momento afligiam e chamavam a atenção da comunidade. Como é que isso foi sendo trabalhado durante o ano? Num primeiro momento os professores da escola e a Gisele, particularmente, na sua aula de geografia, procuraram fazer o levantamento dos fatos que comprovavam a vila como um centro de drogas. Isso foi feito por meio das manifestações dos alunos, de depoimentos de pais, de professores, de pessoas da comunidade, dizendo o que elas sentiam sobre isso. Quer dizer, elas puderam ter a oportunidade, enfim, de relatar os fatos do cotidiano, fatos de violência, fatos de intimidação relacionados com essa questão das drogas. Já num momento seguinte, já não é a simples documentação e sim a exposição dessas falas para própria vila que é realizada. Então nós já estamos num momento mais avançado: primeiro foram colhidos os elementos que comprovam uma afirmação, mas depois já está se expondo para a comunidade o discurso das pessoas que se sentem atingidas por essa situação, e que se manifestam contrárias a isto. Então, nesse momento, nós já temos uma espécie de interferência direta sobre a realidade, numa tentativa de alguma mudança dessa realidade. As pessoas têm a coragem de falar, elas começam a falar, elas começam a dizer o que desejam e o que não desejam. Mas não pára por aí.

O terceiro momento é assim: uma vez que se fez essa espécie de catarse do problema, isso abre lugar a uma nova atitude, de não só denunciar o que é problemático, mas introduzir uma nova pergunta – mas será que é só isto que tem na Restinga? Será que não existem outras coisas na Restinga? O que mais tem na Restinga? Afinal algumas dessas outras coisas já tinham aparecido nas falas anteriores. O que são as outras coisas que mostram que a Restinga é um lugar que também tem coisas boas, que gera boas perspectivas para os seus habitantes? Começam a ser destacadas as outras coisas que há na Restinga, que é uma certa vida comunitária ligada às escolas de samba, ligada ao movimento Hip Hop, ligada às próprias reivindicações comunitárias, um certo sentimento de comunidade expresso através do lazer, através de times de futebol, de jogos e de várias formas de sentimento comunitário. Passa-se a destacar que a Restinga é um centro de artes, de criação cultural, de pessoas interessadas em uma série de práticas de vida que não são aquelas práticas habituais relacionadas ao tráfico de drogas e à violência. Chegam ao ponto, até mesmo, de complexificar a questão das drogas, percebendo que, numa certa medida, o tráfico preenche o vácuo deixado tantas vezes pelo poder oficial instituído, promovendo até mesmo um certo assistencialismo em relação à vida cotidiana. Portanto, abre a perspectiva de uma compreensão crítica mais ampla, na medida em que os traficantes ocupam o lugar deixado vago pelo Estado constituído. Isso não se constitui em nenhuma exaltação do tráfico, mas numa denúncia bastante grave do vácuo deixado pelo Estado – a compreensão do problema vai, portanto, se complexificando. Nesse momento, também, já são feitas manifestações daquilo que é positivo na Restinga, como essas manifestações culturais, como essas criações artísticas e como essa vida comunitária que se estrutura em lazer e em busca de reivindicações junto ao poder público. Surge uma nova direção nesse trabalho pedagógico, direção constituída pela pergunta: mas é só a Restinga que é um centro de

drogas? A partir dessa pergunta, parte-se para a geografia do tráfico de drogas em outras escalas. Começa-se a perceber que a cidade inteira é invadida pelas drogas, mas não só a cidade: o país, o continente, o mundo. A Gisele, então, junto com os professores, vai procurar subsidiar os seus alunos com uma série de informações, inclusive quantitativas: quanto é que a droga movimentou financeiramente no mundo atual? Eles descobrem, então, que num cálculo estimativo, e por alto, que a droga no ano de 1991 movimentou uma quantidade igual em bilhões de dólares ao faturamento da maior multinacional do mundo, que é a GM (125 bilhões de dólares; fonte: *Folha de S. Paulo*, 3 de agosto de 1992). Então se percebe numa estimativa, muito superficial (em que tudo indica que, se realmente pudesse ser feito o cálculo mais aprofundado, se verificaria que esses números são ainda maiores), que a droga não é um problema relativo apenas a uma periferia urbana de condições socioeconômicas difíceis, mas um fenômeno mundial, que domina também os países ricos e as classes ricas de países ricos. Portanto, também começam a desfazer a imagem de que a droga é um problema de desajuste socioeconômico das pessoas de sua classe em particular. Eles começam a se perguntar: mundo é este? Que espécie de cultura mundial é esta que está sendo gerada, em que até aqueles que são ricos, em países ricos, também sentem a sua vida tão sem sentido, presas fáceis para o consumo de drogas?

Nesse momento já se desfez a idéia inicial, a auto-imagem negativa que aquelas pessoas tinham a respeito da sua própria vila e do seu meio social. Eles sabem do problema sério, mas sabem que esse problema atinge a outros e, simultaneamente, que há uma série de aspectos muito positivos na sua vila que eles querem passar a valorizar, aprofundando o conhecimento e a vivência desses aspectos. Pode ser iniciada aí uma série de outras geografias, e de outras histórias e de estudos sociais relativos a outros temas, como a música, a arte, a cultura. Outros assuntos que poderão fazer o mesmo percurso: iniciando a partir da perspectiva local, eles poderão alcançar escalas mais amplas de conhecimento, e talvez de ações.

Bom, são esses três exemplos que eu gostaria de expor sobre a perspectiva acontecimental, e que eu entendo como uma hermenêutica instauradora, hermenêutica no sentido de que faz a interpretação mais aprofundada daquilo que se apresenta como um texto inicial, e instauradora porque a sua postura não é simplesmente de compreensão dos acontecimentos passados que geraram uma situação presente, mas uma perspectiva de, trabalhando com a situação presente, agenciar propostas, ações daquela comunidade para, em alguma medida, modificar a realidade vivida por eles.

Para finalizar, penso que temos aí uma confluência de uma série de aportes teóricos. Parece-me que nessa educação feita a partir do mundo mais proximamente vivido é evidente a presença de Paulo Freire. E que nessa geografia como rede complexa é evidente a presença de muitos autores, mas a título de exemplo máximo cito Milton Santos. Assim como o amálgama entre geografia e educação é feito por uma lógica de pensamento complexo, e aí a citação óbvia é Edgar Morin. Assim como é muito presente essa postura ativa, ou intervencionista, essa vontade de querer compreender associadamente com a

vontade de tentar ações, de tentar construir bons lugares, e aí também a citação que me parece que se impõe é a de Guattari, com o seu conceito de ecosofias.

### *Alvaro Heidrich*

Inicialmente acho importante considerar um pressuposto, pois se a hermenêutica, como você propõe, consiste em um sistema de leitura devo aceitar, em princípio, a possibilidade das leituras serem variadas.

Fizeste, ao final da tua exposição, alguns apontamentos que sem dúvida são apoios de grande relevância para a postura de um professor, seja ele de geografia ou de outra ciência. Mas então, pensando sobre isso, se o apoio ao modo hermenêutico de pensar, ou de vasculhar o mundo, pode se consistir em um sistema de leitura, poderíamos pensar então que a aprendizagem é algo equivalente a um certo processo de alfabetização. Alguma coisa nesse sentido. Assim, continuamente em geografia a gente está falando de uma coisa, fazendo uma leitura do mundo, buscando uma espécie de alfabetização para a compreensão de seus signos. Então, você mesmo fez a referência de que o espaço é um texto: estamos continuamente fazendo isso. Bem, a alfabetização se constrói primeiramente através de operações mais elementares, pelo reconhecimento de determinados signos e fonemas que identificam aquilo que efetivamente se fala. Estabelece-se uma conexão que dá a possibilidade de pensar com um certo afastamento dos objetos, quer dizer, a partir de uma representação deles.

Quero enfatizar algo que disseste: tais signos nos aproximam de um pensamento cada vez mais abstrato, à medida que vão ocorrendo assimilações sobre assimilações. Dessa forma, estes signos podem ser vistos por nós como conceitos, como concepções, como significações dos objetos que estão no mundo.

Neste ponto podemos abrir um parêntese para nos referir a esse texto, o mundo, o espaço, o campo propriamente da geografia é um campo de reunir coisas, e disso resulta um diferencial, pois as relações são as mais variadas possíveis e, portanto, não precisam ser exatamente presas a um modo esquemático, engavetado, curricular de se ver a geografia. Assim acho que faz sentido nos dar ao exercício desta reflexão aberta. Tanto é possível como necessário se fazer geografia de modo mais aproximado do meio, da cultura, daquilo que se tem no olhar, digamos, mais próximos de uma atividade laboratorial com o espaço, com o mundo.

Então, conceitos são, na verdade, o nosso elo mais importante, o nosso elemento mais sério, mais significativo de produzir um sistema de alfabetização em geografia. Isto implica não só a palavra em si, mas seus significados, e a partir destes se fazer relações. Quero dizer que o uso do conceito, a produção de uma concepção permite um acesso a um conhecimento operado pela qualificação de mais conhecimento, de adensamento de conhecimento. Se isto ocorre da forma mais simples de se assimilar a observação de algum fato ou fenômeno, ela às vezes se dá como se fosse uma espécie de doença, no sentido de que há uma espécie

de demora no reconhecimento. Por isso afeta, incomoda, prejudica como se fosse um sofrimento até de fato se poder destruir as imagens e as idéias anteriores (atuais, até então), para que rompa uma concepção renovada, diferente da que estaria por prevalecer.

Permitiria, então, pensarmos de fato no axioma da geografia que traz para nós a idéia de territórios, espaços, regiões, lugares que não são coisas paradas, mas coisas dinâmicas. Ele exige de nós uma completa vigília, uma atitude de estar atento, de não necessariamente ter esquemas fixos de que o espaço é esse, por exemplo, bairro, cidade, município, região, estado, país, mundo, mas tantas outras realidades e realizações possíveis. Uma postura de vigília se garante pela contínua revisão das significações, como método. Se não se faz isso, permanece um certo analfabetismo.

Se realmente estivermos preocupados em transmitir um conhecimento do lugar, do espaço, deveremos considerá-lo assim, como um campo de relações, e por isso não se trata de um ser pelo qual podemos ter uma compreensão única ou completa. Nesse sentido, somos ineficientes em termos de vigília se produzimos informações por informações. Para isto bastam os jornais, a televisão, a internet e, cada vez menos, o professor, o sujeito da vigília. Essa situação pode ser vista da seguinte maneira: há um texto, uma representação do mundo e nessa representação estão presentes várias seqüências de palavras, várias seqüências de termos e significados, mas, como não os reconhecemos em plenitude, os vemos como simples palavras. Faz-se a leitura e sua significação escapa, se lê e não se compreende, talvez se compreenda mal, ou minimamente. Se o sujeito que assimila isso é um sujeito razoavelmente “analfabeto”, ele apenas imagina que lê, imagina compreender. Ele até pode achar um texto belo, mas, como haverá aqueles que compreendem de modo muito mais integral e completo, esse sujeito “analfabeto” perde a sua autonomia diante dos demais, ela vai estar obstaculizada.

Penso isso como um indicativo de postura metodológica. Não vou dizer que isso é uma singularidade da geografia, mas veja que para nós é muito importante realizar continuamente leituras, e essa postura deve conter o princípio de que o lugar para o qual a gente olha é o lugar em que a gente está, o lugar que a gente lê é o lugar em que a gente vive e, portanto, exige de nós um certo afastamento disto. O problema é que tal afastamento, para a gente ter o olhar de quem analisa o objeto, quase sempre se dá como sala de aula. E como se dá assim, como sala de aula, produz-se uma imagem transfigurada, alterada do lugar. Quem está no livro e muitas vezes quem está no quadro, ou na transparência, não é exatamente a pessoa que vive. Nesse sentido, acho que se reforça de modo significativo a necessidade de se integrar a noção de espaço vivido com tantas outras noções. E até mesmo para também se conceber o espaço vivido nas mais variadas escalas e se compreender, digamos assim, a queda da bolsa de Seul como fato relativo a nossas vidas e não transformar unicamente a forma de ver o mundo como um recado já pronto em texto e de uma geografia entre quatro paredes.

Acho que o professor de geografia precisa, cada vez mais, ter uma postura de sair da sala de aula, no sentido de produzir uma forma de *afastamento* do mundo indo até ele,

olhando e procurando não se perturbar com as relações que se vive cotidianamente. É preciso ter um modo de olhar para esse mundo que está nele. Esse modo de olhar, penso que não pode ser apenas uma descrição das coisas observadas. Para que nos asseguremos da posse de um sistema de leitura, ele deve ser operado com nossas significações, com os conceitos que a gente elabora, e a partir deles reconstruir as relações. Estas, se feitas na dimensão do lugar, como um estudo do meio, um estudo do bairro, não precisam ficar presas necessariamente a um conceito fixo, tão tradicional, de bairro como o fato objetivo e concreto de ser um pedaço da cidade que tem determinadas características. Ao contrário, torna-se necessário elaborar um conceito de espaço local que incorpore ali as relações vividas e nos permita estabelecer as suas relações com os outros, bem como com os demais níveis de escala.

Nossa contribuição, por meio da leitura do mundo, deve estar ligada a essa idéia de articulação de níveis. Somos indivíduos, temos corpo e o corpo em si já é um elemento do espaço; possui dimensões, massa, sensações e emoções. Em seqüência devemos considerar as relações com objetos, comunidades, lugares de comunidades e, portanto, assegurar a postura de a partir de relações horizontais (territoriais) trazer à leitura a noção de espaço vivido que tu chamas de *acontecimal*. Desde este ponto, seguindo para a incorporação das outras escalas (relações de verticalidade) que compõem uma série infinita de espaços vividos que necessitam tanto das articulações em escala como de noções conceituais adequadas a sua apreensão como agrupamentos geográficos.

Em síntese, compreendo tua exposição nesse sentido: de ênfase no afastamento das coisas tradicionais e de aproximação de nossa atenção para determinados axiomas que são de uma geografia de campo de relações, de reunião de muitas coisas de natureza diferente, reproduzindo-se como representação a condição de espaço em que se vive. Insisto, acho que essa postura precisa de um rompimento com uma determinada condição de espaço, com uma certa *prisão* da tradição de sala de aula, para que possamos trazer o outro espaço, o vivido.

### ***Dirce Suertegaray***

Ouvindo a tua fala/exposição sobre hermenêutica, levanto, para começar a conversar, basicamente quatro questões que, me parece, permitem pensar ou sintetizar o que seja hermenêutica. Primeiro, tua fala deixa claro isto, hermenêutica constitui um método compreensivo e não seria, portanto, um método explicativo como é a característica da ciência de maneira geral. Segundo, a hermenêutica seria, então, um caminho, ou melhor, uma prática de articulação de sujeito e objeto. A terceira perspectiva que vislumbro é a compreensão da hermenêutica como um processo de autoconhecimento, no contexto de um sistema mundo que se auto-reorganiza, eu diria assim, numa dialética entre a constituição de uma forma e a reconstituição desta forma, ou a reforma, nesse constante formatar, desformatar e reformatar. Depreende-se que a hermenêutica permite não só a compreensão, mas a



intervenção. A partir dessas colocações fico pensando nas intervenções que são hoje propostas por uma leitura hermenêutica do espaço geográfico; seriam intervenções diferentes daquelas pautadas pela geografia dos anos 80? Quando falas fica expresso que as intervenções se dão a partir do sujeito no lugar, aqui, especialmente, quando te referes ao ensino. Dito isto pergunto: exatamente porque um dos nossos objetivos é pensar a geografia que está sendo elaborada hoje, em que mudamos?

Nos anos 80, quando nos engajamos numa discussão na perspectiva marxista, aprendemos que se devia fazer a leitura do espaço geográfico para além das aparências, visualizando a essência, esta entendida como as mediações que concorrem para a construção do espaço geográfico. Essas mediações, no meu entendimento, dizem respeito ao que se entende como os determinantes políticos e econômicos das condições materiais e objetivas de nossa existência. Agora, a compreensão hermenêutica nos leva a pensar se seriam estas as únicas mediações, na medida em que a gente pode fazer várias leituras e pensar de várias formas essas questões. Então, nesse sentido nós poderíamos pensar: se há várias possibilidades de leitura, como é que ficam as práticas de intervenção?

As práticas de intervenção a partir da compreensão do mundo hermenêutico são práticas mais individuais, respondem no sentido do eu me reconhecendo no mundo, construindo o meu mundo e o mundo dos outros em relação a mim? Ou poderiam ser também práticas naquela perspectiva dos anos 80, práticas coletivas de transformação social mais ampla? Eu acho que seria importante, talvez, a gente balizar estas duas questões, até para pensar como é que se encaminha a geografia, a partir de uma análise na perspectiva hermenêutica.

Fazendo referência ao ensino, fiquei observando o seguinte: a perspectiva hermenêutica hoje dimensiona uma outra forma de ensinar geografia e, na verdade, é um ensinar geografia que está centrado no conhecer-se, eu diria, é o professor se conhecendo, e se conhecendo através de seus alunos, e ao conhecer-se através de seus alunos reconhecendo um mundo no qual ele e seus alunos estão inseridos. Isto cria e recria uma visão, uma percepção de mundo, uma leitura, uma compreensão de mundo. Essa compreensão de mundo vai promover, digamos assim, novas consciências, possibilidades de transformações a partir daqueles sujeitos que se tornam agentes da transformação. Parece-me, então, que seriam estas práticas o que Guattari chama de construção das novas subjetividades (ecosofia).

Nessa perspectiva, o avanço no ensino da geografia é muito claro, me parece que é possível superar, assumindo uma perspectiva hermenêutica, aquela fase antecedente que é uma fase descritiva do espaço geográfico sem estar nele, e a outra a fase de construção de um discurso que busca as mediações nem sempre estando politicamente envolvido nele, para outra que dimensiona, na construção do espaço geográfico, uma ação política mediada, por outros elementos da nossa condição objetiva de vida expressa pela cultura, pelas nossas formas de viver o cotidiano.

Dito isto, colocaria algumas questões para, talvez, continuarmos a discutir: hermenêutica enquanto compreensão instauradora constituiria um método que caracterizaria a

geografia deste momento, dos anos 2000? Seria uma tendência? Ou nós vivemos uma pluralidade de tendências em que a compreensão hermenêutica seria uma possibilidade de leitura, tanto quanto as outras que já reconhecemos? Eu gostaria de continuar discutindo estas questões.

***Nelson Rego***

Bom, pensando no que a Dirce falou e tentando, a partir disso, voltar ao que o Álvaro disse, eu gostaria de chamar a atenção para o seguinte: quando falo no ensino de geografia como uma hermenêutica instauradora, eu me refiro a uma série relativamente numerosa de experiências que vejo e que me parece se constituir numa tendência emergente, e nesse sentido penso que vai se colocando a possibilidade de se pensar o ensino da geografia como uma hermenêutica instauradora. Agora, isso não significa de modo algum uma espécie de diagnóstico geral, ou uma radiografia que eu faria do ensino de geografia como um todo, até porque eu não teria condições objetivas de fazer isso, de acompanhar o ensino nessa amplitude para poder fazer uma afirmação desse tamanho. Acredito que as práticas de ensino são muito heterogêneas, como tu mesmo te referiste, e dentro desta grande heterogeneidade acho que muitas experiências do ensino de geografia podem ser classificadas como uma hermenêutica instauradora. Quando eu digo uma hermenêutica instauradora, não estou querendo dizer que os professores estejam fazendo isso e dizendo “eu estou fazendo um ensino de geografia como uma hermenêutica instauradora”; é na verdade um olhar meu, através do qual eu interpreto o que está sendo feito e digo que isto coincide com o que se pode chamar de uma hermenêutica instauradora. Não necessariamente que isso esteja nominado por aí, que as pessoas estejam dizendo e assumindo essa designação.

***Dirce Suertegaray***

Então, acho que a questão que permanece é a seguinte: há uma prática que é lida, digamos assim, como uma hermenêutica instauradora no contexto da geografia, mas não necessariamente as pessoas que agem dessa forma têm consciência e percepção de que atuam dessa forma.

***Nelson Rego***

Exato. É isso que estou fazendo. Eu estou, na verdade, propondo que muitas das práticas que estão sendo feitas possam ser chamadas dessa maneira e, espero, chamando essas experiências com esse nome, dar uma espécie de reforço, de impulso para o estabelecimento de um diálogo com essas pessoas, e de reforço para essas experiências.

***Álvaro Heidrich***

Há muitos professores que têm práticas deste tipo e, portanto, o que está sendo dito aqui parece não dever ser visto como algo extremamente inovador. Por outro lado, as estruturas escolares, os regimentos, os currículos não oportunizam nem estimulam para tanto. Por isso, o que está se propondo a pensar, neste momento, é justamente um modo de atuação, um modo de referência em ensino preocupado com uma espécie de singularidade de olhar geográfico que é necessário que se tenha para superar determinadas defasagens, determinados problemas que existem ainda na aprendizagem de geografia. Critica-se, por exemplo, a memorização de fatos. Respalda-se assim opiniões que reconhecem “uma determinada inutilidade do conhecimento de geografia”. Já ouvi indagações do tipo: “como o meu filho pode ser reprovado numa prova de geografia no vestibular, sendo que ele quer ser médico?”.

Por outro lado, não costumamos desenvolver, por exemplo, uma idéia de memória geográfica como significações de vínculos das pessoas com lugares, ou seja, identidades com lugares, identidades com passado, lembranças que são explicações de lugares. Isso faz referência à vida, à existência (portanto a espaço), embora não tenha cabido como estratégia curricular, como maneira de se pensar o mundo.

***Nelson Rego***

Eu acho que é exatamente isso, Álvaro. Quando proponho a aplicação desse termo, hermenêutica instauradora, para o ensino de geografia e dentro das características que tu falaste, não estou inventando isso, não estou propondo algo inédito, e sim olhando para práticas que estão acontecendo e propondo que elas possam ser chamadas assim.

Quando faço isso, acredito que posso traçar um paralelo com aquilo que Guattari fez quando propôs o termo ecosofia, e justificou a proposição do novo termo como um esforço de enunciação, um agenciamento de enunciação. No livro *As Três Ecologias*, por exemplo, ele fala da existência das três ecologias, em cada uma delas ele está enunciando algo que existe: a ecologia tal como tradicionalmente se considera, a segunda ecologia, das relações de trabalho, amalgamadas com relações políticas e sociais, e uma terceira ecologia, cultural, ecologia de idéias e de produção de subjetividade, todas as três se interpenetrando. Até aí, de certa maneira ele está apenas enunciando o que existe, só que aí ele efetiva um outro passo, que diz o seguinte: existem experiências de ONGs, de comunidades de bairros, de movimentos sociais ligados a vários temas, ou a vários aspectos da vida, que procuram ter uma outra relação com os objetos através dos quais nós fazemos as mediações da nossa vida, e que as pessoas vão buscar graças a novas relações com esses objetos, estabelecendo relações diferentes entre si (o que aliás é muito semelhante ao que a Dirce falava agora há pouco em relação a uma postura educacional do professor se compreender através dos alunos e, através disso, compreender o mundo e novamente com-

preender a si e aos alunos assim por diante). Bom, Guattari, quando faz isso com relação a essas novas ecologias de idéias que tentam nascer dentro da nefasta megaecologia de idéias massivas/serializadas, também está se referindo a algo que de fato já existe, só que quando ele inventa/propõe o termo ecosofia está inventando uma nova maneira de chamar aquilo que está acontecendo, aquilo que é emergente. E como ele justifica essa sua tentativa? Ele diz que o esforço de enunciação, ou agenciamento de enunciação, tem um retorno sobre a própria coisa enunciada. Então, se essas experiências estão acontecendo e são emergentes e nós conseguimos propor um nome que esclarece alguma coisa delas para elas mesmas, isto dá um novo impulso a essas experiências.

Completando o paralelo, quando desloco esse termo da hermenêutica, que é essa proposição feita por Durand acerca da ênfase instauradora (e que Ricoeur e Gadamer consideram que se amalgamam com as interpretações tradicionais), eu desloco essa discussão para o campo da geografia, para o ensino da geografia. Não estou inventando o termo “hermenêutica instauradora”, isso está aí, está proposto. Também não estou inventando essas práticas no ensino de geografia, elas também já estão aí, estão ocorrendo e acredito que sejam emergentes. O que estou fazendo é juntando uma coisa com a outra, propondo que se junte uma coisa com a outra. Isso que está sendo discutido na hermenêutica se aplica a essas experiências no ensino de geografia e acredito que, fazendo assim, esse meu agenciamento de enunciação pode dar um novo impulso, um novo reforço a essas experiências, no sentido que o Álvaro falou, de tanto uns se reconhecerem nos outros, por fazerem experiências semelhantes, como também porque ajuda a esclarecer, de cada um para si mesmo, qual é o caráter da sua prática. Ajuda a pensar “o caráter da minha prática é esse” – fazer uma interpretação do texto que é o espaço geográfico, mas uma interpretação que não se limita apenas a uma apreensão de como as coisas estão dadas, mas uma compreensão de mim enquanto também um sujeito deste texto que eu estou interpretando, no qual eu me incluo e onde a minha interpretação é também um dos elementos constitutivos desse texto, e isso subsidiará uma ação minha e dos meus pares, o que, em alguma medida, mesmo que seja pequena, poderá ter alguma interferência modificadora deste meu texto, ou deste meu contexto, que é o espaço em que eu existo, e que estou lendo.

### *Dirce Suertegaray*

Ouvindo isso me reporto ao Maturana, que, em certa medida, faz uma leitura, quer dizer, se apropria também da hermenêutica para explicar como se produz o conhecimento. Quando o Álvaro fala em alfabetização nos permite pensar que, conforme explica Maturana, esta seria uma aprendizagem enquanto processo contínuo do reconhecimento de si e do mundo, porque à medida que nós estamos querendo reconhecer o mundo nós estamos nos conhecendo no mundo e todo o processo de construção do conhecimento passa exatamente por essa prática. Reconhecer o mundo pressupõe conhecer não só o mundo das pessoas,

mas o mundo das relações entre as pessoas e, como diria o professor Milton Santos, delas com os objetos. E aí nós vamos chegar na concepção do espaço geográfico e de nós inseridos neste espaço. É para isto que Nelson chama a atenção. Na perspectiva do ensino de geografia, essa é uma forma interessante de pensar, exatamente por ser esse um caminho que nos permite revigorar a nossa prática, refletir a partir dela e poder agir de outra forma. Essa compreensão está sempre nos acrescentando conhecimento. Agora, a questão antes colocada ainda se impõe: as práticas individuais e as práticas coletivas estão neste contexto contempladas? A compreensão hermenêutica dos movimentos sociais nos ajudam nesta resposta?

### *Nelson Rego*

Dirce, aí eu penso que uma postura hermenêutica nos daria como resposta que a resposta para a tua pergunta não pode ser nunca formulada *a priori*, no sentido de que há um antagonismo inconciliável, ou de que há necessariamente uma conciliação. Na medida em que essa postura de incentivar os sujeitos a falar, e a falar de si através de suas falas sobre o mundo, é esse processo que vai dando as respostas de como isso – esse aumento das falas e de como elas estabelecem acordos entre si – vai se articular com aquelas análises macro e com a pretensão de uma análise objetiva do mundo como um todo. Eu penso que é uma emergência dessas falas que vai responder quais são as articulações possíveis entre essas duas posturas diferentes. Para mim, são posturas diferentes mas de modo algum excludentes, elas vão encontrando as suas articulações, os seus diversos níveis de costura de articulação.

Em relação à postura marxista dominante nos anos 80, considero ainda como necessária e pertinente para o nosso mundo em crise e exacerbação da deteriorização social criada por um sistema que é cada vez mais produtor de exclusões. Parece-me ainda válida a crítica que o marxismo fez e continua fazendo e sua pretensão de fazer e ter visões mais objetivas sobre o mundo como um todo. A distinção que vejo é que enquanto o marxismo, ao fazer essa análise, estabelece uma espécie de pauta mais fechada de ações, ao se adotar essa postura do diálogo com um número maior de pessoas (que estimula a fala destes que estavam calados e estimula a fala dos locais e o conhecimento produzido a partir do local), o que se estabelece é que esta pauta se amplia enormemente, num certo sentido ela se multifaceta. Agora, se essa pauta ampliada, ou multifacetada, é uma pauta excludente em relação a uma pauta mais restrita, proposta por uma análise mais unitária, eu não sei, e penso que são perigosas as respostas *a priori*. Só o desenvolvimento das posturas que estão acontecendo irá mostrar se há uma excludência ou uma confluência entre essa pauta oriunda de uma visão mais unitária com essa pauta mais ampliada trazida pela emergência das várias vozes.

E aí retorno ao que o Álvaro disse, que me parece realmente importante. Se eu bem entendi, que a partir da minha fala ele ressalta a necessidade de não entender os conceitos

como fixos. Aquela própria alfabetização que se faz em geografia de signos fixos, como o bairro, as cidades, a região, o país. Esses territórios, ou essas dimensionalidades, podem ser refeitas e podem ser refeitas exatamente por esse conhecimento em movimento. Os conceitos já dados, de certa maneira, constituem o mundo vivido de onde as pessoas partem, porque elas vão partir também de conceitos já dados, mas o seu pôr-se em movimento a partir das suas necessidades e a partir da sua perspectiva acontecimental pode justamente gerar esse conhecimento ativo que leva ao refazer dos conceitos anteriores.

Vamos lembrar Paul Ricoeur, quando ele nos diz que sempre há necessidade de interpretar o passado, e aí se interpreta com os conceitos já dados – essa interpretação arremessa para adiante um projeto, um projeto em estado embrionário, subconscientemente formulado. Só que esse projeto embrionário, arremessado para adiante, força também o seu esclarecimento e, esse forçar o esclarecimento força também a revisão dos conceitos com os quais se interpretaram as coisas já acontecidas. Então, o já acontecido lança adiante um projeto a ser alcançado e, por sua vez, o projeto a ser alcançado refaz os modos de interpretar o já acontecido, numa dialética constantemente reposta, estar parece que está, no caso da geografia, posta na fala do Álvaro, quando ele diz da necessidade de refazer os conceitos relacionados com a territorialidade, por exemplo, nos recortes territoriais através dos quais a gente pensa a nossa situação no mundo. O Álvaro fala da necessidade de pensar sobre isso de outros modos. Penso que o pôr-se em movimento a partir desse conhecimento ativo gerado pela perspectiva local e acontecimental é um pôr-se em movimento que pode refazer também esses conceitos. Como é que isso se articulará com uma análise mais unitária, vinda do marxismo, por exemplo? Bom, repetindo a minha visão, é algo a ser experienciado, e não algo para o qual deva ser dada uma resposta apriorística, no sentido de dizer “é excludente”, mecanicamente excludente, ou, ao contrário, mecanicamente complementar. Acho que esse movimento dará respostas que, suponho, serão respostas de uma costura lenta de várias articulações, de caminhos diferentes que podem se encontrar, valorizando tanto aquela pauta mais coesa dada por uma análise mais unitária como também aquela pauta multifacetada, ligada a certas pulsações da vida cotidiana e que serão expostas e valorizadas pelas pessoas que falarem mais a respeito de si mesmas enquanto falam do mundo, e enquanto falam do mundo falam de si.

### *Dirce Suertegaray*

Tomando esta referência agora, me reporto à prática dos geógrafos: será que nos anos 90, 2000 estamos nós na geografia vivendo uma prática que pode ser compreensivamente percebida como uma hermenêutica instauradora, na medida em que se visualiza uma construção da geografia, a partir do trabalho dos geógrafos que é resultado de um movimento que hoje emerge em vários lugares, de diferentes maneiras? Estas práticas estariam construindo a partir do conhecimento de si na relação com os outros toda uma perspectiva nova não só de compreender, mas até de gestar o espaço geográfico? Estas

práticas nos colocam um desafio: refletir sobre a Geografia desta última década e do início deste novo século.

Recentemente, voltando de uma viagem eu venho com a informação de que existem inúmeros geógrafos atuando em práticas administrativas, seja no poder local, seja no estadual, por todo o Brasil, assim como engajados nos movimentos sociais. De onde vem a abertura para estas práticas? É visível que vem do movimento do mundo e também do movimento construído pela própria geografia, desde os anos 70, que hoje pode ser lido como uma construção hermenêutica instauradora.

**Nelson Rego**

Penso que sim, penso que essa construção pode ser chamada de um diálogo hermenêutico e instaurador.

## Bibliografia

- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Devaneio*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O Ar e os Sonhos, Ensaio Sobre a Imaginação do Movimento*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- DURAND, Gibert. *A Imaginação Simbólica*. São Paulo: Cultrix – EDUSP, 1988.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREUD, Sigmund. *A Interpretação dos Sonhos. Obras Completas*, vol. IV, Rio de Janeiro: IMAGO, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Escritores Criativos e Devaneio. Obras Completas*, vol. IX, Rio de Janeiro: IMAGO, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Leonardo da Vinci: Uma Lembrança da sua Infância. Obras Completas*. Vol. XI Rio de Janeiro: IMAGO, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Luto e Melancolia. Obras Completas*. Vol. XIV, Rio de Janeiro: IMAGO, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O Futuro de uma Ilusão. Obras Completas*, vol. XXI, Rio de Janeiro: IMAGO, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O Mal-Estar na Civilização. Obras Completas*, vol. XXI, Rio de Janeiro: IMAGO, 1980.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método: Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (Des)Caminhos do Meio-Ambiente*. São Paulo: Contexto, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Paixão da Terra; Ensaio Crítico de Geografia e Educação*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- GUATTARI, Félix. *As Três Ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.

- \_\_\_\_\_. *Caosmose*. Rio de Janeiro: Trinta e Quatro, 1997.
- GUATTARI, Félix, e DELEUZE, Gilles. *Os Mil Platos*, Rio de Janeiro: Trinta e Quatro, 1995.
- HEIDRICH, Álvaro e outros. A Itinerância e o Acampamento, Condição e Situação para o Ensino de Geografia no MST. In REGO, N.; SUERTEGARAY, D.; HEIDRICH, A. (Org.) *Geografia e Educação: Geração de Ambiências*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- MATURANA, R. H. *Emociones y Lenguaje en Educación y Política*. Colección Hachette/Comunicación. Santiago do Chile: CED Ediciones Pedagógicas Chilenas, S.A., 1994.
- MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Porto Alegre, Sulina, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O Método. As Idéias: Habitat, Vida, Costumes, Organizações*. Porto Alegre: Sulina, 1998.
- RICOEUR, Paul. *O Conflito das Interpretações, Ensaio de Hermenêutica (Hermenêutica e Psicanálise)* Porto-Portugal: Rés Editora, sd.
- \_\_\_\_\_. *O Si-Mesmo Como Um Outro*. Campinas: Papyrus, 1991.
- ROSSI, Dariane. Deficiência Visual: Desafios para o Ensino Especial e a Geografia em Sala de Aula, em *Geografia e Educação: Geração de Ambiências* In REGO, N.; SUERTEGARAY, D.; HEIDRICH, A. (Org.). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- REGO, Nelson. Apresentando um Pouco do que Sejam Ambiências e suas Relações com a Geografia e a Educação, em *Geografia e Educação: Geração de Ambiências*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- REGO, Nelson, SUERTEGARAY, Dirce, HEIDRICH, Álvaro. *Geografia e Educação: Geração de Ambiências*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço, Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Por Uma Outra Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SUERTEGARAY, Dirce. O que Ensinar em Geografia (Física)?, In REGO, N.; SUERTEGARAY, D.; HEIDRICH, A. (Org.) *Geografia e Educação: Geração de Ambiências*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

#### RESUMEN

El artículo se presenta estructurado a través de un diálogo para que mejor se pueda comunicar la dimensión dialógica sobre la cual se reflite, que es la red de prácticas desatolladas en los Cursos Graduación y Postgrado en Geografía, en la Universidade Federal do Rio Grande do Sul, en lo que se refiere a la relación geografía / educación en las prácticas extensionistas. La geografía y la enseñanza de la geografía son propuestas como una hermenéutica, en el sentido de que una hermenéutica puede ser entendida como un sistema de conceptos que se definen en la relación entre sí y que, en su conjunto, aplicados al análisis de un texto, son capaces de enunciar aspectos de ese texto inaccesibles a una lectura restringida al

#### ABSTRACT

The study is presented through a dialogue to best communicate the dialogic dimension about which it reflects, that is the practical work developed at Universidade Federal do Rio Grande do Sul in the graduation and post-graduation geography courses, concerning geography/education in a extension practice. Geography itself and the teaching of geography are proposed as hermeneutics, meaning that in can be understood with a concept system which defines itself in an interrelated way. In this way, the text interpreted by geography in the geographical space. Geography and the teaching of geography are also proposed as established hermeneutics that is, the interpretation not only finds a final meaning in interpre-



nivel de lo que solamente se manifiesta inmediatamente, siendo que el sistema interpretativo termina por definir el propio entendimiento de lo que pueda ser el texto, para más allá de lo que usualmente entendemos como sienta texto propiamente dicho. Ejemplos: los sueños, los lenguajes corporales, la arquitectura. El texto interpretado por la geografía es el espacio geográfico. La geografía y la enseñanza de la geografía son también propuestos, más específicamente como una hermenéutica instauradora, en el sentido de que la interpretación no encuentra solamente un punto final en la interpretación del objeto, sino que también un punto inicial – propositivo, deseoso – para la intervención transformadora en la relación con el objeto. Tres ejemplos diferenciados de prácticas son planteados y debatidos.

ting the object, but also a starting point. Three different practice examples are shown and analysed in our study.

**PALABRAS-CLAVE**

Geografía – Educación – Red Dialógica – Hermenéutica.

**KEY WORDS**

Geography – Education – Dialogic – Hermeneutics.

---

Recebido para publicação em 10 de junho de 2001.



## Compêndio dos números anteriores

- 01) MOREIRA, Ruy. O Plano Nacional de Reforma Agrária em questão. Ano1, n.1, p.6-19, 1986.
- 02) THOMAZ JÚNIOR, Antonio. As agroindústrias canaveiras em Jaboticabal e a territorialização do monopólio. Ano1, n.1, p.20-25, 1986.
- 03) OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. Ano1, n.1, p.26-38, 1986.
- 04) VALVERDE, Orlando. A floresta amazônica e o ecodesenvolvimento. Ano1, n.1, p.39-42, 1986.
- 05) SALES, W. C. de C., CAPIBARIBE, P. J. A., RAMOS, P., COSTA, M. C. L. da. Os agrotóxicos e suas implicações socioambientais. Ano1, n.1, p.43-45, 1986.
- 06) CARVALHO, Marcos Bernardino de. A natureza na Geografia do ensino médio. Ano1, n.1, p.46-52, 1986.
- 07) SANTOS, Douglas. Estado nacional e capital monopolista. Ano1, n.1, p.53-61, 1986.
- 08) CORRÊA, Roberto Lobato. O enfoque locacional na Geografia. Ano1, n.1, p.62-66, 1986.
- 09) PONTES, Beatriz Maria Soares. Uma avaliação da Lei Nacional do Uso do Solo Urbano. Ano1, n.1, p.67-72, 1986.
- 10) PLANO DIRETOR DA AGB NACIONAL GESTÃO 85/86. Ano1, n.1, p.73-75, 1986.
- 11) A AGB e o documento final do projeto diagnóstico e avaliação do ensino de Geografia no Brasil. Ano1, n.1, p.76-77, 1986.
- 12) GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Reflexões sobre Geografia e Educação: notas de um debate. n.2, p.9-42, jul.1987.
- 13) VLACH, Vânia Rúbia Farias. Fragmentos para uma discussão: método e conteúdo no ensino da Geografia de 1º e 2º graus. n.2, p.43-58, jul.1987.
- 14) VESENTINI, José William. O método e a práxis (notas polêmicas sobre Geografia tradicional e Geografia crítica) . n.2, p.59-90, jul.1987.
- 15) REGO, Nelson. A unidade (divisão) da Geografia e o sentido da prática. n.2, p.91-114, jul.1987.
- 16) PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Análise dos planos de ensino da Geografia. n.2, p.115-127, jul.1987.
- 17) PAGANELLI, Tomoko Iyda. Para a construção do espaço geográfico na criança. n.2, p.129-148, jul.1987.
- 18) VIANA, P.C.G., FOWLER, R.B, ZAPPIA, R.S., MEDEIROS, M.L.M.B.de. Poluição das águas internas do Paraná por agrotóxico. n.2, p.149-154, jul.1987.
- 19) AB' SABER, Aziz Nacib. Espaço territorial e proteção ambiental. n.3, p.9-31, mar.1988.
- 20) GOMES, Horieste. A questão ambiental: idealismo e realismo ecológico. n.3, p.33-54, mar.1988.
- 21) BERRÍOS, ROLANDO. Planejamento ambiental no Brasil. n.3, p.55-63, mar.1988.
- 22) BRAGA, Ricardo Augusto Pessoa. Avaliação de impactos ambientais: uma abordagem sistêmica. n.3, p.65-74, mar.1988.
- 23) LIMA, Samuel do Carmo. Energia nuclear – uma opção perigosa. n.3, p.75-88, mar.1988.
- 24) SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes e SCHÄFFER, Neiva Otero. Análise ambiental: a atuação do geógrafo para e na sociedade. n.3, p.89-103, mar.1988.
- 25) ESTRADA, Maria Lúcia. Algumas considerações sobre a Geografia e o seu ensino - o caso da industrialização brasileira. n.3, p.105-120, mar.1988.
- 26) MESQUITA, Zilá. Os “espaços” do espaço brasileiro em fins do século XX n.4, p.9-38, jul.1988.
- 27) RIBEIRO, Wagner Costa. Relação espaço/tempo: considerações sobre a materialidade e dinâmica da história humana. n.4, p.39-53, jul.1988.
- 28) SILVA, José Borzacchiello da. Gestão democrática do espaço e participação dos Geógrafos. n.4, p.55-76, jul.1988.
- 29) VALLEJO, Luiz Renato. Ecodesenvolvimento e o mito do progresso. n.4, p.77-87, jul.1988.
- 30) VLACH, Vânia Rubia Farias. Rediscutindo a questão acerca do livro didático de Geografia para o ensino de 1º e 2º graus. n.4, p.89-95, jul.1988.

- 31) SCHÄFFER, Neiva Otero. Os estudos sociais ocupam novamente o espaço... da discussão. n.4, p.97-108, jul.1988.
- 32) SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. n.5, p.9-20, 1988.
- 33) SOUZA, Marcelo José Lopes de. "Espaciologia": uma objeção (crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social). n.5, p.21-45, 1988.
- 34) GOMES, Paulo César da Costa e COSTA, Rogério Haesbaert da. O espaço na modernidade). n.5, p.47-67, 1988.
- 35) SILVA, Mário Cezar Tompes da. O papel do político na construção do espaço dos homens). n.5, p.69-82, 1988.
- 36) SOUZA Marcos José Nogueira de. Subsídios para uma política conservacionista dos recursos naturais renováveis do Ceará). n.5, p.83-101, 1988.
- 37) KRENAK, Ailton. Tradição indígena e ocupação sustentável da floresta. n.6, p.9-18, ago.1989.
- 38) MOREIRA, Ruy. A marcha do capitalismo e a essência econômica da questão agrária no Brasil. n.6, p.19-63, ago.1989.
- 39) SADER, Regina. Migração e violência: o caso da Pré-Amazônia Maranhense. n.6, p.65-76, ago.1989.
- 40) FAULHABER, Priscila. A terceira margem: índios e ribeirinhos do Solimões. n.6, p.77-92, ago.1989.
- 41) TARELHO, Luiz Carlos. Movimento Sem Terra de Sumaré. Espaço de conscientização e de luta pela posse da terra. n.6, p.93-104, ago.1989.
- 42) OLIVEIRA, Bernadete de Castro. Reforma agrária para quem? Discutindo o campo no estado de São Paulo. n.6, p.105-114, ago.1989.
- 43) BARBOSA, Ycarim Melgaço. O movimento camponês de Trombas e Formoso. n.6, p.115-122, ago.1989.
- 44) MENDES, Chico. A luta dos povos da floresta. n.7, p.9-21, 1990.
- 45) BARROS, Raimundo. O seringueiro. n.7, p.23-42, 1990.
- 46) GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A defesa da natureza começa pela terra. n.7, p.43-52, 1990.
- 47) COLTRINARI, Lylían. A Geografia e as mudanças ambientais. n.7, p.53-57, 1990.
- 48) SILVA, Armando Corrêa da. Ponto de vista: o pós-marxismo e o espaço cotidiano. n.7, p.59-62, 1990.
- 49) COSTA, Rogério Haesbaert da. Filosofia, Geografia e crise da modernidade. n.7, p.63-92, 1990.
- 50) RIBEIRO, Wagner Costa. Maquiavel: uma abordagem geográfica e (geo)política. n.7, p.3-107, 1990.
- 51) CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos e GOULART, Lígia Beatriz. Uma contribuição à reflexão do ensino de geografia: a noção de espacialidade e o estatuto da natureza. n.7, p.109-118, 1990.
- 52) CORDEIRO, Helena K. Estudo sobre o centro metropolitano de São Paulo. n.8, p.7-33, abr.1991.
- 53) MAURO, C.A., VITTE, A.C., RAIZARO, D.D., LOZANI, M.C.B., CECCATO, V.A. Para salvar a bacia do Piracicaba. n.8, p.35-66, abr.1991.
- 54) PAVIANI, Aldo. Impactos ambientais e grandes projetos: desafios para a universidade. n.8, p.67-76, abr.1991.
- 55) FURIAN Sônia. "A nave espacial terra: para onde vai?" n.8, p.77-82, abr.1991.
- 56) ALMEIDA, Rosângela D. de. A propósito da questão teórico-metodológica sobre o ensino de Geografia. n.8, p.83-90, abr.1991.
- 57) FILHO, Fadel D. Antonio e ALMEIDA, Rosângela D. de. A questão metodológica no ensino da Geografia: uma experiência. n.8, p.91-100, abr.1991.
- 58) ESCOLAR, M., ESCOLAR, C., PALACIOS, S.Q. Ideologia, didática e corporativismo: uma alternativa teórico-metodológica para o estudo histórico da Geografia no ensino primário e secundário. n.8, p.101-110, abr.1991.
- 59) ARAÚJO, Regina e MAGNOLI, Demétrio. Reconstruindo muros: crítica à proposta curricular de Geografia da CENP-SP. n.8, p.111-119, abr.1991.
- 60) PEREIRA, D., SANTOS, D., CARVALHO, M. de. A Geografia no 1º grau: algumas reflexões. n.8, p.121-131, abr.1991.
- 61) SOARES, Maria Lúcia de Amorim. A cidade de São Paulo no imaginário infantil piedadense. n.8, p.133-155, abr.1991.
- 62) MAMIGONIAN, Armen. A AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos. n.8, p.157-162, abr.1991.
- 63) SANTOS, Milton. A evolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. n.9, p.7-17, jul.-dez.1991.
- 64) LIMA, Luiz Cruz. Tecnopólo: uma forma de produzir na modernidade atual. n.9, p.19-40, jul.-dez.1991.
- 65) GUIMARÃES, Raul Borges. A tecnificação da prática médica no Brasil: em busca de sua geografização. n.9, p.41-55, jul.-dez.1991.
- 66) PIRES, Hindemburgo Francisco. As metamorfoses tecnológicas do capitalismo no período atual. n.9, p.57-89, jul.-dez.1991.

- 67) OLIVEIRA, Márcio de. A questão da industrialização no Rio de Janeiro: algumas reflexões. n.9, p.91-101, jul.-dez.1991.
- 68) HAESBAERT, Rogério. A (des)or-dem mundial, os novos blocos de poder e o sentido da crise. n.9, p.103-127, jul.-dez.1991.
- 69) SILVA, Armando Corrêa da. Ontologia analítica: teoria e método. n.9, p.129-133, jul.-dez.1991.
- 70) SILVA, Eunice Isaías da. O espaço: une/separa/une. n.9, p.135-141, jul.-dez.1991.
- 71) ANDRADE, Manuel Correia de. A AGB e o pensamento geográfico no Brasil. n.9, p.143-152, jul.-dez.1991.
- 72) MORAES, Rubens Borba de. Contribuições para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII. n.10, p.11-22, jan.-jul. 1992.
- 73) AZEVEDO de Aroldo. Vilas e cidades do Brasil colonial. n.10, p.23-78, jan.-jul. 1992.
- 74) PETRONE, Pasquale. Notas sobre o fenômeno urbano no Brasil. n.10, p.79-92, jan.-jul. 1992.
- 75) CORRÊA, Roberto Lobato. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. n.10, p.93-116, jan.-jul. 1992.
- 76) VALVERDE, Orlando. Pré-história da AGB carioca. n.10, p.117-122, jan.-jul. 1992.
- 77) SOUZA, Marcelo José Lopes de. Planejamento Integrado de Desenvolvimento: natureza, validade e limites. n.10, p.123-139, jan.-jul. 1992.
- 78) ANDRADE, Manuel Correia de. América Latina: presente, passado e futuro. n.10, p.140-148, jan.-jul. 1992.
- 79) GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia política e desenvolvimento sustentável. n.11-12, p.9-76, ago.92-ago.93.
- 80) RODRIGUES, Arlete Moysés. Espaço., meio ambiente e desenvolvimento: reeleituras do território. n.11-12, p.77-90, ago.92-ago.93.
- 81) EVASO, A.S., VITIELLO, M.A., JUNIOR, C.B., NOGUEIRA, S.M., RIBEIRO, W.C. Desenvolvimento sustentável: mito ou realidade? n.11-12, p.91-101, ago.92-ago.93.
- 82) DAVIDOVICH, Fany. Política urbana no Brasil, ensaio de um balanço e de perspectiva. n.11-12, p.103-117, ago.92-ago.93.
- 83) MARTINS, Sérgio. A produção do espaço na fronteira: a acumulação primitiva revisitada. n.11-12, p.119-133, ago.92-ago.93.
- 84) IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Os dilemas históricos da questão agrária no Brasil. n.11-12, p.135-151, ago.92-ago.93.
- 85) FERNANDES, Bernardo Mançano. Reforma agrária e modernização no campo. n.11-12, p.153-175, ago.92-ago.93.
- 86) ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Ensino de Geografia e a formação do geógrafo-educador. n.11-12, p.177-188, ago.92-ago.93.
- 87) PONTUSCHKA, Nidia Nacib. Licenciandos de Geografia e as representações sobre o “ser professor” . n.11-12, p.189-207, ago.92-ago.93.
- 88) VESENTINI, José William. O novo papel da escola e do ensino da Geografia na época da terceira revolução industrial. n.11-12, p.209-224, ago.92-ago.93.
- 89) PAGANELLI, Tomoko Iyda. Iniciação às ciências sociais: os grupos, os espaços, os tempos. n.11-12, p.225-236, ago.92-ago.93.
- 90) RIBEIRO, Wagner Costa. Do lugar ao mundo ou o mundo no lugar? n.11-12, p.237-242, ago.92-ago.93.
- 91) PINHEIRO, Antonio Carlos e MASCARIN, Silvia Regina. Problemas sociais da escola e a contribuição do ensino de Geografia. n.11-12, p.243-264, ago.92-ago.93.
- 92) SILVA, Armando Corrêa da. A contrérsia modernidade x pós-modernidade. n.11-12, p.265-268, ago.92-ago.93.
- 93) ROSA, Paulo Roberto de Oliveira. Contextos e circunstâncias: princípio ativo das categorias. n.11-12, p.269-270, ago.92-ago.93.
- 94) CALLAI, Helena Copetti. O meio ambiente no ensino fundamental. n.13, p.9-19, 1997.
- 95) CAMARGO, L.F. de F., FORTU-NATO, M.R. Marcas de uma política de exclusão social para a América Latina. n.13, p.20-29, 1997.
- 96) KAERCHER, Nestor André. PCN’s: futebolistas e padres se encontram num Brasil que não conhecemos. n.13, p.30-41, 1997.
- 97) CARVALHO, Marcos B. de. Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação? n.13, p.42-60, 1997.
- 98) PONTES, Beatriz Maria Soares. Economia e território sob a ótica do estado autoritário (1964-1970). n.13, p.61-90, 1997.
- 99) SOUSA NETO, Manuel Fernandes de. A ágora e o agora. n.14, p.11-21, jan.-jul. 1999.
- 100) FILHO, Manuel Martins de Santana. Sobre uma leitura alegórica da escola. n.14, p.22-29, jan.-jul. 1999.

- 101) COUTO, Marcos Antônio Campos e ANTUNES, Charles da França. A formação do professor e a relação escola básica-universidade: um projeto de educação. n.14, p.30-40, jan.-jul. 1999.
- 102) PEREIRA, Diamantino. A dimensão pedagógica na formação do geógrafo. n.14, p.41-47, jan.-jul. 1999.
- 103) CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. A formação de professores e o ensino de Geografia. n.14, p.48-55, jan.-jul. 1999.
- 104) CALLAI, Helena Copetti. A Geografia no ensino médio. n.14, p.56-89, jan.-jul. 1999.
- 105) PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Interdisciplinaridade: aproximações e fazeres. n.14, p.90-110, jan.-jul. 1999.
- 106) CAVALCANTI, Lana de Souza. Propostas curriculares de Geografia no ensino: algumas referências de análise. n.14, p.111-128, jan.-jul. 1999.
- 107) SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. A Ciência Geográfica e a construção do Brasil. n.15, p.9-20, 2000.
- 108) DAMIANI, Amélia Luísa. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. n.15, p.21-37, 2000.
- 109) SOUZA, Marcelo Lopes de. Os orçamentos participativos e sua espacialidade: uma agenda de pesquisa. n.15, p.39-58, 2000.
- 110) FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. n.15, p.59-85, 2000.
- 111) ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? n.15, p.87-112, 2000.
- 112) BRAGA, Rosalina. Formação inicial de professores: uma trajetória com permanências eivadas por dissensos e impasses. n.15, p.113-128, 2000.
- 113) ROCHA, Genylton Odilon Rego da. Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia do Brasil. n.15, p.129-144, 2000.
- 114) PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Geografia, representações sociais e escola pública. n.15, p.145-154, 2000.
- 115) OLIVEIRA, Márcio Piñon. Geografia, Globalização e cidadania. n.15, p.155-164, 2000.
- 116) GONÇALVES, Carlos Walter Porto. "Navegar é preciso, viver não é preciso": estudo sobre o Projeto de Perenização da Hidrovia dos Rios das Mortes: Araguaia e Tocantins. n.15, p.167-213, 2000.

# Revista Terra Livre

## Normas para publicação

**TERRA LIVRE** é uma publicação anual da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) que tem por objetivo divulgar matérias concernentes aos temas presentes na formação e prática dos geógrafos e sua participação na construção da cidadania. Nesse sentido, nela são acolhidos textos sob a forma de artigos, notas, resenhas, comunicações, entre outras, de todos os que se interessam e participam do conhecimento propiciado pela Geografia, e que estejam relacionados com as discussões que envolvem as teorias, metodologias e práticas desenvolvidas e utilizadas nesse processo, assim como com as condições e situações sob as quais vêm se manifestando e suas perspectivas.

1. Todos os textos enviados a esta revista devem ser inéditos e redigidos em português ou espanhol.
2. Os textos devem ser apresentados com extensão mínima de 20 e máxima de 30 laudas, com 30 linhas de 70 toques cada, em espaço duplo, em folhas de papel branco, formato A-4 (210x297mm), impresso em uma só face, sem rasuras e/ou emendas, e enviados em duas vias impressas acompanhadas de versão em disquete (de 3,5") de computador padrão IBM PC, compostos em *Word para Windows*, utilizando-se a fonte Times New Roman, tamanho 12.
3. O cabeçalho deve conter o título (e subtítulo, se houver) em português, espanhol e inglês. Na segunda linha, o(s) nome(s) do(s) autor(es), e, na terceira, as informações referentes à(s) instituição(ões) a que pertence(m), bem como o(s) correio(s) eletrônico(s) ou endereço postal.
4. O texto deve ser acompanhado de resumos em português, espanhol e inglês, com no mínimo 10 e no máximo 15 linhas, em espaço simples, e uma relação de 5 palavras-chave que identifiquem o conteúdo do texto.
5. O estrutura do texto deve ser dividida em partes não numeradas e com subtítulos. É essencial conter introdução e conclusão ou considerações finais.
6. As notas de rodapé não deverão ser usadas para referências bibliográficas. Esse recurso pode ser utilizado quando extremamente necessário e cada nota deve ter em torno de 3 linhas.
7. As citações textuais longas (mais de 3 linhas) devem constituir um parágrafo independente. As menções a idéias e/ou informações no decorrer do texto devem subordinar-se ao esquema (Sobrenome do autor, data) ou (Sobrenome do autor, data, página). Ex.: (Oliveira, 1991) ou (Oliveira, 1991, p. 25). Caso o nome do autor esteja citado no texto, indica-se

apenas a data entre parênteses. Ex.: “A esse respeito, Milton Santos demonstrou os limites... (1989)”. Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano devem ser identificados por uma letra minúscula após a data. Ex.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).

8. A bibliografia deve ser apresentada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome do(s) autor(es), como nos seguintes exemplos:

a) *no caso de livro*: SOBRENOME, Nome. *Título da obra*. Local de publicação: Editora, data. Ex.: VALVERDE, Orlando. *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Petrópolis: editora Vozes, 1985.

b) *no caso de capítulo de livro*: SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (org). *Título do livro*. Local de publicação: Editora, data. página inicial-página final. Ex.: FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Nierói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). *Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000. p.67-93.

c) *no caso de artigo*: SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *Título do periódico*, local de publicação, volume do periódico, número do fascículo, página inicial-página final, mês(es). Ano. Ex.: SEABRA, Manoel F. G. Geografia(s)? *Orientação*, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.

d) *no caso de dissertações e teses*: SOBRENOME, Nome. *Título da dissertação* (tese). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração). Ex.: SILVA, José Borzacchiello da. *Movimentos sociais populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986. 268p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

9. As ilustrações (figuras, tabelas, desenhos, gráficos, fotografias,...) devem ser enviadas preferencialmente em arquivos digitais (formatos JPG ou TIF). Caso contrário, adotar-se-á suporte de papel branco. Neste caso, as fotografias devem ter suporte brilhante, nas cores preto & branco. As dimensões máximas, incluindo legenda e título, são de 15 cm, no sentido horizontal da folha, e 23 cm, no seu sentido vertical. Ao(s) autor(es) compete indicar a disposição preferencial de inserção das ilustrações no texto, utilizando, para isso, no lugar desejado, a seguinte indicação: {(fig., foto, quadro, tabela,...) (nº)}.

10. Os originais serão apreciados pela Coordenação de Publicações, que poderá aceitar, recusar ou rerepresentar o original ao(s) autor(es) com sugestões de alterações editoriais. Os artigos serão enviados aos pareceristas, cujos nomes permanecerão em sigilo, omitindo-se também o(s) nome(s) do(s) autor(es). Os originais não aprovados serão devolvidos ao(s) autor(es).

11. Uma vez publicados os textos, a Diretoria Executiva Nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), através da revista **TERRA LIVRE**, deterá todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução com transcrição e com a devida citação da fonte. Cada trabalho publicado dá direito a cinco



exemplares a seu(s) autor(es), no caso de artigo, e três exemplares nos demais casos (notas, resenhas, comunicações,...)

12. Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância da Coordenação de Publicações e/ou do Conselho Editorial.

13. Os trabalhos devem ser enviados à Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) - Diretoria Executiva Nacional/Coordenação de Publicações – **TERRA LIVRE** – Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – Edifício Geografia e História – Cidade Universitária – CEP 05508-900 – São Paulo (SP) – Brasil.



# Summary/Sumario

CONSIDERATIONS ABOUT THE THE <i>ETCHPLANATION</i> THEORY AND ITS APPLICATION IN THE STUDIES OF THE LANDFORMS IN TROPICAL WARM REGIONS Consideraciones sobre la teoría de la <i>etchplanation</i> y su aplicación en los estudios de las formas de relieve en las regiones tropicales cálidas y húmedas. <i>Antonio Carlos Vitte</i>	11
KRUGMAN AND THE RETURN TO THE SPACE MODELS: THE NEW GEOGRAPHY? Krugman y el regreso a los modelos espaciales: ¿La nueva geografía? <i>Blanca Rebeca Ramírez</i>	25
AGRARIAN GEOGRAPHY IN BRAZIL: CONCEPT IN DIFFERENT PERIODS OF TIME Geografía Agraria en Brasil: conceptualización y periodización <i>Darlene Ap. de oliveira Ferreira</i>	39
THE GEOGRAPHY AND THE STUDY OF THE CUSTOMS AND THE TRADITIONS La Geografía y el estudio de las costumbres y de las tradiciones <i>Doralice Sátyro Maia</i>	71
ABOUT THE PARADIGMS OF THEORETICAL-METHODOLOGICAL GUIDELINES IN THE CONTEMPORARY GEOGRAPHY A respecto de los paradigmas de orientaciones teórico-metodológicas en la Geografía contemporánea <i>Eliseu Savério Sposito</i>	99
SOCIO-ENVIRONMENTAL GEOGRAPHY Geografía socio-ambiental <i>Francisco Mendonça</i>	113
THE GEOGRAPHY AND THE SCHOOL: DOES GEOGRAPHY CHANGE? OR DOES THE TEACHING? La Geografía y la escuela: ¿cambia la Geografía? ¿Cambia la enseñanza? <i>Helena Copetti Callai</i>	133

“ETHOS “ AND MYTHS OF THE GLOBAL - TOTALITARIAN ONLY THOUGHT “Ethos” y mitos del pensamiento único global y totalitario <i>Hindenburgo Francisco Pires</i>	153
THE TEACHING OF GEOGRAPHY AS A ESTABLISHING HERMENEUTICS La enseñanza de la Geografía como una hermenéutica instauradora <i>Nelson Rego, Dirce Maria AntunesSuertegaray e Álvaro Heidrich</i>	169